

# **ANAIS**

## **SERVIÇO SOCIAL NA LUTA POR JUSTIÇA AMBIENTAL PARA A DIVERSIDADE DE POVOS NA AMAZÔNIA**



14 a 16 de maio de 2025  
Universidade Federal do Amazonas  
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia  
Parintins-AM



## XI SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO ICSEZ/UFAM IV ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO BAIXO AMAZONAS

### Realização

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ)

Colegiado de Curso de Serviço Social

NUCRESS/Baixo Amazonas

### Projeto Gráfico e Capa

Patrício Azevedo Ribeiro

### Organizadores

Patrício Azevedo Ribeiro  
Josiara Reis Pereira

### Comitê Científico

Adelson da Costa Fernando  
Gladson Rosas Hauradou  
Denise Bentes Soares  
Márcia Gabrielle Ribeiro da Silva  
Maria Audirene de Souza Cordeiro  
Maria de Lourdes Ferreira da Silva  
Marilaine Queiroz de Oliveira  
Naiara G. de Holanda Lima

### Apoio Técnico

Laranna Prestes Catalão

REVISTA ELETRÔNICA MUTAÇÕES

ISSN ELETRÔNICO 2178-7018, V. 18, SUPLEMENTO 1, N. 30 (2025)





## APRESENTAÇÃO

No período de 14 a 16 de maio de 2025, realizou-se no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), *Campus* Parintins, a XI Semana Acadêmica do Curso de Serviço Social e o IV Encontro de Assistentes Sociais do Baixo Amazonas, com o tema *Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos na Amazônia*. O evento foi organizado pelo Curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM e pela Coordenação do NUCRESS/Baixo Amazonas, cujo núcleo está vinculado ao Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/AM/15ª Região. O evento, em formato duplo, buscou reunir discentes de graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores/as, bacharéis e profissionais do Serviço Social; e demais pessoas interessadas no evento, para debater e refletir sobre um tema que tem sido central no contexto brasileiro e amazônico, sobretudo para a proteção do direito à vida e à saúde dos povos originários e comunidades tradicionais, bem como para a manutenção das terras, florestas, águas e animais.

O evento teve como objetivo central proporcionar um momento de reflexão crítica e propositiva acerca das questões que envolvem a luta em defesa da justiça ambiental para a diversidade de povos da/na Amazônia, considerando o processo de formação em Serviço Social e o trabalho profissional na realidade do Baixo Amazonas. No decorrer do evento foram realizadas oficinas, palestras, comunicações científicas, rodas de conversas e apresentação cultural. Entendemos que as falas dos palestrantes, dos apresentadores de trabalhos, dos que participaram das rodas e do público participante foram fundamentais para reafirmar a importância da defesa da justiça ambiental em um contexto marcado pelos processos desiguais do capitalismo.

Acompanhe a seguir a Programação:



## PROGRAMAÇÃO

### 14.05.2025

16h às 18h – Credenciamento

17h – Mesa de Abertura:

Coordenação Curso de Serviço Social do ICSEZ

Coordenador do NUCRESS/Baixo Amazonas

Representante do CRESS/AM - 15ª Região

Vice-Presidente da Regional Norte da ABEPSS

Diretora do ICSEZ

Representante da Prefeitura de Parintins

Presidenta do Centro Acadêmico de Serviço Social

Secretário Geral do CGTSM - Liderança Indígena

18h – Atividade Cultural

18h30min às 19h30min – Conferência de Abertura

Tema: Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos na Amazônia

Conferencista: Prof. Dr. Matheus Thomaz da Silva (UFF/Campos)

Mediadora: Profa. Ma. Marklize dos Santos Siqueira (ICSEZ/UFAM)

Local: Auditório do ICSEZ/UFAM

### 15.05.2025

08h às 12h – Oficinas

1) Oficina 1: Documentação Técnica do Serviço Social

Proponente: Ana Paula Cruz da Silva (Conselheira do CRESS/15ª Região-AM)

2) Oficina 2: Expressões do Racismo Ambiental na Amazônia

Proponente: Gabrielle Rodrigues de Sá Alves (Mestranda do PPGSS/UFAM)

3) Oficina 3: Mitos Sagrados e Lendas do Povo Mawé: EHAY TUPÃG, SEHAY SÉSE MAWÉ

Proponentes: Profa Ma. Marklize dos Santos Siqueira (ICSEZ/UFAM), Cleiciane Costa Barbosa (Discente do Curso de Serviço Social/Indígena do Povo Sateré-Mawé), Douglas Souza (Discente do Curso de Serviço Social/Indígena do Povo Sateré-Mawé)

4) Oficina 4: Educação Ambiental por uma sustentabilidade integral e justiça ambiental

Proponente: Prof. Dr. Edilson da Costa Albarado (CESP/UEA, Fórum de Educação do Campo)

14:30min às 17h – Roda de Conversa

Tema: Movimentos Sociais, Questão Ambiental e Políticas Públicas: desafios e estratégias de intervenção

Convidados/as:

Prof. Dr. Matheus Thomaz da Silva (UFF/Campos), Liderança Indígena Herivelto Oliveira (Secretário Geral do CGTSM), Profa. Esp. Fátima Guedes (Educadora Popular/TEIA).



Mediador/a: Cleiciane Costa Barbosa (Acadêmica de Serviço Social), Ananice Machado (NUCRESS/Baixo Amazonas)

### 16.05.2025

08h às 12h – Apresentação de comunicações orais (*Plataforma Google Meet*)

14h às 15h30min – Roda de Conversa

Tema: Experiências Profissionais de Assistentes Sociais na Sub-Região do Baixo Amazonas

Convidados/as: Assistentes Sociais que atuam nos municípios do Baixo Amazonas

Mediador: Camila Cardoso de Lacerda (NUCRESS/Baixo Amazonas), Profa. Ma. Josiara Reis Pereira (ICSEZ/UFAM)

Local: Auditório do ICSEZ/UFAM

15h30min às 17h30min – Roda de Conversa

Tema: Interfaces entre Serviço Social e Direito no âmbito da Justiça Ambiental em Parintins

Convidados/as: Profa. Ma. Marcela Pacífico Michiles (CESP/UEA), Profa. Dra. Sandra Damasceno da Rocha (ICSEZ/UFAM), Profa. Ma. Marklize dos Santos Siqueira (ICSEZ/UFAM), Dra. Marina Maciel (Promotora de Justiça/Parintins), Dr. Erick da Silva Ferreira (SEDEMA/Parintins)

Mediador/a: Sarah Fernandes (Acadêmica de Serviço Social) e Profa. Ma. Josiara Reis Pereira (ICSEZ/UFAM)

Local: Auditório do ICSEZ/UFAM

17h30min – Mesa de Encerramento e Sorteio de brindes

18h – Atividade Cultural, Coquetel e Confraternização



## SUMÁRIO

<b>COMUNICAÇÕES ORAIS</b> .....	08
SERVIÇO SOCIAL & QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA .....	08
CARTOGRAFIA SOCIAL DE SANTA MARIA DO MAMORACÁ: UMA PROPOSTA NO MODO DE FAZER CUIDADO EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE NHAMUNDÁ-AM .....	22
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E COMPROMISSOS COM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA/NA AMAZÔNIA .....	34
MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL .....	46
MOVIMENTOS SOCIAIS, QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA .....	58
EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM .....	70
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES A PARTIR DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL .....	85
CONTROLE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PARINTINS/AMAZONAS .....	96
NOTAS E REFLEXÕES SOBRE O ESTADO PENAL E OS DILEMAS DA RESSOCIALIZAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NA UNIDADE PRISIONAL DE PARINTINS/AM .....	106
"OKÊ ARÔ": MÃE BENA DE OXÓSSI E A LUTA DAS COMUNIDADES DE MATRIZES AFRICANAS EM PARINTINS/AM .....	125
FEMINILIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ICSEZ: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....	138
POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: RESISTÊNCIA, INVISIBILIDADE E IDENTIDADE NEGRA EM PARINTINS .....	147
DESAFIOS ÉTICOS E INSTITUCIONAIS DA ESCUTA QUALIFICADA NO CRAS SANTA RITA EM PARINTINS/AM .....	159
O TRABALHO DAS MULHERES NA UNIVERSIDADE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA .....	169
IMPACTOS DA SUSPENSÃO DE RECURSOS INTERNACIONAIS NA GESTÃO DE	



PROJETOS HUMANITÁRIOS VOLTADOS A MIGRAÇÃO FORÇADA: ESTUDO DE CASO  
DAS AÇÕES DA ADRA AMAZONAS JUNTO AS FAMÍLIAS MIGRANTES ..... 183  
MULHERES, TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO: BREVES DESTAQUES CONCEITUAIS  
..... 197



## SERVIÇO SOCIAL & QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves, Giselly Nogueira de Almeida

### RESUMO

Este artigo aborda o movimento sociohistórico relativo à interpretação da questão socioambiental, a partir da perspectiva crítica e reflexiva do padrão de desenvolvimento orientado pela lógica do capital que fomenta a crise socioambiental e humanitária em âmbito mundial. O texto apresenta parte dos resultados da pesquisa *Desenvolvimento Local & Sustentabilidade: manejo dos recursos naturais em comunidades ribeirinhas no Amazonas* (FAPEAM, 2022–2025), com foco no trabalho das mulheres nos grupos doméstico-familiares de Santa Luzia e São Lázaro, em Caapiranga-AM, abordando-se a sustentabilidade das práticas face aos repto que afligem o modo de vida tradicional. A abordagem reflete sobre os desafios impostos aos profissionais de Serviço Social, à luz do arcabouço teórico metodológico crítico e do compromisso ético político direcionado para conhecer e gerar informações relevantes que possam vir a contribuir com as lutas emancipatórias das mulheres em favor da conquista de políticas públicas e do protagonismo social.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; Povos Tradicionais; Desenvolvimento.

### ABSTRACT

This article addresses the socio-historical movement related to the interpretation of the socio-environmental issue from a critical and reflective perspective on the development model guided by the logic of capital, which fuels the global socio-environmental and humanitarian crisis. The text presents part of the results of the research *Local Development & Sustainability: management of natural resources in riverside communities in Amazonas* (FAPEAM, 2022–2025), focusing on the work of women in the domestic-family groups of Santa Luzia and São Lázaro, in Caapiranga-AM, discussing the sustainability of their practices in the face of challenges that threaten the traditional way of life. The approach reflects on the challenges faced by Social Work professionals in light of the critical theoretical-methodological framework and the ethical-political commitment aimed at producing relevant knowledge and information that can contribute to the emancipatory struggles of women in the pursuit of public policies and social protagonism.

**Keywords:** Sustainability; Traditional Peoples; Developmen

### INTRODUÇÃO

O enfoque adotado neste estudo busca identificar os principais elementos sociohistóricos e conceituais de construção da perspectiva da sustentabilidade socioambiental, para tal adota-se como ponto de partida a perspectiva crítica e reflexiva sobre os processos que fomentam a crise ambiental e humanitária em âmbito mundial. Para tal será traçada uma breve retrospectiva dos principais marcos sociohistóricos que forjaram a dinâmica contemporânea da questão socioambiental.

A pesquisa intitulada “Desenvolvimento Local & Sustentabilidade: manejo dos recursos naturais em comunidades ribeirinhas no Amazonas” (2022-2025) financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. O estudo analisa a



dinâmica da relação dos comunitários com a biodiversidade e busca identificar as formas de trabalho das mulheres em seus grupos doméstico familiar nas comunidades de Santa Luzia e São Lázaro, Caapiranga-AM, estado do Amazonas. O enfoque analítico adotado aborda a relação comunidade-biodiversidade nas formas de manejo dos recursos naturais locais pelas mulheres, identificando os princípios que ordenam a sustentabilidade no modo de vida tradicional na Amazônia.

A principal meta do estudo foi fornecer subsídios para a formação em Serviço Social e aos profissionais da área. Para alcançar este propósito buscou-se identificar o conjunto de desafios que se apresentam para os formadores e profissionais, à luz do arcabouço teórico metodológico crítico e do compromisso ético político direcionado para conhecer as necessidades, interesses, valores e saberes dos povos tradicionais amazônidas. Nesta direção, buscou-se gerar informações relevantes sobre os modos de vida, reconhecendo também práticas sustentáveis e apoiando suas lutas emancipatórias.

#### **QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL:** introdução ao debate

Ao examinar os estudos sobre a questão socioambiental na sociedade contemporânea foi possível perceber que, dentre as contribuições mais importantes para alavancar o debate acadêmico e as mobilizações dos movimentos ambientalistas, destaca-se o livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson (1962). De certo modo, reforçou e abalizou os argumentos dos movimentos em defesa do meio ambiente, denunciando o aumento da devastação dos recursos naturais, servindo para alertar e visibilizar para o público as ameaças para humanos e para os ecossistemas o uso indiscriminado de pesticidas, que afetavam a qualidade do ar, da terra e da água. Todavia, a exacerbação dos problemas ambientais teve forte inflexão nos primeiros anos da década de 70, com as contestações sobre os reptos do modelo de desenvolvimento, que abrolharam em diferentes contextos. No cenário social, com suporte nos argumentos e debates fomentados nos fóruns acadêmicos sobre a necessidade de uma nova consciência ambiental, foi impulsionado pelo impacto e a repercussão causada pelo relatório técnico científico Meadows, sob o título de *Os limites do Crescimento* (1972). Posto que este documento enfatizava ao mundo os limites físicos do crescimento econômico, mediante a persistência do modelo de sociedade, que induzia ao esgotamento de recursos impelindo o mundo a um colapso.

Mediante o contexto dos debates e das consequências constatadas, Godard (1997) assinalou que as questões relativas a sustentabilidade do desenvolvimento ganharam força



como direção estratégica e necessária a partir de duas principais correntes: o Ecodesenvolvimento e a Economia Ecológica. Portanto, dentre as principais iniciativas ocorridas, destaca-se a mobilização para realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, reconhecida nos marcos da história como Conferência de Estocolmo. A sua ocorrência no ano de 1972, na capital da Suécia, serviu para ampliar e difundir as discussões, além de apontar as principais problemáticas que grassavam no âmbito da sociedade, no reconhecimento do caráter complexo e multidimensional da abrangência social, política, econômica e ecológica de suas causas e efeitos. Igualmente, busca-se definir padrões de conduta para conservação e preservação ambiental, bem como propor a instrumentalidade pela introdução do conceito de ecodesenvolvimento.

Ignacy Sachs (1927-2023), ao ser convocado por Maurice Strong (Secretário Geral da conferência de Estocolmo), organizou o Centro Internacional de Pesquisas em Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>1</sup>, com uma equipe de estudiosos para preparar o documento base que orientou as discussões travadas na Conferência de Estocolmo, no qual foi apresentado o conceito de Ecodesenvolvimento, o qual tem sido considerado como um marco histórico-político da emergência de questionamentos e manifestações ecológicas em nível mundial, e da ocorrência de um conjunto de iniciativas e eventos que lançaram visibilidade sobre a necessidade de uma nova abordagem e tratamento para os problemas ambientais. O qual indicava a necessidade urgente de mudança radical no modelo de desenvolvimento de modo a conduzir a sociedade para instauração de uma nova ética de desenvolvimento. Sachs (1986) propôs um estilo de desenvolvimento direcionado para superação das necessidades específicas de cada região, a partir do uso de tecnologias apropriadas e da valorização dos conhecimentos tradicionais locais, ou seja, levando em consideração o valor ecológico, social, político, ético e cultural peculiar a cada região.

Todavia, a proposta apresentada por Sachs (1969; 1986) representou a manifestação de uma crítica profunda ao modelo de desenvolvimento orientado pela lógica produtivista e classista dos países ricos em relação aos demais países, que recrudesciam pela condição de empobrecimento de vastos segmentos sociais que aumentavam de modo contínuo e acelerado. Outrossim, a proposta teve caráter inovador por defender uma ampla participação e envolvimento dos diversos atores sociais, para propor, cobrar e avaliar alternativas sustentáveis e operacionalizáveis em cada região, em que a sociedade civil organizada ganhasse protagonismo através da luta e negociação, numa efetiva e igualitária distribuição de poder. Assim, o objetivo consistia em exercitar a reflexão social, para propor

<sup>1</sup> Centre International de Recherche sus l'Environnement et le Development- CIRED, Paris/França.



e experimentar soluções inovadoras em termos de tecnologias e valorização do saber fazer sociocultural dos povos no manejo dos recursos locais. Na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTD), em 1974, em Genebra, Suíça, o conceito de ecodesenvolvimento foi tomado como referência nas discussões da elaboração da Declaração de Cocoyoc.

Enquanto a Economia Ecológica ou Bioeconomia é uma área das ciências que adota a transdisciplinaridade e interdisciplinaridade para abordar a associação (interdependência e a coevolução) entre as economias humanas e dos ecossistemas naturais (Relato do Mes. Clóvis Cavalcanti - 2023). Todavia, em meados da década de 80, a ONU promoveu outra Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, dirigida por Gro Brundtland, primeira-ministra da Noruega, que editou o livro *Nosso Futuro Comum* (Relatório de Brundtland, 1986) lançando o conceito de Desenvolvimento Sustentável, como capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades, sem questionar a organização da sociedade de mercado. É mister enfatizar, que os fundamentos da proposta de ecodesenvolvimento proposto por Sachs (1969; 1985) foram sendo remodelados, descaracterizando-os, numa explícita e notória desconstrução do conceito em suas premissas básicas. Porém, essa corrente de pensamento, na década de 1980, orientou-se pelas premissas políticas do neoliberalismo, dissimulando a contradição entre ambiente e crescimento econômico. O resultado foi a constituição do conceito de desenvolvimento sustentável, que diferente do ecodesenvolvimento, é limitado em sua criticidade ao modelo capitalista de produção e consumo, denota um viés ideologicamente diferenciado e conciliador na aceitação das desigualdades sociais e na garantia de sustentação do sistema em sua natureza de expropriação de riquezas naturais, cujo estilo contribuiu para a superação dos embates políticos entre capital e trabalho, servindo para atenuar as lutas sindicais e favorecendo à ordem econômica vigente de restaurar-se e sob nova roupagem deu impulso à emergência do capital verde (Chaves, 2016; 2024).

Leff (2002, p.138) apresenta críticas sobre esse contexto ao assinalar a existência de diversas contradições que se manifestam não apenas na falta de rigor do discurso do desenvolvimento sustentável, mas também em sua viabilização, pois este conceito mascara a existência de interesses contrapostos de usufruto da natureza. Para o autor, a crise socioambiental na década de 1970, evidenciou a necessidade de estabelecer ações orientadas por princípios de conservação dos recursos naturais não renováveis para evitar um colapso ecológico. A crise socioambiental deixa de ser percebida a partir do efeito da



acumulação de capital e a natureza passa a fazer parte da lógica econômica, convertendo-se em capital natural, ou seja, o ambiente passa a ser reduzido à razão econômica. Dessa forma, Leff (2002) incita a construção de uma nova racionalidade produtiva, na qual sejam incorporados princípios de equidade e justiça social mediante a incorporação dos processos culturais e ecológicos como fundamentos de uma racionalidade ambiental.

Na década de 90, ocorreu a popularização da problemática ambiental, com apelo às nações para a necessidade de uma ação coletiva em torno da questão ambiental. O evento que marcou a década foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, nominada de ECO-92, Rio92 ou ainda Cúpula da Terra realizada no Rio de Janeiro – Brasil, dentre os resultados estão a Convenção da Diversidade Biológica. Portanto, a busca pela articulação entre os interesses sociais, econômicos, políticos e ambientais é condição *sine quo non*, pois a sustentabilidade almejada não se constitui em um princípio estático, do contrário é dinâmico, requer mudanças estruturais, do ponto de vista prático e em todo um conjunto de valores alimentado pelo *ethos* burguês. É a partir deste entendimento que a essência do conceito do ecodesenvolvimento permanece atual e válida, ao possibilitar o desenvolvimento de técnicas e tecnologias apropriadas às especificidades locais, levando em consideração os conhecimentos e habilidades dos sujeitos sociais. Todavia, os agravos continuados impostos pela dinâmica do modelo de produção e consumo acelerou as mudanças climáticas no planeta, tornado estes um dos maiores desafios do século XXI, que além do viés ambiental, também tem sérias consequências sociais e políticas.

### **QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA: modo de vida ribeirinho**

Para uma breve contextualização da realidade histórica e da configuração do espaço geopolítico da Amazônia Legal, porção brasileira que abrange parte significativa do Bioma Amazônia (60%), que é formado pela maior reserva de floresta tropical úmida do planeta, por uma vasta rede hidrográfica e uma sociobiodiversidade. Mas o cenário da Amazônia, para além de ser um repositório imensurável de riquezas, em seu interior numerosos desafios e dilemas, que advém desde o processo histórico de ocupação e soma-se aos novos processos predatórios do capital em sua forma moderna de exploração dos recursos naturais. O projeto de colonização deixou danos permanentes, pela inserção de elementos exógenas como doenças letais que atingiram e dizimaram parcela dos povos indígenas, a expropriação territorial e prática da escravização para suprir a falta de mão de obra. Estas cicatrizes foram sendo agravadas pela força das políticas de integração ao



capital nacional e internacional que foram editadas na região, que instituem as forças da modernidade que devassam territórios tradicionais e as organizações socioculturais na região.

Na Amazônia vive uma diversidade de povos tradicionais (pescadores, varjeiros, ribeirinhos, quilombolas e outros) e povos originários (compostos por diversas etnias indígenas), cuja reprodução social avançou, até os dias atuais, pela resiliência aos múltiplos cruzamentos de ciclos econômicos que consolidaram a colonização e a miscigenação na região, incidindo sobre a cultura dos povos amazônidas, suas formas de trabalho e produção, a sociobioeconomia, que enfrentam alterações drásticas, face a ocorrência e aprofundamento das alterações e emergências climáticas e da falta de assistência mediante os desastres e danos ocasionados tanto à biodiversidade quanto aos modos de vida tradicional.

A discussão sobre a questão socioambiental na Amazônia ganhou centralidade desde a década de 1980, alavancada pelos movimento de extrativistas que serviu para impulsionar diversos outras mobilizações sociais na região, liderados pelos povos originários e tradicionais. Na atualidade, estão organizados como Povos das Florestas, das Águas e das Terras, para enfrentar a saga da globalização, que se espalha na região, numa lógica que destrói culturas, propaga pobreza e da negação de direitos a vastos segmentos locais.

## PRÁXIS PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Na Amazônia, o profissional de Serviço Social defronta-se com diversos e complexos desafios. A práxis profissional do Assistente Social, fundamentada pelo arcabouço teórico metodológico crítico e orientada pelo compromisso ético político, torna imperativo conhecer e elaborar conteúdos informativos e formativos coerentes com as necessidades e interesses dos povos tradicionais da região, as singularidades e particularidades do modo de vida tradicional. A relevância social e acadêmica neste campo de estudo revelam-se no reconhecimento e na valorização das práticas de manejo e interação com a biodiversidade orientadas pelos saberes socioculturais tradicionais e na identificação das formas de acesso a bens e serviços sociais, enquanto direitos de cidadania. Esta empreitada representa uma efetiva imersão para conhecer, interpretar e subsidiar a abordagem sobre a sustentabilidade das práticas e os reptos que afligem o modo de vida destes segmentos sociais, de modo a vir a contribuir com as lutas emancipatórias destes povos em favor do protagonismo social.



Sob a prerrogativa apresentada, na trajetória da pesquisa um conjunto de atividades de extensão universitária foram realizadas, associadas e orientadas pela adoção de alguns princípios de afirmação da cidadania destes povos. Assim, como referência básica para os estudos foi reconhecer da identidade amazônica e afirmá-las pelas no fluxo da implementação da pesquisa/extensão com a busca primordial de produzir conhecimentos qualificados para instrumentalidade da formação e para atualização e/ou formulação de políticas públicas compromissadas com a justiça de gênero e climática.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo realizado foi efetuado a partir da execução de diversificas técnicas e instrumentos teórico metodológicos, que propiciaram abordagem individual e dos grupos doméstico familiar que compõem as comunidades participantes. A partir da vivência (*living labs*) junto à comunidade nas ações de extensão e visitas domiciliares foi possível identificar as lideranças formais e informais da comunidade. Os líderes formais são aquelas pessoas que foram escolhidos e/ou eleitos pelos comunitários para exercerem os cargos nas associações de produção e comunitária que desempenham a representação junto às instituições públicas e nas organizações de defesa de direitos. Enquanto as lideranças informais são homens e mulheres (de diferentes idades) que atuam como representantes dos grupos familiares ou que se destacam pelo respeito que usufruem ou são reconhecidos no seio da comunidade, seja por seus saberes e/ou práticas.

Em relação às técnicas e instrumentais de pesquisa e extensão utilizados destaca-se duas formas de abordagem, a individual e coletiva/grupal. Dentre as técnicas de abordagem individual usadas, as principais aplicadas foram: Entrevista Semiestruturada para as lideranças formais; Formulário Socioeconômico, com questões abertas e fechadas, sobre o tema da pesquisa para os representantes dos grupos doméstico familiar; Conversas Semi-informais com as lideranças informais e aquelas pessoas identificadas como informante-chave, ou seja, que detém saberes relevantes sobre o modo de vida e de manejo de recursos locais. Quanto às técnicas e instrumentos de abordagem coletiva ou grupal destaca-se o emprego de: Observação Direta da dinâmica comunitária, Visitas Domiciliares e a participação nas atividades comunitárias (festas, lazer e celebrações) que serviram para desencadear a colaboração, participação e engajamento dos comunitários no fornecimento de informações qualificadas sobre o modo de vida, produção e as condições de acessibilidade aos bens e serviços sociais nas comunidades ribeirinhas estudadas.



É relevante relatar que o conjunto das informações obtidas foram organizadas em um Banco de Dados do Grupo Interação para que os membros pudessem utilizar as informações em seus projetos e estudos de graduação e de pós-graduação, constituindo-se o presente estudo como projeto guarda-chuva.

## TRABALHO DAS MULHERES RIBEIRINHAS EM CAAPIRANGA-AM

Os ribeirinhos da Amazônia são populações estabelecidas por muitas gerações na Amazônia, fruto de um intenso processo de convivência com vários povos, cujo fluxo migratório (imigrantes de diversos contextos) patrocinado pela colonização Portuguesa que ocorreu na região, no período pombalino. O extrativismo Europeu dos recursos naturais implementou diversos ciclos econômicos e de ocupação da região, iniciado pelo Ciclo das Drogas do sertão, intensificado nos Ciclos da Borracha nativa (*hévea brasiliensis*), disseminado no final do século XIX e início do século XX. Tendo sido aprofundado em diferentes e sucessivos ciclos econômicos que se sucederam (Chaves, 2001). Ao longo do processo sócio-histórico pelo qual passaram os povos amazônidas, resguardaram suas tradições à duras custas e adquiriram novos valores e práticas, oriundos das diversas culturas que formam a região, propiciando uma relação diferenciada no trato com a natureza. Isto é, os povos tradicionais da Amazônia distinguem uma série de processos complexos inerentes aos ecossistemas da região. (Simonetti, 2004).

Os segmentos de povos tradicionais na Amazônia que abrangem ribeirinhos, pescadores, quilombolas, varzeiros, extrativistas e outros (con)vivem em agrupamentos, seja de em localidades formadas por apenas uma família extensa; todavia, predominam as comunidades constituídas por ajuntamento de várias famílias e que possuem uma mínima infraestrutura de serviços sociais (associação, igrejas, grupos de produção). No que tange à localização territorial, as localidades e as comunidades estão espalhadas nos barrancos, ao longo dos rios e seus tributários (lagos, igapós, igarapés) e nas áreas de várzea<sup>2</sup> (Chaves, 2001, p. 78). As práticas baseadas nos saberes sociohistóricos dos povos tradicionais na Amazônia, auferem singularidade e particularidades ao modo de viver, desde a linguagem, as representações sobre a floresta, os cursos d'água, as toponímias (lugares) e as temporalidades que demarcam suas vidas são elaboradas e reelaboradas derivam da relação que estabelecem com biodiversidade do Bioma Amazônico.

<sup>2</sup> Terras anualmente alagáveis, fato que proporciona o enriquecimento nutricional do solo.



O estudo em pauta foi implementado em duas comunidades, Santa Luzia e São Lázaro, em Caapiranga, município do Estado do Amazonas, com população de 13.469 habitantes (Censo, 2022), situado na sétima Sub-região do Rio Negro/Solimões, de acordo com a Constituição do Estado do Amazonas, Art. 26. Os processos laborais moldados pela cultura local nas comunidades participantes do estudo envolve um conjunto muito amplo de práticas de manejo, baseadas em práticas baseadas em princípios de sustentabilidade socioambiental centradas na conservação da biodiversidade, dentre elas destaca-se: a agricultura (cultivo de plantas nativas, frutíferas e alimentícias); hortas domiciliares ou coletivas e quintais agroecológicos (fruteiras); a pesca; o extrativismo vegetal (coleta de óleo, frutas, cascas, folhas, madeira) para produção de alimentos, remédios e construção das moradias; artesanias de artefatos artísticos culturais (Chaves, 2024). Nas comunidades amazônicas, o trabalho assume característica coletivas (*Ajuri*, *Mutirão* e *Puxirum*), em que cada membro do grupo doméstico familiar (parentes consanguíneos, afilhados e outros agregados) faz sua parte para contribuir com o sustento de toda a família e da comunidade.

Neste complexo de atividades laborais, nesta parte são destacadas informações relativas à relevância da participação das mulheres no processo trabalho que se efetiva nas comunidades de Santa Luzia e São Lázaro. Nestas comunidades, o trabalho na agricultura é realizado por toda unidade familiar num processo de ajuda mútua que envolve além dos familiares, vizinhos e amigos que vivem no centro da comunidade ou em localidades e comunidades adjacentes. Mas, aqui o enfoque no âmbito destas comunidades é direcionado para a divisão do trabalho tradicional, de modo específico trata do papel fundamental das mulheres na economia familiar. A participação das mulheres no trabalho varia conforme a idade, fase da vida e responsabilidades assumidas.

Assim, em algumas atividades elas podem ser limitadas para exercer em ocasiões determinadas, como nos períodos em que cumpre com cuidados com o próprio grupo doméstico familiar como na criação das crianças, durante a gestação, no início da amamentação ou quando operam no papel de cuidadora de algum membro familiar, amigos ou vizinhos que requer cuidados especiais (parto de outras mulheres do grupo, condição de idosos e/ou a situação de saúde de algum membro do grupo familiar). É mister destacar, que a realização das atividades laborais servem como momento fundamental para o processo formativo, via transmissão geracional da tradição oral e prática da cultura. Assim, excetuando-se momentos determinados em que a situação da família requisita, elas atuam de maneira efetiva em todas as modalidades de trabalho.

Mediante tal constatação pode-se inferir que as mulheres guardam o conhecimento



de todas as atividades, note-se que a lógica deste trabalho supera a prática excludente do capitalismo, porque todos “se propõem a gerar trabalho e renda para todos os envolvidos no processo de produção de bens e serviços de maneira equitativa e justa (...)” (Silvan, 2010, p.116). Portanto, o trabalho assume função cooperativista e solidária, pois “sustenta-se numa ética de solidariedade e relações com a natureza que prescinde das determinações derivadas das grandezas socialmente estabelecidas, quer seja no âmbito do lucro e da renda da terra, quer seja no aspecto do salário” (Torres, 2010, p. 197).

Observa-se que algumas das atividades são privativas das mulheres e outras são realizadas em conjunto por toda família, mas em geral no conjunto das atividades elas estão incluídas de modo ativo e diligente. Numa leitura pela ótica marxista, considera-se que as características da forma de organização do trabalho e o fim ao qual ele se destina revela muito sobre o modo de vida e cultura do trabalhador. No trabalho comunitário expressa-se a relação direta com a natureza, numa perspectiva de reciprocidade e interdependência, em que os grupos sociais ao mesmo tempo em que transformam a natureza, transformam a si mesmo. Vale ressaltar, o relato da comunitária, Sra. M. (63 anos,) afirma: *Sou agricultora desde pequenininha, aprendi com meus pais. O trabalho na roça começa escolhendo a melhor área prá plantar, depois a gente broca<sup>3</sup>, coivara<sup>4</sup>, planta a maniva, tira a mandioca, bota na água, descasca, põe na prensa, peneira e vai pro forno.* Esta narrativa elucida o processo de transmissão intergeracional de modo oral e prático, que forma um complexo sistema de saberes materiais e simbólicos na comunidade. Cujas práticas laborais são mediadas pela relação com os recursos naturais locais (Geertz, 1969 apud Laraia, 1999).

O relato da comunitária supracitado, sobre o trabalho na roça, destaca o conhecimento adquirido de todas as etapas para produção da farinha, que juntamente com o peixe constituem a base alimentar das comunidades rurais e urbanas na região. Baseada na indicação de Arendt (1999), essa modalidade de produção representa o *labor*, na qual a relação do ser humano com a natureza humana se estabelece como processo laborativo que permite assegurar, não a sobrevivência física, mas, a existência social do grupo.

Assim, pode-se afirmar que as mulheres são trabalhadoras polivalentes, por assumirem a responsabilidade na realização de diversas atividades desde a jornada de trabalho no roçado com o preparo da terra e plantio de mandioca, em casa com os afazeres domésticos e cuidados com as crianças e pequenas criações, além de se envolverem em outras atividades coletivas na comunidade (limpeza, construção, organização das festas). A mulher ribeirinha não fica restrita à casa da família cuidando dos filhos, ela também participa de

<sup>3</sup> Derrubadas dos troncos de árvores da região

<sup>4</sup> Queima dos troncos derrubados, que servem de adubo para o plantio.



todas as atividades de subsistência da comunidade. Esta forma de organização é herança cultural apreendidas pela herança dos povos originários.

Observou-se que na comunidade de Santa Luzia, 50% das mulheres desenvolvem o trabalho na roça, e em São Lázaro esse montante é de 75%. Dona M. (63 anos) relata que “a roça na maioria das vezes é feita pelas mulheres e pelas crianças”. Da farinha produzida, 80% das mulheres indicaram que é destinada para subsistência da família, enquanto o montante que excede é comercializado seja em feiras externas ou na troca com os *regatões* (barco de comércio). Deste modo, na agricultura local, o cultivo da mandioca para produção da farinha, ganha status de principal atividade produtiva local, em que parte é reservada para o consumo familiar e o excedente é destinado para a comercialização, gerando a renda essencial para a obtenção de recursos para a compra de produtos necessários para a garantir a soberania alimentar do grupo familiar. De acordo com Lessa (2007, p.142), o produto dessa forma de trabalho “atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais nenhuma vida social poderia existir”.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

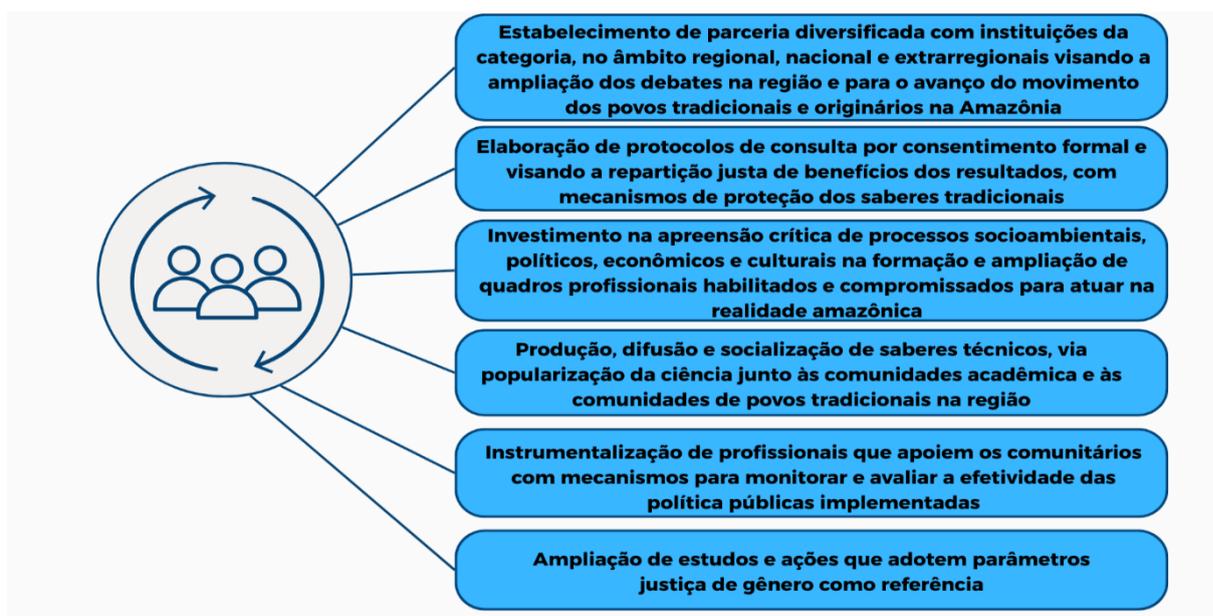
No cenário das comunidades estudadas, as mulheres desempenham papel fundamental no manejo da biodiversidade em seus territórios e se empenham a favor do bem comum através do seu trabalho com a produção da base alimentar das comunidades de Santa Luzia e São Lázaro e na organização do trabalho que garante a produção e reprodução das formas de organização sociocultural e do convívio comunitário rural. A caracterização das formas de trabalho no âmbito das comunidades de povos tradicionais, como os cuidados no trato e na forma de divisão do trabalho na família e na comunidade denotam uma intensa relação comunidade-biodiversidade no manejo dos recursos naturais locais, identificando os princípios que ordenam a sustentabilidade no modo de vida.

A parceria com os comunitários participantes do estudo tornou possível reconhecer a forma de organização sociocultural, na qual estão ancoradas as formas de produção e a relevância do trabalho das mulheres, mediante a identificação das potencialidades locais e de algumas lacunas no acesso a bens e serviços sociais e na identificação da ausência de viabilização de políticas públicas direcionadas para este segmento social. Tomando por base os resultados dos estudos buscou-se focalizar a resiliência destas comunidades para estabelecer um intercâmbio dialógico, de cunho pedagógico, com uma dinâmica de debates



entre os membros do grupo de pesquisa e extensão com os comunitários sobre seus anseios e necessidades. Esta iniciativa possibilitou formular algumas indicações para a fortalecer as reivindicações locais, em apoio às lutas por cidadania e valorização, dentre elas destaca-se:

Ilustração 1 – Resultados da troca de saberes entre comunidade e grupo de pesquisa



Fonte: autoria própria.

## Considerações Finais

Os estudos sobre as modalidades de organização sociocultural das comunidades tradicionais na Amazônia, em suas singularidades, fornecem informações fundamentais sobre a organização sociocultural dos povos tradicionais amazônidas. Posto que ao instituíram, no processo histórico, formas peculiares de convívio com a natureza, adaptando-se às condições ambientais apresentam lições e saberes para compatibilizar o usufruto dos recursos locais orientado por princípios de sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental para conservação da biodiversidade do Bioma Amazônico.

O recorte sintético feito no estudo realizado expressa uma práxis direcionado pelo paradigma da sustentabilidade e de justiça de gênero, via protagonismo social. É possível afirmar que as mulheres são detentoras de conhecimentos, métodos e técnicas tradicionais do processo de produção e manejo dos recursos naturais. Deste modo, busca-se refutar as práticas assistencialistas de maneira que se possa avançar numa efetiva adoção e



construção de parâmetros técnicos e analíticos direcionados para a conquista de direitos (humanos e sociais), de combate a desigualdade com estabelecimento de ações afirmativas de cidadania. Neste campo, o compromisso da ciência de produzir subsídios, via ensino, pesquisa e extensão para subsidiar a formulação de políticas públicas coerentes é fundamental e estratégico. Portanto, o mosaico formado pelas técnicas utilizadas foi disposto de maneira a possibilitar um *approach* didático, que serviu para mapear e desvendar a dinâmica laboral das mulheres nas comunidades estudadas.

## REFERÊNCIAS

ARENDR, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

CARSON, R. *Silent spring*. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CHAVES, M. P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CHAVES, M. P. S. R. **Políticas públicas e organização social em comunidades na Amazônia**: acesso aos bens e serviços socioculturais em comunidades no Amazonas. Manaus: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

CHAVES, M. P. S. R.; ALMEIDA, A. L. S.; CHAVES, J. M. R. Tecnologías sociales para la inclusión social en comunidades tradicionales de la Amazonia. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 59, jan./jun. 2024.

GODARD, O. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, E.; PACHECO, F. (orgs.). **Faces do Trópico Úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP; UFPA-NAEA, 1997.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2002.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **The limits to growth**: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind. New York: Universe Books, 1972.

SACHS, I. **Capitalismo de Estado e subdesenvolvimento**: padrões de setor público em economias subdesenvolvidas. Petrópolis: Vozes, 1969.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. Trad. E. Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.

SILVAN, D. Amazonas dá exemplo de economia solidária. In: TORRES, I. C. (org.). *As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil*. Manaus: EDUA, 2010. v. 1, p. 112-132.

SIMONETTI, S. **A dinâmica sócio-ambiental das comunidades ribeirinhas do Rio Parauari em Maués**: um estudo de caso das comunidades Vila Darcy e Açoera. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2004.

XI SEMANA ACADÊMICA DO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO ICSEZ/UFAM

IV ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS  
DO BAIXO AMAZONAS

Dias 14, 15 e 16 de maio de 2025  
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - UFAM  
Parintins - Amazonas



SERVIÇO SOCIAL NA LUTA  
POR JUSTIÇA AMBIENTAL  
PARA A DIVERSIDADE DE  
POVOS NA AMAZÔNIA

TORRES, I. C. Amazonas dá exemplo de economia solidária. In: TORRES, I. C. (org.). **As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil**. Manaus: EDUA, 2010. v. 1, p. 197.





## CARTOGRAFIA SOCIAL DE SANTA MARIA DO MAMORIACÁ: UMA PROPOSTA NO MODO DE FAZER CUIDADO EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE NHAMUNDÁ-AM

Julyanne Menezes Monteiro, Shirley Guimarães Batista, Samara Oliveira Guimarães, Sandro Lúcio Pereira Feijó, Jucyara Pinheiro Fragata, Júlio Cesar Fernandes Balbi

### RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões decorrentes da utilização da cartografia social como ferramenta metodológica no cuidado em saúde, realizada na comunidade ribeirinha de Santa Maria do Mamoriacá, no município de Nhamundá (AM). A cartografia social revelou-se potente na valorização do território como espaço vivo, permitindo o mapeamento não apenas de elementos geográficos, mas também de saberes, memórias, lendas e práticas culturais locais. Ao integrar os moradores no processo de escuta e representação do território, o método contribuiu para o fortalecimento dos vínculos comunitários e para o reconhecimento da cultura como dimensão essencial do cuidado em saúde. O artigo destaca ainda os desafios do fazer saúde na Amazônia, evidenciando a importância da participação popular na construção de práticas sustentáveis e culturalmente sensíveis. A experiência promoveu reflexões sobre as relações entre pessoas, lugares e modos de vida, reafirmando a cartografia social como instrumento de escuta, pertencimento e transformação.

**Palavras-chave:** Territórios Socioculturais; Cartografia Social; Territorialidade.

### ABSTRACT

This work presents reflections arising from the use of social cartography as a methodological tool in health care, carried out in the riverside community of Santa Maria do Mamoriacá, in the municipality of Nhamundá (Amazonas, Brazil). Social cartography proved to be powerful in valuing the territory as a living space, enabling the mapping not only of geographic elements but also of local knowledge, memories, legends, and cultural practices. By involving residents in the process of listening to and representing their territory, the method contributed to strengthening community bonds and recognizing culture as an essential dimension of health care. The article also highlights the challenges of providing health care in the Amazon, emphasizing the importance of community participation in building sustainable and culturally sensitive practices. This experience fostered reflections on the relationships between people, places, and ways of life, reaffirming social cartography as an instrument of listening, belonging, and transformation.

**Keywords:** Sociocultural Territories; Social Cartography; Territoriality.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de uma experiência exitosa quando profissionais de saúde atuantes na assistência em saúde da Atenção Primária à Saúde - APS do município de Nhamundá-AM. No contexto da educação permanente em saúde, surgiu a oportunidade de participarmos do curso de aperfeiçoamento profissional "Trabalhadores e Trabalhadoras que Atuam no Cuidado das Populações do Campo, Floresta e Águas". O curso visa a qualificação dos trabalhadores de saúde que baráuna no cuidado das populações do Campo, florestas e águas, por meio de abordagem metodológicas que buscam diálogo com



os saberes e práticas nos territórios. O curso, realizado em parceria com o Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia) e a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA-NHA), ocorreu entre 2024 e 2025.

A partir das atividades desenvolvidas no curso, reflete-se sobre a importância de metodologias ativas que valorizem os modos de vida e produção do cuidado das populações ribeirinhas, considerando suas características territoriais e socioambientais.

Nesse contexto, optou-se pela Cartografia Social como ferramenta metodológica para aplicação na comunidade de Santa Maria do Mamoriacá, localizada no município de Nhamundá-AM.

A Cartografia Social é uma abordagem participativa que busca ir além da representação espacial tradicional, permitindo que os próprios sujeitos representem e ressignifiquem seus territórios. Segundo Almeida (2013, p. 157), a Nova Cartografia Social diferencia-se da cartografia tradicional porque não se restringe à descrição de mapas ou territórios, mas propõe uma leitura ampliada das dimensões sociais, considerando relações de poder, saberes locais e dinâmicas socioculturais. Ainda nesse sentido, Ribeiro (2019), reforça que:

A cartografia se esforça por representar o mundo ou parte dele. Entretanto, não se reduz a isso. Ela também responde perguntas, e adicionalmente, levanta outras e deixa tantas em aberto, num movimento de pesquisa, do pensamento e da transformação da realidade (p. 17).

O cenário da comunidade do Santa Maria do Mamoriacá desafia os serviços de saúde para a efetivação dos princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde-SUS. Por outro lado, é lugar profícuo para a aceitação de tecnologias de cuidado e práticas inovadoras para o cuidado das populações e seus territórios. Conforme Schweickardt et al. 2021, não podemos utilizar o discurso de que distâncias geográficas são obstáculos a qualquer ação de políticas públicas, tornando regiões ricas, seja de biodiversidade e riqueza cultural, em lugares exóticos de limitada possibilidade da presença do Estado. Ainda nesse sentido, “Por isso, o longe e o distante é muito mais um lugar onde políticas públicas não chegam do que espaço de isolamento geográfico. Para esse lugar é preciso, portanto, invenção e inovação”. (Schweickardt et al., 2021, p. 31)

O caminho metodológico, desse modo, consiste na Nova Cartografia, que tem nos mapas sociais os seus produtos. O processo buscou não meramente a representação do lugar através de espaços, mas busca relacionar o território com as memórias de uma



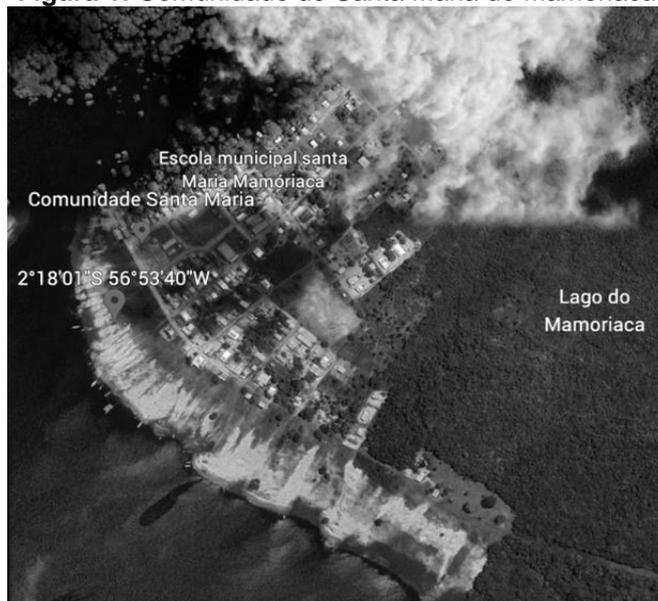
identidade e o fazer cultural da comunidade. Para Milton Santos (2005, p. 32) cada lugar e cada fenômeno tem significado particular, mas esse significado não pode ser apreendido senão no nível da totalidade. A atividade foi pioneira, porque foi um momento de intimidade em que os profissionais de saúde puderam sair das práticas biomédicas e estreitar relação de intimidade e pertencimento com a comunidade.

A experiência de aplicação da Cartografia Social na comunidade possibilitou que tanto os profissionais de saúde quanto os moradores passassem a valorizar melhor o território a partir de seus desafios e potencialidades. Espaços aparentemente comuns ao olhar dos profissionais adquiriram novos significados, resgatando memórias, práticas e dinâmicas locais. A cartografia social revelou aspectos essenciais da realidade vivida na comunidade, incluindo condições de saúde, formas de cuidado, conflitos, potencialidades e fragilidades, permitindo uma análise mais profunda do território e das relações sociais que nele se estabelecem.

## DESENVOLVIMENTO

As oficinas foram realizadas na comunidade de Santa Maria do Mamoriacá, no período de setembro a dezembro de 2024, com a participação da equipe de saúde, moradores e lideranças locais.

**Figura 1:** Comunidade de Santa Maria do Mamoriacá



Fonte: Google Earth (2024)



A comunidade ribeirinha de Santa Maria está localizada às margens do lago do Mamoriacá, na Área de Proteção Ambiental (APA) Guajuma, a 30 km da sede urbana de Nhamundá.

Portanto, para que fosse possível o acesso à riqueza das histórias do lugar, nesta pesquisa, foram ouvidas aproximadamente 20 pessoas, que incluem trabalhadores da área de saúde, especialmente os ACS por viverem e trabalharem no território, enfermeiros e comunitários. Segundo Almeida (2013, p. 28), é relevante para o mapeamento a mobilização e aquilo que as próprias comunidades estudadas consideram importante. Esse processo de “autocartografia” desempenha um papel significativo como uma ferramenta de empoderamento para Povos e Comunidades Tradicionais.

Esta descrição de pretensão plural compreende práticas de trabalho de campo e relações em planos sociais diversos, que envolvem múltiplos agentes, os quais contribuíram à descrição com suas narrativas míticas, suas sequências cerimoniais, suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço) e objetos (Almeida, 2010, pág 157)

Ao mesmo tempo possibilita condições para que cada um encontre a si mesmo no outro, delineando uma relação política fortemente solidária e um acordo explícito em torno de uma dada forma associativa, de uma pauta reivindicatória face ao Estado e de um mesmo território.

### **População da comunidade de Santa Maria:**

Santa Maria do Mamoriacá possui uma simbologia mística singular, fortemente influenciada por lendas populares que moldam as práticas locais de saúde e o manejo de pacientes. Essas influências se refletem no uso de práticas medicinais alternativas baseadas no saber empírico, no ciclo dos rios, nas fases da lua e nas tradições familiares.



Figura 2: Praça da comunidade



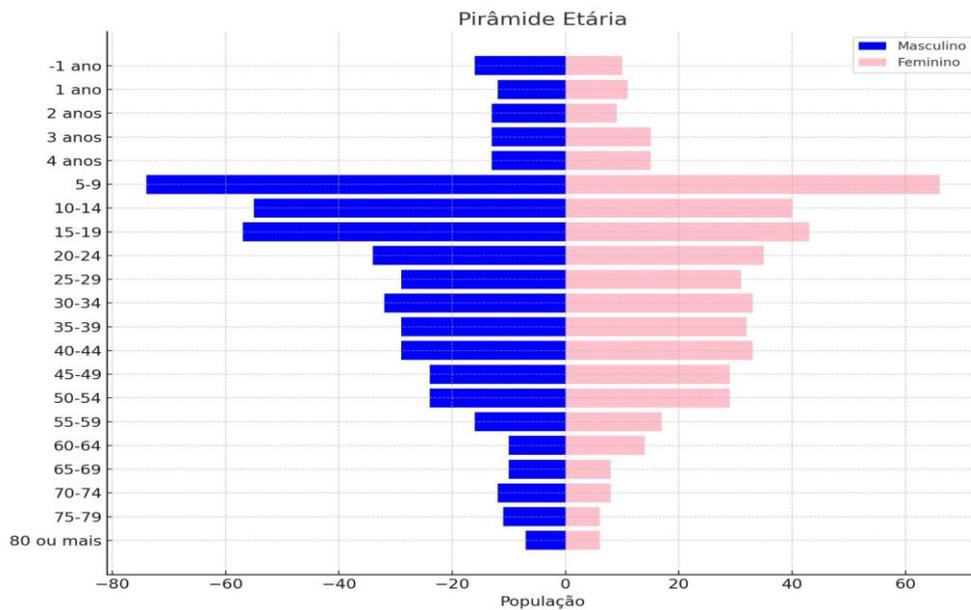
Fonte: acervo pessoal da comunidade, 2024.

O desafio de trabalhar nessas localidades remotas é que o fazer saúde deve considerar e incorporar os cuidados criativos da própria comunidade, adaptando-se às suas condições culturais, ambientais e de acesso sem, no entanto, deixar de lado os princípios éticos, técnicos e científicos da medicina e assistência de enfermagem, garantindo uma assistência segura, eficaz, humanizada e culturalmente sensível.

A população abrangente da comunidade de Santa Maria, de acordo com os relatórios emitidos pelo sistema de informação do e-SUS, tem 1.028 cadastros ativos de moradores na comunidade, estes acompanhados pela sua Unidade Básica de Saúde. Desse total, 520 são homens e 490 mulheres. Observa-se na imagem que a maior parte dessa população está concentrada em crianças na faixa etária de 5 a 9 anos, o que em comunidades ribeirinhas é comum que as famílias tenham muitos filhos, o que aumenta a proporção de crianças em relação aos adultos, destacando-se fatores sociais, econômicos e culturais, que em culturas ribeirinhas, ter muitos filhos pode ser visto como uma forma de garantir ajuda no trabalho e sustento familiar. Outro ponto importante observado, é a ausência de planejamento familiar contribuindo para gestações precoces e numerosos filhos por família.



Figura 3: Pirâmide etária dos moradores

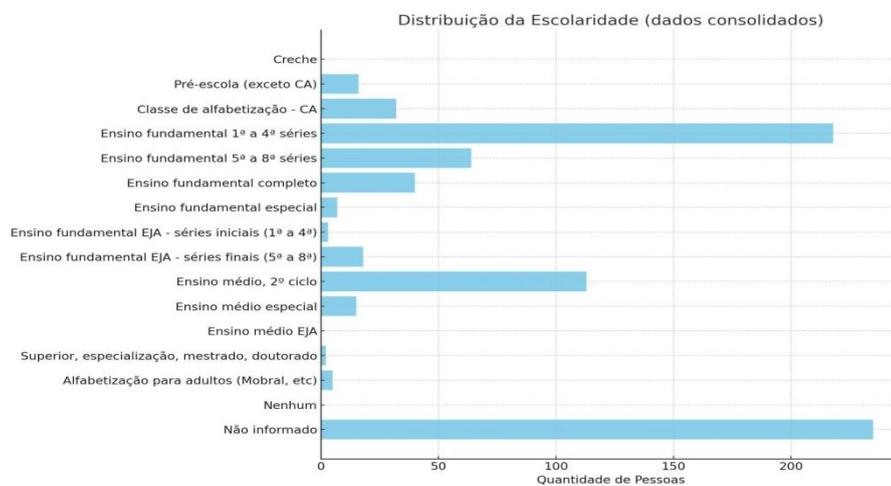


Fonte: Relatório e-sus, 2025.

Como responsável familiar, observou-se que mesmo 392 da população não informando o responsável familiar, 385 informaram que os são os filhos, nomeados como chefes de família.

Quanto à escolaridade, destaca-se como a mais alta o ensino fundamental de 1º a 4º série, mas observou-se um número significativo de pessoas que não informou sua escolaridade. Há baixa representação de níveis como Ensino Superior ou alfabetização para adultos.

Figura 5: Escolaridade

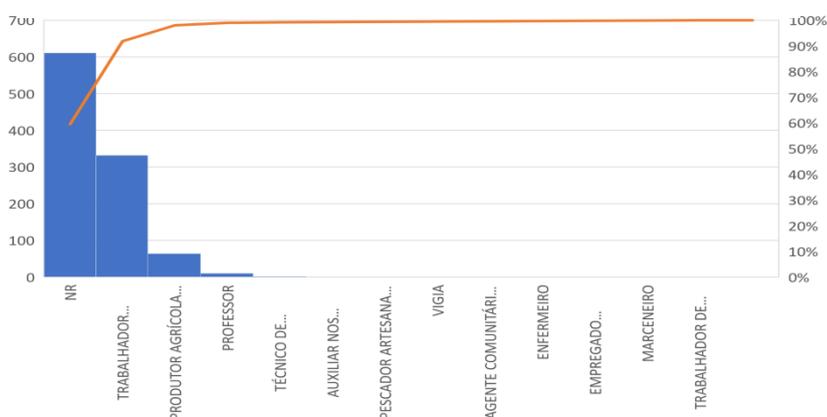


Fonte: Relatório e-sus, 2025.



Em relação a ocupação da população da comunidade, 332 pessoas se identificaram como trabalhador volante da agricultura, seguindo 64 como produtor agrícola polivalente. Observa-se a realidade local dessa população, fatores relacionados ao modo de vida, à economia local e características geográficas, o que destaca-se o acesso limitado à educação e qualificações profissionais da população daquela comunidade, sujeitos a deslocar-se conforme as necessidades e ofertas de trabalho.

**Figura 4: Ocupação da população**



**Fonte:** Relatório e-sus, 2025.

### **Mapa social: trabalho no território vivo**

A construção do mapa social da comunidade do Santa Maria do Memorial foi estruturada a partir da escuta qualificada da população e da observação participante da equipe de saúde. Foram realizadas roda e conversa, mediadas pelos profissionais de saúde, onde foram definidos os materiais para confecção do mapa, discutiu-se as questões norteadoras, a fim de coletar informações sobre os elementos mais significativos da comunidade. Em um terceiro momento, os envolvidos confeccionaram livremente o mapa. Em um quarto momento, a obra final, o mapa confeccionado.



**Figura 7:** Oficina de Cartografia Social



**Fonte:** Acervo Pessoal, 2024

Convém ressaltar que o processo descrito desempenha um papel fundamental ao contribuir com os grupos sociais, permitindo a exploração de seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas pelo reconhecimento de direitos. Além disso, essa abordagem auxilia na extensão do conhecimento que os grupos sociais têm sobre seus próprios territórios, suas histórias e a maneira como utilizam os recursos naturais disponíveis. Julgou-se necessário apresentar os principais achados obtidos na oficina, a partir das cinco perguntas norteadoras, no quadro a seguir.

**TABELA 1:** Perguntas norteadoras e respostas recorrentes

QUESTÕES NORTEADORAS	RESPOSTAS RECORRENTES
1- Quais os elementos mais significativos para a saúde e a vida da comunidade?	<ul style="list-style-type: none"> <li>● 01 UBS</li> <li>● 01 Igrejas,</li> <li>● 01 Escola</li> <li>● 02 quadra de vôlei</li> <li>● 01 campo de futebol</li> <li>● 01 praça</li> <li>● 01 Associação de Agricultores</li> <li>● 01 Casa de Farinha Comunitária</li> </ul>
2- Onde as pessoas trabalham	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Campo</li> <li>● coletas de frutas e óleos</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• coletores de plantas medicinais</li> <li>• pesca</li> <li>• comércio</li> <li>• serviços públicos</li> </ul>
3- Quem promove e cuida da vida na comunidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissionais de saúde (Estratégia da Saúde da Família Ribeirinha)</li> <li>• Rezadores</li> <li>• Parteiras,</li> <li>• Benzedeiras e</li> <li>• Benzedores,</li> <li>• Curandeiros</li> <li>• Conhecedores de plantas e garrafadas,</li> <li>• puxadores e etc</li> </ul>
4- Quais são as memórias e histórias que envolvem as pessoas e o lugar?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• História do Marino Encantado</li> <li>• Lago misterioso do Mamoriacá</li> <li>• Encantamentos</li> </ul>
5- Quais são os lugares de conflitos ambientais que geram violência e ameaçam as comunidades e a vida das pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A região registra disputa e conflito entre os que defendem a APA e o que não defendem</li> <li>• Há conflito no período do Defeso</li> </ul>

Fonte: Oficina de cartografia social, 2024.

O levantamento das informações evidenciou histórias ricas, cobertas de simbologia, dos mitos e lendas. Por outro lado, permitiu destacarmos pontos estratégicos da comunidade, como espaços coletivos de lazer, escolas, campo de futebol, áreas de preservação ambiental. A elaboração do mapa social foi fundamental para alicerçar o planejamento de ações de saúde, pois foi possível identificar atores-chaves no território e traçar estratégias mais fieis a realidades do local. Após aplicação de oficinas e coleta de informações, foi produzido o mapa social, conforme imagem a seguir.



Figura 8: Mapa Social.



Fonte: Acervo Do Projeto.

Segundo os moradores mais antigos, certa vez uma família atravessava o lago Mamoriacá em uma pequena canoa equipada com motor de rabeta. Durante a travessia, foram surpreendidos por uma tempestade violenta, que virou a embarcação e causou o naufrágio. Em meio ao desespero, a mãe, desesperada para salvar seu bebê, afirma ter entregado a criança a um homem desconhecido que surgiu repentinamente nas águas oferecendo ajuda.

Ao retornarem à terra firme e recobrar a consciência do ocorrido, a mulher perguntou ao seu pai sobre o paradeiro do bebê e do homem misterioso. Com espanto e profunda dor, ouviu que não havia mais ninguém na canoa além deles — e que o bebê havia desaparecido no naufrágio. Desde então, ela acredita que confiou seu filho a uma entidade encantada das águas, e seu filho é o ser encantado Marino Encantado.

O local do acidente tornou-se, desde então, um ponto envolto em mistério. Moradores relatam que ali acontecem episódios inexplicáveis: embarcações afundam sem causa aparente, balsas carregadas de gado desaparecem, e pescadores ouvem vozes e avistam presenças misteriosas durante as noites de lua cheia. Ribeiro (2019), relata que o território contém uma complexidade que não cabe toda ela no mapa, mas é este,



obrigatoriamente, um ponto de partida do qual complexidades não evidentes no mapa dificilmente serão alcançadas.

Para o sucesso dessa empreitada, é preciso, portanto, superar a visão que se tem do mapa como produto acabando, que se fecha em si mesmo. O mapa produz uma imagem do mundo e ao fazer isso é lançado no jogo das relações sociais. O reconhecimento desse fato torna o mapa um recurso de denúncia das desigualdades de condições de saúde em certos pontos do território (p. 17).

O território é complexo, cheio de dinâmicas sociais, históricas, culturais e ambientais que não cabem integralmente numa representação gráfica. Ainda assim, o mapa é um ponto de partida necessário para compreender essas complexidades. Quando se reconhece que o mapa é parte de um “jogo de relações sociais”, ele deixa de ser apenas um instrumento técnico para se tornar um recurso político e crítico, capaz de revelar desigualdades, como as condições precárias de saúde em determinadas regiões.

## CONCLUSÃO

A Cartografia Social é um caminho que compreende o envolvimento dos sujeitos na realidade que atua e intervém, em que todas as pessoas estejam implicadas na realidade do território. A Cartografia Social é uma construção coletiva e participativa de “mapas” sobre o lugar de vida das pessoas e do trabalho em saúde. A Cartografia não é uma fotografia de uma determinada realidade, está mais para um filme dinâmico e em movimento, portanto, incompleto. A produção da Cartografia é coletiva, sempre com a participação da comunidade.

Ao finalizar o “mapa”, todas as pessoas passam a conhecer mais o território, ampliando as possibilidades de poder da comunidade e de quem ali atua. Assim, o território ganha novos significados e sentidos para os participantes. As histórias, condições e modos de vida podem ser conhecidas a partir do olhar daqueles que vivem nos territórios. A cartografia social realiza a construção de um mapa que fala sobre determinado espaço e sua realidade, analisando a saúde, as doenças, as pessoas, as práticas, os movimentos, os conflitos, as potencialidades, as fragilidades e tudo que gira em torno de determinado lugar.

## REFERÊNCIAS

Almeida, A. W. B., et al. (2010). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social:**



**Conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia.** Manaus: UEA.

BRASIL. Ministério da Saúde. **e-SUS Atenção Primária.** Disponível em: <<https://sisaps.saude.gov.br/esus/>>.

Ribeiro, Eduardo Augusto Werneck. **A Cartografia na Geografia da Saúde: metodologias e técnicas.** 1a ed. Instituto Federal Catarinense. Blumenau – SC, 2019.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; SOUZA, Lupuna Corrêa. **Cartografia Social como Ferramenta de Análise do Território:** os diferentes modos de fazer o cuidado em comunidades rurais e ribeirinhas na Amazônia – 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2024. 115 p. (Série Saúde & Amazônia, v. 31; Subsérie Cadernos de Cartografias e Histórias da Amazônia, v.1).

SANTOS, M. **A Natureza do espaço.** 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.



## PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E COMPROMISSOS COM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA/NA AMAZÔNIA

Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves, Giselly Nogueira de Almeida

### RESUMO

Este artigo discute os desafios enfrentados pelos profissionais de Serviço Social nos estudos e atividades de extensão junto aos povos tradicionais na Amazônia, mediante às particularidades da lógica do capitalismo contemporâneo que inflige uma dura crise socioambiental e humanitária. Os estudos e pesquisas, que à luz dos valores do projeto ético-político, além de denotar o compromisso em decifrar os reptos presentes para as comunidades amazônidas em seus territórios, servem para engendrar ações afirmativas na criação de subsídios técnicos e instrumentais teóricos e práticos voltados para formação profissional e para ampliação dos debates sobre a realidade no âmbito das comunidades tradicionais. Os resultados, sob os marcos de um enfoque analítico crítico, discutem sobre a relevância do instrumental técnico-operativo próprios ao trabalho do assistente social para apoiar a busca desses povos pelo acesso a bens e serviços sociais e em defesa dos modos de vida e da permanência em seus territórios tradicionais.

**Palavras-chave:** Questão Social, Sustentabilidade, Crise socioambiental.

### ABSTRACT

This article discusses the challenges faced by Social Work professionals in their research and extension activities with traditional communities in the Amazon, in light of the specificities of contemporary capitalism, which imposes a harsh socio-environmental and humanitarian crisis. The studies and research, guided by the values of the ethical-political project, not only reflect a commitment to understanding the current challenges faced by Amazonian communities in their territories, but also aim to foster affirmative actions by developing technical and theoretical-practical tools to support professional training and broaden debates about the realities within traditional communities. The findings, framed by a critical analytical approach, highlight the relevance of technical-operational instruments intrinsic to the work of social workers in supporting these communities' struggles for access to social goods and services, as well as in the defense of their ways of life and their permanence in traditional territories.

**Keywords:** Social Issue, Sustainability, Socio-environmental Crisis.

### INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual, novas temáticas e novos desafios emergem para a profissão, como por exemplo, o despertar em relação à pertinência de participar e atuar efetivamente no embate social e político sobre a crise socioambiental. Portanto, as competências técnicas do assistente social são requisitadas mediante as novas configurações da cena societária. Neste cenário, o conjunto de problemas de ordem social e ambiental, originários da lógica de relações capitalistas globais, tem despertado a necessidade de se investir na criação e recriação de mecanismos para o enfrentamento da atual crise socioambiental. Neste sentido, entende-se que a profissão assume o compromisso de decifrar as particularidades da lógica do capitalismo contemporâneo, que reiteram a desigualdade e constroem formas



despolitizadas sobre a questão social.

Neste texto, numa breve exposição sobre os conflitos geopolítico e sociohistórico impostos pelo sistema político-econômico capitalista, suas ideologias (neoliberalismo) e suas determinações neocolonialismo político cultural, discute-se a crise socioambiental, sob o signo da fome, pobreza, doenças e emergências climáticas, como expressão da questão social. Igualmente, aborda-se o conceito de sustentabilidade, em suas formulações teórica e instrumental, como elemento de base para discutir as políticas sociais na cena Amazônica. A partir dos resultados das pesquisas e das ações de extensão implementadas na Amazônia (de 2001 até a atualidade), numa variedade de comunidades tradicionais de pescadores, ribeirinhas, de varzeiros e de extrativistas e com as ações de assessoria e consultoria aos grupos de povos originários.

## A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Dentre as principais manifestações do capitalismo, em sua abrangência global ocorreu no final dos anos 60, com a instauração da crise estrutural do capital. Para Mézáros (2011) o caráter avassalador e a intensidade desta crise, diferenciou essa ocorrência das crises cíclicas anteriores, instituindo uma crise sem precedentes na história. As transformações que estão ocorrendo, permeadas por tensões, deslocamentos e acirrados conflitos (guerras), revela-se devastadores, atingindo as diferentes dimensões fundamentais da vida humana e das demais formas de vida nos diferentes quadrantes do planeta.

O padrão de desenvolvimento do capital, que ocorreu de modo acelerado a partir da década de 80, para Chesnais (2013) caracterizou o processo de mundialização do capital. O autor explicita que no século XXI, a nova face do capital tem sido marcado por três fenômenos principais: 1) superacumulação do capital financeiro marcado por investimentos especulativos/fictícios; 2) superprodução de commodities (mercadorias) produzidas com redução da empregabilidade e depleção de patrimônio natural; e 3) superexploração dos trabalhadores com agravos na precarização, insegurança e vulnerabilidade do trabalho e das condições de vida. Esses fenômenos foram marcados pela regressão dos direitos sociais no campo das políticas sociais, face às perdas significativas em termos de proteção social para extensos segmentos sociais.

Manuel Castells (2000), por sua vez, apresenta outra definição reveladora sobre a dinâmica instaurada na sociedade que adentrou o século XXI, nominando-a como a sociedade do conhecimento ou sociedade da informação (ou informacional), que representa



a transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial. O referido autor descreve o novo escopo assumido pelo novo modo de produção vigente, delineando um conjunto de características para sociedade, como: a informação/conhecimento como matéria-prima central; a flexibilidade das novas tecnologias e de seus efeitos perversivos; a hegemonia das redes; a primazia do consumo; as mudanças de valores, comportamentos, modos de vida e nos processos de trabalho.

Para Werthein (2000, p. 71), a flexibilidade das novas tecnologias permite “realizar com rapidez e eficiência os processos de desregulamentação, privatização e ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho característicos do capitalismo industrial.” Para estes autores (Castells, 2000; Werthein, 2000), a emergência do novo paradigma técnico econômico impulsionou a transição da economia de uso intensivo de capital e da força de trabalho (fordismo) para economia pós-industrial, alavancada pelo conhecimento intelectual, a capacidade de formação de redes sociais e intercâmbio de conhecimentos. No século XXI, aportou uma sociedade marcada pela intensificação da questão social, acirrada pela amplitude dos agravos das problemáticas socioambientais (pandemia, emergências climáticas entre outros). A crise e expansão do capital, ancorados nos sistemas nacionais e internacionais de Ciência, Tecnologia & Inovação, adentraram novas fronteiras do conhecimento sob a dinâmica da 4ª. Revolução Tecnológica. Este movimento balizou suas contradições intrínsecas de crises multifacetadas e assimetrias sociais e econômicas que impõem incertezas à extensos segmentos sociais.

O capitalismo sob os ditames do Norte Global, potencializa suas tendências, recortes e implicações na conjuntura atual, demarcando um padrão monopolista, expansionista e extrativista que acirra sobremodo a questão socioambiental, resultando na trama complexa que associa variados fatores interdependentes, como: o modelo de produção marcado pelas variantes precarizadas de arranjos laborais que ampliam a exploração dos trabalhadores (escala 6/1, uberização); o fomento à indústria da guerra e dos conflitos (nuclear, bélico) que geram etnocídio e genocídio aprofundando a crise humanitária (epidemias, pandemia); a busca açodada pelo lucro que expande o domínio sobre os territórios e biomas, impulsiona a exploração da natureza pelo uso intensivo da biodiversidade (recursos naturais não-renováveis, recursos naturais renováveis) e patrocinam a alteração nos ciclos naturais (água, fauna e flora) pelas transformações profundas no equilíbrio dos ecossistemas.

O segmento profissional no qual assistentes sociais estão posicionados é confrontado a pelear pela socialização de saberes sistematizados para a construção da



crítica coerente que combata as conotações falaciosas dos discursos dos setores de conservadores que exaltam as práticas manipuladoras utilizadas pelas elites do poder. Logo, é mister que haja a responsabilização das políticas sociais no atendimento às demandas sociais acionadas pelo compromisso profissional no exercício da práxis, mediante a crise civilizatória, manifestação que suscita uma das expressões mais nefastas da questão social: a crise socioambiental.

## CRISE SOCIOAMBIENTAL, PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

A abordagem dos conflitos que envolvem o usufruto dos ecossistemas como recursos naturais (matéria prima), sob a lógica do sistema capitalista, confrontam as formas de manejo dos povos originários (etnias indígenas) e dos povos tradicionais resultando numa vasta e profunda crise socioambiental (Chaves, 2009). Estes conflitos, para Pacheco (1992), abrangem três componentes que são, a ação dos sujeitos, a determinação gerada pelos processos estruturais e a mediações (políticas e culturais). A configuração e a dinâmica dos conflitos que constituem a questão socioambiental envolvem componentes ecológico-ambientais, mas principalmente político e socioculturais. Pois, estes conflitos envolvem valores (simbólicos ou ideológicos) que os sujeitos sociais ou setores aderem ou manipulam de acordo com determinados interesses em jogo, sendo parte integrante da questão social.

Na abordagem das questões socioambientais predomina um conjunto de estudos, Godard (1997) os associa em três principais correntes teóricas de análise do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o meio ambiente, que são oriundas da: teoria neoclássica que defende o crescimento e o equilíbrio econômico, as condições de exploração economicamente ideal, baseada na verificação da “evolução” dos recursos; (Dasgupta & Heal, 1979; Solow, 1974); Bioeconomia ou Economia Ecológica de corte crítico ao modelo atual apresenta um projeto de atividade econômica que confronta os novos conceitos e modelos desenvolvidos pelas ciências da natureza (Cavalcanti, 1997); e do Ecodesenvolvimento, de perfil crítico foca na sustentabilidade das práticas para atender as necessidades básicas humanas e nas mudanças institucionais para apoiar (Sachs, 2002).

Em 1970, Ignacy Sachs cunhou o conceito de Ecodesenvolvimento nas reuniões preparatórias da Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano de 1972, em Estocolmo. Sachs (2002) criticou o modelo de desenvolvimento global, propôs a instituição de um Ecodesenvolvimento em favor da defesa da vida humana



e da natureza, da autonomia dos povos para superação da desigualdade entre países ricos e pobres. Cujas estratégias abrangem a prudência no uso de recursos naturais e a adoção de medidas para garantir a qualidade do meio ambiente.

O Ecodesenvolvimento tem como referência a sustentabilidade das práticas que garantem o suprimento das necessidades sociais, num plano de desenvolvimento composta pelos pilares: *social*, na eliminação da desigualdade social, afirmação dos direitos de cidadania, melhoria integral da qualidade de vida e respeito às formas de organização social; *econômico*, no uso dos recursos públicos e privados na viabilização de políticas sociais, distribuição equitativa de riquezas, geração de emprego e renda; *ecológico e ambiental*, de políticas reguladoras pela criação de rede de reservas da biosfera e manejo sustentável dos ecossistemas naturais, com máximo de aproveitamento do potencial e mínima de deterioração, respeito à biodiversidade como patrimônio comum da humanidade; *geográfico*, de marcos regulatórios de vigilância/controle com planejamento participativo para ordenamento das atividades e distribuição dos assentamentos humanos evitando riscos sociais e ambientais; *cultural*, de implementação de processos de transformação em sintonia com a valorização dos saberes, habilidades e práticas culturais de manejo e conservação dos recursos da biodiversidade; *político*, de acordos entre os agentes sociais com respeito aos valores culturais dos povos (Sachs, 2002)

Para dar continuidade aos debates das questões socioambientais, em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, coordenada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Em 1987, cujos estudos foram apresentados no Relatório Brundtland que definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”, que suplantou o caráter crítico proposto pelo Ecodesenvolvimento.

Na II Conferência Mundial de Meio Ambiente da ONU (Rio-92), uma solução intermediária foi o estabelecimento de um pacto entre os setores (estatais, agências multilaterais, comunidades, setores produtivos), os países assumiram o compromisso de adotar como ferramenta a Agenda 21. Apesar das ações programadas o capitalismo verde e o *agrobusiness* emergirem, sem reverter o consumo excessivo dos recursos não-renováveis e nem aboliu a exploração predatória via desmatamento, extinção de animais, perda de recursos florísticos, poluição de rios e mares que comprometem os recursos hídricos do planeta. Ao contrário, acirrou: a distribuição desigual de renda; a ineficiência no controle dos agentes e práticas geradores do efeito estufa; os riscos no uso da energia nuclear (bélico,



civil); a adoção de fatores desagregadores aos ecossistemas (catástrofes, alagações, queimadas, contaminações, poluição, mortes, destruição patrimonial); a busca do lucro/produtividade/competitividade; os processos de urbanização e problemas demográficos (gentrificação, rurbanização, conurbação megalópoles e o macrocefalismo urbano).

No Brasil, o governo editou a Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal e o Programa Amazônia em Ação, em conjunto com Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais (PPG-7) e o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), com objetivo de incentivar o crescimento econômico aliado à integração da região, tendo como diretrizes a reorientação do desenvolvimento, a integração externa e interna e a valorização humana, o apoio para geração de conhecimentos sobre as potencialidades econômicas e a viabilidade ambiental e o apoio para ações de recuperação de áreas degradadas, visando a conservação da biodiversidade dos recursos hídricos, do solo e do clima local.

## COMPROMISSO PROFISSIONAL E AS DEMANDAS DA ÁREA SOCIOAMBIENTAL

O projeto ético político do Serviço Social, constituído por um conjunto de elementos de caráter jurídico-político e organizativo, é produto de um processo de amadurecimento das bases teórico-práticas que fundamentam a profissão numa direção social, correlacionada ao complexo movimento de transformação sócio-histórico, econômico, político e cultural da sociedade. Nesse processo o profissional confronta projetos (societário e profissional) antagônicos entre si, construídos na interlocução com o próprio movimento societário, notadamente marcadas pelo aumento das desigualdades sociais.

No Brasil, o projeto profissional construído pelo Serviço Social ao longo de um processo de amadurecimento ético e político da categoria profissional e legitimado no âmbito da dinâmica de relações de forças impostas pela lógica neoliberal, conduziu a profissão a uma identidade profissional que de acordo com Teixeira e Braz (2009) está vinculada a um projeto de transformação da sociedade, que pressupõe compromissos com o enfrentamento dos conflitos sociais. Desse modo, Teixeira & Braz (2009), num exercício de sistematização e interpretação da sociedade brasileira, destaca alguns dos componentes constitutivos de um projeto de transformação social: a explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica na qual se ancora; a crítica radical à ordem social vigente na sociedade do capital, que produz e reproduz a pobreza, ostentando uma produção monumental de riquezas (*commodities*); as lutas e posicionamentos políticos



acumulados pela categoria a partir das formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é orientado pelo Código de Ética de 1993; a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social. Iamamoto (2011, p. 229) indica que do ponto de vista dos valores éticos e princípios políticos, o projeto profissional baseia-se em pressupostos fundamentais de liberdade, emancipação, autonomia, democracia (socialização da riqueza e participação política), equidade e justiça social, pluralismo e a não discriminação. Embasados por esses valores, a categoria profissional assume um projeto social voltado para os interesses históricos dos trabalhadores, assim a prática política dos profissionais ocorre via engajamento nas lutas e reivindicações sociais emancipatórias, na defesa dos direitos humanos (sociais, culturais, econômicos e políticos), na viabilização de programas e de políticas sociais coerente com os necessidades dos sujeitos e grupos sociais. Notadamente, face aos dilemas gerados pelo capitalismo, a efetivação do projeto profissional representa um grande desafio, sobretudo devido à conjuntura política que apresenta e aproxima a profissão de novas temáticas, novas demandas e grandes reptos.

Montaño (2009, p. 194) alerta que o grande erro talvez seja cair na lógica de “não desvendar as problemáticas emergentes na atualidade, de não estudar nem intervir sistematicamente nas novas demandas sociais, conservando, praticamente inalterado o campo de intervenção”. O autor adverte que as funções tradicionais de competência do assistente social passam apenas a ser reproduzidas ao longo dos anos, uma vez que poucos são os estudos sobre a preservação do meio ambiente, por exemplo, e de tantas outras temáticas necessárias para a intervenção desse profissional. Para este autor, “nem se modificam estes ‘campos tradicionais’, nem se incorporam novas demandas sociais, novos objetivos de intervenção profissional” (Montaño, 2009, p. 195).

Diversos autores (Iamamoto, 2006; Montaño, 2009; Teixeira & Braz, 2009; Yasbek, 2009) convergem suas preocupações de que o assistente social deve atentar para as transformações sociais mais gerais, bem como às demandas que do cotidiano profissional, de modo a captar as expressões da questão social na atualidade. Neste sentido, objeto de intervenção profissional, tem possibilitado uma ampliação dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, como por exemplo, o Serviço Social na área socioambiental.

Nos estudos, pesquisas e ações de extensão realizados, para efetivar as diversas incursões teórico metodológicas, os pesquisadores implementaram diversas técnicas e instrumentos articulados entre si para composição interpretativa, seguindo as seguintes



premissas: a) articulação da base teórica e metodológica à investigação empírica de modo a ampliar o conhecimento sobre a realidade das comunidades; b) utilização dos resultados da pesquisa para realização de atividades socioeducativas; c) produção de subsídios para implementação de políticas públicas direcionadas para este segmento; d) formação de profissionais e pesquisadores aptos a atuar com competência teórico-metodológica no contexto local, sem desconsiderar o global; e) produção de informações qualificadas para instrumentalizar os grupos comunitários em suas lutas por direitos sociais. Os estudos realizados abrangeram uma modalidade de trabalho direcionado para reflexão crítica sobre a dinâmica de vida e (re)existência alcançando a construção de novos saberes para viabilização de ações coletivas para a transformação da realidade existente.

## DESAFIOS E COMPROMISSOS COM POVOS TRADICIONAIS DA/NA AMAZÔNIA

Na empreitada de construção do saber profissional na jornada investigativa junto às comunidades amazônidas tornou-se imperativo mapear a articulação social, política, econômica, tecnológica e cultural a partir das declarações dos grupos específicos, de modo a criar as condições adequadas para desvendar o modelo de organização existente, além de identificar o lugar e a relação com o contexto jurídico maior do Estado-nação: a condição de cidadania. Numa perspectiva etnográfica, as diferenciações entre os povos originários constituídos por várias etnias indígenas e os povos tradicionais formados por quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, varjeiros e outros grupos sociais na Amazônia. Assim, além da heterogeneidade interna de cada uma dessas categorias, a diferença na forma de organização sociocultural particular de cada povo é tão significativa que não cabem no bojo de uma mera classificação, mas que precisam ser reconhecidos por suas particularidades socioculturais, formas de organização do trabalho e na configuração de seus territórios. Entende-se que é importante exercitar um olhar crítico, investigativo e analítico mais profundo na tentativa de ir além da detecção das (des)semelhanças que vigoram e são perceptíveis, para desvendar as particularidades que conformam os diversos grupos sociais, tornando-os singulares no plano societal e histórico.

Este é um grande desafio para o profissional de Serviço Social que expressa-se desde a percepção interpretativa sobre os problemas de ordem socioambiental, para travar debates sobre a busca de caminhos e estratégias políticas de enfrentamento às expressões da questão socioambiental. Nessa perspectiva, ganha relevância o debate sobre o modo de vida dos povos tradicionais da/na Amazônia, cujas lutas revelam a busca por soluções



voltadas para o reconhecimento de seus saberes e territórios, em formas diversificadas de resistência de caráter emancipatório e orientadas pela sustentabilidade das práticas no manejo da biodiversidade regional.

Estes povos apresentam demandas e apresentam propostas de cunho inovador no campo das políticas públicas e sociais, e, que requerem que se constitua formação de profissionais que possam assumir o compromisso de apoiar ações afirmativas de cidadania para o enfrentamento das expressões da questão socioambiental junto aos povos tradicionais na/da Amazônia.

Para tanto, nos últimos anos, o Serviço Social tem caminhado em direção ao amadurecimento do seu arcabouço técnico-científico nas diversas áreas em que tem sido chamado a intervir. Na área socioambiental, a articulação entre o social e o ambiental ainda é, relativamente a outros temas, incipiente carecendo de aprofundamentos e avanços científicos e técnicos operativos. Todavia, os profissionais que compreendem essa articulação, tem exercido um esforço significativo para apreender as novas mediações através das quais se expressam a questão socioambiental na contemporaneidade.

Para ilustrar o panorama da questão socioambiental enfrentada pelos povos tradicionais na região Amazônica que foram identificados nos estudos realizados e a perspectiva de prática profissional far-se-á o destaque de algumas premissas, são elas: os problemas sociais requerem tratamento articulado ao prisma socioambiental. Pois, nas comunidades as estratégias preconizam o uso dos recursos específicos de cada território para atender às necessidades básicas de seus habitantes, salvaguardando a conservação duradoura dos recursos pela gestão comunal que visam a redução dos efeitos negativos aos ecossistemas, pela potencialização dos resultados exitosos no atendimento às necessidades básicas (materiais e psicossociais).

Os marcos das organizações ribeirinhas abrange um conjunto de elementos, tais como: o regime de propriedade e as delimitações de uso territoriais, (de)marcados pelo padrão de ocupação e uso social histórico e cultural; os vínculos afetivos e laborais, mantidos pelos grupos locais; a história de sua constituição como grupo, conservada na memória coletiva; as formas de uso e manejo dos recursos locais; a sociabilidade política; a forma de organização do trabalho – familiar e comunitário; o *modus vivendi*.

Igualmente, a construção de propostas de desenvolvimento local pela garantia de cidadania com acesso às políticas públicas e aos seus aparatos de bens e serviços sociais pauta-se pela garantia da sustentabilidade dos modos de vida e das práticas laborais que mantêm e que dependem do suporte dos seguintes elementos: a base de saberes



produzidos por gerações sobre as condições naturais; as relações sociais (meios físicos, biológicos e sociais) existentes; a adaptação às condições naturais (meios físicos e biológicos); o respeito pela dinâmica organizativa dos grupos locais e suas práticas de manejo dos recursos; a implementação de políticas públicas (planos, programas e regulamentação) coerentes e adequadas às condições e interesses dos segmentos locais.(Chaves, 2018).

Os pilares propostos enfocam em primeira instância o atendimento às carências das populações empobrecidas, com o reconhecimento de que sofrem sérios comprometimentos em relação ao atendimento às suas necessidades fundamentais (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias, saúde e participação nos fóruns de decisões). Portanto, sob esta perspectiva, o combate a crise socioambiental requer a viabilização de políticas sociais eficazes e afirmativas de cidadania (oportunidade, iniciativa, dignidade) e respeito aos valores e princípios socioculturais. Cujos objetivos são a garantia do desenvolvimento pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a redução das desigualdades sociais e regionais pela eliminação da pobreza e da marginalização, no banimento dos preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas.

A globalização, em sua força impositiva gera mais desigualdades entre regiões, países e grupos sociais do que uma convergência integradora. O modelo de desenvolvimento apoia-se sobre a expansão dos mercados e diminuição das políticas públicas e sociais. Em contraposição, na sociedade civil na Amazônia, em que pese os limites existentes, engendraram-se novas relações de resistência, com mobilizações dos movimentos democráticos, expansão do Terceiro Setor, aliança entre culturas, conquista de direitos sociais e humanos. O desenvolvimento proposto depende de ações de políticas públicas que gerem mudanças socioinstitucionais e nas práticas sociais. Tais proposições preconizam a instituição de um sistema social que garanta segurança social e ambiental, em que o desenvolvimento com sustentabilidade supere as vulnerabilidades socioambientais, visando edificar de um novo paradigma de sociabilidade política. (Chaves. 2018)

## Considerações Finais

Os estudo indicam que, em busca de acordos entre as partes, diversificadas iniciativas têm sido implementadas pelas agência multilaterais. Todavia, as iniciativas têm sido insuficientes mediante as emergências climáticas associada à crise humanitária



vigente. Haja visto que a problemática ambiental tem origem na forma histórica com que o sistema capitalista exerce domínio sobre a natureza, convertendo-a em mercadoria e submetendo-a as necessidades de sua reprodução (Silva, 2010).

Neste artigo afirma-se que a crise socioambiental e humanitária, reconhecidas como expressão das contradições desencadeadas pelo desenvolvimento das forças produtivas de ordem capitalista, são expressão da própria questão social que desafiam o compromisso profissional de assistentes sociais no campo socioambiental. Assim, a importância fundamental de esta categoria profissional comprometer-se com princípios e valores democráticos, cujo valor ético central seja a autonomia dos segmentos sociais em condição de vulnerabilidade social e ambiental de avançarem na superação da exclusão social. Portanto, o compromisso profissional deve convergir para a defesa da autonomia dos povos e do reconhecimento da relevância das formas de manejar os recursos locais orientada pelos valores culturais em suas peculiaridades, o aproveitamento das potencialidades (habilidades, recursos) locais, na organização das formas de trabalho sob a concepção de sistemas cíclicos/sazonais de produção.

As experiências tornaram possível identificar que as práticas profissionais, revestidas por um caráter político emancipatório junto aos povos tradicionais amazônidas, guardam consonância com os valores do Projeto Profissional construído pelo Serviço Social. À luz da teoria crítica, defende-se que os conhecimentos dos diversos grupos sociais possam ser valorizados como um direito fundamental da condição de cidadania informada. A conquista desta prerrogativa democrática pode representar a possibilidade de criação de oportunidade imprescindíveis para o exercício do protagonismo social e de enfrentamento à questão socioambiental.

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 436 p. ISBN 8524906626.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAVES, M. do P. S. R. P. Pobreza X inclusão social: dilemas e desafios político, social e ambiental. **Revista ESMAT**, Palmas: Escola Superior da Magistratura Tocantinense, v. 10, n. 15, p. 105–129, jan./jun. 2018.

CHESNAIS, F. As raízes da crise econômica mundial. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 21–37, 2013.



DASGUPTA, P. S.; HEAL, G. M. **Economic theory and exhaustible resources**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. 501 p. (Cambridge Economic Handbooks).

GODARD, O. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

IAMAMOTO, M. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MÉSZARÓS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. ver. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Três modelos de política indigenista: Brasil – 1985-1992. **Revista Con Textos**, Misiones – AR, v. 1, 1993.

SACHS, I.; STROH, P. Y. (Org.). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

SILVA, M. das G. E. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOLOW, R. M. The economics of resources or the resources of economics. **The American Economic Review**, v. 64, n. 2, p. 1–14, 1974.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do serviço social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (Org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 185–200.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71–77, maio/ago. 2000.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.



## MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL

Suellen de Carvalho Ramos, Lígia da Silva Castro, Marklize dos Santos Siqueira

### RESUMO

Este artigo apresenta o resultado parcial do projeto de iniciação científica intitulado: SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: o estado do conhecimento. A pesquisa aborda a relação entre os movimentos sociais e o Serviço Social, e tem como objetivo analisar a produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro na temática dos movimentos sociais a partir dos artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade no período de 1979 a 2023 e a Revista Temporalis de 2010 a 2023. A metodologia é baseada em pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e quantitativa. O estudo pretende evidenciar a pluralidade de perspectivas existentes sobre os movimentos sociais, especialmente com foco nos sujeitos e territórios da Amazônia, estimulando novas produções acadêmicas na região. A partir da revisão de literatura é possível afirmar que o Serviço Social brasileiro crítico se constitui a partir de uma relação intensa com os movimentos sociais e suas lutas históricas.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Serviço Social; Produção do conhecimento científico.

### RESUMEN

Este artículo presenta el resultado parcial del proyecto de iniciación científica titulado: SERVICIO SOCIAL Y MOVIMIENTOS SOCIALES: el estado del conocimiento. La investigación aborda la relación entre los movimientos sociales y el Trabajo Social, y tiene como objetivo analizar la producción de conocimiento del Trabajo Social brasileño sobre la temática de los movimientos sociales a partir de artículos publicados en la Revista Servicio Social e Sociedade de 1979 a 2023 y en la Revista Temporalis de 2010 a 2023. La metodología se basa en la investigación bibliográfica con enfoque cualitativo y cuantitativo. El estudio pretende destacar la pluralidad de perspectivas existentes sobre los movimientos sociales, especialmente centrándose en los sujetos y territorios de la Amazonía, estimulando nuevas producciones académicas en la región. A partir de la revisión de la literatura, es posible afirmar que el Servicio Social crítico brasileño se constituye a partir de una intensa relación con los movimientos sociales y sus luchas históricas.

**Palabras clave:** Movimientos sociales; Servicio social; Producción de conocimiento científico.

## INTRODUÇÃO

O Serviço Social surge e desenvolve-se inscrito nos processos de hegemonia do capital sendo requisitado pela classe dominante a fim de compor a estratégia de reprodução das relações sociais de produção. O/a assistente social encontra na implementação de políticas sociais (um conjunto de prestação de serviços sociais) o meio concreto para exercer seu trabalho profissional. É importante ter clareza de que, pela sua intervenção, o/a profissional responde tanto aos interesses do capital quanto do trabalho, podendo fortalecer um ou outro pela mediação do seu oposto. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008; NETTO, 2009)

Ainda que a emergência do Serviço Social esteja marcada por sua vinculação aos interesses da classe dominante, esta mesma profissão buscou (e, de certa forma, ainda busca) outra legitimidade social, voltada aos interesses da classe trabalhadora. Em linhas



gerais, na segunda metade do século XX foram registrados movimentos expressivos de contestação social e política em diversos países advindos da organização da classe trabalhadora. Neste mesmo período, surgiram os novos movimentos sociais de caráter “identitário” que trouxeram à tona não só questões trabalhistas como também questões relativas à opressão às mulheres, ao racismo vivenciados por negros/as e povos indígenas, à orientação sexual, a crise socioambiental e ecológica, à questão geracional, entre outros. As lutas por direitos políticos, sociais e ambientais ganharam corpo social para além das fábricas com as mais variadas formas de mobilização.

No interior do Serviço Social a interação com novos atores sociopolíticos e a incorporação de referenciais teóricos da tradição marxista foram elementos fundamentais para que se consolidasse uma crítica efetiva ao contexto social da época e às bases tradicionais da profissão (NETTO, 2009). O conjunto dessas problematizações confluíram para o chamado “Movimento de Reconceitualização” no Serviço Social brasileiro. No campo sócio-histórico se, por um lado, os movimentos sociais e populares alcançaram um importante avanço organizativo e reivindicatório na década de 1980, contribuindo significativamente no processo de elaboração da Carta Magna de 1988, por outro lado, as contrarreformas neoliberais implementadas nos anos de 1990 alteraram a correlação de forças, colocando os sujeitos coletivos em posição defensiva frente aos ataques contra os direitos conquistados. Na medida em que o sistema capitalista intensifica a exploração do trabalho, percebe-se o aumento da desigualdade econômica, social e ambiental; a desumanização das relações sociais e das condições de vida da classe trabalhadora.

O conjunto destas problemáticas traz à tona um conjunto de mobilizações (espontâneas e/ou organizadas) de trabalhadores/as que assumem a cena pública exigindo respostas do poder público e das classes dominantes. Isto posto, se faz importante entender a relação entre a profissão e os movimentos sociais, nesta pesquisa o foco para esta abordagem se dará por meio do estudo e análise do que se tem revelado no âmbito da produção do conhecimento científico. Toma por referência para a pesquisa a produção científica sobre o tema publicada nas Revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis. São dois periódicos da categoria dos mais importantes sinalizados pelo Relatório-síntese dos grupos de trabalhos e pesquisa – Gestão ABEPPS 2013/2014. O relatório apresenta o conjunto de esforços organizados pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

É importante ressaltar que esta pesquisa está vinculada ao Projeto Universal do



CNPq intitulado Sujeitos e Territórios Tradicionais na Amazônia, que vêm sendo desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo Inter-Ação. O referido projeto tem o objetivo de analisar os sujeitos sociais em seus territórios na busca por acesso a bens e serviços sociais e na defesa dos seus modos de vida. Entendese que seus direitos instituídos de autonomia de organização política e sócio-cultural enfrentam pressões diante das transformações no mundo do trabalho, impostas pela lógica do paradigma técnicoeconômico de expansão do capital em sua fase de políticas neoliberais.

Desse modo, em consonância com os debates e reflexões a serem realizados foram formuladas a seguinte questão: O que vem sendo elaborado na produção do conhecimento sobre a temática dos Movimentos Sociais pelos pesquisadores assistentes sociais considerando as diversas formas de resistência construída pela classe trabalhadora diante do avanço do capitalismo com suas políticas neoliberais?

Tratando do assunto Movimento Sociais e Serviço Social, esta pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a temática no âmbito profissional, uma vez, que se constitui em temática ainda pouco investigada, em especial no território amazônico. Os movimentos e instrumentos de luta social da classe trabalhadora se diversificaram ao longo do processo de aprofundamento do capitalismo contemporâneo. O assistente social um dos profissionais acionados pelo capital para participar e contribuir para a reprodução das relações sociais, este possui acesso privilegiado a classe trabalhadora e suas formas de luta por direitos e acesso a bens e serviços sociais.

Trata-se de um estudo que pretende visualizar a pluralidade de perspectivas de produção do conhecimento sobre o tema dos movimentos sociais produzido por Assistentes Sociais. Sua relevância se apresenta diante da necessidade de apropriação dos debates que os pesquisadores de Serviço Social vêm construindo sobre a temática. Além disso, se faz necessário tecer a posteriori reflexões sobre os movimentos sociais e colaborar para futuras pesquisas sobre a temática considerando a peculiaridade dos sujeitos e territórios amazônicos. Este artigo apresenta as reflexões teóricas das categorias analíticas da pesquisa resultante do levantamento bibliográfico realizado, e está dividido em duas partes. A primeira parte realiza uma contextualização do debate dos movimentos sociais no Brasil e no Serviço Social e a segunda parte apresenta uma discussão sobre a produção do conhecimento na temática dos movimentos sociais no Serviço Social.



## MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE

Os movimentos sociais sempre existiram na história da sociedade e nascem da necessidade do povo de lutar pela mudança de uma situação que os prejudica, assim sendo empreendem lutas diárias em decorrência de falha ou negligência do Estado. Isso gera conflitos entre classes que lutam coletivamente pela necessidade de melhorar a suas condições de trabalho e vida, tendo em vista a exploração e desigualdades ocasionadas pelo sistema capitalista (SOUZA, 2021).

Os movimentos sociais mesmo que lutem por motivos diferentes tem o mesmo objetivo que é atender às suas demandas e suas causas. Para Galvão (2011), os movimentos sociais constituem modos de contestação contra as diferentes formas de exploração e dominação que emergem no capitalismo contemporâneo, mas, justamente por emergir no capitalismo, a vinculação com o trabalho – fonte de valor – constitui um elemento central para uma análise marxista dos movimentos sociais. Assim, os movimentos têm relação direta com a maneira que a classe dominante trata a classe dominada, de maneira exploratória e com vulnerabilidade econômica e social. Uma das primeiras lutas realizadas são feitas pela classe operária reivindicando direitos no campo das lutas trabalhistas, por melhores condições de trabalho.

No decorrer do processo histórico essas lutas se expandiram e hoje contemplam outras classes minoritárias como: étnico-racial, gênero, socioambientais, moradias, territórios etc. Os movimentos sociais abrangem as classes que mais sofrem pela exploração capitalista e pelo preconceito armado existente em toda a sociedade. Para Gohn (2011), os movimentos sociais possuem identidade, tempositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade, tendo a compreensão que para ser um movimento social precisa-se ter uma luta de vida. Há várias definições do que é movimento social, mas nenhum autor foge da linha da luta por uma causa e nem de ser um grupo formado por pessoas que têm os mesmos objetivos, assim os movimentos sociais são algo de caráter coletivo, para atender determinada demanda em vulnerabilidade. Quando a revolução industrial aconteceu se deixou mais evidente as desigualdades sociais.

Montaño e Duriguetto (2010) afirmam que “a emergência do movimento operário no cenário político, a partir da segunda metade do século XIX, revelou a face pública e política da questão social (p. 229)”. Ou seja, a classe operária começou a moldar a sua identidade e suas causas. Em outros países houve um crescimento do capitalismo e as revoltas dos operários também cresceram. Na América latina as primeiras décadas do século XX foram



marcadas por lutas e revoltas em busca de liberdade. As guerras de independência, como de Simón Bolívar e San Martín, as duas guerras na Nicarágua e no Peru, também houve a insurreição em El Salvador, em 1933 a revolução da Cuba, a intentona comunista no Brasil; mas a maior revolução da esquerda na América latina foi a revolução socialista da Cuba em 1959, que serviu de modelo de guerra de guerrilhas que foi utilizado em vários países, também foi um ânimo revolucionários com várias mobilizações estudantis. Em 1990 a esquerda latino-americana teve duras derrotas no campo dos direitos e do desemprego em massa, fazendo que o movimento fosse debilitando de forma organizativa e política fruto do processo de reorganização do capital após a década de 1970 com o fenômeno da reestruturação produtiva.

Com a consolidação dos Novos Movimentos Sociais (NMS) que se expandiram para além das lutas trabalhistas. Para Montañó e Duriguetto (2010) estes NMS têm por vezes o objetivo ou a função de ser um complemento das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistos como alternativos aos movimentos classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas). Alguns fatos históricos merecem ser destacados nesse contexto, como o Maio Francês e a Revolução Soviética que trouxeram estímulos para os movimentos sociais e aos movimentos de esquerda mundiais.

O movimento do Maio Francês trouxe a abertura para que outros movimentos também ganhassem forças como o de mulheres, os dos negros, como Malcolm X, Panteras Negras Luther King que se manifestaram para lutar pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos da América, os movimentos contra a homofobia, das feministas em luta do direito como, por exemplo, pelo divórcio, a legalização do aborto entre outros, e que tiveram aceitação em vários países.

Os movimentos estudantis que fizeram parte do Maio Francês junto com os operários tiveram várias interpretações, umas destas foi ocasionada pelo keynesianismo/fordismo que exigia uma mão de obra qualificada para uma certa função, forçando as universidades adotarem um padrão voltado para lado empresarial, ocasionando um empobrecimento da qualidade de ensino e colocando um valor no estudo, deixando claro que a revolta estudantil é contra o capitalismo. A junção dos estudantes e operários trouxe mais bandeiras para serem lutadas, como a desigualdade causada pelo capitalismo e outros.

Transbordando o contexto não podemos deixar de mencionar a revolução cultural do período que trouxe novas relações e ações coletivas, essa revolução aconteceu de forma informal, na maneira de se vestir, de falar e nas músicas que se ouviam e nos pensamentos



livres, não sendo algo direto ao capitalismo, mas, algo da própria autonomia.

## Movimentos Sociais no Brasil e o Serviço Social

Como em muitos países os movimentos sociais no Brasil também se concretizaram no período da industrialização, quando as pessoas das áreas rurais foram obrigadas a virem para a zona urbana, ocasionando o inchaço populacional nas cidades. O aumento populacional gerou habitação em lugares de risco, baixos salários e outras desigualdades. A chegada de imigrantes europeus e suas experiências de organização de luta por direitos fez eclodir no Brasil também as revoluções operárias e camponesas que procuravam as melhores condições de trabalho, isso gerou perseguições por parte do governo brasileiro que criou leis que punisse os sindicatos e que expulsassem quaisquer estrangeiros que afetasse a “segurança nacional”.

Impulsionados pelo descaso e a realização de mínimos de direitos disponibilizados, foram criadas várias associações sindicais a partir de 1907. Algumas com os fins assistenciais, na mesma medida que havia reivindicações pelos sindicatos e ativistas havia também repressão e na maioria das vezes sendo maior a repressão, causando exílios e fuzilamentos dos militantes. Em 25 de março de 1922 foi criado o Partido Comunista do Brasil (PCB) mesmo se tornando ilegal poucos meses após a sua criação, seguiam as diretrizes da III Internacional e tinham o objetivo de ampliar o entendimento do marxismo e a sua divulgação, traduzindo o Manifesto do Partido Comunista no Brasil e o jornal A Classe Operária, a luta na classe sindical também havia progressos e na década de 1920 é regulamentada a legislação trabalhista e em 1921 foi criado o Conselho Nacional do Trabalho.

Em 1943 na Era Vargas foi consolidado as leis trabalhistas (CLT), mais pressão foi colocada nos sindicatos e com mais domínio o Estado compunha, fazendo com que muitos operários se revoltassem, fazendo se a criação de sindicatos livres dos domínios do Estado. Mesmo com todas as investidas do Estado para que houvesse um controle dos sindicatos e dos ativistas mais fervorosos, as lutas continuaram por melhores salários e liberdade de organização sindical, conquistando a anistia dos presos políticos e a legalização do PCB, com a liberdade de organizações partidárias foram criados também o UDN e PTB, na área política obtivesse muitas conquistas institucionais, em 1980 foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1983 a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A década de 1980 foi marcada por grande participação das lutas dos movimentos



sindicais, urbanos e rurais e de todos os segmentos, eclodindo nas greves gerais nacionais, como exemplo, a de 1989 que atingiu o marco de 35 milhões de trabalhadores, sendo a maior greve do país. O movimento de luta pela terra e greves dos “boias-frias”, trabalhadores temporários que trabalham em áreas rurais sem contratos de trabalho, obteve mais abrangência no início da década e sua repercussão junto com a esquerda católica e um avanço do sindicalismo rural foram forças para a criação do MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento que defende a reforma agrária e a democratização das terras, lutando contra a monopolização de terras no Brasil, travando lutas diárias contra os grandes latifundiários e do Estado que apoia lucros imediatos independente das classes prejudicadas, muitas vezes taxados como um movimento violento que usa métodos extremistas, mas é o movimento mais antigo no Brasil e reconhecido globalmente.

Muitos movimentos de esquerda passaram a se defender com lutas armadas para combater um futuro golpe e realizar uma revolução socialista no Brasil, as organizações nas zonas urbanas como o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), Ação Libertadora Nacional, que foi fundada por Carlos Marighella, ex PCdoB, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Nacionalista Revolucionários, entre outros. Na zona rural houve a Guerrilha de Araguaia, essas organizações foram derrotadas e a opção de luta armada deu lugar a uma luta política e legal, principalmente do MDB e clandestinamente também. As mobilizações pela redemocratização ocasionaram nas “DIRETAS JÁ” de fevereiro a abril de 1984, que se desenvolveu em torno da votação Emenda de Dante de Oliveira que serviria para tornar direta às eleições para presidente da república que necessitava de 2/3 do congresso para sua aprovação, mas em abril de 1984 foi votada e não conseguiu a quantidade necessária para aprovação, sendo que 1989 foi realizada a primeira eleição direta.

No que se refere ao Serviço Social na sua gênese em 1930, este é tratado pelo Estado capitalista como uma ferramenta para servir de mediador entre as classes e de certa forma uma maneira de acalmar os ânimos da classe de proletários e as suas lutas e revoltas. Servindo assim de intervenção do Estado para aumentar o seu controle sobre a classe dominada. No entanto, o Serviço Social com um viés mais crítico e maduro intelectualmente a partir da década de 1980 passou a entender as lutas da classe de proletariado e passou a se reconhecer como classe trabalhadora.

Hoje, o Serviço Social tem um direcionamento orientado para o apoio aos sujeitos que vivenciam situações de desigualdade, pautando a sua atuação na perspectiva



de que os direitos humanos sejam defendidos, assim como na eliminação dos preconceitos e no apoio à classe trabalhadora. Também se pauta a defesa de uma ordem social sem dominação e exploração de classe, etnia ou sexo e da qualidade dos serviços prestados à população. Vemos, nesse sentido, que tais princípios convergem com objetivos dos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora que estão no campo das disputas sociais no Brasil. A história da profissão mostra que as experiências de articulação com tais movimentos ou com outras organizações da classe trabalhadora sempre tiveram seu lugar, sendo mais ou menos intensas, em decorrência de fatores internos e externos ao serviço social (SOUZA, 2021, p. 58).

No período de efervescência dos movimentos sociais, o Serviço Social estava vivendo o que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação, neste período, fazia a crítica de sua intervenção profissional. Houve um esforço de mais debates sobre o tema dos movimentos sociais entendendo que a profissão tem um papel importante na defesa dos direitos da classe trabalhadora, portanto, haveria de se identificar mais com os movimentos sociais existentes. A ligação do Serviço Social com os movimentos sociais traz a necessidade de se ter uma intermediação sociedade civil e o Estado.

## SERVIÇO SOCIAL, STATUS CIENTÍFICO DA PROFISSÃO E A PRODUÇÃO ACADÊMICA NA ÁREA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Compreender esta profissão requer conhecer de um lado o contexto sócio-histórico que está imerso e, de outro, as diversas influências filosóficas e metodológicas que impactaram a formação da profissão. O Serviço Social no Brasil se consolidou nas décadas de 1930 e 1940, em um contexto de urbanização acelerada e modernização do país. A profissão chegou influenciada pelas correntes de assistencialismo e pela presença da Igreja Católica, que já atuava em várias frentes de assistência. Nesse contexto, a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sociotécnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão.

Conforme Setubal (2005), a produção de conhecimento na área específica do Serviço Social iniciou-se a partir dos anos 1970, quando foram criados os primeiros cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais e, especificamente, na área de Serviço Social, em plena vigência da ditadura militar (1964/80). Neste período foi instaurada a reforma educacional, principalmente no ensino superior, adequando-o ao novo modelo econômico denominado “modernização conservadora”.

Nesse sentido, a refuncionalização e a expansão do ensino superior engendra a oferta, em todo o país, de cursos de Serviço Social, efetivando a sua inserção no circuito



universitário. No mesmo período, emergem os cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais e conseqüentemente na de Serviço Social. Conforme Iamamoto (2008), a primeira escola de Serviço Social no Brasil foi criada na década de 1930, e a profissionalização da área começou a tomar forma com a criação de cursos de graduação. Em 1936, foi fundada a Faculdade de Serviço Social da Universidade do Brasil, que mais tarde se tornaria a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Isso deu início à sistematização da profissão no Brasil.

Durante as décadas seguintes, o Serviço Social passou a ser estruturado enquanto profissão autônoma, com regulamentação em 1962 por meio da criação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 3.252/1957). A atuação do Serviço Social no Brasil foi fortemente influenciada pelo contexto político. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que ocorreu principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, foi um marco significativo na história da profissão na América Latina, incluindo o Brasil. Os principais objetivos do Movimento de Reconceituação incluíam: Ruptura com o Tradicionalismo, o movimento buscou romper com a visão tradicional do Serviço Social, que era muitas vezes vista como uma extensão da caridade e do assistencialismo.

O Movimento de Reconceituação teve um impacto profundo na formação e na prática do Serviço Social na América Latina. Ele levou às escolas de Serviço Social começaram a incorporar novas abordagens teóricas e práticas em seus currículos, promovendo uma formação mais crítica e reflexiva. Em 1979, ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como o "Congresso da Virada", sendo um marco para o Serviço Social no Brasil. Durante esse evento, surgiram as primeiras propostas de transformação no direcionamento teórico e metodológico da profissão. A partir desse momento, o Serviço Social passou a analisar as questões enfrentadas pela classe trabalhadora de uma maneira mais abrangente, integrando-se ao campo das ciências sociais e adotando uma postura política mais alinhada à esquerda.

Na década de 1980, apesar dos desafios trazidos pela implementação e expansão do projeto neoliberal no Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a década de 1990 foi marcada por importantes conquistas para a categoria profissional. Entre essas conquistas estão a aprovação de um novo código de ética profissional em 1993, a regulamentação da profissão também em 1993, e a reformulação das diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social – ABEPSS em 1996.



No âmbito da intervenção, a pesquisa é parceira em potencial, pois fica difícil pensar numa forma de intervir na realidade sem desenvolver um estudo sistematizado para posteriormente propor uma ação que seja aceita pela objetividade social. A criação dos programas de pós-graduação como fator impulsor da produção do conhecimento e, conseqüentemente, da pesquisa no Serviço Social tem sido tema recorrente na literatura do Serviço Social, como: Setúbal (1995), Faria (2003), Silva e Silva (2004), Kameyama (2004), Silva e Silva e Carvalho (2005 e 2007), Lara (2007 e 2008), Sposati (2007), Bourguignon (2005, 2007 e 2008), dentre outros autores. Guerra (2011, p. 126) ressalta a importância da pós-graduação sob inspiração crítica do Serviço Social “que hoje detém hegemonia na produção do conhecimento e da pesquisa, responsável pela renovação da imagem profissional e por tornar o Serviço Social contemporâneo de seu tempo, colocando-o como interlocutor reconhecido no campo das ciências sociais”.

### **A produção científica do Serviço Social sobre o tema dos movimentos sociais: um processo em construção**

Nesse contexto de incentivo e valorização da produção de conhecimento científico no Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), defende e promove a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a articulação entre graduação e pós-graduação. ABEPSS é a instituição executora do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), que é um evento significativo para pesquisadores e pesquisadoras da área de Serviço Social.

As pesquisas do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), desenvolve diversas atividades acadêmicas, políticas e investigativas com o objetivo de articular conhecimentos e práticas sobre a relação entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais. A produção do GTP inclui a pesquisa, nos estudos sobre políticas públicas, lutas sociais, e o papel dos movimentos sociais na organização da classe trabalhadora. Eles abrangem temas como controle social, associativismo e mobilização popular, além de investigar diferentes movimentos, incluindo movimentos urbanos, rurais, feministas e ambientais.

O Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social, busca promover uma análise crítica e uma intervenção profissional que fortaleçam os direitos sociais e a luta de classes no contexto da sociedade capitalista, e seu objetivo é promover



um espaço de investigação teórica, política e exploratória que permita articular a produção de conhecimento e práticas relacionadas ao Serviço Social e aos movimentos sociais.

Duriguetto (2014) observa que no período de 1994 a 2012, a temática dos movimentos sociais também esteve presente nos cursos de Serviço Social de instituições federais e estaduais, em 36 centros de pesquisa vinculados a 87 projetos de pesquisa e 23 de extensão. Tais pesquisas enfatizam principalmente a “relação entre políticas públicas e as lutas sociais, refletida a partir das práticas de gestão participativa, associativismo, planejamento estratégico, controle social e organização popular” (Idem, 2014, p. 185).

A pesquisa em movimentos sociais desempenha um papel importante na compreensão dos aspectos sociais, políticos e culturais da sociedade. Estes movimentos, desde os protestos e lutas pelos direitos até à ação coletiva para a mudança estrutural, fornecem uma visão ampla dos coletivos populares em resposta à desigualdade, à opressão e aos problemas sociais. O estudo destes movimentos permite uma análise mais profunda dos processos de resistência e mudança social, mostrando como as pessoas exploradas e oprimidas procuram a mudança/transformação política e econômica.

Além disso, o estudo dos movimentos sociais fornece lições importantes sobre o papel da cooperação, da solidariedade e das organizações políticas para conquistar o poder. Ensinamos sobre os desafios daqueles que lutam pela justiça social e como o movimento afeta as políticas públicas, as mudanças jurídicas e as relações sociais. Para os pesquisadores, compreender esses processos é uma forma de explorar a relação entre cultura, poder e identidade, além de fornecer insights sobre o processo de organização de ideias e argumentos.

## CONCLUSÃO

Este artigo é resultado de uma discussão teórica que explora a relação entre os movimentos sociais e o Serviço Social, destacando o papel dessa profissão na mediação entre as classes sociais e na luta pela garantia de direitos. A partir dessa análise, busca-se compreender as diversas formas de resistência da classe trabalhadora em resposta ao avanço do capitalismo neoliberal, com atenção especial às dinâmicas. Além disso, enfatizamos a importância do Serviço Social em apoiar os sujeitos que vivenciam desigualdades, promovendo princípios de justiça social, direitos humanos e combate à exploração.

A abordagem adotada na pesquisa utiliza metodologias qualitativas e quantitativas



para mapear os tipos de movimentos sociais estudados, identificar pesquisadores e metodologias, e apontar as conclusões acerca do tema. O trabalho também destaca como o Serviço Social, ao longo das décadas, tem se aproximado dos movimentos sociais, fortalecendo seu compromisso com a classe trabalhadora e com a eliminação de opressões sociais. Assim, a pesquisa contribui para o aprofundamento dos debates acadêmicos e profissionais sobre os movimentos sociais, incentivando futuras investigações que considerem as peculiaridades amazônicas e promovam avanços no campo científico e social.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz *et al.* Relatórios-síntese dos grupos de trabalho e pesquisa - Gestão ABEPSS 2013-2014. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 183-203, jul./dez. 2013.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Serviço Social, Pós Graduação e Produção do Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

GALVÃO, Andréia. **Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina**. Disponível em: < <http://www.academica.com/000-062/1628.pdf> > Acesso em 20/09/2015.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em 15/07/2015.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25 Ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

MENDES, Jussara Maria Rosa; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social**. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 640-661, out./dez. 2014

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Os Movimentos Sociais: sujeitos, projetos e espaços de luta. In: \_\_\_\_\_. **Estado, classe e movimento social**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

SOUZA, Cíntia Simão De. **Serviço social e movimentos sociais: apontamentos sobre esta relação no exercício profissional**. Campina Grande: UFCG, 2021. p. 45-85.



## MOVIMENTOS SOCIAIS, QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA

Thaiane Amazonas de Souza, Karine de Andrade Soares, Marklize dos Santos Siqueira

### RESUMO

Este artigo apresenta o resultado parcial do projeto de iniciação científica intitulado: MOVIMENTOS SOCIAIS EM PARINTINS: territórios de luta por direitos sociais e socioambientais. A pesquisa objetiva conhecer as formas de organização e demandas por direitos sociais e socioambientais dos movimentos sociais no município de Parintins/AM. A metodologia adotada volta-se para pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem de natureza qualitativa e quantitativa realizada através de técnicas e instrumentos para a obtenção de dados. A pesquisa bibliográfica demonstra a dinâmica complexa que envolve o debate sobre a questão socioambiental enquanto expressão da Questão Social e suas relações com as lutas e reivindicações pelo território e direitos sociais pelos povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Questão Socioambiental; Território.

### RESUMEN

Este artículo presenta el resultado parcial del proyecto de iniciación científica titulado: MOVIMIENTOS SOCIALES EN PARINTINS: territorios de lucha por derechos sociales y socioambientales. La investigación tiene como objetivo comprender las formas de organización y las reivindicaciones de derechos sociales y socioambientales de los movimientos sociales en el municipio de Parintins/AM. La metodología adoptada se centra en la investigación bibliográfica y documental, con un enfoque cualitativo y cuantitativo realizada a través de técnicas e instrumentos para la obtención de datos. La investigación bibliográfica demuestra la compleja dinámica involucrada en el debate sobre la cuestión socioambiental como expresión de la Cuestión Social y sus relaciones con las luchas y reivindicaciones por territorio y derechos sociales de los pueblos y comunidades tradicionales de la Amazonía.

**Palabras clave:** Movimientos sociales; Cuestión socioambiental; Territorio.

### INTRODUÇÃO

O neoliberalismo é responsável por criar uma cultura onde a desqualificação das demandas e necessidades dos trabalhadores enquanto classe social torna-se central. As grandes empresas investem em meios de comunicação de massa para a divulgação de informações onde as lutas dos trabalhadores sejam vistas como algo que causa baderna. Além disso, a linguagem ganha importância nesse processo de perda de legitimidade das lutas dos trabalhadores, pois a ocupação é vista como “invasão”, manifestação é vista como “baderna”, “vandalismo”, “terrorismo” ou “caos” (Montaño; Duriguetto, 2011).

Com o surgimento da acumulação flexível e das políticas neoliberais, o trabalhador acaba sujeitando-se à formas de emprego precárias no qual seus direitos sociais são muito fragilizados. No bojo deste processo, a reestruturação geral do capital – em face da crise do



avanço técnico-científico e das lutas de classes que se desenvolvem pós-1970 se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda), a chamada “reestruturação produtiva e a (contra)reforma do Estado. Isto posto, no mundo contemporâneo a consequência do modo de desenvolvimento capitalista tem impacto nos mais diversos territórios do campo e da cidade. Assim, como o capitalismo aumenta a desigualdade também se faz presente as formas de luta e resistência da classe trabalhadora sejam ela expressas pelas tradicionais lutas sindicais ou pelos “novos” movimentos sociais.

No que se refere à Amazônia, para Almeida (2011), os movimentos sociais nas duas últimas décadas vêm se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais maiores expressões, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma organização sindical. No território amazônico prevalecem conflitos envolvendo aparelhos de poder, cujas instituições de caráter econômico implantam seus programas sem dialogar com as populações locais e isso agrava pontos de tensão entre Estado, Sociedade e Mercado.

Alguns desses conflitos são visíveis, por exemplo, quanto a presença das barragens e áreas invadidas pela exploração de minérios, além de outros projetos incentivados, que têm gerado inúmeros conflitos com grupos ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas. Esses grupos sociais vivem ameaçados pela perda de direitos às florestas e aos recursos hídricos e, por conseguinte, à caça, à coleta, à pesca e à agricultura; vivem o prenúncio de uma crise ecológica sem precedentes à que a Amazônia está submetida pelo avanço do modo de produção capitalista.

Em contrapartida, intensifica-se a multiplicidade das formas de organização dos povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, sindicatos rurais; marcadas por uma autonomia crescente face aos aparelhos de Estado. Não podemos esquecer de mencionar a diversidade e pluralidade de organização dos sujeitos coletivos também presentes no território amazônico: urbano e rural, estudantil, socioambiental, feminista, religioso, popular de saúde (fóruns e Frente contra a Privatização da Saúde), de educação infantil, juvenis e de negritudes.

A pesquisa objetiva conhecer a diversidade de formas de organização e as demandas por direitos sociais e socioambientais dos movimentos sociais no município de Parintins/AM, neste sentido, entender as condições de acesso aos direitos sociais e desvendar a trajetória de formação sócio-histórica em seus territórios tradicionais. A importância social e acadêmica está em fomentar reflexões e debates relativos à cidadania



dos povos pela permanência em seus territórios com direitos de cidadania assegurados.

É importante ressaltar que esta pesquisa está vinculada ao Projeto Universal do CNPq intitulado Sujeitos e Territórios Tradicionais na Amazônia, que vêm sendo desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo Inter-Ação. O referido projeto tem o objetivo de analisar os sujeitos sociais em seus territórios na busca por acesso a bens e serviços sociais e na defesa dos seus modos de vida. Entende-se que seus direitos instituídos de autonomia de organização política e sócio-cultural enfrentam pressões diante das transformações no mundo do trabalho, impostas pela lógica do paradigma técnico-econômico de expansão do capital em sua fase de políticas neoliberais.

Neste sentido, a esta pesquisa foi construída a partir das seguintes questões: quais movimentos sociais possuem atuação no município de Parintins e quais os territórios onde realizam sua intervenção social? Quais suas formas de organização e as demandas sociais por direitos sociais e socioambientais que estão no foco de suas reivindicações diante a expansão das relações capitalistas produção/consumo da sociedade contemporânea associada às políticas públicas de matriz neoliberal?

Para dar conta das reflexões propostas pela pesquisa se fez necessária a realização de pesquisa bibliográfica para o embasamento de categorias importantes para posterior análise de dados. Assim, este artigo está dividido em duas partes. A primeira parte realiza uma reflexão sobre a Questão Social e sua expressão Socioambiental e na segunda parte apresenta uma discussão sobre territorialidade e direitos sociais.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

A categoria de análise Questão Social possui uma centralidade nesta pesquisa pois são a matéria prima sobre a qual os movimentos sociais irão organizar suas reivindicações face ao Estado e ao mercado capitalista. Importa ressaltar que fazer uma reflexão sobre esta categoria não é simples uma vez que se configura enquanto um conceito histórico e socialmente construído. Para a compreensão da categoria Questão Social e sua expressão socioambiental, em primeiro momento é necessário conceituá-la. Neste sentido, Iamamoto (2000) traz em seu estudo uma abordagem da “questão social” e suas expressões que se manifestam de variadas formas na sociedade em geral. Para a autora, a questão social refere-se a um conjunto de expressões das desigualdades sociais derivadas da



sociedade capitalista/burguesa amadurecida. Portanto, a questão social consiste em uma categoria de contradição entre o capital e o trabalho, entre classe burguesa e a classe trabalhadora.

Para José Paulo Netto (2001), a “questão social” está diretamente relacionada à lógica de produção capitalista e é entendida como um elemento constitutivo do desenvolvimento do capitalismo, isto é, o capitalismo produz a questão social e suas diversas expressões. O autor ressalta “que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político [...]” (p. 17), pois foi naquele cenário que se iniciaram grandes lutas em favor do reconhecimento dos direitos da sociedade, tanto sociais, como os direitos civis e políticos.

No Brasil, a questão social emerge no período da colonização com a chegada dos europeus que escravizaram, violentaram e dizimaram os povos originários com o intuito de expropriar suas terras e suas riquezas, tendo em vista que o Brasil é um país muito rico em recursos naturais, especialmente a região Amazônica. Com isso, foram surgindo diversas expressões da questão social que causam inúmeros impactos sociais, econômicos e ambientais ao longo da história da sociedade brasileira, principalmente, na vida daqueles que necessitam vender sua força de trabalho em troca de sobrevivência.

Importante destacar que na década de 1930, com o processo de industrialização do Brasil a questão social se intensificou dando origem à diversas expressões causadas pelo modo de produção capitalista que gerou a larga desigualdade de classes. A intensa urbanização foi um dos fatores principais para isso, pois as classes consideradas subalternas se viram obrigadas a sair das áreas rurais para conseguir emprego (trabalho) nas fábricas. Assim, essa classe que se tornou trabalhadora (incluindo mulheres e crianças), tinham sua força de trabalho explorada pelos donos dessas fábricas. A partir desse processo, se tornavam vulneráveis e expostas à pobreza, falta de saneamento básico, miséria e variadas formas de violência, visto que a questão social era tratada como caso de polícia e em situações de resistência, era apaziguada por meio de repressão policial. Por apresentar resistência, a questão social foi vista como ato de rebeldia.

No decorrer do processo de amadurecimento histórico-social do Serviço Social como profissão a Questão Social se consolidou como objeto de trabalho dos Assistentes Sociais,

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais



distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 28).

Para Ianni (1989) a questão social se faz presente na sociedade brasileira desde a sua formação sóciohistórica, fazendo parte de grandes acontecimentos que influenciaram para a desigualdade latente e, ainda assim, é naturalizada como se fosse algo pertinente da sorte ou azar das relações humanas. Para o autor, a Questão Social, conforme a época e o lugar, mescla aspectos raciais, regionais e culturais, em consonância com o contexto econômico e político. Portanto, o tecido da Questão Social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural e a naturalização da questão social transforma as suas manifestações, nos dias atuais em objetos de programas assistenciais focalizados de combate à pobreza. A Questão Social atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.

O Brasil é um país permeado por contradições por ser abrangente e possuir diversas riquezas naturais, em especial a região Amazônica que é um dos maiores palcos de exploração capitalista e de contradições devido à grande concentração de riquezas. Portanto, é necessário tratar da Questão Social na Amazônia e entender as particularidades e as lutas dos movimentos sociais na região. A Região Amazônica é muito extensa territorialmente e considerada uma das mais importantes do mundo por ser rica em bens naturais e diversificada em muitos aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais. No entanto, as suas populações vivem empobrecidas e vulneráveis devido à grande concentração de renda e da exploração capitalista que impacta negativamente causando muitas desigualdades (Teixeira, 2008). É por essas contradições que permeiam a região desde sua formação sócio-histórica que ela se tornou um território de lutas pelos direitos humanos dessas populações que sofreram e sofrem com esses danos.

A invasão das terras amazônicas causou danos irreparáveis que impactam o cenário atual em todos os aspectos, desde o social até o ambiental. Isso causou a revolta dos povos originários, pois grande parte deles foram dizimados e violentados de muitas formas ao resistir, sendo também obrigados a viver à mercê da pobreza e das desigualdades sociais causados por esse sistema destruidor,

Desde a Cabanagem, que foi a primeira tentativa coletiva de o homem amazônico resistir, para não sucumbir à subalternidade, essa categoria da sociologia tradicional chamada “questão social” não comportou, como não comporta agora, a explicação dos problemas gerados pelo capital na Amazônia (TEIXEIRA, 2008, p. 144).



Teixeira (2008), chama a atenção para a necessidade de estudos que evidenciem os elementos da Questão Social na Amazônia que possui uma ocupação sociocultural singular. Além de ser um território rico por seus bens naturais, a região amazônica apresenta grande diversidade cultural e social, desse modo, sendo um território com muitas particularidades. Na atualidade os povos originários, remanescentes quilombolas, comunidades ribeirinhas e as diversas formas de organização dos povos e comunidades tradicionais, no campo e na cidade, lutam para desconstruir esses preconceitos sobre a Amazônia e lutam através de manifestações/ movimentos sociais em nome da garantia dos seus direitos e que tenha um olhar voltado para as particularidades regionais amazônicas que são invisibilizadas e desvalorizadas.

Partindo desse prisma, Barbosa e Sá (2009) discorrem que a questão social na Amazônia e suas variadas expressões se dão pela lógica de mercado/trabalho capitalista. Neste, as formas de expropriação são as principais causadoras das precárias condições de vidas das populações amazônicas, onde essas se vêem ameaçadas, pois à medida que o capitalismo avança, a miséria se agudiza. Cabe destacar que a industrialização da Amazônia por meio do seu “desenvolvimento”, foi outro meio do capitalismo para a expropriação e acúmulo de riquezas, visto que a chegada de empresas na região causou inúmeros problemas, tanto sociais, quanto econômicos, dessa maneira, dando origem à “questão ambiental”, que é uma expressão da questão social.

De acordo com Siqueira (2017), a questão ambiental é compreendida como “processo gerado a partir das relações que se estabeleceu com a constituição da sociedade moderna” (p. 28), tendo em vista que o debate da questão ambiental ganha expressividade na década de 1970 com as inúmeras Conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas. Ela não afeta diretamente apenas a natureza em geral (fauna e flora), causando a chamada “degradação ambiental”, mas afeta também a humanidade que necessita dos recursos naturais para viver, portanto, afirma-se que na verdade existe uma dimensão social da questão ambiental, que vem sendo trabalhada a partir do termo “questão socioambiental”.

A qualidade de vida precarizada é advinda do sistema capitalista, pois a instalação de mineradoras e outras empresas que extraem aceleradamente recursos naturais, destroem as florestas, poluem os rios e expropriam terras das populações tradicionais, assim, obrigando-as a mudar seus modos de vida. Nisso, Maria das Graças Silva (2010) evidencia que “a extensão e profundidade da “questão ambiental” tem-se manifestado através de fenômenos naturais intensos (os quais não tem sido possível controlar) e cujas



consequências para a atividade humana ainda não é possível precisar” (p. 100).

## MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA

A discussão sobre a categoria Território subsidia a discussão sobre os processos de luta e reivindicação por direitos dos movimentos sociais. A discussão sobre Território permite compreender as formas de organização dos grupos sociais presentes na Amazônia como é caso dos Povos Indígenas, Comunidades Ribeirinhas e Quilombolas. Na contemporaneidade a luta por direitos está vinculada diretamente à luta pelo território uma vez que o processo de colonização usurpou os territórios geográficos destes grupos sociais. A discussão sobre esta categoria, no plano histórico, é recente e nos desafia na sua compreensão. Para este estudo, foram utilizados alguns autores e autoras que tratam sobre essa categoria, tais como: Almeida (2004, 2012), Castro (1998) e Schweickardt (2003).

A Amazônia, maior bioma brasileiro, abriga uma rica diversidade cultural, social e ambiental, com a presença significativa de povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Esses grupos, ao longo de séculos, construíram suas identidades e modos de vida em estreita relação com o lugar. No entanto, a ocupação e exploração da região geraram conflitos ameaçando a sobrevivência dessas comunidades.

A partir dos anos 1980, têm sido valorizados os saberes sobre a natureza de grupos indígenas e comunidades tradicionais, pois, é a partir desses povos que podemos identificar a preservação de ecossistemas e da biodiversidade, o que se torna de extrema importância para intervir na crise ecológica. As práticas desses diferentes grupos, ao longo do tempo, consistem em elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, e é a partir desse conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural (CASTRO, 1998). É sob esta forma de entendimento que se afirmam os estudos sobre a territorialidade que funciona como um fator de identificação, defesa e força. São os laços de solidários e de ajuda mútua que informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física (geográfica) considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias por ventura existentes.

Nos últimos quarenta anos tem-se dado ao território o estatuto de conceito. Nesse debate segundo Schweickardt (2003), o espaço geográfico é anterior ao território. Logo, é a apropriação do espaço pelo sujeito que o torna um território. O território é um espaço em que se projeta um trabalho e que, portanto, revela relações de poder. A partir disso, podemos



pensar a ocupação do espaço da região amazônica e sua territorialização a partir da ocupação dos sujeitos sociais como os Povos Indígenas, Quilombolas e as Comunidades Ribeirinhas. Todos esses sujeitos sem uma rica formação sociocultural e sua ocupação geográfico amazônico territorializado-o revela relações poder diante das políticas do Estado brasileiro.

Ainda segundo a autora, o Estado brasileiro vem ao logo do tempo estabelecendo limites ao espaço geográfico como forma de controle e exercício de poder. Um exemplo disso, é quando o poder público estabelece o limite de um determinado espaço, criando territórios, por meio de Unidades de Proteção como as Unidades de Conservação (UCSs), Terras Indígenas demarcadas (TIs) e o Territórios Quilombolas; visando manifestar seu poder numa área precisa. As criações desses espaços-territórios são gerados também a partir de um conjunto de reivindicações sociais de movimentos sociais organizados dos povos indígenas e comunidades tradicionais e que vão gerar reivindicações por acesso a políticas públicas e direitos socioambientais.

Para a Edna Castro (1998), território consiste num espaço sobre o qual um determinado grupo social “garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo” (p. 03). O território é o lugar de reprodução da vida e de realização de atividades produtivas neste processo se combinam formas de cultura material e simbólicas. Assim, nesses lugares territórios são elementos técnicos com o ritual, o simbólico,

Entre os diversos “povos tradicionais”, como no caso dos grupos indígenas, de agro-extrativistas com concepção comunal de uso da terra, a organização das atividades de trabalho não está separada de rituais sacros, de festividades ou outras manifestações da vida e da sociabilidade grupal, responsáveis por maior ou menor integração das relações familiares e de parentesco. Manifestações sociais que, em última análise, referem-se a lugares, ao território, colocando em destaque o regime dos rios, a reprodução das espécies e o ritmo da natureza (CASTRO, 1998, p. 04).

Essa adaptação ao ciclos ecológicos advém de saberes ancestrais acumulados sobre o território, saberes que antecedem a formação do Estado brasileiro, saberes que existem desde antes da colonização e que marcam a relação dos povos e comunidades tradicionais com a natureza. Segundo Castro (1998), “os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural.” (p.06). Esse patrimônio cultural. A preservação dos saberes tradicionais e conservação dos recursos naturais estão intimamente ligados com a concepção de posse e uso comum da terra, por isso, não como falar de território sem discutir de fato a posse da terra.



Assim, abre-se as lutas pelo reconhecimento de direitos dos povos tradicionais e de seus saberes, nos círculos de debate sobre biodiversidade,

A inclusão na convenção sobre a Biodiversidade do princípio de respeito e preservação de direitos das populações tradicionais, direitos referidos ao território e aos seus modos de vida, certamente constitui uma oficialização desse modo de relação. A questão que se coloca é ao mesmo tempo defender a natureza, sua diversidade biológica, e proteger as culturas, os saberes herdados do passado enquanto patrimônio acumulado por gerações. Nas sociedades indígenas, faz muito sentido o termo patrimônio, mas não o que funda o direito brasileiro que é o de propriedade privada. Princípios que traduzem o empreendimento de repensar o direito integrando essa dupla perspectiva, social e ambiental. Isso tem implicado uma revisão de noções-chave no âmbito jurídico e ético como o de responsabilidade enquanto convenção de uma coletividade face ao futuro (CASTRO, 1998, p. 10).

Observa-se no plano internacional, nos países de capitalismo avançado, a tentativa de frear o reconhecimento dos direitos a populações tradicionais sobre a biodiversidade. No Brasil, é visível quando Estado brasileiro não demarca as Terras Indígenas, tenta impor o Marco Temporal e não avança para a aprovação do Estatuto dos Povos indígenas, por exemplo. É necessário acompanhar o andamento dessas regulamentações no Brasil e no mundo inteiro. As discussões sobre a território e territorialidades perpassa por este compromisso que deve ser da coletividade global.

Segundo Castro (1998), uma questão importante que tem atravessado esses conflitos “diz respeito à relação entre biotecnologia e os direitos de bio e de sociodiversidade, que colocam em confronto os interesses da indústria e da biotecnologia de um lado, e, de outro, os direitos de agricultores e das populações tradicionais.” (p. 10) O grande capital tem interesse no acúmulo do saberes tradicionais e na biodiversidade presentes nos territórios, mas não assume compromissos com a preservação e conservação ambiental e, muito, menos com a melhoria da qualidade vida dos povos e comunidades que são parte inerentes desses territórios. As ameaças e os conflitos fundiários nas áreas de floresta decorrem em grande parte das modalidades de apropriação predatória dos recursos naturais pelos agentes médios e grandes dos setores capitalistas.

Neste bojo de disputa pelo território, a reivindicação maior é o reconhecimento e demarcação de suas terras. O campo das lutas vai girar em torno de ações que afirmem as identidades desses povos e comunidades tradicionais e o reconhecimento legal das terras pertencentes aos seus ancestrais. Na Amazônia esta é uma discussão urgente, sobretudo, face ao quadro de crise climática do mundo contemporâneo que afeta a todos.

A partir do conceito de território, podemos definir a territorialidade, que está



associada ao uso das terras, ou seja, a territorialidade por ser definida como o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função dos objetivos espaciais. A partir dos conceitos de território, destacamos a territorialidade de povo indígena, ribeirinhos e quilombolas: a territorialidade indígena é um tema fundamental para compreender a relação de povos originários com seu ambiente.

Segundo Alfredo Wagner (2004), a territorialidade é o conjunto de relações sociais e atividades diárias que as pessoas têm com o ambiente natural. A territorialidade funciona como um fator de identificação, defesa e força, laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessoras porventura existentes.

No ato das disposições constitucionais transitórias foi instituída, também, consoante o Art. 68, nova modalidade de apropriação formal de terras para povos como os quilombolas baseada no direito à propriedade definitiva e não mais disciplinada pela tutela, como soa acontecer com os povos indígenas. A flexibilização dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais tem ocorrido através de: procrastinação da titulação definitiva de terras de comunidades quilombolas tendo a ausência de medidas quanto à “desintrusão” e à redução de terras indígenas.

Um dos resultados mais visíveis deste debate consiste no parágrafo 1º do Art. 231 da Constituição Federal de 1988:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988, art. 231).

Diante disso, pode-se dizer que os sentidos de território remetem, em primeiro lugar, a um biologismo extremado que caracteriza o ambientalismo empresarial dos grandes fundos de investimento. O ritmo acelerado das ações governamentais articulados com o interesses privados que promovem a expansão da matéria-prima, baliza, entretanto, as expressões políticas em todo país.

Por outro lado, a partir das identificações dos territórios por base geográfica, podemos também destacá-la a partir de movimentos sociais, onde podemos observar que existe um grande conflito envolvendo a biodiversidade, pois esta torna-se um objeto de disputa tanto no campo dos recursos biológicos, da agricultura e na alimentação, pois compreende-se que esses conflitos de território estão ligados a uma necessidade de



reprodução.

O desafio dos movimentos sociais é de conseguir afirmar os direitos dos povos tradicionais aos seus saberes e principalmente às suas terras, a questão sempre é marcada com uma certa urgência de pensar na biodiversidade e os direitos das populações tradicionais enquanto campo de reflexão da ecologia política, entender essa relação da população conhecida como tradicional exige um esforço de cada um. Ao longo da história, a trajetória das lutas de movimentos sociais tem mostrado conquistas e o reconhecimento de direitos, reconhecendo quem preserva a natureza, trabalhando a reprodução social e cultural sem prejudicar a biodiversidade.

## CONCLUSÃO

Diante da pesquisa bibliográfica realizada, evidencia-se a importância de organizações na construção de territórios de resistência e de reivindicação por direitos sociais e ambientais. As ações coletivas desenvolvidas por comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas e demais grupos locais, demonstram a força da mobilização popular da defesa de seus modos de vida, territórios e recursos naturais. Esses movimentos enfrentam desafios históricos relacionados à exclusão, à degradação ambiental e à negação de direitos, mas também representam espaços de afirmação cultural, política e ambiental. Portanto, compreender a dinâmica dessas lutas é essencial para que possamos compreender também a questão social e assim promover políticas públicas que respeitem a diversidade sociocultural desses movimentos.

A questão social no Brasil revela-se de forma evidente nas expressões socioambientais das desigualdades, principalmente em contextos marcados pela exclusão e pela vulnerabilidade das populações mais pobres. As carências em saneamento básico, moradia, acesso à terra e a água potável demonstram como os impactos ambientais afetam de forma desproporcional determinados grupos sociais. Assim, compreender a questão social em sua dimensão socioambiental é fundamental para a formulação de políticas públicas integradas, que considerem tanto os direitos sociais quanto a sustentabilidade ambiental.

Os movimentos sociais constituem espaços fundamentais de resistência e luta por direitos, representando a voz de segmentos historicamente marginalizados. Sua relação com o Serviço Social é intrínseca, uma vez que sua profissão tem, em sua essência, o compromisso ético político com a transformação social e a defesa dos direitos humanos.



Assim, reconhecer e valorizar os movimentos sociais é também reafirmar o projeto ético político do Serviço Social, voltado à emancipação e à justiça social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia**. In: Quilombolas e novas etnias. Manaus: UEA Edições, 2011.

BARBOSA, Maria Jose de Souza; SÁ, Maria Elvira Rocha de. **Questão Social na Amazônia**. In: **A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o estado do Pará em foco**. Manaus: Edua, 2009.

CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In: **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1998.

DURIGUETTO, Maria Lucia. **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

FREITAS, Tais Pereira de. **Movimentos sociais e Serviço Social: debates fundamentais**. Sociedade em Debate, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 76 - 96, 2017.

GALVÃO, Andréia. **Marxismo e movimentos sociais**. Crítica Marxista, Campinas, SP, v. 18, n. 32, p. 107–126, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. In: **Questão social e Serviço Social**. 3. Ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

IANNI, Octavio. **A questão social**. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 3, p. 145–154, 1989.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

SILVA, Maria das Graças E. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SIQUEIRA, Marklize dos Santos. **Ambientalização do campo científico: simetrias e assimetrias da pesquisa ambiental na Universidade Federal do Amazonas**. 2017.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Meio ambiente: Amazônia e Serviço Social**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nº21. 2008.



## EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

Ana Adélia Araújo Farias, Josiara Reis Pereira

### RESUMO

Este trabalho analisa o estágio supervisionado em Serviço Social no contexto da saúde pública, com ênfase na experiência vivenciada na Unidade Básica de Saúde (UBS) Dr. Aldrin Verçosa Dias, em Parintins/AM. A metodologia adotada fundamenta-se na análise de dados documentais, por meio dos instrumentais de estágio, como fichas de observação, diário de campo e relatórios, permitindo uma compreensão aprofundada da dinâmica institucional e do trabalho profissional na unidade. Destacando as atividades desenvolvidas, as observações e percepções adquiridas durante o processo, bem como as ações realizadas em conjunto com a supervisora de campo e ensino. Busca-se correlacionar teoria e prática por meio da leitura crítica da realidade dos usuários, da equipe profissional envolvida e das demandas institucionais, contribuindo para a formação crítica e reflexiva do estagiário.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado; Atenção Básica; Serviço Social; Saúde Pública.

### ABSTRACT

This study analyzes the supervised internship in Social Work within the context of public health, emphasizing the experience at the Basic Health Unit (UBS) Dr. Aldrin Verçosa Dias, in Parintins/AM. The methodology adopted is based on the analysis of documentary data through internship instruments such as observation sheets, field journals, and reports, allowing for a deeper understanding of the institutional dynamics and professional work at the unit. It highlights the activities developed, the observations and perceptions acquired during the process, as well as the actions carried out in collaboration with the field and academic supervisors. The study aims to correlate theory and practice through a critical reading of the reality of users, the professional team involved, and institutional demands, contributing to the intern's critical and reflective formation.

**Keywords:** Supervised Internship; Primary Care; Social Work; Public Health.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho enfatiza a dimensão técnico-operativa da profissão do assistente social, destacando sua atuação cotidiana no contexto das políticas públicas de saúde. Sendo assim, reconhece a indissociabilidade das dimensões ético-política e teórico-metodológica, que fundamentam a prática profissional e a compreensão crítica da realidade social. O estágio é tratado como um espaço privilegiado para a apreensão da dinâmica institucional, da interação com os usuários e do aprofundamento no funcionamento das políticas públicas, contribuindo para a formação de competências essenciais à atuação profissional.

No âmbito da política pública de saúde, o estudo destaca a importância da Unidade Básica de Saúde (UBS) como estrutura fundamental na atenção primária, assegurando



acesso universal e integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Sendo assim, a UBS Dr. Aldrin Verçosa Dias, situada em um bairro periférico, cumpre um papel central na promoção da saúde e na qualidade de vida da comunidade, fornecendo atendimento médico, prevenção, diagnóstico, tratamento e ações socioeducativas.

Com isso, o objetivo do trabalho é abordar os principais pontos acerca do estágio supervisionado I em serviço social, realizado na Unidade Básica de Saúde Dr. Aldrin Verçosa Dias, em Parintins/AM. A metodologia adotada fundamenta-se na análise de dados documentais, por meio dos instrumentais de estágio, como fichas de observação, diário de campo e relatórios, permitindo uma compreensão aprofundada da dinâmica institucional e do trabalho profissional na unidade. Desta forma, busca articular teoria e prática por meio da observação da realidade dos usuários, dos profissionais envolvidos e das demandas institucionais presentes no campo de estágio.

O trabalho é estruturado em duas partes, a primeira explora a inserção do serviço social na política de saúde, identificando expressões da questão social e analisando a institucionalidade da UBS; a segunda parte apresenta as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado, avaliando a supervisão e apontando desafios e perspectivas para o aprimoramento da prática profissional. Desse modo, contribui para a reflexão sobre a atuação do assistente social no contexto da saúde pública, reforçando a necessidade de uma prática alinhada à ética profissional e aos direitos dos usuários.

## DESENVOLVIMENTO

### A questão social e a política pública de saúde

A questão social fundamenta a atuação do serviço social, sendo resultado das relações contraditórias e desiguais entre as classes sociais. Enquanto uma classe detém os meios de produção, a outra depende da venda de sua força de trabalho para garantir sua subsistência, refletindo as desigualdades estruturais entre capital e trabalho. Sob essa perspectiva, torna-se possível compreender de forma mais ampla como as forças econômicas e políticas influenciam as condições de vida das classes subalternas e de que maneira o Estado intervém nesse processo, seja por meio de políticas públicas, programas sociais ou mecanismos regulatórios que buscam minimizar as disparidades e promover a equidade.

Segundo Iamamoto (2001), essa intervenção é muitas vezes uma resposta às



disfunções e ameaças à ordem social causadas pela exploração e desigualdade. Dessa forma, ressalta-se a abordagem neoliberal que prioriza a economia em detrimento dos direitos sociais, tendo impactos significativos nas políticas públicas, ou seja, agravando as mazelas sociais ao reduzir o suporte estatal para aqueles que mais necessitam.

Nesse contexto, em decorrência da questão social agudizada pelo sistema capitalista, a situação da classe subalterna passou a sofrer mais com a precarização do trabalho, com condições insalubres e com salários inferiores em comparação a sua produção diária, levando em conta os que ainda possuem um posto de trabalho, visto que um grande quantitativo de pessoas se encontra desempregadas, na fila esperando uma oportunidade de emprego.

Segundo Mota (2008), a expressão “questão social” é usada para conceituar o reconhecimento político das desigualdades sociais em detrimento da classe dominante, que por meio do sistema capitalista trouxe a pauperização para os trabalhadores, ou seja, passou a ser designada como uma questão política, através das mobilizações realizadas pelos trabalhadores por melhores condições de trabalho e, conseqüentemente de uma vida digna.

Dessa forma, a questão social é vista pela percepção dos autores como um objeto de intervenção, como a desigualdade social, decorrente da correlação de forças entre as distintas classes sociais, resultantes e inerentes ao próprio modo de produção capitalista. Pois, ao mesmo tempo que gera riquezas simultaneamente gera a pobreza, visto que não há uma divisão dos lucros igualitária entre os que possuem os meios de produção e a matéria-prima, para os que detêm somente sua mão de obra como única forma de subsistência.

No entanto, para o enfrentamento da questão social, foram criadas políticas públicas e sociais como respostas as diversas manifestações multifacetadas apresentadas entre a relação de exploração do capital sobre o trabalho. De acordo com as autoras Behring e Boschetti (2008),

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciada entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (Behring; Boschetti, 2008, p. 64).

Nesse cenário, algumas expressões da questão social são atendidas pelas políticas sociais, mas elas ainda se fazem presentes no cotidiano das camadas sociais de menor poder aquisitivo, também se fazem presentes na alta sociedade, a exemplo, da violência



contra mulheres, pessoas idosas e crianças. No caso específico da questão da saúde, pode-se notar a falta de acesso de grande parte da população aos serviços oferecidos pelo SUS, muitas vezes por falta de informações, recursos para se chegar nas unidades básicas de saúde e hospitais, caracterizando também a falta de infraestrutura das políticas para atender as particularidades de cada região do país.

Segundo Kruger (2010) com o processo de materialização do SUS abriu-se espaços multidisciplinares, interdisciplinares e intersetoriais, envolvendo a área de gestão e planejamento na política de saúde no país, nos quais os profissionais de serviço social tem desenvolvido suas ações e serviços.

A Constituição Federal de 1988 é definida como um marco na consolidação de direitos sociais no Brasil. Por meio dela, o direito a saúde, previdência e assistência social, conhecida como o tripé da seguridade social, caracterizam-se como universal e dever do estado. Com a implantação do SUS, por meio da Lei nº 8.080/90 a saúde passou a ser promovida através de ações e serviços prestados à população, desmistificando a ideia de saúde como apenas ausência de doenças, mas considerando-a como direito necessário de todo ser humano.

Desse modo, a UBS Dr. Aldrin Verçosa Dias é um serviço de atenção primária à saúde, sendo assim, o compromisso da UBS com a comunidade vai além de resolver problemas de menor complexidade, atendendo a uma demanda forte que deve ser suprida de forma universal e integrada. Isso inclui a resolutividade das intercorrências, encaminhamento para serviços mais especializados e a aplicação de mecanismos de referência e contra-referência entre as instituições, garantindo atendimento continuado de maneira eficiente (Bertussi; Oliveira; Lima, 2001).

### **Análise institucional do local de estágio**

A Unidade Básica de Saúde possui a natureza de ser um equipamento público, pois conforme a Constituição Federal de 1988, é dever do estado dispor de condições e promover a saúde como uma política pública, para todos aqueles que dela necessitem. Sendo assim, a partir das 3 esferas do governo, pode-se administrar serviços e programas destinados para a população, e, as UBS são parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido conforme a Lei nº 8.080/90.

Pode-se afirmar que a UBS Dr. Aldrin Verçosa Dias está localizada em uma região periférica, onde é perceptível a falta de infraestrutura de políticas públicas para a população



residente neste bairro, assim como nos outros bairros de abrangência. Entretanto, a missão das UBS é ser a principal porta de entrada do SUS e oferecer serviços de atenção básica. Promovendo a saúde e qualidade de vida, reduzindo o encaminhamento de pacientes para hospitais, oferecendo uma variedade de serviços, como consultas, exames, vacinas, curativos, injeções, inalacões, incluindo a prevenção, diagnóstico e tratamento.

A UBS Dr. Aldrin Verçosa Dias foi inaugurada em 15 de outubro de 2009, através de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Parintins, sob a gestão do prefeito Frank Luiz da Cunha Garcia, a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e o Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2019, a UBS passou por uma reforma significativa e foi reinaugurada, com melhorias e ampliação de sua infraestrutura. Atualmente, a Unidade de Atenção Básica é administrada diretamente pelos órgãos de saúde (MS, SES e SMS) e pelo Poder Executivo Municipal, em consonância com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Antes da inauguração da UBS, a população era direcionada a outras unidades de saúde, devido à formação da região por meio de ocupações, uma realidade que ainda persiste, conforme Rodrigues (2022),

As ocupações de terra na Fazenda Itaúna originaram quatro dos bairros mais populosos de Parintins: Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e Bairro União. Era de propriedade do senhor Paulo Corrêa e foi sendo comprada pela prefeitura de Parintins conforme as ocupações de terra iam acontecendo.

[...] As sucessivas ocupações de terra na Fazenda Itaúna provocaram um crescimento urbano na cidade de Parintins, no Amazonas. Compreender esse processo ajuda os moradores a refletirem sobre sua própria história e a buscar políticas públicas adequadas para o bairro, visto que o direito à moradia requer outros (água, saneamento básico, escolas, postos de saúde) para que se possa ter uma vida digna.

Como abordado anteriormente a UBS é integrante do Sistema Único de Saúde, no âmbito da atenção primária que é dirigida ao atendimento de situações de menor complexidade. Por meio de serviços e programas que priorizam a promoção da saúde, prevenção e o tratamento de doenças, sendo assim possuem um papel essencial para a população que necessita dos serviços oferecidos pela UBS, ainda mais por estar situada em um dos bairros mais populosos do município de Parintins/Am.

Os principais serviços oferecidos na UBS Dr. Aldrin Verçosa Dias incluem consultas médicas, tratamentos odontológicos, serviços de enfermagem, imunizações, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, exames de ultrassom, pré-natal, fisioterapia, triagem, preparo e administração de medicamentos e a assistência social.

Atualmente, a UBS possui uma equipe multiprofissional composta por 2 enfermeiros(as), 2 médicos(as), 1 dentista, 1 psicóloga, 1 fisioterapeuta, 1 assistente social,



4 técnicos(as) de enfermagem, 2 profissionais de serviços gerais, 2 profissionais administrativos responsáveis pelo SISREG e 5 agentes de saúde. No entanto, a UBS não possui mais um profissional de nutrição, cuja presença é de suma importância na atenção primária, especialmente considerando que a cidade de Parintins conta com poucos profissionais de nutrição no setor da saúde pública.

## ANÁLISE DA ATIVIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

A inserção dos assistentes sociais no âmbito da saúde está imbricada por um conjunto de necessidades, as quais foram sendo determinadas pelas condições sócio-históricas de desenvolvimento da política de saúde pública no Brasil, além do reconhecimento social da profissão (Costa, 2009).

Desde a inauguração da instituição, não há registros precisos sobre a presença de um profissional de serviço social responsável pelos atendimentos e acompanhamentos dos casos sociais. No entanto, durante a pandemia de Covid-19, em 2020, uma assistente social foi integrada à unidade, passando a atender as demandas dos usuários da UBS Dr. Aldrin Verçosa Dias na área de assistência social na saúde. Esse marco representou um avanço significativo no suporte social oferecido pela unidade, garantindo um acompanhamento mais estruturado e humanizado aos usuários.

Desta forma, os atendimentos sociais consistem em assegurar o acolhimento e a escuta especializada, no sentido de intervir nas necessidades de cada usuário, utilizando os procedimentos e instrumentais disponibilizados pela instituição. Tais como, os encaminhamentos, a ficha social, relatórios e pareceres sociais. Além do arcabouço teórico-metodológico necessário para as intervenções profissionais e das dimensões técnico-operativa e ético-política, as quais conformam a atuação profissional dos/as assistentes sociais.

O serviço social está encarregado de ir além dos meros atendimentos institucionais, pois a partir de seus conhecimentos, da sua óptica é que são traçadas as ações do atendimento. Para trabalhar no âmbito da saúde é necessário que haja a constante renovação de informações, como as pesquisas, os planejamentos e a capacitação, as quais são peças essenciais para uma atuação profissional qualificada, que seja realmente efetiva. Com base em Lewgoy (2009, p. 20) “[...] fazer profissional tem como eixo a qualidade dos serviços prestados, o respeito ao usuário e a melhoria dos programas institucionais, o que exige o desafio diário”.



Pode-se afirmar que o assistente social não é um mero executor de tarefas, e, sim um importante agente de mediação, o qual deve estar comprometido com os interesses da coletividade. Procurando sempre refletir acerca dos casos atendidos de maneira que sejam levados em conta os vários fatores que levam aquele usuário necessitar dos serviços da UBS, além de que perpassam pelos problemas associados ao processo societário e não desarticulado da realidade social em que vivem, tendo em vista a não culpabilizar o usuário por estar naquela condição.

Outro aspecto importante é que o serviço social tem a capacidade de possuir mecanismos de identificar e elaborar projetos sociais sobre determinado desafio presente no âmbito de atuação. A exemplo, projetos para a concessão de cadeiras de rodas para usuários com deficiências físicas ou projetos que levem informações a respeito dos métodos contraceptivos disponíveis pela saúde pública. E a partir dessa perspectiva a presença de profissionais de serviço social na área da saúde é essencial, pois os usuários necessitam que seus direitos sejam viabilizados e que sejam realmente efetivados.

### **Demandas, atribuições e competências profissionais no âmbito do Serviço Social**

As principais demandas presentes no âmbito do serviço social na unidade, estão intimamente ligadas aos casos atendidos pela unidade de saúde, que consistem no acolhimento dos usuários nos serviços disponíveis pela UBS, a exemplo os atendimentos do Planejamento Familiar (PF), o Tratamento Fora Domicílio (TFD), Programa Saúde da Família (PSF), as visitas domiciliares por meio do programa de Recadastramento da Pessoa Idosa e do atendimento em domicílio, em parceria também com outros profissionais.

Por meio do acolhimento e da identificação da demanda no atendimento individualizado, a assistente social analisa a situação do usuário e providencia o acesso aos serviços e programas disponíveis na UBS, atuando também em articulação com outras instituições. Em diversas ocasiões, essa atuação envolve a elaboração de um parecer social fundamentado em uma entrevista técnica, especialmente para procedimentos como Laqueadura Tubária ou Vasectomia, dentro do Programa de Planejamento Familiar. Nesse processo, são preenchidas a ficha social e o estudo socioeconômico, garantindo um encaminhamento adequado e alinhado às necessidades do usuário.

Além dos procedimentos elencados, cabe ressaltar a importância das visitas domiciliares efetuada no processo investigativo para comprovar situações de incertezas ou realizar contatos com os familiares, bem como na identificação de situações de violência e



negligência contra pessoas idosas, mulheres, crianças e adolescentes. Casos que tem se evidenciado no município de Parintins, sendo assim, a UBS exerce um papel fundamental na identificação e prevenção desses casos.

As atribuições da assistente social vão além dos atendimentos no plantão social, abrangendo a análise cuidadosa de cada demanda, considerando sua realidade e particularidades. É fundamental que esse profissional tenha a capacidade de identificar e interpretar as necessidades que surgem no cotidiano, permitindo a articulação eficiente entre as políticas públicas setoriais. Esse processo envolve a percepção dos fatores sociais subjacentes, muitas vezes presentes nas entrelinhas das situações observadas, garantindo um atendimento mais estratégico e alinhado às reais necessidades dos usuários.

Nesse contexto, o profissional assistente social deve primar pelos direitos dos usuários e articulá-los com a rede de garantia de direitos, sendo na saúde, assistência social, previdência social, dentre outras políticas públicas e sociais. Como preconiza a Lei que regulamenta a profissão, de 7 de julho de 1993, a Lei nº 8.662 no Art. 4, o/a assistente social possui algumas competências, tais como:

- I - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- V - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

Portanto, o trabalho do/a assistente social é determinado conforme leis e arcabouços teóricos adquiridos na formação acadêmica, destacando o estágio como um campo privilegiado para a apreensão do trabalho profissional dos assistentes sociais, que vão ser desenvolvidos no mercado de trabalho, em consonância com a Lei de Regulamentação (Lei nº 8.662) e o Código de Ética da profissão.

### **Perfil dos usuários da saúde atendidos pelo Assistente Social**

O serviço social na UBS Dr. Aldrin Verçosa Dias atende, prioritariamente, pessoas que enfrentam desafios sociais, econômicos e emocionais que impactam diretamente sua



saúde e bem-estar. Entre os principais públicos atendidos estão famílias em situação de vulnerabilidade, indivíduos com doenças crônicas como diabetes e hipertensão, pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e população em situação de rua. Destaca-se, ainda, o atendimento às pessoas que residem nas ocupações no entorno da UBS, cuja realidade demanda políticas públicas voltadas para a garantia de condições dignas de vida.

Durante o período de estágio na UBS, foi perceptível o maior número de atendimentos de mulheres do que de homens, principalmente nos atendimentos de Planejamento Familiar (PF), para o procedimento de Laqueadura Tubária e Vasectomia. Cabe destacar que o perfil das mulheres, eram as que já possuíam mais de um filho e que estavam numa situação socioeconômica instável, houve em torno de 5 atendimentos para procedimentos de Vasectomia, sendo interessante destacar que um dos usuários possuía 21 anos e apenas um filho.

Uma questão presente na unidade de saúde é a falta de infraestrutura para os atendimentos de forma mais humanizada e qualificada, pois muitas vezes, visitas não são realizadas pela ausência de transporte. Outro ponto, é a falta de diálogo entre a gestão e os profissionais, geralmente causando pequenos conflitos entre os funcionários, também a falta de capacitação. Assim sendo, muitos usuários necessitam de atendimentos especializados e, conseqüentemente de profissionais que sejam especializados em áreas específicas.

Desse modo, a assistente social no âmbito da UBS, desempenha um papel crucial ao identificar as necessidades desses usuários e atendê-los compreendendo suas particularidades, podendo desenvolver os planos de intervenção, através de projetos sociais e fornecer o apoio contínuo para garantir que as necessidades dos usuários sejam atendidas de maneira integral e humanizada.

### **Instrumental técnico-operativo do Serviço Social na instituição**

O instrumental técnico-operativo utilizado pelo serviço social na UBS, são postos pela instituição e pela própria acumulação de técnicas apreendidas no exercício profissional da assistente social. Sendo assim, é necessário destacar a importância da instrumentalidade, pois é utilizada para a resolução dos problemas presentes no cotidiano profissional, bem como para a agilização e análise da leitura da realidade social de cada demanda atendida dos usuários e das demandas institucionais.

Com base em Guerra (1995), a instrumentalidade possibilita a leitura das



entrelinhas, assim desmistificando os encaminhamentos a serem realizados. Neste sentido, os instrumentais mais utilizados pela assistente social, são os mais usuais como o ofício institucional, relatório, parecer social, entrevista e visitas domiciliares. Mas, também são utilizados os encaminhamentos, os instrumentais específicos do Planejamento Familiar e TFD, além dos instrumentais que a própria assistente social pode modificar ou criar de acordo com a necessidade dos usuários e da UBS.

É importante ressaltar que os instrumentais não se limitam a um conjunto de documentos, formulários ou documentos da instituição, vai muito além dessas fronteiras. Visto que ela é proveniente da experiência acumulada pela assistente social ao longo de sua atuação profissional e do seu arcabouço teórico-metodológico. Adquirido por meio do conhecimento acerca do trabalho profissional, das legislações e políticas em que está inserido, assim como também pode ser gerado pelas intervenções realizadas no âmbito das demandas institucionais.

## ANÁLISE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado I, caracteriza-se por ser um momento de aproximação com a prática profissional, sendo de extrema importância para o processo formativo de acadêmicos de Serviço Social. Sendo assim, ressalta-se que é um momento de muitas inseguranças acerca de algumas questões. Tais como, “o que fazer?” marcando um processo de apreensão, aprendizagem e de amadurecimento acadêmico e profissional.

De acordo com a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2009):

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais.

A UBS conta com uma equipe multiprofissional que atua de maneira interdisciplinar, visando a promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças no âmbito da atenção primária a saúde. Desta forma, é um espaço que proporciona muitas reflexões e apreensões acerca da atuação do Serviço Social na área da saúde, particularmente na atenção básica, ofertando programas e serviços aos usuários que necessitam do SUS.



As atividades desenvolvidas no campo de estágio neste primeiro momento, foram de observar e analisar a dinâmica institucional, assim como compreender a forma que política pública de saúde é constituída e de que forma se desenvolve na atenção básica. Também de entender o papel do Serviço Social na UBS e quais são as competências e atribuições do Assistente Social em sua atuação profissional no âmbito da saúde. Visto que é necessário conhecer as legislações, as políticas e os serviços ofertados aos usuários dos equipamentos públicos.

A partir dessas compreensões, foi possível reconhecer a importância dos assistentes sociais no campo da saúde, assim como de entender qual era a função de uma estagiária de Serviço Social nesse âmbito. Portanto, demarcando a etapa de conhecimento da instituição e do objeto de estudo, por meio do contato direto com a profissional supervisora e os usuários, foi possível visualizar metodologias impostas ao Serviço Social, bem como as refrações da questão social expressas nas mais diversas situações, exigindo cada vez mais a vinculação da teoria com a prática para a compreensão dessas demandas.

O estágio supervisionado em Serviço Social na UBS Dr. Aldrin Verçosa Dias envolveu diversas atividades voltadas para a prática profissional e para a compreensão das demandas sociais na área da saúde. Dentre as principais ações desenvolvidas, destacam-se as visitas domiciliares realizadas por meio do programa de Recadastramento da Pessoa Idosa, as observações e reflexões sobre os atendimentos no plantão social, especialmente os casos relacionados ao Tratamento Fora de Domicílio (TFD) e ao Planejamento Familiar (PF), que incluem procedimentos como laqueadura tubária e vasectomia, conforme os critérios da Lei Federal nº 9.263/96.

Além disso, o estágio possibilitou a produção de pareceres sociais, relatórios e o preenchimento de fichas sociais, além da participação em rodas de conversa com a supervisora de campo e demais estagiárias, contribuindo para um ambiente de aprendizado bastante enriquecedor e reflexivo sobre as contradições e desafios da prática profissional.

Um dos destaques da experiência foi a ação realizada na Escola Municipal Irmã Cristine, em 26 de setembro de 2024, envolvendo toda a equipe da UBS. O evento teve como objetivo orientar a população sobre cuidados e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, além de oferecer atendimentos especializados nas áreas de psicologia, fisioterapia, enfermagem e medicina. Também foram disponibilizadas vacinas e testes rápidos para HIV, HBV, Hepatite C e Sífilis, reforçando o compromisso da UBS com a promoção da saúde e o acesso universal aos serviços oferecidos pelo SUS.

Desse modo, o estágio supervisionado proporcionou uma experiência significativa



na articulação entre teoria e prática, ampliando o conhecimento sobre a atuação do assistente social no contexto da saúde pública e fortalecendo a formação acadêmica e profissional para intervenções fundamentadas na ética e no compromisso social.

### **Avaliação da Supervisão de Estágio**

A supervisão de estágio foi de suma importância para a compreensão dessa etapa na formação acadêmica, promovendo um diálogo abrangente acerca do campo de estágio e da aproximação da realidade dos espaços sócio-ocupacionais em que os/as profissionais de Serviço Social estão inseridos. Desta maneira, foi um processo formativo que proporcionou tanto o conhecimento teórico, quanto prático a respeito de como funciona o processo de estágio supervisionado. Ressaltando a relevância da supervisão de ensino e de campo para uma formação acadêmica qualificada e, conseqüentemente para a formação profissional.

Um dos momentos cruciais do processo de estágio foi a sistematização e a documentação das intervenções realizadas pela assistente social, as quais desenvolvem processos investigativos sobre a realidade social, dos usuários e da própria intervenção profissional. De acordo com as autoras Lima, T. C. S. et al. (2007),

[...] a documentação pode ser considerada como um elemento constitutivo da ação profissional, uma vez que ela lhe dá materialidade ao comprovar a realização da ação, realizada de diferentes formas, ou seja, em fichas, prontuários, relatórios de atendimentos (individuais, familiares ou de reuniões e de assembléias) realizados em instituições ou em domicílios, dentre outros.

A supervisão acadêmica e de campo desempenha um papel fundamental no processo de estágio supervisionado em Serviço Social, proporcionando uma compreensão aprofundada da dinâmica institucional e dos atendimentos realizados pelo assistente social. O planejamento e a elaboração do diário de campo tornam-se essenciais nesse contexto, registrando as atividades desenvolvidas e as observações analisadas durante o cotidiano profissional.

Assim, a supervisão de ensino constitui um suporte indispensável para o amadurecimento acadêmico e profissional dos estudantes, garantindo a articulação entre teoria e prática. Paralelamente, a supervisão de campo aprofunda a dimensão técnico-operativa da profissão, permitindo que os estagiários compreendam a realidade social e os desafios presentes nos espaços sócio-ocupacionais.

Portanto, a integração entre supervisão acadêmica e de campo fortalece a



formação do estudante, promovendo uma apreensão crítica da realidade e consolidando as dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão. Dessa forma, o estágio supervisionado se estabelece como um processo essencial para a qualificação profissional, contribuindo para a construção de uma prática social fundamentada no compromisso ético e na intervenção qualificada frente às demandas da sociedade.

## CONCLUSÃO

O processo de aprendizagem acadêmica fundamenta-se na articulação entre teoria e prática, sendo ambas indissociáveis na formação do profissional de serviço social. O estágio supervisionado, nesse sentido, constitui um espaço essencial para a aplicação do conhecimento adquirido na universidade, proporcionando uma aproximação direta com a realidade institucional, os profissionais da área e os usuários dos serviços.

A experiência desenvolvida na UBS Dr. Aldrin Verçosa Dias, permitiu uma análise aprofundada da dinâmica dos espaços sócio-ocupacionais, evidenciando tanto os desafios quanto as potencialidades da atuação do assistente social no contexto da saúde pública. Durante o estágio, foram identificadas as expressões da questão social e os desafios enfrentados pelos profissionais na intervenção e no encaminhamento das demandas presentes no seu cotidiano.

Além de contribuir para a compreensão conjuntural da profissão, o estágio proporcionou o aprimoramento das habilidades práticas e interpessoais, fortalecendo o compromisso ético-político da prática profissional. Assim, a supervisão de estágio, por sua vez, desempenhou um papel fundamental na construção do conhecimento crítico, viabilizando reflexões sobre a atuação do assistente social e sobre a complexidade das demandas sociais no campo da saúde.

Desse modo, a experiência no estágio supervisionado na UBS reafirmou a relevância da formação acadêmica baseada no aprofundamento teórico e na vivência prática, qualificando o futuro profissional para intervir de forma crítica e ética na efetivação da política pública de saúde, principalmente no contexto da atenção primária à saúde.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.



BERTUSSI, D. C.; OLIVEIRA, M. S. S.; LIMA, J. V. C. **A unidade básica no contexto do sistema de saúde.** In: ANDRADE, S.; SOARES, D.; CORDONI JÚNIOR, L. (Orgs.). Bases da saúde coletiva. Londrina/Rio de Janeiro: Ed. UEL/ABRASCO, 2001. p. 133-144.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990.

BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde, Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990.

COSTA, M. D. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. In: MOTA, A. E. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo; Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **A questão social no capitalismo.** Revista Temporalis, v. 3, p. 09-32, 2001. Brasília: ABEPSS, Graflina.

KRUGER, T. R. Serviço Social e saúde: espaços de atuação a partir do SUS. Revista Serviço Social e Saúde. UNICAMP-Campinas, v. 9. n. 10. dez. 2010

LEWGOY, Alzira M. Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, T. C. S. et al. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 93-104, jan./jun. 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de estrutura física das Unidades Básicas de Saúde: saúde da família.** Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema Único de Saúde - SUS.** Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MOTA, Ana Elizabete. **Questão Social e Serviço Social: um debate necessário.** In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). O mito da assistência: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 21-57.

RODRIGUES, Jheniffer Natividade. **Pelo Direito à Cidade: histórias e memórias da ocupação dos bairros Itaúna II e Paulo Corrêa em Parintins/AM.** In: Anais do 20º Encontro de História da ANPUH-Rio, 2022.



## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES A PARTIR DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Samuele Simas Abecassis Fonseca, Sarah Thays Nascimento Andrade

### RESUMO

Este artigo analisa a política de educação inclusiva no município de Parintins/AM, com base na atuação dos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A partir de revisão bibliográfica e análise documental, destaca os marcos legais que sustentam o direito à educação inclusiva e confronta esses princípios com a realidade enfrentada pelas escolas municipais. O estudo evidencia os desafios estruturais, como a ausência de equipes multiprofissionais, a escassez de recursos e a falta de planejamento institucional. Nesse cenário, ressalta-se o papel estratégico do assistente social como mediador entre escola, família e rede de proteção social. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva requer políticas públicas contextualizadas, investimentos estruturais e valorização da diversidade no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Trabalho Profissional; Políticas Públicas.

### ABSTRACT

This article analyzes the inclusive education policy in the municipality of Parintins, Amazonas, based on the work of social workers in the Municipal Department of Education (SEMED). Through literature review and documentary analysis, it presents the legal frameworks that support the right to inclusive education and compares them with the practical reality of public schools. The study highlights structural challenges such as the lack of multidisciplinary teams, insufficient resources, and the absence of institutional planning. In this context, the social worker emerges as a strategic mediator between schools, families, and the social protection network. The article concludes that the effectiveness of inclusive education requires contextualized public policies, structural investments, and the promotion of diversity within the school environment.

**Keywords:** Inclusive Education; Professional Practice; Public Policies.

### INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um direito fundamental garantido por marcos legais e normativos nacionais e internacionais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Bases da Educação (LDBEN), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, internalizada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009. Tais instrumentos reafirmam o compromisso do Estado brasileiro com uma educação baseada na equidade, na diversidade e na promoção de justiça social.

Apesar dos avanços normativos, persistem disparidades significativas na implementação de políticas de educação inclusiva, principalmente em contextos interioranos. No município de Parintins/AM, normas legais coexistem com barreiras concretas que dificultam o acesso, a permanência e a participação de alunos com



deficiência na rede pública de ensino. As escolas da região enfrentam desafios cotidianos devido à infraestrutura escolar inadequada, à falta de recursos humanos especializados e às limitações na formação continuada dos profissionais da educação.

A atuação dos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Educação de Parintins (SEMED) assume importância estratégica nesse contexto. Apesar da fragilidade institucional, sua atuação se diferencia pela escuta qualificada, pelo atendimento às famílias e pela mediação entre a comunidade escolar e a rede de proteção social. A presença desse profissional pode contribuir significativamente para o enfrentamento das desigualdades estruturais e o desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas.

Este artigo deriva do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Serviço Social, desenvolvido na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e tem como objetivo analisar a política de educação inclusiva no município de Parintins, a partir da realidade institucional da SEMED, refletindo sobre os desafios e possibilidades existentes para sua efetivação. A partir da experiência relatada por Fonseca (2024), utilizando análise documental e revisão bibliográfica, busca-se destacar o papel do assistente social como articulador de direitos e agente fundamental na promoção de uma educação pública inclusiva e de qualidade.

Dito isto, o artigo está estruturado em três seções principais: a primeira discute o marco legal e as políticas públicas de educação inclusiva no Brasil; a segunda analisa a realidade educacional de Parintins/AM, destacando os principais desafios para a efetivação da inclusão; e a terceira aborda a atuação do assistente social na SEMED-Parintins, evidenciando suas contribuições e os limites institucionais enfrentados. Por fim, são apresentadas as considerações finais com base nas análises realizadas.

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A consolidação da educação inclusiva como política pública no Brasil resulta de avanços institucionais progressivos, impulsionados por movimentos sociais, organismos internacionais e legislações nacionais que reconheceram o direito das pessoas com deficiência à educação em condições de igualdade. A construção desse paradigma rompe com a concepção integracionista, que relegava os sujeitos com deficiência a espaços segregados, propondo uma escola comum para todos, com práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e enfrentem as múltiplas barreiras sociais, culturais e institucionais.

A Constituição Federal de 1988, foi o marco fundante do Estado Democrático de



Direito, ao estabelecer no art. 205 que a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, e assegurando em seu artigo 208, inciso III, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). Esse princípio serviu de base para o redesenho das políticas educacionais voltadas para a inclusão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996, reafirma esse compromisso ao dispor no artigo 58 que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo quando necessário, os serviços de apoio especializados (Brasil, 1996). Esta por sua vez, gera uma mudança de concepção, onde a deficiência não mais determina a exclusão, e sim exige do sistema educacional adaptações e estratégias para acolher a diversidade.

A consolidação dessa mudança paradigmática se deu, de forma mais concreta, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em 2008, pelo Ministério da Educação. Essa política reconhece a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e etapas da educação, e propõe o redesenho das práticas escolares e dos sistemas de ensino para garantir a acessibilidade pedagógica e a participação de todos os estudantes (BRASIL, 2008). A PNEEPEI representa, portanto, um avanço conceitual, político e pedagógico no campo das políticas educacionais.

Em consonância com essas diretrizes, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) estabeleceu metas específicas para a universalização da educação inclusiva. A quarta meta propõe assegurar o acesso de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos com deficiência à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a devida formação dos profissionais da educação e a adequação da infraestrutura escolar (Brasil, 2014).

Outro marco importante é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015, que em seu artigo 27 reforça o direito à educação em igualdade de condições com as demais pessoas, vedando qualquer forma de exclusão ou discriminação. A LBI estabelece, ainda, que os sistemas educacionais devem assegurar currículos, métodos, técnicas e recursos que promovam o desenvolvimento pleno da pessoa com deficiência (Brasil, 2015).

No plano internacional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, com status de emenda constitucional, impõe aos Estados signatários a obrigação de promover sistemas



educacionais inclusivos em todos os níveis, reconhecendo a educação como direito humano fundamental e instrumento de participação plena na sociedade (Brasil, 2009).

Contudo, como ressalta Fonseca (2024), apesar da densidade normativa acumulada nas últimas décadas, ainda há um distanciamento considerável entre a legalidade e a realidade educacional, especialmente em contextos periféricos e interioranos, como o do município de Parintins/AM. Na prática, muitas escolas não contam com a infraestrutura mínima exigida para a inclusão, faltam professores especializados e equipes multiprofissionais, e ainda prevalecem práticas excludentes no cotidiano escolar.

Essa desconexão entre legislação e efetivação da política pública revela uma das principais contradições da educação inclusiva no Brasil, sua consolidação jurídica não foi acompanhada por um investimento estrutural compatível com a complexidade da proposta. No qual, acarreta na adoção da inclusão em um discurso normativo vazio, esvaziado de práticas concretas e sustentado por um ideário descolado da realidade vivida pelos sujeitos (Mantoan, 2006; Libâneo, 2012).

Nesse sentido, o Serviço Social assume um papel estratégico na efetivação do direito à educação inclusiva, especialmente em territórios socialmente vulnerabilizados. Como destaca Fonseca (2024), o assistente social atua como mediador entre os sujeitos da escola (alunos, famílias, professores) e os sistemas de proteção social, contribuindo para a superação das barreiras sociais que dificultam o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência. Sua intervenção está orientada pelos princípios do projeto ético-político da profissão, o que implica um compromisso com a justiça social, a equidade, a ampliação dos direitos e a valorização da diversidade.

Portanto, compreender a política de educação inclusiva no Brasil exige não apenas o domínio do arcabouço legal, mas a leitura crítica das desigualdades que atravessam os territórios e dos sujeitos que neles vivem. É nesse atravessamento entre política pública, território e profissão que o debate sobre a inclusão escolar se torna também uma luta por justiça social e emancipação.

## A REALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PARINTINS/AM

Parintins é o segundo maior município do estado do Amazonas, está localizado em uma região de difícil acesso e com limitações estruturais em diversas áreas sociais. A rede municipal de ensino, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), enfrenta desafios significativos no que diz respeito à efetivação da educação inclusiva.



Segundo Fonseca (2024), o município conta com 75 escolas, das quais 47 estão situadas na zona rural e 28 na zona urbana, atendendo uma população escolar diversa e, em muitos casos, marcada pela desigualdade social, pela ausência de políticas públicas estruturadas e pelo distanciamento geográfico dos centros de referência.

Com 75 escolas sob sua jurisdição, sendo 47 localizadas em áreas rurais e 28 em zonas urbanas, a SEMED atende a uma população escolar diversa e, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade social. No entanto, as condições objetivas para que a inclusão escolar aconteça de forma plena e digna ainda são limitadas. De acordo com a autora, há 237 estudantes com deficiência matriculados na rede municipal, inseridos em turmas regulares, mas em sua maioria desprovidos do apoio pedagógico, técnico e emocional que sua trajetória escolar demanda (Fonseca, 2024).

Faltam recursos, materiais acessíveis, profissionais qualificados e, principalmente, um projeto educacional inclusivo que compreenda as singularidades dos sujeitos e as complexidades do território. Como aponta Fonseca (2024), ainda são escassos os espaços de escuta e acolhimento para esses estudantes e suas famílias, o que contribui para que a inclusão ocorra mais como imposição formal do que como escolha política comprometida com a equidade.

A inexistência de um plano municipal específico para a educação inclusiva, somada à ausência de transporte adaptado e de uma equipe multiprofissional que atue em conjunto com as escolas, fragiliza a atuação pedagógica e social das unidades de ensino. Os dois centros de Atendimento Educacional Especializado (AEE) existentes no município operam de forma limitada, com baixa articulação com a rede escolar e sem capacidade para acompanhar a totalidade da demanda. Também não há uma política de formação continuada que garanta aos professores o preparo necessário para lidar com a diversidade de experiências, ritmos e formas de aprendizagem que se expressam em sala de aula.

Esse panorama evidencia que em Parintins a educação inclusiva encontra limites que ultrapassam a esfera pedagógica e estão diretamente vinculados a ausências estruturais. As escolas, muitas vezes isoladas e sem acesso a serviços básicos, enfrentam o desafio de garantir a presença e a participação de estudantes com deficiência sem dispor das mínimas condições para tal. A precariedade da infraestrutura física, dos equipamentos e da formação docente não é uma falha pontual, mas a expressão de um projeto educacional que ainda não reconheceu plenamente o direito à diferença como fundamento da justiça.

Nesse contexto, a atuação do assistente social se revela essencial, mas também marcada por tensões e desafios. Como aponta Fonseca (2024), esse profissional, ainda que



atuando com poucos recursos e sem equipe multidisciplinar de apoio, busca construir pontes entre a escola, as famílias e a rede de proteção social.

Seu trabalho consiste em ouvir, acolher, orientar e encaminhar demandas que, muitas vezes, estão invisibilizadas no cotidiano escolar. Contudo, sua presença ainda não é plenamente reconhecida enquanto componente estratégico do processo pedagógico, sendo com frequência deslocada para funções burocráticas ou assistencialistas.

É preciso compreender que a realidade educacional de Parintins não é exceção no território amazônico, mas sim parte de um padrão de negligência histórica com as populações ribeirinhas e interioranas. Pensar a inclusão nesse cenário exige, portanto, sensibilidade territorial, investimento público e valorização dos sujeitos que constroem diariamente, com criatividade e resistência, práticas educativas que afirmam a dignidade humana.

## A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COMO ARTICULADOR DA INCLUSÃO

A inserção do Serviço Social na política educacional brasileira está historicamente vinculada à ampliação do direito à educação como bem público e universal. O avanço da perspectiva de educação inclusiva, por sua vez, ampliou as possibilidades de atuação do assistente social, sobretudo como agente articulador entre a escola, as famílias e os demais setores das políticas públicas.

No município de Parintins, essa atuação tem se mostrado necessária e urgente, dadas as desigualdades que atravessam o território e a precariedade da estrutura de atendimento à pessoa com deficiência na rede municipal de ensino. Como analisa Fonseca (2024), o profissional de Serviço Social vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Parintins (SEMED) é responsável por atender e acompanhar as famílias dos estudantes com deficiência, realizar escuta qualificada, encaminhar demandas à rede socioassistencial, intermediar situações de vulnerabilidade e fomentar articulações entre a escola e os demais setores públicos.

Contudo, sua atuação ocorre em meio a fragilidades institucionais marcantes: há ausência de equipe multiprofissional, inexistência de protocolos de atendimento intersetorial, escassez de recursos humanos e sobrecarga funcional.

A atuação do assistente social nesse contexto está orientada pelo projeto ético-político da profissão, que reconhece a educação como um direito social e o sujeito com deficiência como um detentor de direitos e não como um alvo de tutela. Isso implica uma



atuação crítica e propositiva, voltada à garantia de condições de acesso, permanência e participação qualificada dos estudantes com deficiência na escola, bem como à construção de uma cultura institucional que valorize a diversidade (CFESS, 1996; IFSULDEMINAS, 2020).

No entanto, como mostra a autora, o reconhecimento desse papel ainda é incipiente. As escolas, muitas vezes, não compreendem o assistente social como parte do processo pedagógico, limitando sua atuação às demandas emergenciais ou assistenciais. Além disso, há carência de espaços institucionais para atuação coletiva, o que dificulta a construção de estratégias compartilhadas e permanentes voltadas à inclusão.

Para sistematizar as dimensões da atuação do assistente social na SEMED-Parintins, com base no TCC de Fonseca (2024), apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 1 – Dimensões da atuação do assistente social na educação inclusiva (SEMED-Parintins)

Dimensão de atuação	Práticas identificadas	Desafios observados
Acolhimento e escuta das famílias	Atendimento a mães e responsáveis; escuta de demandas sociais e educacionais	Falta de espaço institucional e tempo dedicado exclusivamente a esse atendimento
Encaminhamento para rede de apoio	Encaminhamento para CRAS, CAPS, Conselho Tutelar, Saúde, etc.	Ausência de protocolos intersetoriais; fragilidade na resposta dos serviços
Mediação de conflitos escolares	Atuação em casos de violência, negligência, bullying e preconceito	Resistência institucional; ausência de equipe psicossocial para apoio interdisciplinar
Acompanhamento socioeducacional	Intervenção em casos de evasão, abandono e dificuldades de aprendizagem	Sobrecarga de atribuições e baixa integração com o trabalho pedagógico
Promoção de atividades coletivas	Participação pontual em ações educativas, rodas de conversa e eventos	Atuação pontual e sem continuidade; falta de planejamento institucional

Fonte: Elaborado com base em Fonseca (2024, p. 28–42).

Os dados apontam que a atuação do Serviço Social em Parintins tem caráter eminentemente reativo, atuando mais na resolução de urgências do que na proposição de políticas públicas estruturadas. Isso se deve, em grande medida, à invisibilidade institucional do cargo, à ausência de uma política municipal de educação inclusiva e à carência de



espaços de formação continuada voltados aos profissionais da educação e à equipe técnica da SEMED.

Mesmo diante desses desafios, Fonseca (2024) destaca a potência da atuação do assistente social como elo entre escola e comunidade, principalmente por meio da escuta das famílias e da mediação com os serviços da rede de proteção. Ao compreender as múltiplas expressões da questão social presentes no cotidiano escolar, como a pobreza, a exclusão, a negligência familiar, a violência e a deficiência, o Serviço Social amplia a compreensão da escola sobre seus estudantes e tensiona os limites da atuação pedagógica tradicional.

A ausência de políticas intersetoriais efetivas é um dos principais entraves para a consolidação da educação inclusiva em Parintins. Como aponta a autora, há necessidade urgente de estruturação de uma rede articulada entre educação, saúde e assistência social, com definição clara de fluxos, responsabilidades e ações integradas, e reconhece que o Serviço Social por possuir sua formação crítica, está em posição privilegiada para impulsionar essa construção coletiva.

É necessário reafirmar que a atuação do assistente social na educação não deve ser percebida como apoio pontual, mas como componente essencial na construção de uma escola pública que valoriza a diversidade e promove os direitos humanos. A prática cotidiana do profissional revela que a inclusão não é um favor, mas um direito que exige trabalho, compromisso institucional.

Dito isto, a efetivação da educação inclusiva nos sistemas públicos de ensino demanda condições objetivas de materialização das políticas, o fortalecimento da intersetorialidade e o enfrentamento de concepções pedagógicas e institucionais ainda excludentes. O estudo de Fonseca (2024), ao analisar criticamente o funcionamento da rede municipal de ensino, evidencia que os principais entraves à inclusão escolar estão relacionados à ausência de planejamento, à fragmentação das ações e à precarização das condições de trabalho e de atendimento.

O município não possui um plano de ação voltado à educação inclusiva que defina metas, diretrizes e mecanismos de monitoramento, e isso implica que as ações realizadas nas escolas são reativas, pontuais e desarticuladas entre si, não havendo continuidade nem acompanhamento dos casos. Como destaca Fonseca (2024, p. 42), “a inclusão, quando ocorre, depende mais do esforço individual de alguns profissionais do que de uma política institucional consolidada”.

Essa fragilidade estrutural está diretamente relacionada à ausência de um



diagnóstico sistematizado da rede, à falta de investimento em formação docente continuada com foco na diversidade e à inexistência de equipes técnicas multiprofissionais nas escolas. As unidades escolares atuam, portanto, sem suporte técnico para responder às complexidades que envolvem a escolarização de estudantes com deficiência, especialmente nas zonas rurais, onde o isolamento territorial agrava ainda mais os desafios.

Outro aspecto apontado pela autora diz respeito à baixa articulação entre os setores da educação, saúde e assistência social, o que compromete a efetividade dos encaminhamentos realizados pelas escolas e pelo Serviço Social. A inexistência de fluxos e protocolos intersetoriais faz com que o acompanhamento das demandas das famílias ocorra de forma descontinuada, sobrecarregando os profissionais e expondo os sujeitos à revitimização e à negligência institucional.

Apesar desse cenário adverso, Fonseca (2024) identifica possibilidades importantes que podem ser mobilizadas a partir do reconhecimento dos limites existentes, como a atuação do assistente social, mesmo diante de estruturas frágeis, tem se mostrado uma prática de resistência e mediação. Ao realizar escuta qualificada, articular serviços da rede, acompanhar casos de vulnerabilidade e provocar debates no interior das escolas, o profissional tensiona as práticas excludentes e reafirma a inclusão como um direito coletivo.

Além disso, a autora destaca como possibilidade a construção de políticas públicas a partir do território, ou seja, com base nas experiências concretas de estudantes, famílias e profissionais. Essa perspectiva demanda um olhar atento às especificidades locais, como o transporte fluvial, a presença de comunidades ribeirinhas e indígenas, e a realidade socioeconômica das famílias atendidas, e com base nesse princípio, torna-se possível pensar estratégias inclusivas contextualizadas, que ultrapassem modelos prontos e valorizem o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

É preciso compreender que a efetivação da inclusão escolar não se limita à inserção física do estudante com deficiência na sala de aula, trata-se de garantir condições de permanência com dignidade, aprendizagem significativa e respeito às singularidades de cada sujeito. Esse processo só será possível se estiver ancorado em práticas pedagógicas democráticas, redes de proteção fortalecidas e na valorização dos profissionais que atuam diariamente na defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

O desafio de consolidar a educação inclusiva em Parintins, portanto, não está apenas no cumprimento de normativas, mas na construção de um projeto educacional coletivo, que reconheça as desigualdades estruturais do território amazônico e transforme a escola em espaço de escuta, cuidado e emancipação. Nesse sentido, o Serviço Social pode



(e deve) ser parte ativa e estratégica desse movimento, contribuindo para romper com o ciclo de exclusão histórica que atinge os usuários.

## CONCLUSÃO

A efetivação da educação inclusiva constitui no Brasil não apenas uma diretriz pedagógica, mas um compromisso ético, político e constitucional. No entanto, entre o arcabouço normativo e a realidade escolar, especialmente em regiões como Parintins/AM, persiste um abismo marcado por exclusões históricas, omissões institucionais e invisibilidades sociais.

Ao analisar a experiência da Secretaria Municipal de Educação de Parintins, este artigo evidenciou como a ausência de políticas públicas estruturadas, a precarização das condições escolares e a fragmentação das ações voltadas à inclusão comprometem o exercício pleno do direito à educação, e a escola pública diante desse cenário é desafiada a ressignificar sua função social e a transformar-se num espaço efetivamente democrático, que reconhece e acolhe as diferenças como parte da vida coletiva.

Nesse contexto, destaca-se a importância estratégica do assistente social no espaço escolar, quando compreendido para além de um papel assistencial ou burocrático, contribui diretamente para a construção de práticas inclusivas, ao articular redes de apoio, promover a escuta qualificada das famílias, identificar barreiras sociais e intervir nas múltiplas expressões da desigualdade.

Evidencia-se a urgência no avanço da formulação e implementação de políticas públicas específicas para a educação inclusiva no município de Parintins. Isso implica a criação de planos municipais com metas claras e mecanismos de monitoramento; a inclusão das temáticas de deficiência, diversidade e direitos humanos no planejamento pedagógico das escolas; a ampliação e qualificação das equipes multiprofissionais, com a inserção de profissionais do Serviço Social, da Psicologia e da Saúde; e o fortalecimento da intersetorialidade como estratégia de ação coletiva.

A partir da experiência analisada, este estudo reafirma que o debate sobre inclusão não pode ser descolado da realidade concreta dos territórios. A Amazônia e suas complexidades exigem políticas educacionais que não apenas importem modelos, mas construam práticas contextualizadas, sensíveis e comprometidas com a justiça social. E o assistente social nesse processo tem papel fundamental ao tensionar estruturas excludentes e afirmar a centralidade dos sujeitos como protagonistas do direito à educação.



Conclui-se, portanto, que construir uma educação inclusiva em contexto amazônico exige o reconhecimento de que não há inclusão real sem transformação institucional, nem justiça social sem enfrentamento das desigualdades que historicamente impedem o acesso pleno à educação. Este artigo, ao derivar do trabalho de Fonseca (2024), pretende ser mais uma contribuição ao debate coletivo que busca afirmar que toda criança tem o direito de estar, ser e aprender, com dignidade, na escola pública.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação: PNE 2014–2024**. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF: CFESS, 1996.

FONSECA, Samuele Simas Abecassis. **O trabalho do assistente social na educação inclusiva na Secretaria Municipal de Educação de Parintins/AM**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2024.

IFSULDEMINAS – Instituto Federal do Sul de Minas. **A atuação do assistente social na educação básica: orientações e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. São Paulo: Cortez, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.



## CONTROLE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PARINTINS/AMAZONAS

Milena Silva Pereira, Valdilene Lopes, Iviane de Melo Pena, Pablo Eduardo Tavares Castro, Gladson Rosas Hauradou

### RESUMO

Apresentam-se os resultados parciais de atividades extensionistas mediadas por oficinas de formação sobre o papel da participação social no Controle social em saúde. O intuito desta ação foi potencializar o conhecimento e o fortalecimento dos canais de participação social para comunitários diversos, dentre os quais o público infanto-juvenil do município. Enfocou-se os discentes do Ensino Médio da Escola Estadual Tomaszinho Meireles. A metodologia contemplou três momentos distintos, porém articulados entre si: a preparação, o desenvolvimento e conclusão. Os resultados expressam a potencialidade do envolvimento dos discentes da escola supramencionada, e os diálogos com os professores que os acompanham, revelam a necessidade de maior presença universitária nesses espaços. O entendimento que se tem é o de que ações como essas, com fomento institucional, tendem a despertar maior interesse dos educandos com o Ensino Superior e com a defesa do Sistema único de Saúde (SUS).

**Palavras-chave:** Controle Social. Política de Saúde. Conselhos de Saúde.

### ABSTRACT

The partial results of extension activities mediated by training workshops on the role of social participation in social control in health are presented. The purpose of this action was to enhance knowledge and strengthen channels of social participation for various community members, including the city's children and youth. The focus was on high school students at the Tomaszinho Meireles State School. The methodology included three distinct but interconnected moments: preparation, development and conclusion. The results express the potential for involvement of students at the aforementioned school, and the dialogues with the teachers who accompany them reveal the need for a greater university presence in these spaces. The understanding is that actions like these, with institutional support, tend to arouse greater interest among students in higher education and in defending the Unified Health System (SUS).

**Keywords:** Social Control. Health Policy. Health Councils.

## INTRODUÇÃO

A participação social requer o envolvimento contínuo da população no acompanhamento e desenvolvimento/execução das distintas políticas públicas, dentre estas a Política Nacional de Saúde. Trata-se do exercício do controle social, importante instrumento de acompanhamento dos gestores nas atividades públicas. A construção do que se convencionou chamar de controle social é recente. São de meados da década de 1970 que emergiram os movimentos sociais voltados para maior participação na condução das atividades públicas.



Quando atentamos para esse debate na saúde, reportamo-nos a 1986, ocasião da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Fruto das mobilizações sociais que emergiram em meados da década de 1970 do séc. XX, com inspiração no Movimento da Reforma Sanitária italiana, e que culminou com o Movimento da Reforma Sanitária brasileiro. A “Oitava”, como ficou conhecida, teve como temas/eixos de debate: 1. Saúde como direito; 2. Reformulação do Sistema Nacional de Saúde e 3. Financiamento setorial (Pereira; Lopes; Hauradou, 2024, p. 2).

Entende-se que retomar esse debate com foco no público infanto-juvenil tende a reforçar o papel da participação social quanto à qualificação dos bens e serviços no âmbito da saúde pública em Parintins sob a perspectiva do direito de cidadania. Trata-se de uma reedição de um projeto implantado / implementado no segundo semestre acadêmico, de 2023 cuja relevância se impõe no presente momento histórico parintinense e que apresentamos em forma de Relato de Experiência.

Para a realização das atividades, elencou-se como objetivo geral “realizar oficinas de formação com discentes do Ensino Médio da Escola Estadual Tomaszinho Meireles, sobre o papel da participação social no Controle social na área da saúde em Parintins/Amazonas tendo em vista ampliar direitos. Os objetivos específicos, voltaram-se para: 1) oportunizar à comunidade usuária do SUS, público infanto-juvenil escolar, o contato com os distintos canais de controle social; 2) confeccionar instrumentos de controle social (roteiro de exigências ao Poder Público, ofícios requisitando informações, Lei de Acesso à Transparência, imprensa, etc.); 3) destacar o protagonismo social como forma de suscitar reflexões sobre a defesa das políticas públicas de saúde como direito de cidadania e dever do Estado e 4) propiciar aos acadêmicos envolvidos nesta ACE, juntamente a egressos, articular teoria e prática de modo que desenvolvam relatos de experiência das atividades realizadas, considerando a defesa intransigente dos direitos de cidadania afeitos à saúde.

Para alcançar os objetivos acima, o projeto envolve momentos distintos, mas bem articulados entre si. Assim, pode-se destacar três momentos neste processo, a saber:

Etapa 1 - **Preparação** (Período 21/03/2025) e como objetivos: Estudar as temáticas a serem trabalhadas (fichamento) de modo a aprofundar o conhecimento sobre as mesmas e planejar a realização das palestras, oficinas e apresentação de vídeos didáticos contemplando os temas abordados. As atividades ligadas a esse momento voltaram-se para a leitura, discussão e fichamento de textos; Organização do cronograma das oficinas, exibição de vídeos didáticos e seus respectivos responsáveis.

Etapa 2 – **Desenvolvimento**, maio e junho de 2025. O objetivo, nessa etapa, consiste em realizar quinzenalmente, de forma intercalada, as oficinas e exibição de vídeos didáticos, sendo as atividades voltadas à confecção do material didático a ser utilizado nas



atividades e a realização de oficinas sócio-educativas, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação das atividades e o registro das atividades realizadas.

Por fim, a Etapa 3 – **Conclusão**, tendo como objetivo organizar e sistematizar o trabalho realizado em de abril a julho de 2025. As atividades voltam-se para a elaboração dos relatos de experiência das atividades realizadas e a elaboração do relatório final da ACE em julho 2025.

Neste relato, destacam-se as atividades relativas ao momento 1, **de preparação**, como resultados parciais do processo formativo, uma vez que o projeto está em andamento. Por outro lado, este contato inicial permite-nos fazermos algumas inferências acerca do papel da extensão junto ao público infante-juvenil no âmbito do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Trabalho, Saúde e Serviço Social (Neptrass)<sup>5</sup>.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O CONTROLE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE

A 8ª Conferência Nacional de Saúde realizada em 1986 foi um marco na consolidação do entendimento que temos hoje acerca do direito à saúde como dever do Estado brasileiro. Seu relatório final subsidiou a edificação do Capítulo III da Constituição Federal de 1988 conforme Artigo 196. Posteriormente houve o processo de regulamentação, ou seja, a criação da Lei Orgânica da saúde (8080/90 e 8142/90) que diz respeito à organização do Sistema Único de Saúde (SUS), a participação social e seu financiamento.

A participação social, sob esse prisma, pode ocorrer por meio de diversos canais. Os mais comuns são os conselhos gestores de políticas públicas que atuam nos estados e municípios. É um direito presente em legislação, que os gestores públicos possibilitem essa expressiva participação da sociedade civil na formulação e controle da política pública de saúde de forma ampla, transparente e ascendente, ou seja, a partir de pré-conferências em bairros, regiões ou distritos, que dessas reflexões surjam avaliações e propostas consistentes que se traduzam em políticas públicas de saúde setorial (Pereira; Lopes; Hauradou, 2024, p. 2).

Contudo, nos primeiros anos de 1990, evidenciam-se barreiras às conquistas democráticas. Como desdobramento há uma ofensiva ao sistema/modelo de proteção social até então conquistado especialmente afeito à Seguridade Social que contempla a Saúde, a Assistência Social e a Previdência Social. “A emergência da voga neoliberal imprime uma

<sup>5</sup> Trata-se dos resultados imediatos do projeto de extensão intitulado “Controle social na área da saúde: a participação social em Parintins/Amazonas” (PACE-00053/2025/01) no contexto do Programa Atividade Curricular de Extensão – PACE, sob os auspícios da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da Universitária na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



relação de forças no campo da saúde com dois projetos em disputa: o projeto da Reforma Sanitária, assentado nos princípios de Reforma Sanitária vs o projeto Privatista, com enfoque na privatização da saúde, na sua mercantilização” (Bravo et al., 2012, *apud* Pereira; Lopes; Hauradou, 2024, p. 2). Como destacado por Bravo (2013), nos anos 2000 surge um novo projeto no campo da saúde. Sendo este o projeto da Reforma Sanitária Flexibilizada o qual: “Consiste em defender a Política de Saúde possível, face à conjuntura” (p. 178).

Essa relação de forças persiste no tempo presente. São expressivos desse contexto a aprovação da Emenda Constitucional N. 95 de 2016 que suspendeu os investimentos em saúde e educação por 20 anos, no contexto do golpe que culminou com a retirada de Dilma Rousseff então presidenta do Brasil, imediatamente substituída pelo seu Vice, Michel Temer. Recentemente, vimos a emergência do Novo Arcabouço Fiscal, o reflexo do Pacote de Cortes de Gastos com potenciais impactos na Saúde, Educação e Seguridade Social, como a pressão para que a regra constitucional vigente do piso federal do SUS em 15% da Receita Corrente Líquida da União não fosse implementado, bem como a Reforma Trabalhista de 2017 dão o tom e são emblemáticos dessa relação de forças assimétricas. Desse movimento, visualiza-se uma série de entraves à edificação de uma Política Pública na perspectiva do direito de cidadania, reverberando-se no processo de controle social. Além de outros elementos próprios da órbita burocrática.

Ademais, ao aprofundarmos o debate tomando-se como base as mudanças macrossocietárias, com o aguçamento neoliberal e suas contínuas prescrições de desconstrução dos direitos assegurados constitucionalmente, “[...] o controle social das classes subalternas [...] sobre o destino dos recursos públicos, torna-se um desafio importante na realidade brasileira para que se criem resistências à redução das políticas sociais, à sua privatização e mercantilização” (Correa, 2012, p. 118).

São muitos os desafios para que o controle social se efetive. Medeiros (2021), ao investigar o caso de parintinense,

[...] destaca as dificuldades encontradas para a realização do controle social no Conselho Municipal de Saúde (CMS). Um dos aspectos enfatizados fora quando da participação no Comitê Técnico de Análise e Prestação de Contas (uma das distintas comissões de fiscalização do CMS) (p. 156).

Prossigue o autor:

Houve uma série de dificuldades para fazer uma análise criteriosa, pois não estava habituado a lidar com processos licitatórios, notas fiscais de compras, sistemas de registros de preços, intenção de registros de preços, entre outras nomenclaturas próprias da área (Idem).



Dessa constatação, emergem uma série de questões sobre as quais tratou-se durante a execução do projeto, tais como: quais os instrumentos utilizados no processo de controle social realizado pelos conselheiros em Parintins? Quais instrumentos de controle social, sobre a saúde, existem ou podem ser criados pela população usuária da saúde? Quais setores podem ser acionados para que o controle social se efetive mediante participação ativa da sociedade? As questões supracitadas tomam como pressuposto o entendimento de que aquelas limitações sinalizadas por Medeiros (2021) permanecem como expressão das relações no CMS de Parintins, bem como nas demais comissões de fiscalização.

## **PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA VOLTADO AO PÚBLICO INFANTO-JUVENIL**

Como destacado anteriormente, apresentar-se-á as atividades relativas ao momento 1, **de preparação**, como resultados parciais do processo formativo que requer o aprofundamento de algumas categorias de análise para posterior implementação das ações, uma vez que o projeto está em andamento. Por outro lado, este contato inicial permite-nos fazermos algumas inferências acerca do papel da extensão junto ao público infanto-juvenil no âmbito do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Trabalho, Saúde e Serviço Social (Neptrass). “Reitera-se que, o Controle Social visa proporcionar não somente a fiscalização, mas a participação da população na tomada de decisões que sistematicamente coloca a comunidade amparada pelos artigos da Constituição Federal de 1988” (Pereira; Lopes e Hauradou, 2024, p. 2).

Estes elementos, enquanto subsídios para a apreensão do papel do controle social no acompanhamento da execução das políticas de saúde, tendem a contribuir para a qualificação do acesso à saúde como direito de todos e dever do Estado e reforça a compreensão da relação saúde /doença como decorrência das condições de vida e trabalho (Brasil, 2023). O Controle Social expressa, portanto, a relação sociedade e Sistema Único de Saúde (SUS), sendo o Conselho Nacional de Saúde a instância máxima legal que dialoga com a comunidade no sentido de possibilitar o acesso à saúde, reforçando a noção ampliada da compreensão da relação saúde/doença, assim como, o acesso igualitário de todos aos serviços de promoção e recuperação da saúde.

Abaixo, pontuam-se algumas das atividades em desenvolvimento relativas à etapa 1 da referida Atividade Curricular de Extensão (ACE).



- Reunião de planejamento, e processo, com a equipe do projeto em 30 de abril de 2025 para apresentação do projeto, objetivos e metodologia e debates acerca da emergência e desenvolvimento do que se convencionou chamar de controle social na área da saúde. Vide figura 1 a seguir.

Fig. 1: Reunião de planejamento, e processo, em 30 de abril de 2025.



Fonte: Pablo Eduardo Tavares Castro, 2025.

Reunião de planejamento, e processo, com a equipe do projeto em cinco de maio de 2025 para aprofundamento sobre a emergência, o desenvolvimento e os desafios para a implementação da Política Nacional de Saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS). Vide figura 2 a seguir.

Fig. 2: Reunião de planejamento, e processo, em cinco de maio de 2025



Fonte: Pablo Eduardo Tavares Castro, 2025.



A partir dessas reuniões, foram selecionados alguns textos voltados para o adensamento teórico-metodológico com foco na elaboração das oficinas a serem realizadas com os discentes de Ensino Médio da Escola Estadual Tomaszinho Meireles. Destacam-se algumas das bibliografias que subsidiarão o desenvolvimento das atividades extensionistas ao longo do semestre 2025.1, a saber:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Escala, 2007.

**Objetivo do texto:** acesso aos direitos e normativas afeitas à cidadania brasileira;

Brasil. Ministério da Saúde. **ABC do SUS: planejamento local**. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. s.l.; SNAS; 1991. **Objetivo do texto:** colocar à disposição de todos os integrantes do SUS o conjunto inicial das ações, atitudes e atividades que necessariamente serão implantadas;

NOGUEIRA, Vera e MIOTO, Regina. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes Sociais In. MOTA, A. E. (et al.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Cortez, 2006. **Objetivo do texto:** Este texto busca debater a inserção do Serviço Social no campo da saúde, articulando a ação profissional às diretrizes do SUS, o que sinaliza para um estatuto diferenciado da profissão no campo da saúde;

CORREA, Maria Valéria Costa. Controle Social na Saúde. In. MOTA, A. E. (et al.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Cortez, 2006. **Objetivo do texto:** Este texto visa a compreensão do controle social;

PEREIRA, Milena Silva; LOPES, Valdilene; HAURADOU, Gladson Rosas. **Conselhos municipais de saúde e controle social:** um estudo sobre a participação social em Parintins/Amazonas. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2024, [local não informado]. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02914.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025. **Objetivo do texto:** analisar a participação social, realizada por conselheiros municipais de saúde em Parintins/AM, a partir das atas e resoluções emanadas pelo referido Conselho, e sua relação para a contribuição com o controle social entre os anos 2020 e 2022.



MEDEIROS, Aleksandro Melo. **Conselhos de políticas públicas, política deliberativa e educação popular** [livro eletrônico] / Aleksandro Melo Medeiros.— Rio de Janeiro, RJ: ePublicar, 2021. **Objetivo do texto:** avaliar o potencial democrático dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas a partir da análise do modelo de política deliberativa, decorrente da teoria do discurso e da teoria do agir comunicativo do filósofo alemão Jürgen Habermas, e apoiado em um modelo de Educação Popular Dialógica do patrono da educação brasileira, Paulo Freire.

Além dos textos acima, outras referências serão utilizadas no desenvolvimento das ações como as normativas e legislações sobre a Política Pública de Saúde. Simultaneamente, discentes e docentes envolvidos com o projeto de extensão, seguem com as discussões acerca da definição dos procedimentos necessários à construção das oficinas. Este momento envolve o protagonismo discente quanto à persecução das estratégias de intervenção que potencializem a formação socioeducativa para o controle social na área da saúde. Estas atividades, envolvem a realização de memórias, e sínteses, das reuniões de planejamento, e processo, realizadas pela equipe e os fichamentos dos textos disponibilizados para o aprofundamento teórico-metodológico sobre a participação social.

No relato a seguir, um discente membro da equipe do projeto vigente enfatiza a assimilação de conteúdos necessários à interação com discentes de Ensino Médio da Escola Estadual Tomaszinho Meireles a partir das reuniões de planejamento e processo. Esse registro é parte das memórias das reuniões de formação nas atividades extensionistas. Vejamos:

Exemplos de controle de controle social são as audiências públicas, os conselhos municipais de políticas públicas e a fiscalização individual. Aqui em Parintins temos os conselhos municipais. Depois de alguns exemplos do professor demos continuidade, falamos da importância do controle social, da participação ativa de nós como estudantes e como indivíduos (Membro da Equipe do Projeto).

Somam-se aos estudos, a consulta ao Relatório Final de Atividade Curricular de Extensão ligada à Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) e que versou sobre a participação social e o controle social no campo da saúde no município de Parintins realizada em 2023.2. No referido relatório consta a realização de reuniões voltadas para a melhor operacionalização das atividades. Abaixo a descrição de uma dessas ações formativas:



Reunião de processo, e planejamento, no dia 23 de março, no Laboratório de Serviço Social do ICSEZ, para sistematização das ações/atividades ligadas às oficinas com foco nos temas: política de saúde como direito de cidadania e dever do Estado – Art. 196 da Constituição Federal do Brasil de 1988, Lei 8.080/90 e 8.142/90 que versam sobre a regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), controle social e financiamento do SUS; controle social; participação social infanto-juvenil e canais de denúncia e controle social na área da saúde. Neste momento, realizaram-se as orientações sobre a dinâmica das oficinas com os adolescentes; e técnicas de contato e interação com adolescentes (Hauradou, 2023 p. 6).

Com base neste último material técnico, extraímos alguns apontamentos os quais dialogam com os debates realizados ao longo dos meses de abril, e maio, de 2025 sobre a relevância de se conhecer mais detidamente a Política Nacional de Saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) e como é possível qualificar a atenção à saúde em seus vários níveis por meio da participação social e, por conseguinte, por meio do controle social.

## CONCLUSÃO

No presente relato de experiência, que resulta de projeto de extensão homônimo e que visa “realizar oficinas de formação com discentes do Ensino Médio da Escola Estadual Tomazinho Meireles, sobre o papel da participação social no Controle social na área da saúde em Parintins/Amazonas tendo em vista ampliar direitos, pretendeu-se destacar alguns aspectos da relevância de se ampliar a execução de atividades dessa natureza”.

Dentre os achados imediatos, destaca-se a potencialidade do envolvimento dos discentes da escola supramencionada, e os diálogos com os professores que os acompanham, revelam a necessidade de maior presença universitária nesses espaços. O entendimento que se tem é o de que ações como essas, com fomento institucional, tendem a despertar maior interesse dos educandos com o Ensino Superior e com a defesa do Sistema único de Saúde (SUS).

Ademais, a ênfase dada ao direito à saúde enquanto dever do Estado brasileiro é uma constante durante a realização das ações. Ainda que se destaquem os desafios presentes no campo da saúde, como o contínuo processo de privatização, o controle social mediado pela participação social de distintos segmentos da sociedade é fundamental. O caso da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), movimento social sempre citado nas formações discentes, é emblemático do papel da sociedade na defesa do SUS, portanto, da Política Nacional de Saúde em tempos de regressão de direitos. Esta apreensão, por parte de discentes de Ensino Médio, tende à constituição de multiplicadores para a defesa do SUS.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Escala, 2007.

BRASIL. **Lei 8142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Brasil. Ministério da Saúde. **ABC do SUS: planejamento local**. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. s.l.; SNAS; 1991.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. In . **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Saúde e serviço social no capitalismo: fundamentos sócio-históricos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CORREA, Maria Valéria da Costa. **Controle Social na Saúde**. In: MOTA, Ana Elizabete [et al.] (Orgs). 2. Cortez: São Paulo, 2008.

HAURADOU, Gladson Rosas. **Controle social na área da saúde: a participação social em Parintins/Amazonas. Projeto de Extensão Universitária**. Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) / Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Comitê de Extensão: Parintins, 2023.

MEDEIROS, Alexandro Melo. **Conselhos de políticas públicas, política deliberativa e educação popular** [livro eletrônico] / Alexandro Melo Medeiros. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021.

PEREIRA, Milena Silva; LOPES, Valdilene; HAURADOU, Gladson Rosas. **Conselhos municipais de saúde e controle social: um estudo sobre a participação social em Parintins/Amazonas**. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2024, [local não informado]. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02914.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.



## NOTAS E REFLEXÕES SOBRE O ESTADO PENAL E OS DILEMAS DA RESSOCIALIZAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NA UNIDADE PRISIONAL DE PARINTINS/AM

Cibelle Dória da Cunha Bueno, Denilce Santos de Souza, Kamilly de Souza Tavares

### RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo promover a reflexão em torno do Estado Penal brasileiro a partir da análise dos dilemas da ressocialização / reintegração social das pessoas privadas de liberdade, tendo como lócus do estudo a Unidade Prisional de Parintins, localizada no Amazonas. Nesse sentido, pretendemos apresentar os aspectos que definem o Estado Penal brasileiro, suas contradições e implicações na forma de se punir as pessoas privadas de liberdade no Brasil, bem como nas instituições do sistema prisional brasileiro. Para tanto, enfatizaremos os dilemas para a promoção e possível efetivação da ressocialização / reintegração social de pessoas privadas de liberdade no contexto da Unidade Prisional de Parintins, compreendendo as dificuldades que se apresentam, ordinariamente, para o sistema prisional, sobretudo no tocante à efetiva ressocialização / reintegração social das pessoas privadas de liberdade, considerando, ainda as especificidades do encarceramento, bem como da ressocialização / reintegração social no cenário amazônico.

**Palavras-Chaves:** Estado Penal; Ressocialização; Sistema prisional; Pena; Parintins/AM.

### ABSTRACT

This paper aims to promote reflection on the Brazilian Penal State by analyzing the dilemmas of resocialization/social reintegration of people deprived of liberty, with the Parintins Prison Unit, located in Amazonas, as the locus of study. In this sense, we intend to present the aspects that define the Brazilian Penal State, its contradictions and implications for the way in which people deprived of liberty are punished in Brazil, as well as for the institutions of the Brazilian prison system. To this end, we will emphasize the dilemmas for the promotion and possible implementation of the resocialization/social reintegration of people deprived of liberty in the context of the Parintins Prison Unit, understanding the difficulties that ordinarily arise for the prison system, especially regarding the effective resocialization/social reintegration of people deprived of liberty, also considering the specificities of incarceration, as well as resocialization/social reintegration in the Amazonian region.

**Keywords:** Penal State; Resocialization; Prison System; Punishment; Parintins/AM.

### INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca fazer uma análise crítica sobre o Estado Penal brasileiro, relacionando-o aos dilemas da ressocialização/reintegração social das pessoas privadas de liberdade no cenário amazônico. Nosso objetivo é analisar a constituição e a maneira de agir do Estado penal brasileiro a partir da análise em torno dos desafios da reintegração social das pessoas privadas de liberdade na Unidade Prisional do município de Parintins/AM, compreendendo as diversas questões que interpelam a situação prisional brasileira e as especificidades do contexto amazônico.



Parintins é um município do interior do Estado do Amazonas, situado na fronteira com o Estado do Pará, estando localizado há 369 km leste da capital do estado, com uma população estimada de 101.956 habitantes, segundo dados do último censo (IBGE, 2023). Portanto, a área geografia dessa pesquisa tem como *lócus* a Unidade Prisional do município de Parintins, localizada na Av. Nações Unidas, número 191, no bairro São Benedito, bem próxima a praça da Liberdade, do curral do Boi Caprichoso e em frente a escola estadual Senador João Bosco, que oferta o Ensino Médio no município.

A partir de tais informações sobre a localização da única Unidade prisional no município, observa-se que se trata de uma localização central no município de Parintins, o que não é usual para a localização de uma unidade prisional no cenário brasileiro.

Em novembro de 2024, a unidade prisional abrigava 55 (cinquenta e cinco) pessoas em privação de liberdade, das quais, 54 (cinquenta e quatro) homens e apenas uma mulher. Constituído-se, portanto, em uma unidade prisional mista e que abriga presos provisórios e definitivos, a Unidade prisional de Parintins possui dentre os seus desafios, os próprios das Unidades prisionais do país associados aos desafios inerentes ao contexto parintinense e amazônico. Observa-se, desta feita, que o objetivo dos internos/as é a ressocialização. Contudo, considerando ser Parintins um município pequeno, com recursos escassos para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à população em geral, tal fato influencia nas poucas possibilidades de atuação do município em prol da reintegração social das pessoas egressas do sistema prisional. Assim, Parintins tem apresentado uma realidade prisional importante com a crescente massa carcerária que se encontra em precárias condições de encarceramento. Contudo, o município tem tido dificuldades no desenvolvimento de ações que contribuam no processo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade no município, apesar da incisiva e significativa atuação do Escritório Social, há pouco mais de um ano.

O Município de Parintins possui particularidades específicas inerentes às condições culturais e, também, às dificuldades próprias da realidade do interior da Amazônia, a exemplo da dificuldade climática, a própria localização e inviabilidade de deslocamento terrestre, o que culmina em diversas problemáticas para os munícipes, dentre as quais, a dificuldade de acesso a bens e serviços disponíveis em outras cidades, associada à significativa incipiência de trabalho e emprego, bem como a ausência de renda advinda do trabalho da maioria da população. A partir de dados do Relatório obtido no sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a partir da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e da Secretaria de Avaliação, Gestão da



Informação e Cadastro Único (BRASIL, 2025), observa-se que em Parintins, aproximadamente 64 mil pessoas são beneficiárias do Programa Bolsa Família, perfazendo um benefício médio de R\$735,35 por família. O contingente populacional supramencionado representa, aproximadamente 60% da população do município. Tal fato aponta a importância da política de assistência social para a vida dos munícipes. Apesar de tal fato, todos os índices de acompanhamento dos beneficiários do Bolsa Família, a partir das condicionalidades do Programa – Saúde, Educação – apresentam índices de acompanhamento abaixo da média do Brasil, indicando a necessidade de aprimoramento da política de Assistência social em desenvolvimento no município.

O cenário narrado impacta diretamente na vida das pessoas que vivem em Parintins, uma vez que com a ausência de possibilidades de trabalho e renda – sendo estas voltadas, sobretudo as atividades rurais – agricultura familiar e pecuária – além do comércio familiar, associada à atuação da política de Assistência Social com fragilidades consideráveis, em termos de estrutura institucional, orçamento e capacidade de disseminação - haja vista o acesso de algumas comunidades ser realizado, apenas pela rede hidroviária - compreende-se que a possibilidade de aumento da criminalidade, violência rural e urbana, e a insegurança local são uma constante em uma cidade pequena, sem estrutura institucional e social para lidar com esses fenômenos.

Face ao cenário apresentado, localizamos as características do Estado Penal de extrema repressão e violência no trato, sobretudo das pessoas mais vulneráveis, se mostrando ainda mais latente nas cidades com as características de Parintins: interiorana, com imensa dificuldade de acesso e ausência de acesso terrestre, o que propicia uma atuação policial sem qualquer supervisão por parte de Corregedorias e controle social, com a atuação das autoridades policiais tais como pessoas a quem se obedece sem discutir.

## ESTADO PENAL BRASILEIRO E SISTEMA PRISIONAL

O Estado é uma forma do ser social, sendo ainda uma forma ideológica implementada e operada por uma classe e em detrimento das forças que esta exerce sobre outra. Destaca-se, contudo, que “é relacionando-se com todas as classes que o Estado assume caráter de poder público e exerce o controle político e ideológico sobre elas” (PEREIRA, 2010, p.147). Conforme apontava Engels (o Estado é) “primeiro poder ideológico que domina os homens” e identifica, sem hesitar, “o Estado com a ideologia do Estado” (ENGELS *apud* PACHUKANIS, 1988, p.38).



É por meio da relação dialética com a sociedade que o Estado abrange todas as dimensões da vida social, todos os indivíduos e classes e assume diferentes responsabilidades, inclusive as de atender demandas e reivindicações discordantes. Por isso, apesar de ele ser dotado de poder coercitivo e estar predominantemente a serviço das classes dominantes, pode também realizar ações protetoras, visando às classes subalternas, desde que pressionado para tanto, e no interesse de sua legitimação (PEREIRA, 2010, p.146).

A partir dessa compreensão basilar, todas as esferas de organização institucionais, de instâncias de poder concebidas e advindas do contexto de produção capitalista sofrem das repercussões propiciadas e necessárias à reprodução incessante do capital.

Observamos, entretanto, que a dinâmica social do capitalismo contemporâneo promoveu um Estado minimalista, no que tange às políticas de Assistência social, e uma vida social militarizada (NETTO, 2012). Nesse sentido é que Wacquant apresenta o paradoxo existente entre o “menos Estado” econômico e social, subsidiado pelo neoliberalismo e o “mais Estado” policial e penitenciário, característica eminente deste.

Podemos considerar o Estado Penal como o ponto de partida de nossa discussão. Esse léxico, bastante utilizado na atualidade, tem por princípio apontar as reflexões promovidas por Loic Wacquant (2007) em torno das alterações promovidas pelo neoliberalismo às formas de organização e atuação do Estado moderno.

O Estado Democrático de Direito, no qual reside o Estado penal, sob o contexto do capitalismo neoliberal/ultraliberal, encontra-se estrangulado e fragilizado, considerando a dicotomia existente entre as premissas que o sustentam e a concretude perversa visualizada na realidade. Um exemplo dessa contradição é a pura materialização do sistema prisional enquanto política de Estado.

Nesse contexto, merecem destaque os estudos realizados por autores que se atentam ao fato de ocorrer, em um contexto contemporâneo de recrudescimento e naturalização das desigualdades, de todas as ordens, a existência de um Estado de Exceção dentro de um Estado Democrático de Direito declarado, sendo tal acepção considerada o “paradigma de governo dominante na política contemporânea” (AGAMBEN, 2004, p.13). Conforme complementa o mesmo autor:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos



(AGAMBEN, 2004, p. 13).

Por mais que sejam considerados destituídos de direitos, em um Estado que demonstra agir de forma excepcional em momentos que se devia agir com a racionalidade e a sensatez, pode-se ponderar que:

Não é a quantidade de direitos de que alguém é privado que lhe anula a sua condição de pessoa, mas sim a própria razão em que essa privação de direitos se baseia, isto é, quando alguém é privado de algum direito apenas porque é considerado pura e simplesmente como um ente perigoso (ZAFFARONI, 2007, p.18).

Conforme podemos observar, o Estado Democrático de Direito, historicamente construído não se despiu de suas vestes autoritárias e do Estado policial que tem por premissa controlar. Este último reside dentro do primeiro, “conservado em seu interior, encerrado ou encapsulado”, como bem aponta Zaffaroni (2007, p. 169). Isso porque a instituição do Estado Democrático de Direito teve por premissa o controle do Estado de polícia e as arbitrariedades do Estado absolutista que o antecederam. Contudo, nos sistemas presidencialistas, como o do Brasil e dos países da América Latina, o presidente ainda conservou as funções de quem substituiu. Nesse caso, mesmo que limitado pela Constituição, pelo Congresso, a figura do Presidente ainda endossa práticas adotadas nos Estados absolutistas, não eliminando e tampouco, realizando o efetivo controle do Estado de polícia tão vigoroso e presente até os nossos dias. É corroborando com tais argumentos que compreendemos que: [...] existe uma dialética contínua no Estado de direito real, concreto ou histórico, entre estes e o Estado de polícia. O Estado de polícia que o Estado de direito carrega em seu interior nunca deixa de pulsar, procurando furar e romper os muros que o Estado de direito lhe coloca (ZAFFARONI, 2007, p.170).

Segundo aponta o grande autor referência na discussão sobre o Estado penal, Loic Wacquant (2012), “[...] a causa desencadeadora da virada punitiva não é a modernidade tardia, mas sim o neoliberalismo, um projeto que pode ser abraçado, indiferentemente, por políticos de direita e esquerda” (WACQUANT, 2012, p.26). A remodelagem do Estado, nesse período, perpetua, como consequência, a reorganização social, culminando em práticas de racismo de Estado e da difusão de políticas punitivas no âmbito internacional. Tais questões tornam-se a base do neoliberalismo que se consolidava. Dessa forma, conforme conclusões de Wacquant: “o estado penal insidioso, expansivo e caro [que] não é um desvio do neoliberalismo, mas [sim] um de seus ingredientes constitutivos” (WACQUANT, 2012, p.33). Assim, as práticas punitivas, o controle social repressivo e a



criminalização da pobreza se constituem formas de abordagem adotadas pelo Estado penal, como práticas ordinárias de Estado.

Partindo da premissa em questão, a qual evoca a relação fundamental entre a influência exercida pelas relações econômicas, o modo de produção vigente, para a definição das relações sociais, concebemos, como ponto fundante da discussão que pretendemos realizar, em torno do Estado Penal e de suas práticas materializadas no sistema prisional, que: “Pena e Estado são conceitos intimamente relacionados entre si. O desenvolvimento do Estado está intimamente ligado ao da pena” (BITENCOURT, 2004, p.103).

Não há necessidade de assinalar sequer o fato de que a uma concepção de Estado corresponde, da mesma forma, uma de pena, e a esta, uma de culpabilidade. Destacamos a utilização que o Estado faz do Direito Penal, isto é, da pena, para facilitar e regulamentar a convivência dos homens em sociedade. Apesar de existirem outras formas de controle social – algumas mais sutis e difíceis de limitar que o próprio Direito Penal – o Estado utiliza a pena para proteger de eventuais lesões determinados bens jurídicos, assim considerados em uma organização socioeconômica específica (BITENCOURT, 2004, p. 103). Nessa perspectiva “é preciso reconhecer que a pena privativa de liberdade é um instrumento, talvez dos mais graves, com que conta o Estado para preservar a vida social de um grupo determinado” (BITENCOURT, 2004, p. 141).

A partir do contexto acima, o Estado policial, que inicialmente se mostra presente no Estado Absolutista, se mantém inserido nas demais formas de Estado, inclusive, mantendo-se de forma insistente e atuante no âmbito do Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, àquele se promove e se torna cada vez mais fortalecido e pulsante a partir das necessidades expressas pela agudização dos ardis do capitalismo. Diferentemente do que muitos pensam o Estado policial não se opõe ao Estado Democrático de Direito, embora a concepção que marca o último vislumbra que todos os cidadãos se submeterão à lei e o Estado de polícia é aquele em que todos estão submetidos ao poder dos que mandam, isto é, da classe dominante (BATISTA et all, 2003, p.41). Assim, o Estado policial, presente no contexto contemporâneo, na verdade demarca e define, de forma decisiva, em vários pontos, a atuação do Estado Democrático de Direito, o que influencia na atuação dos três Poderes constitucionais (Legislativo, Executivo e Judiciário), bem como na forma de condução institucional das forças policiais brasileiras. Analisaremos, a seguir, as influências promovidas pelo Estado Penal na atual política criminal brasileira e na atuação do Sistema de Justiça.



## REFLEXÕES SOBRE A PENA, SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL E EM PARINTINS

O sistema penitenciário no Brasil é uma das instituições que apresentam uma das maiores precariedades no ranking mundial, sendo o terceiro, com o quantitativo de um pouco mais de 750 mil pessoas em situação de prisão (NOGUEIRA, 2024). Sendo a estrutura física, a insalubridade, a superlotação, a falta de segurança, e a ressocialização, as precariedades mais evidentes dentro desse sistema opressor (RODRIGUES, 2023). Remete-nos às políticas de controle e ajuste social que se encontram dentro de um sistema extremamente tradicional, ou melhor, “minimalista”, no qual o Estado dá pouca importância (DAMÁZIO, 2010).

Cientes disso, cabe destacar, de antemão, que compreendemos que o “projeto” em prol do encarceramento em massa possui motivações definidas, complexos de relações sociais e políticas identificáveis e renováveis com o tempo e a partir da construção de uma sociedade, seja esta qual for. Entendemos, ainda que este “projeto” se dá em potencial parceria entre a ideologia dominante, a mídia e a política, que se opera no seio do Estado, por meio do Direito e do que se concebe como Justiça. Nessa seara contemporânea, a prisão se mostra a forma de efetivação da Justiça, em que a pena, na própria forma de castigo e vingança, a ser imposta enquanto sua concretização.

Deste modo, o sistema de justiça, que se legitima socialmente perante uma narrativa de imparcialidade, apresenta-se em realidade como lócus de reprodução de desigualdades, reforçando exclusões a partir de preconceitos incutidos na prática de seus próprios agentes (PIMENTA, 2018, p.127).

Contudo, cabe sinalizar que antes do século XVII a prisão era um estabelecimento de custódia, onde ficavam os acusados esperando suas sentenças. Posteriormente, quando a pena privativa de liberdade foi a mais utilizada para sanção penal, foi desenvolvido o sistema prisional como centro da execução penal (MANGANALI, 2024).

No Brasil o sistema prisional inicia-se desde a Colônia. No entanto a origem do conceito prisão como pena originou-se na Idade Média com influência da Inglaterra, que tinha como propósito punir monges e clérigos religiosos que não cumpriam com suas obrigações religiosas (MANGANALI, 2024). Assim, as punições eram vinculadas à religião, visto que, era uma forma que Deus concedia à Igreja Católica para salvar a alma do indivíduo, pondo em prática a sua fé e crença, pois o crime era visto como pecado (MARQUES, 2011). Dessa forma, a Igreja teve papel fundamental no desenvolvimento das privações, inovando ao castigar os eclesiásticos com o seu recolhimento em celas ou mosteiros, possibilitando que



estes se arrependessem de todo mal cometido através de orações e de penitências (JÚNIOR, et al. 2021).

Na Idade Moderna, devido à grande crise econômica na Europa, desencadeou-se o crescimento dos índices de pobreza, desemprego e elevou-se o número de desabrigados, acarretando os conflitos, violência e delitos em prol da sobrevivência. Era necessária uma nova política criminal para conter essa parcela da população que se encontrava, supostamente, mais propensa à efetivação dos delitos em decorrência de sua situação de vulnerabilidade.

Segundo Barros (2011) a criminalização da pobreza está ligada à exclusão social, o que constrói uma visão da comunidade pobre como criminosa. Entretanto, durante a crise de 1929, furtos e outros delitos não foram cometidos somente por pessoas pobres, até os dias atuais visualizamos esse cenário, em que o cometimento de crimes não deve ser atribuído somente aos pobres – apesar de assim ser, ordinariamente. Assim, temos que considerar, que o cometimento de delitos, apesar de possuir um traço, historicamente relacionado à pobreza, na realidade, deve-se à contínua e irreparável criminalização dos pobres, promovida historicamente e própria do sistema econômico e social vigentes, que por sua vez, visa fortalecer essa compreensão equívoca.

A necessidade que se apresenta com o sistema de produção capitalista é definir os seus potenciais “criminosos” e fazer do ato de punir algo inerente ao Estado, a partir de determinantes de classe, de raça e de gênero, definindo, dessa forma, os incluídos e os excluídos.

Segundo do pensamento de Marx (1895), a classe dominante do Capitalismo detém os meios de produção para que os proletários trabalhem em função do capital, havendo sempre a reprodução e expropriação do capital, visto que, deve haver pobreza para que exista a riqueza, e assim, o capitalismo. Antigamente os apenados cumpriam suas penas e regulavam o sistema de produção, visto que o próprio sistema prisional é um controle seletivo do modelo capitalista, contribuindo mais para a existência permanente do exército industrial de reserva, composto pelos excluídos, ou seja, potenciais trabalhadores que por algum motivo – definido pela classe dominante, por meio das leis - encontram-se privados de liberdade. Desta forma “a sociedade burguesa é baseada na exploração do homem pelo homem que mistifica as relações sociais” (MARX & ENGELS, 2009, p. 10).

Compreendendo tais reflexões, podemos considerar, portanto, que a prisão e a pena privativa de liberdade são, de fato, necessárias ao arranjo e à reprodução do capital. Por este motivo, mostram-se, desde sempre, seletivas e direcionadas ao público que



precisam excluir, ou melhor, reeducar, a partir das práticas de ressocialização e reintegração social. O sistema prisional torna-se um campo de concentração do exército industrial de reserva, fora do mercado de trabalho. Logo, no cárcere “a luta de classe se objetiva tanto nos moldes da pacificação via força e coerção, como também na eliminação dos sujeitos, que se concretiza ainda pela denominada morte social” (SILVA, 2014, p. 19). Neste sentido, as prisões atuam como um mecanismo de manutenção do capitalismo, gerando, mesmo que de forma indireta, a sua base de reprodução econômica e das relações sociais de poder e coerção.

No cenário brasileiro expressa-se, de forma incisiva, a prisão como possibilidade de institucionalizar a exclusão dos miseráveis e inaptos ao trabalho. Segundo Foucault (1987) no Brasil as prisões eram usadas como forma de exclusão, devido a ausência das políticas sociais, falta de investimentos, insuficiência estrutural para manutenção dos prédios existentes e construção de presídios. Logo, a maioria dos prédios em que eram “depositadas” as pessoas que deveriam cumprir a pena de privação de liberdade eram improvisados e desestruturados, assim como ainda verificamos na atualidade.

Os dados do último Relatório de Informações Penais (RELIPEN) corroboram com o nosso argumento de que, desde o Brasil Império, pouca coisa mudou no sistema prisional. Fato é que em 2024, o Brasil acumulava um déficit em número de vagas para as pessoas privadas de liberdade na ordem de 174 mil vagas<sup>6</sup>, considerado o pior cenário já visto no sistema prisional. Pessoas amontoadas e depositadas em presídios sem qualquer estrutura adequada faz parte do que consideramos, a muito tempo, o sistema prisional brasileiro.

Nessa perspectiva, observa-se que esses efeitos também repercutem de forma acentuada no interior do Amazonas, no município de Parintins, haja vista que o sistema carcerário é um problema recorrente no município, apresentando frequentes evasões da unidade prisional que assim como muitos outros municípios do interior do estado, foi instituída de forma não planejada (Brelaz, et al, 2024).

Inicialmente o município que era apenas uma zona rural, passou a ser urbanizado, tonando assim o 4º maior município do interior do estado do Amazonas, conhecido por sua cultura e manifestação folclórica. Entretanto, apesar dos avanços e transformações esse foi um processo intensivo de urbanização que não foi capaz de organizar a cidade de forma segura, promovendo as políticas públicas necessárias ao atendimento da população geral, quiçá das pessoas privadas de liberdade que eram encaminhadas para o presídio local. Em

6Os números do sistema: o Brasil tem 663 906 detentos cumprindo pena, enquanto só há capacidade física para 488.951 pessoas. Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/brasil/situacao-alaricante-brasil-enfrenta-deficit-de-174-000-vagas-no-sistema-carcerario>



vista dessas transformações e com o aumento da criminalidade no município, a Unidade Prisional de Parintins foi improvisada e iniciou o seu funcionamento no dia 01 de fevereiro de 2001, a princípio para ser apenas uma instituição temporária para presos provisórios e sentenciados (Canto; Silva, 2015). Contudo, com apenas alguns ajustes a instituição onde funcionava anteriormente uma Delegacia de Polícia Civil, passou a ser fixada como a Unidade Prisional do município de Parintins, funcionando há mais de 20 anos como única unidade prisional a abarcar os presos sentenciados em regime aberto, semiaberto e fechado não só provenientes de Parintins, mas também das localidades próximas.

Atualmente, o presídio conta com uma estrutura deteriorada composta por três alas, que deveriam comportar 36 detentos/as – destinadas aos presos sentenciados, presos provisórios, que conta com uma única cela feminina e a ala específica para as pessoas que respondem a crimes sexuais ou relacionados à Lei Maria da Penha. Como a unidade prisional contava com aproximadamente 55 pessoas privadas de liberdade, em novembro de 2024, percebe-se que a realidade com a qual nos deparamos é desumana e se constitui violação de direitos humanos das pessoas em privação de liberdade, uma vez que temos muitos presos dormindo em condições deploráveis, a maioria no chão das celas ou em redes, sem a devida estrutura de acomodação. E em decorrência da superlotação carcerária, há maior proliferação de epidemias e maior incidência de violência e rebeliões. De acordo com Machado e Guimarães (2014, p. 568). “Os presídios se tornaram grandes e aglomerados depósitos de pessoas”.

Além disso, a Unidade prisional de Parintins possui um pátio destinado aos banhos de sol e visitas aos internos. Nesse pátio tem uma quadra improvisada com areia e um quiosque, já que em dias de sol, dependendo da época do ano, de fato, torna-se impossível permanecer no sol nessa região do norte do país.

O presídio possui ainda uma estrutura administrativa com uma sala de aula, sala para os profissionais e um depósito para materiais. Conta com aproximadamente dez profissionais atuantes, em escala de revezamento, nas instalações do presídio, a fim de atuar para a manutenção da segurança, além do Diretor e vice-diretor da unidade. Não possui equipe psicossocial para atuação junto aos apenados e seus familiares, conforme previsão legal.

Cabe destacar que a situação do presídio de Parintins, com relação a estrutura precária e a defasagem de equipes profissionais reflete a situação verificada nas outras localidades do país, cuja política penitenciária continua tendo imensa dificuldade para promover ações de garantia de direitos às pessoas privadas de liberdade e adequadas



condições de trabalho às pessoas que compõem as equipes que atuam nos presídios. Assim, a precarização do sistema prisional brasileiro atinge todas as pessoas ligadas a realidade carcerária, desde detentos e seus familiares até mesmo os/as profissionais que atuam nesse setor. Dessa forma, para além da discussão em torno da vontade política que não se vê quando nos referimos ao sistema prisional, haja vista que esta pauta geralmente não mobiliza eleitores, precisamos considerar, ainda, a força da cultura do punitivismo, própria da formação histórica e social brasileiras, que colaboram, de maneira quase natural, com a ideia de um Estado que possui como forma ordinária de funcionamento, a repressão e a violência, tendo no encarceramento a sua principal política. Conforme uma publicação do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN do ano de 2022:

A questão penitenciária constitui um dos desafios complexos para os gestores públicos e o sistema de justiça brasileiros. Nosso sistema punitivo, forjado sob o signo das matrizes do patrimonialismo, da escravidão e da exclusão, consagrou um padrão organizacional e estrutural de estabelecimentos penais que são o retrato da violação de direitos das pessoas privadas de liberdade (BRASIL, 2022, p. 6).

Desta feita, consideramos que o sistema prisional brasileiro é um verdadeiro espelho da sociedade, refletindo suas contradições mais sólidas e perversas, devido estar historicamente ligado a marginalização social (Justiça Global, 2009).

A realidade atual do sistema prisional, ao invés de levar o indivíduo a consciência e fazê-lo perceber que sua atitude vai contra os princípios e valores básicos que regem a Constituição Federal de 1988, sendo condutas que não devem ser normalizadas; a prisão serve para adequar o indivíduo. Essa perspectiva de adequação acaba modificando o indivíduo, pois, essas condições precárias contribuem para essa marginalização. A própria prisão não oferece o suporte básico como divisão de detentos entre menor e maior periculosidade, “o que deveria servir como um local para reabilitação e esperança se transformou em pesadelo para quem está dentro e fora das grades” (SILVA, 2014, p. 20).

## **DILEMAS DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL E EM PARINTINS/AM**

Aproximadamente 70% das pessoas privadas de liberdade são negras e, portanto, os egressos do sistema prisional no Brasil, se autodeclaram pretos e pobres, conforme aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017). Este mesmo documento, publicado em 2023, apontou um crescimento de encarceramento da população negra de 381,8% e de 30,4% da população branca, entre os anos de 2005 e 2022; sendo que em



2022 o percentual de pessoas negras era 68,2%, considerado o maior histórico levantado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, frisando que a seletividade penal tem cor.

O percentual de presos entre 18 e 24 anos equivale a 19%, enquanto jovens entre 25 à 29 anos representam 24%, totalizando 43% da população carcerária. Como podemos constatar, temos um significativo contingente de jovens encarcerados no Brasil. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), a população encarcerada é a mesma população que mais morre: jovens e negros.

A pesquisa do DEPEN (2022) afirmou que os crimes mais comuns aos presos, são o uso e tráfico de droga, roubos, furtos, ameaças e lesões corporais, sendo constados como os crimes mais cometidos também se considerarmos os casos de reincidência. Isso significa que a maioria dos crimes são cometidos por uma necessidade, e principalmente, pelo contexto social dos indivíduos que são de origens periféricas e, na maioria das vezes, sem acesso aos bens e serviços básicos. Assim, percebe-se que grande parte da população carcerária é composta por jovens, pretos e pobres, e que tal população carceraria tem aumentado devido ao envolvimento dos jovens com o mundo ilícito do tráfico de drogas que “promete” dinheiro rápido e em grande quantidade, não deixando de lado a questão da desigualdade social que contribui com os índices de criminalidade.

No contexto de um sistema penal discriminatório e seletivo, que se volta com máximo rigor na direção de pobres, negros e moradores de favelas e periferias, historicamente estigmatizados e associados às classes “perigosas” e “inimigas” da sociedade, o encarceramento acaba por exacerbar a desigualdade e a exclusão, em vez de ressocializar. E, dessa maneira, as prisões desempenham um papel fundamental na perpetuação do círculo vicioso de pobreza e violência no Brasil (Justiça Global, 2009, p. 45).

Borges (2019) colabora afirmando que o racismo foi pilar da sociedade brasileira, pois não se restringiu a economia, mas se vinculou as relações sociais e políticas no país, perpetuando-se, a partir de novas ou transformadas roupagens até os dias atuais. Para Almeida (2019, p. 66) “Não seria um exagero dizer que o sistema de justiça é um dos mecanismos mais eficientes na criação e reprodução da raça e de seus múltiplos significados”.

Face a este cenário, de criminalização das condutas dos corpos pretos e pobres, a ressocialização é um desafio, apesar do sistema prisional ter como um dos objetivos da pena, indicados nos dispositivos legais, a reabilitação e reinserção dos apenados. Mas como tornar isso possível, uma vez que o indivíduo quando “fichado” pelo sistema, será marcado e estereotipado para sempre pela sociedade, estando sujeito a vulnerabilidade social, de



outrora, associada, agora à vulnerabilidade penal<sup>7</sup>. Assim, a realidade dessa problemática é reinserir na sociedade um indivíduo que já traz consigo uma origem carregada de preconceitos. O encarceramento continua igual, relacionando a desigualdade social com atos criminosos, associando sempre pobres como criminosos e delinquentes, mas como afirma Foucault (1987) todo criminoso é um ser humano, e deve ser tratado como tal.

[...] como podemos pensar a (re)inserção social dos sujeitos de direitos que de forma quase que certa, tiveram de forma incipiente e até mesmo ausente, o acesso aos direitos e o exercício da cidadania? E como dissociar essa categoria – (re)inserção social – da égide do capital que a constitui e a coloca como premissa de que toda (re)socialização, pensada na lógica estatal, possui aderência e interação à capacidade laboral e de adequação às normativas vigentes apresentadas à estes sujeitos (BUENO & BUENO, 2022, p.73).

Segundo Julião (2009, p. 67) “lidamos com um conceito utilizado no interior do sistema penitenciário que implica a ideia de que o interno volte à sociedade disposto a aceitar e seguir as normas e as regras sociais”. Mas, existem inúmeras dificuldades no retorno desses usuários para a reinserção social, tais como, o menosprezo da sociedade e até mesmo da própria família, além da escassez de emprego associado à discriminação. E quando pensamos nesse contexto em um município no interior do estado do Amazonas, as condições de reintegração social se tornam ainda mais hostis, não só considerando as dificuldades de recursos das políticas públicas e de acesso à emprego e renda, mas ainda associados aos estigmas sociais que são impostos de maneira mais severas à estes sujeitos, bem como às dificuldades regionais de deslocamento para saírem em busca de outras oportunidades de vida. Assim, mesmo com a existência da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional que tem como intuito a inclusão e disseminação de pautas acerca das pessoas egressas do sistema prisional, há o questionamento sobre os preconceitos e invisibilidade dessas pessoas que ainda se mostram persistentes e constantes em nossa sociedade.

A resolução nº 307 de 17 de dezembro de 2019, institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação, promove a integração, por meio dos Escritórios Sociais, entre políticas públicas, atores da execução penal e redes de organizações da sociedade civil, com vistas ao acolhimento e atendimento das demandas e necessidades das pessoas egressas e seus familiares. A Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional impõe demandas

7 Vulnerabilidade penal é as condições em que o indivíduo está exposto durante o cárcere. Vulnerabilidade social afeta o bem-estar das pessoas, resultando em risco social, não está relacionada somente a pobreza, mas também a fatores socioeconômicos, ambientais, estruturais e outros.



emergenciais como saúde, alimentação, vestuário, acolhimento provisório ou transporte, atendimento e acompanhamento socioassistencial, inclusive inserção em Programas de Transferências de Renda e outros benefícios, programas e projetos, habitação, trabalho, renda e qualificação profissional, assistência jurídica e emissão de documentos, escolarização formal e não formal, atividades de educação não escolar e o desenvolvimento, produção, formação, difusão cultural e outros. Os Escritórios Sociais, que representam a materialização dessa política nos municípios, atuam na viabilização do acesso a essas políticas públicas no município no qual está implantado, no intuito de reintegrar o egresso do sistema prisional a partir do acionamento e articulação entre as políticas públicas setoriais que possam auxiliar o egresso do sistema prisional e seus familiares nesse processo difícil de retomada da vida em liberdade. Conforme afirma Soares (2023, p. 241), “os escritórios funcionam como mediadores do indivíduo recém-libertado e a rede de recursos disponíveis, fornecendo suporte desde a fase inicial de reclusão até os estágios avançados de reintegração”.

Contudo, quando nos deparamos com um municípios cujas possibilidades de acesso são de fato restritas à população em geral, observamos que tais possibilidades se mostram ainda mais difíceis para pessoas com antecedentes criminais. Assim, o problema da ressocialização dos presos no município de Parintins é recorrente e reflexo de diversos agravantes do próprio sistema prisional, tais como a superlotação, precariedade do espaço físico, insalubridade, tratamento desumano e condições básicas de assistência social (Brelaz, et al, 2024) associado aos elementos que limitam a atuação articulada das políticas públicas no município e o conservadorismo e preconceito que perpassam as instituições que deveriam potencializar as possibilidades de ação das políticas públicas para todos, todas e todes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a Unidade Prisional de Parintins apresenta, a partir das especificidades do cenário amazônico, as mazelas próprias e inerentes ao sistema prisional brasileiro, inserido no âmbito do Estado Penal. Este, por sua vez, promove, além da permanência das precárias condições do sistema prisional como um todo, sobretudo no tocante às condições objetivas de vida das pessoas submetidas ao encarceramento, ainda reforça a institucionalização das violações de direitos humanos das pessoas privadas de liberdade a partir, ainda, da legitimação do encarceramento como forma de



responsabilização dos sujeitos. Mesmo diante, do que podemos considerar, fracasso da reintegração social de pessoas privadas de liberdade, ainda, a prisão e a pena privativa de liberdade se amparam nesse discurso a fim de resguardar a punição como fonte indispensável à sociedade. Sabemos, contudo, que a prisão tem por premissa a punição de pessoas que, por motivos diversos, não se adequaram à lógica econômica e social extremamente desigual instituída e, que por esta razão, são submetidas à lógica da punição como fonte de obtenção de pessoas dóceis, submissas e propensas às imposições do sistema de produção capitalista.

Nesse sentido, a reintegração social de pessoas privadas de liberdade torna-se um desafio em Parintins e em qualquer parte do Brasil, haja vista as nuances sociais e históricas que perpassam a constituição e legitimação da punição no país, bem como, considerando a quem a pena privativa de liberdade é direcionada no cenário brasileiro. Contudo, no interior do Amazonas observamos questões que tornam a tarefa de reintegrar pessoas ao convívio social ainda mais complexa, haja vista a precariedade dos serviços públicos e a ausência dos recursos adequados disponibilizados à população de forma geral. Em um cenário em que as políticas públicas não se constituem direito, mas sim, favorecimento e benesse, a compreensão acerca da atuação articulada das políticas públicas para a garantia dos direitos de todos, inclusive dos egressos do sistema prisional e seus familiares, torna-se objeto de contestação por parte daqueles que não tiveram a experiência do cárcere. Nessa perspectiva, precisamos retomar as reflexões em torno do conceito de *less eligibility*, em um contexto em que a prisão tinha por premissa a correção dos pobres que não se adequavam ao trabalho e que ainda rompiam o pacto social por meio de condutas consideradas desviantes, impróprias, criminosas, a partir de legislações que assim definiam. Estes pobres eram estigmatizados, classificados como piores que os demais, isto é, que os pobres trabalhadores, e àqueles eram imputadas condições menos favoráveis de sobrevivência que aos demais pobres. Tal condição define o conceito de *less eligibility*, que se baseia no princípio de que “o nível de existência garantido dentro do cárcere e aquelas oferecidas pelas instituições assistenciais deve ser mais baixo do que o das categorias mais baixas dos trabalhadores livres, de modo a constranger ao trabalho e salvaguardar os efeitos dissuasivos da pena” (RUSCHE; KIRCHEIMER, 1999, p. 14)

Compreendendo que o cenário brasileiro, de agudização das premissas que estabelecem e fortalecem o Estado Penal, em que o Estado de polícia latente está amparado pela sociedade, que clama por prisão e a relaciona com justiça, é também o cenário em que impera o individualismo, a competição exacerbada, em que as pessoas são



aquilo que construíram por mérito próprio; não é de se estranhar que a prisão segregue os indesejáveis e a política criminal considere o restabelecimento da ordem social a partir da retirada destes indesejáveis de circulação. Assim, se faz política criminal no Brasil, apesar de se postular que a pena pretende responsabilizar para “reeducar” e tratar os sujeitos indesejáveis.

De fato, o que observamos é a exclusão por meio da prisão e a ausência da reintegração social efetiva dos sujeitos que tiveram a experiência do cárcere como tarefa indispensável à segurança pública e à proteção social da sociedade. O que se tem é a suposta “extinção” do “problema” a partir da prisão, sem considerar que não é possível reintegrar pessoas em um contexto em que a segregação e a organização social que imperam são desfavoráveis e não contribuem para os restabelecimentos dos sujeitos e a aptidão destes ao convívio em sociedade. “Falar de reintegração social a partir da prisão é o mesmo que falar de ensinar alguém a nadar colocando-a em um elevador” (Baratta).

Assim, problematizar a punição e os considerados “puníveis” se torna tarefa fundamental para pensarmos a reintegração social de pessoas privadas de liberdade no Brasil, bem como a prisão como fonte ordinária de responsabilização dos sujeitos “desviantes”. As contradições que povoam o cenário de disputa de narrativas, sobretudo quando consideramos demandas sociais tão complexas, tais como as promovidas pelas criminalidades e pela violência, anseiam por problematizações profundas que sejam capazes de desvelar as entrelinhas do que hoje chamamos de Sistema de Justiça e sistema prisional. Se temos a maioria das pessoas em privação de liberdade no Brasil a partir do cometimento de crimes contra o patrimônio e relacionados a Lei de Drogas (RELIPEN, 2024), nos cabe compreendermos o que isso diz e como as políticas públicas devem ler tal informação. Nesse sentido, pensar o Estado Penal e as correlações de forças presentes nessa seara se coloca como tarefa fundamental para o Serviço Social que ainda, de forma muito pouco efetiva, tem se debruçado sobre a temática e se esquivado dos postulados conservadores que se referem aos reais objetivos da prisão e da pena privativa de liberdade nesse país.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**; tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, Coleção Estado de sitio, 2004.

ALMEIDA, Luiz Silvio de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.



BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal: uma introdução à sociologia do direito penal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan – Instituto carioca de Criminologia, 2002.

BARROS, Lia Canejo Diniz. **Violência, criminalização da pobreza e os desafios para a constituição da cidadania. Estado, desenvolvimento e crise do capital: V JOINPP**. São Luís/Maranhão, 2011.

BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, E. Raul; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**, 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BORGES, Juliana. **O que é: encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento/Justificado, 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu município**. Brasília: DF, 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Relatório de Informações Penais (Relipen) - 2025**. Brasília: SENAPPEN, 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2o-semester-de-2024.pdf]. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL, **Resolução nº307, de 17 de dezembro de 2019**. Diário da Justiça [do] Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, 17 dez. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal: Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Pena). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 1984.

BRELAZ, D. C.; et al., **O sistema penitenciário de Parintins: uma abordagem no sistema educacional nesta unidade**. Revista: Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v.17, n.1, p. 264-282, 2024.

BUENO, Cibelle Doria da Cunha e BUENO, André Henriques. **Reflexões sobre a teoria do valor em Marx e Pachukanis: a relação que permeia o direito e o capitalismo**. In: Revista ESMAT. Escola Superior da Magistratura Tocantinense. V.14, n23. Palmas: ESMAT, 2022, p. 59 – 75.

CANTO, Daniela Glória; SILVA, Sandra Helena. **INSTITUÍDO E DESINSTITUÍDO: uma análise sobre a Unidade Prisional de Parintins/AM**. VII Jornada de Políticas Públicas. UFMA. São Luiz do Maranhã, 2015.

DÁMAZIO, Daiane da Silva. **O SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL: problemas e desafios para o Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: 2010.



DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, **Comissão do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária: Exposição de Motivos**, Brasília: DEPEN, 2022.

FOUCAULT, M.. **Vigiar e Punir: História das violências nas prisões**. 2ª edição. Editora Vozes, 1987.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**, Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A Ressocialização através do Estudo e do Trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2009.

JÚNIOR, Agilson Geraldo. **Sistema Prisional e a ressocialização do preso**. Além Paraíba – MG, 2021.

JUSTIÇA GLOBAL. **Relatório sobre as Causas econômicas, sociais e culturais da tortura e de e de outras formas de violência no Brasil**. Brasília: DF, 2009.

LIMA, Renato Sérgio de. BUENO, Samira. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12ANUARIO_11_2017.pdf). Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Isaac Sabbá. A realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. V, 5 n. 1, p. 566-581, 1º trimestre de 2014.

MANGANELI, Tayline Alves. Da custódia à Penitenciária: como surgiram as prisões. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): **Revista Arco**, 05 jan 2024. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/da-custodia-a-penitenciaria-como-srgiram-as-prisoos>. Acesso em 22 de julho de 2024.

MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. **Fundamentos da pena**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Expressão Popular. São Paulo, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n 1111, p.413-429, jul/set, 2012.

NOGUEIRA, Rafael. **O sistema penitenciário brasileiro na teoria e na pratica**. Revista: Redação Direito Diário. Ano: 2024. Disponível em: <https://direitodiario.com.br/o-sistema-penitenciario>. Acessado em 20 ago 2024.

PEREIRA, Potyara. Amazoneyda Pereira. **Para maior compreensão da política social:**



**concepções básicas de Estado versus Sociedade** In: BOSCHETTI, Ivanete [et all]. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2010

PACHUKANIS, Evgeni B. **Teoria geral do Direito Marxista**. Tradução: Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PIMENTA, Victor Martins. **Por trás das grades: o encarceramento em massa no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES PENAIS - RELIPEN – 1º semestre 2023. In: Secretaria Nacional de Políticas Penais. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1semestre-de-2023.pdf>.

RODRIGUES, Luciano Aquino. **Superlotação dos estabelecimentos penais brasileiros: da gestão dos presídios às condições de segurança e qualidade de vida**. Ciências Jurídicas, Volume 27, Edição 122. REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.7942042. Ano, 2023.

RUSCHE, Georg & KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social**; Tradução: Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

SILVA, André Luiz Augusto da. **Retribuição e história para uma crítica ao sistema penitenciário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SOARES, L. M. G; SILVA, J. P; SALLES, A. P. C. Escritórios Sociais: uma análise do equipamento público de efetivação de direitos dos egressos do sistema prisional e seus reflexos na reintegração social no Brasil. **Revista Mangaio Acadêmico**, v. 8, n.5. 239-253, 2023.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. São Paulo: ZAHAR, 2007.

WACQUANT, Loic.. **Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Vera Malaguti Batista (org.); Sérgio Lamarão: tradutor. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ZAFFARONI, Raul Eugenio. **O inimigo no direito penal**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2ª ed, Pensamento Criminológico, n.14, 2007.



## "OKÊ ARÔ": MÃE BENA DE OXÓSSI E A LUTA DAS COMUNIDADES DE MATRIZES AFRICANAS EM PARINTINS/AM

Laize da Silva Cruz, Sandra Helena da Silva

### RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar o papel das mulheres Mãe de Santo na sociedade parintinense, com base numa perspectiva teórica que aborda o trinómio classe, género e raça. A investigação teve como fundamentação a teoria marxista. A abordagem qualitativa foi utilizada para dar voz, significado e valor às falas das mulheres Mães de Santo sobre o seu papel na sociedade e no contexto das suas comunidades. Espera-se que este estudo contribua para um maior e melhor reconhecimento das mulheres e mães de santo do município de Parintins, e para a difusão das contribuições das suas práticas religiosas para o enfrentamento de todas as formas de violência.

**Palavras-chave:** Afrorreligião; Mãe de Santo; Umbanda; Parintins.

### ABSTRACT

The aim of the study was to analyze the role of women Mãe de Santo in Parintinense society, based on a theoretical perspective that addresses the trinomial of class, gender and race. The research was based on Marxist theory. The qualitative approach was used to give voice, meaning and value to the words of the women Mães de Santo about their role in society and in the context of their communities. It is hoped that this study will contribute to greater and better recognition of the women and mothers of saints in the municipality of Parintins, and to the dissemination of the contributions of their religious practices to the fight against all forms of violence.

**Keywords:** Afroreligion; Mother of Saint; Umbanda; Parintins.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho é produto de um estudo realizado em um Projeto de Iniciação Científica – PAIC entre o ano de 2021-2022, que objetivou analisar o papel das mulheres Mãe de Santo na sociedade parintinense a partir de uma perspectiva teórica fundada no trinómio classe, género e raça.

O estudo que se estrutura a partir da teoria Marxiana sobre as relações sociais, se enfoca e estabelece, dentro das comunidades de matrizes africanas, cuja liderança é exercida por mulheres. Buscou-se compreender, a partir do estudo de caso, de Mãe Bena de Oxóssi, como em uma sociedade fundada pela lógica capitalista, racista e patriarcal, estas mulheres conseguem exercer seu trabalho de forma a garantir o pleno exercício de seus direitos.

O maior objetivo foi dar uma ampla visibilidade para as mulheres Mãe de Santo como sujeitos sociais construtoras de um movimento de luta e resistência diante de uma sociedade conservadora que nega e recrimina todo modelo religioso que não corresponde



as expectativas de um modelo social baseado no cristianismo.

A dimensão sociocultural integrada na maternidade simbólica das mães de santo atribui à essas mulheres a capacidade de conceber e estabelecer a práxis na vida cotidiana. O desempenho feminino dentro da estrutura das religiões de matrizes africanas no Brasil enfatiza um caráter de resistência. A cultura de afrodescendentes foi sustentada pela força feminina nas comunidades, constituindo um dos mais marcantes valores da cultura nacional (Oliveira, 2009).

Em meio a todo cenário de exclusão das mulheres pela sua origem étnica, de gênero e de classe, a mulher negra, sempre encontrou nos terreiros, o seu espaço e a afirmação da sua identidade como mulher e como ser político. Esses momentos liderados pelas mulheres foram relevantes para a preservação de tradições de raízes africana e pelos desdobramentos culturais que compõe esse país (Oliveira, 2009).

A presença religiosa feminina, no papel das “mães-de-santo”, tem significativa importância nas lutas contra o contexto histórico discriminatório em que se inscreve. Nas relações de gênero e classe dentro das religiões de raízes africanas, o gênero não está em um lugar de subalternização do indivíduo feminino pelo masculino, como nas sociedades ocidentais. Feminino e Masculino são complementares para gerar o equilíbrio (Munanga, 2001; Oliveira, 2012).

Essa apropriação de ações e práticas refere-se à própria forma que a mulher é compreendida na perspectiva ancestral, ritualística e espiritual, a expressão da deusa africana é de mãe, vilã e guerreira, tais quais, são os papéis que dizem desempenhar a mulher na sociedade. A resistência apresentada não assume só um princípio individual, mas também uma postura coletiva. A representatividade por meio das identidades dos sujeitos, nas mães de santo implicam a liberdade e autonomia do protagonismo feminino (Ndiaye, 1986; Cavas, Davila, 2009).

Assim, este estudo foi estruturado para identificar como se dão as relações sociais de classe, gênero e raça no âmbito das religiões de matrizes africanas em Parintins/AM. Afinal, compreender como esses processos cotidianos se manifestam em determinados ambientes é importante para a compreensão de sua totalidade.

Sendo as categorias classe, gênero e raça pertencentes a própria estrutura da questão social, investigar como elas adentram as comunidades passa a ser um objeto de estudo novo dentro do âmbito acadêmico.

Desse modo, investigar temas relacionados a expressões da questão social é utilizar-se desse espaço de visibilização para dar voz aos sujeitos pesquisados e contribuir com a



elevação de sua consciência, valorizando o processo e aportando sugestões no sentido de contribuir com mudanças que possam ter impactos na sociedade (Creswell, 2010).

A pesquisa é de natureza qualitativa visto que será dado um valor e significado as falas das mulheres Mãe de Santo líderes de comunidade de matrizes africanas no município de Parintins. De acordo com Minayo (2002), a pesquisa qualitativa possibilita responder a questões que não podem ser quantificadas, como por exemplo, aspirações, atitudes, crenças e valores que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

Para Prates (s/n) é importante pautar as investigações em fundamentações coerentes a qual indicam elementos que podem efetivar os processos de análise e possibilitar uma transformação da realidade. Afinal, os fenômenos estão sujeitos a superação pois são históricos. Sua análise possibilita a compreensão do real, embora não integral, sendo imprescindível para a transformação pois reconhece o movimento como dialético, na medida em que o indica como contraditório, acrescenta Cury (1986).

Os dados apresentados são resultados de entrevistas e observação participante, sob a qual houve “*uma troca de experiências, onde a pesquisadora não está[rá] apenas ouvindo, mas aprendendo a ouvir através do ambiente causado pelas vozes silenciosas*” (Portelli, 1997, p. 22) e instaurando “*uma relação de escuta ativa e metódica [...]*” (Bourdieu, 2008, p. 695).

Assim, quando esse cenário envolve as expressões da questão social em Parintins/Amazonas, essas manifestações devem ser percebidas além do que se apresenta. No âmbito do Serviço Social, enquanto categoria profissional, comprometida com as classes trabalhadoras, é dever profissional investigar as expressões além da aparência, além do dado, para assim conhecer e perceber o que é singular e o que é universal como diz lamamoto.

## DESENVOLVIMENTO

### Contextualizando a mulher Mãe de Santo brasileira

A historicidade de estruturação da sociedade brasileira é calcada em desigualdades sociais, econômicas e políticas. Gestadas quando, outrora, negras (os) africanas (os) foram sequestrados e trazidos para essas terras para serem escravizados, e esses homens e mulheres foram reprimidos por manifestarem sua dimensão e organização cultural (Barbier, 1994; Bittar, 2010).

Ao refletir sobre como se estruturam as sociedades, é necessário enfatizar que as



relações sociais e afetivas baseadas em uma subjetividade cultural são permeadas de pluralidades, resistências e superações. Mas, nas relações sociais compreendidas a partir do trinômio classe, gênero e raça tem-se em seu fundamento contradições fundadas em uma lógica capitalista, racista e patriarcal (Bellotti, 2007).

Sem dúvida, a aglutinação dessas categorias afeta integralmente a trajetória social, econômica e política entre mulheres e homens. No âmbito da religiosidade, especificamente, nas religiões de matrizes africanas, a intensidade de violências é vital (Brasil, 2012).

Assim, debater essas categorias e o papel simbólico de mulheres nas religiões de matrizes africanas evidencia a própria forma como a mulher é concebida na perspectiva ancestral, espiritual, ritualística e social-materna, denominações estas que, desempenham cotidianamente as mulheres socialmente e em sua individualidade (Cavas; Davila, 2009).

Segundo aponta Fonseca (2017), nas religiões de matrizes africanas, o princípio que a norteiam é o da matrifocalidade. Nesse contexto, as mulheres mães de santo representam dentro dessa estrutura, não somente um papel simbólico de maternidade, mas a própria resistência feminina na sociedade capitalista (Oliveira, 2009).

O caráter de resistência dessas mulheres mães de santo remontam a preservação da própria história e cultura do povo negro e africano, que aqui foi escravizado e descapitalizado. E é nesse contexto, de luta e resistência, no período escravocrata, que emerge o protagonismo feminino dentro das comunidades negras (Oliveira, 2009; Oliveira, 2012).

Mesmo após a abolição da escravatura, as mulheres negras continuaram em locais subalternos dentro da sociedade. As raízes do racismo estrutural que ali se engendraram, trancafiavam essas mulheres a um ciclo de exclusão; ainda que a sociedade brasileira persistisse em enquadrá-las as margens da sociedade, essas mulheres persistiram na preservação de sua cultura e cidadania enquanto sujeito social (Bernardo, 1988; Oliveira, 2009).

Assim, conforme aponta Oliveira (2009), os desdobramentos culturais que calcam esse país têm grande contribuição das ancestralidades africanas. Nesse processo de afirmação e reafirmação de identidades, as mulheres mães de santo, assumem o papel de guiar as suas comunidades na luta e resistência contra o cotidiano discriminatório social brasileiro.

No decurso de sociabilidade entre homens e mulheres, a mulher mãe de santo, como simbólica ou física, se objetiva como a própria política. Em tal caso, colocar em discussão essa apropriação feminina como resgate de uma história, expressa a contraposição ao



sistema opressor masculino, racista, misógino e capitalista (Cavas, Davila Neto, 2009).

Logo, as relações de gênero enquanto relações de poder são intrínsecas as desigualdades e hierarquias sociais, marcadas por antagonismos, conflitos e alianças sócias que aprisionam corpos (Foucault, 2006) e são palco de lutas, a luta das mulheres pelo direito à liberdade de ser mulher em qualquer papel desejado.

Na construção da trajetória dos papéis sociais no âmbito das religiões de matrizes africanas, o papel da maternidade simbólica das mulheres mães de santo edifica um caráter de resistência na contramão da ordem vigente (Berger, 2000; Brasil, 2012).

Em um país, no qual as religiões judaico-cristãs e de matrizes neopentecostais são majoritariamente difundidas, trazer pro debate as vozes de mulheres mães de santo e suas histórias, sobretudo no século atual, é legitimar a luta de resistência contra as amarras do escravismo e etnocídio (Perrot, 1978). Convém referenciar que no processo histórico de formação social, política e econômica do país, se perpetuaram na sociedade, o Candomblé, a Umbanda, a Pajelança, a Jurema e o Catimbó (Cantuário, 1998).

No Brasil, a vertente religiosa afro-brasileira mais praticada é a Umbanda. As dimensões socioculturais afro-brasileiras se integram na sociedade em que se gesta a mãe-terra *brasílis* e se transmite a diversos povos étnicos por meio das famílias-de-santo e socializada na maternidade simbólica das mães de santo (Teixeira, 2000; Fonseca, 2017).

O processo de constituição das afro-religiões no Brasil é marcado por múltiplos processos econômicos, sociohistóricos e culturais, dos quais os povos negros e africanos, durante escravatura, tornaram a sua fé como um grande pilar de luta e resistência frente ao genocídio, etnocídio e epistemicídio (Silva, 1996).

Dentro da religiosidade amazônica, as religiões de matrizes africanas foram hibridizadas pela diversidade de crenças, mitos, lendas, saberes populares, cosmologias religiosas e ancestralidades das populações locais, surgindo “assim o que chamamos de complexo religioso amazônico caracterizado pelo diálogo entre o homem da Amazônia brasileira e o sobrenatural” (Bianchezzi; Silveira, 2015).

Em Parintins, onde há uma vasta presença de religiões judaico-cristãs e protestantes, conforme apresentam Bianchezzi e Silveira (2015) a partir do Censo Demográfico de 2010, o número de católicos na cidade é de aproximadamente 82,1%; de evangélicos 15,8% e outras religiões 0,7%. Não se tem quantificado exatamente qual seria a porcentagem das religiões de matrizes africanas que compõem esse 0,7%, no entanto, sabe-se que há uma forte presença dessas comunidades em Parintins (Brasil, 2010).

A cidade de Parintins, situada no interior do Estado do Amazonas, distante 366 km



da capital<sup>8</sup>, historicamente tem ligação com o catolicismo, isso porque, inicialmente foi frequentado por padres durante o período das expansões marítimas. Embora o território parintintim tenha sido sempre o território dos povos indígenas, caboclos e ribeirinhos, esses povos foram quase dizimados com a chegada dos povos não-indígenas por conta de contágio de infecções (referencia).

Os povos que habitaram historicamente em Parintins gestaram a grande diversidade econômica, política, religiosa e cultural atual. A formação sociodemográfica dos Parintinenses tem raízes fincadas nos povos indígenas, negros e europeus, resultantes da hibridização entre as culturas. Hoje a cidade é dividida pela igreja da Catedral de Nossa Senhora do Carmo, um patrimônio histórico da cidade e que marca a manifestação religiosa católica de cerca de 80% da população<sup>9</sup>, sendo Nossa Senhora do Carmo é a padroeira do município<sup>10</sup>.

Embora a predominância católica na cidade, essa não é única a religião da população parintinense em geral. Existem manifestação religiosa de matrizes protestantes, de espíritas, umbandistas, candomblecistas, evangélicos e pessoas autodeclaradas sem religião<sup>11</sup>.

Em Parintins, apesar das violências não terem se estruturadas em assassinatos de mães e pais de santo, o preconceito e a discriminação sempre se fizeram presente na vida desses cidadãos. A cidade hoje conta com diversas manifestações de matrizes africanas e afro-brasileiras. No decorrer da pesquisa foram contadas 08 (oito) comunidades,<sup>11</sup> casas e ou terreiros que optaram por se identificar.

## O Terreiro Umbanda de São Sebastião em Parintins/AM

Uma história que soma mais de 40 anos, Mãe Bena de Oxóssi do Terreiro de Umbanda de São Sebastião. Mãe Bena foi escolhida dentre as mães de santo identificadas por ser uma das pioneiras a defender sua manifestação na Umbanda em Parintins/AM. Afinal, diante do curto prazo da pesquisa, não foi possível realizar a investigação em todas as comunidades identificadas.

<sup>8</sup> Informação retirada do site Brasil Distância, disponível em: <http://www.brasildistancia.com/distance/23030395-23004396>

<sup>9</sup> Informação disponível no site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/?uf=am>

<sup>10</sup> Informação disponível no site da Prefeitura Municipal de Parintins

<sup>11</sup> A contabilização dos terreiros apresentados foi realizada com base na autodeclaração dos participantes. Havia sido identificados 17 comunidades na cidade, no entanto, a partir da investigação e do contato com as casas que haviam sido identificadas, muitos optaram por não se declarar e a decisão foi veemente respeitada.



Assim, ao apontar como Mãe Bena de Oxóssi percebe essas relações sociais a partir de uma perspectiva de classe, gênero e raça, tomando como *locus* o Terreiro de Umbanda de São Sebastião, buscou-se conhecer, aprender e vivenciar a experiência das práxis dentro da manifestação religiosa tão singular que se encontra em cada casa de santo.

O Terreiro de Umbanda de São Sebastião foi fundado em 1986 e faz parte do Povo Tradicional de Terreiro de Matriz Africana conforme Resolução 169 da OIT certificado pela Articulação Amazônica dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro de Matriz Africana (ARATRAMA).

O terreiro está localizado no Bairro de Jacareacanga próximo ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM. A Comunidade conta hoje com 08 (oito) filhos de santo, conforme declarado por Mãe Bena. Com fins de identificação, é necessário trazer como fala inicial o significado do nome da entrevistada:

Sou mãe Bena de Oxóssi, mãe Bena de Oxóssi porque Oxóssi é o índio, Oxóssi na representação da nossa religião é São Sebastião. Então, é por isso que me chamo mãe Bena de Oxóssi (Pesquisa de campo, 2022).

Diante dessa declaração, percebe-se que os terreiros são denominados consoante as entidades de representação dos pais e mães de santo. A casa de Mãe Bena possui quatro lados, cada lado tem uma representação. No terreiro há a presença do lado Oxóssi, de Seu Zé Pilintra, dos Erês, de Iemanjá e dos Caboclos.

Oxóssi é uma divindade dentro das religiões de matriz africana, este orixá representa o conhecimento e as florestas, ele é considerado um guardião, que protege seus filhos e filhas. Seu Zé Pilintra faz parte a falange do Povo da Malandragem. É conhecido por ajudar seus filhos e filhas e faz muitas obras de caridade e boas feitura. Iemanjá é mãe de todos, mãe dos orixás, aquela que sempre protege os seus filhos e filhas de todos os males. Os caboclos são os guias dos terreiros, eles conduzem a evolução espiritual através das boas práticas. Na umbanda, os Erês representam os espíritos de crianças não encarnadas e sempre buscam transmitir sabedoria aos médiuns.

Há também a presença dos atabaqueiros, que são os filhos de santo que batem o tambor no momento da gira<sup>12</sup>. Os tambores dos terreiros são sagrados, por meio deles ecoam os toques que abrem a porta da gira para que as entidades desçam em seus médiuns. Segundo contam as histórias, os atabaqueiros são escolhidos por meio do dom do toque para que com sua energia possam auxiliar na descida das entidades. As entidades

<sup>12</sup> Gira consiste no ritual da umbanda onde os médiuns incorporam as entidades



sempre são saudadas ao descer no plano físico por meio dos médiuns, elas dançam, cantam e com toda a sua energia levam para o outro plano todas as energias negativas e angústias de seus filhos e filhas e do público que busca nos terreiros consolo e cura.

Portanto, o Terreiro de Umbanda tem sido, há mais de 30 anos, a casa de muitos parintinenses e isso demonstra como a fé é buscada como guia o coração de cada um. A liberdade religiosa é um dos princípios fundamentais, assegurada pelo Estado e respeitada pela sociedade. Apesar de vários entraves enfrentados ao longo dos anos, muitas mães e pais de santo seguem professando a sua fé. Ainda que hajam sujeitos que tentam apagar essas histórias, pois do lado de cá há respeito e resiliência.

### Uma história de luta e resistência: Mãe Bena de Oxóssi

É de fundamental importância destacar que Parintins é uma cidade com muitas histórias para se contar. São tantas trajetórias de lutas e de resistência, tantos anos vivendo sob a égide do preconceito, do racismo estrutural, do machismo e do patriarcado. Hoje, embora tenhamos avançado, ainda são necessários longos caminhos para termos igualdade e liberdade.

Afinal, viver numa sociedade pautada no sistema capitalista, alicerçada no racismo, no machismo e no patriarcado é não saber se você vai voltar quando sai de casa. Agora imaginemos como é ser mulher e mulher mãe de santo dentro dessa sociedade. Mãe Bena conta como é a sua vivência durante esses 40 anos de santo em Parintins:

Pra mim é muito grande, é árdua, é sofrida. Por quê? Nem tudo hoje é como a gente pensa, eu já vivi muito o momento da discriminação, do preconceito. Como não vai acabar, vai continuar a ser, a ter, eu aprendi a conviver sabendo de onde quer que eu esteja vai ter. Eu quando comecei, se eu tivesse algum lugar e alguém ficasse me olhando assim, olha, macumbeira, é a fulana. Eles falam macumba, mas eles não imaginam que macumba é os nossos tambores (Pesquisa de Campo, 2022).

Nessa declaração, se expressa muito bem a teoria debatida anteriormente. O preconceito e a discriminação estão nas raízes do povo brasileiro, essa é a herança do capitalismo, que está presa em nossas memórias e faz parte do cotidiano de milhares de cidadãos.

Parintins não está alheia a essas construções sociais, Mãe Bena, assim como muitos adeptos das religiões de matrizes africanas, sofre com essas amarras por muitos anos. Hoje aprendeu a lidar com todas as situações, embora não tivesse que sofrer com isso, afinal, não é legal o direito de livre expressão religiosa?



Assim, o povo de axé<sup>13</sup> tem mantido as esperanças de dias melhores e de liberdade. Todos os dias buscam pedir através da sua fé forças para continuar firme na luta, para perseverar e continuar vivendo a sua religião e auxiliando a guiar quem busca também. Aqui em Parintins tem emergindo um movimento de aparecimento das comunidades afroreligiosas para a sociedade. A sociedade precisa reconhecer a existência dos diferentes deles, acima disso, é preciso ter respeito (Pesquisa de Campo, 2022).

Todas as pessoas que seguem qualquer religião são merecedoras de respeito. A religião é a intimidade mais substantiva da humanidade. No entanto, ao longo da história a ganância por poder tem causado graves resultados na sociedade, uma delas é a intolerância religiosa. A intolerância, o racismo, os preconceitos têm jogado as pessoas as margens da sociedade. Muitas mães e pais de santo não tem se sequer a possibilidade de construir os seus terreiros nas áreas centrais da cidade, porque a perseguição é grande (Pesquisa de Campo, 2022).

Enquanto são construídas igrejas neopentecostais em toda parte da cidade, com seus letreiros grandes, com festas de inauguração, espaço na TV aberta e ampla aceitação pela população, um Umbandista não pode andar pelas ruas com a sua guia no pescoço que sofre com o preconceito (Pesquisa de Campo, 2022).

Diante disso, percebe-se o compromisso social e político de Mãe Bena em ocupar os espaços que por muitos anos lhe foram negados. Ela está certa, é preciso ocupar, é direito. A Constituição de 1988, em seu art. 5º, inciso VI, afirma “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”, por isso, não devem mais ser aceitas quaisquer tipos de violação a liberdade.

O preconceito dissemina desinformação. Há uma grande midiatização de afirmativas equivocadas sobre o que é ser Umbandista/Candomblecista. A exemplo, o bispo Edir Macedo já publicou um livro a fim de promover ofensas as religiões de matrizes afro-brasileiras, ele assim como muitos religiosos disseminam falsas afirmações de que na Umbanda se cultuam demônios.

Em 2022, o próprio ex-presidente da república, Jair Bolsonaro e a ex-primeira dama Michele junto ao Pastor Edir Macedo fizeram, publicamente, diversas investidas preconceituosas e intolerantes contra Umbandistas<sup>14</sup>. A violência é reflexo da história de

<sup>13</sup> Palavra utilizada dentro das religiões de matrizes africanas. Significa a força de realizar e manifestar o poder divino

<sup>14</sup> Notícia disponível no site <https://noticias.uol.com.br/colunas/thais-oyama/2022/08/10/com-michelle-bolsonaro-imita-universal-e-a-guerra-a-demonios-da-umbanda.htm>. Acesso em: 29/07/2025.



constituição do próprio Brasil, desde a colonização, do escravismo e hoje no capitalismo financeiro. A ascensão do neoliberalismo no país abriu as portas para a “boiada passar” e não é à toa que o país se encontra como está.

Em Parintins, apesar dos relatos orais contados e socializados entre a população, muitos casos passam a ser somente estatística. A alcunha de macumbeira e a sua associação a negatividade é uma das tentativas de ofensa aos umbandistas mais presente na sociedade. Mas na verdade, ser macumbeira não é vergonha para quem é umbandista.

Nem na Umbanda e nem no Candomblé não há maldade. A maldade está dentro das pessoas, pois elas manifestam aquilo que acreditam. Dentro da Umbanda se professa fé, a crença no Único Deus, o Deus maior. É para ele que se dança, canta e se bate tambor. A alegria que contagia as giras é como o povo do axé escolheu vencer o ódio daqueles que não respeitam as diferenças.

O terreiro é aberto a todos. Todo aquele que busca conhecer e tirar as vendas do preconceito percebe a magnificência das manifestações presentes em cada comunidade. No terreiro tem gente de todo lugar, de todos os gêneros, de várias profissões e de todos os cantos da cidade.

O importante no seio da comunidade é o respeito entre cada um. Toda participação é bem recebida, afinal, somos seres diferentes, com visões, entendimentos, vivências e experiências diferentes. No âmbito da religião afro, os homens e mulheres são complementares para o alinhamento e andamento harmônico de convivência. Todos temos defeitos e aprendemos todos os dias com os nossos erros, essa realidade não é diferente para quem tem papel simbólico como mães e pais de santo, por exemplo. A vida carnal é permeada por possibilidades de erros e acertos.

Não é difícil aprender respeitar e reconhecer as diferenças como parte do processo de vivência social. Como declarado acima, é aprendendo a cada dia, todos os dias se aprende um pouco. Todo dia é uma chance de se reinventar. É difícil discorrer sobre toda uma vida, toda a trajetória de luta e resistência de quase 40 anos de santo. A identidade construída dentro das comunidades de matrizes africanas, no contexto do Terreiro de Umbanda de São Sebastião caracteriza um caráter de resistência de diversas naturezas. O cotidiano expressa tantas violências vividas.

Aqui, buscou-se trazer a fala de uma história tão rica que precisa ser ecoada, porque não é fácil exercer a função simbólica de ser Mãe de Santo, de vivências que fizeram com que Mae Bena tivesse que reconstruir sua vida longe da área central da cidade, como a própria declara, para ter paz. A mudança permitiu a ela seguir a sua missão, a exercer seu



trabalho, a seguir e expressar a sua fé, mas quantas não partiram e não puderam ter sua missão cumprida?

## CONCLUSÃO

Deslindar sobre o universo complexo que são as relações sociais é desafiante. As suas particularidades são múltiplas e não se limitam a singularidades, abarca todo uma história, uma cultura e uma diversidade dos povos que constituíram as raízes que hoje estão presentes em nosso cotidiano.

O estudo apresentou uma história muito forte de mais de 40 anos. Que trouxe consigo declarações que exemplificam como é viver numa sociedade pautada sob a égide do capitalismo. Essa foi apenas uma das diversas histórias dessa cidade e desse país. Uma história de luta e resistência que nos faz [ou deveria] viajar na memória da história do próprio país. Já avançamos muito enquanto sociedade, mas precisa-se caminhar mais. As nossas relações sociais estão se esvairando com a alienação causada pelo sistema capitalista. A nossa humanidade, a coletividade, as crenças estão sendo deturpadas e a ignorância está tomando conta.

Sendo assim, o estudo evidencia que é necessário se pensar as categorias fundantes da questão social de forma crítica, afinal, são necessários estudo e investigações constantes sobre a temática. As relações sociais se alteram a todo momento, e isso é resultado do movimento e do processo do capitalismo na sociedade.

Não à toa que as expressões da questão social são resultadas das desigualdades gestadas no seio do sistema capitalista e estruturam seu desenvolvimento. É necessário um amplo debate sobre o tema, é necessária a contínua capacitação de profissionais para qualificar o processo de investigação e intervenção na realidade para que os profissionais construam conhecimentos a partir da realidade cotidiana para assim pensar em estratégias de enfrentamento do racismo, das violências e buscar sempre intervir a partir das análises da realidade concreta.

## REFERÊNCIAS

BARBIER, R. **Pontos de vista**: o que pensam outros especialistas? Sobre o imaginário. In: Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan/mar 1994.

BERGER, P. **A dessecularização do mundo**: uma visão global. Revista Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 21, p.9-24, 2000.



BERNARDO, T. **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: UNESP, 1998.

BIANCHEZZI, C. SILVEIRA, D. O. **Demografia, cartografia e história das religiões em Parintins**: Novas possibilidades para o estudo da diversidade religiosa na Amazônia. In: CANTUÁRIO, M. Z. A. M. **A maternidade simbólica na religião afro-brasileira: aspectos socioculturais da mãe-de-santo na Umbanda em Fortaleza-Ceará**. Tese (Sociologia), 250 p. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CAVAS, C. S. T; DAVILA NETO, M. I. **Diáspora Negra e Desigualdade de Gênero e Raça**. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009, Maceió, AL. Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009.

CRESSWELL, J. W. **O projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, Artmed, 2010.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição**. SP: Cortez, 1986.

FONSECA, K. S. **A Importância Das Mulheres Nas Religiões de Matriz Africana**. II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos. III Seminário Nacional De Território E Gestão De Políticas Sociais. II Congresso De Direito À Cidade E Justiça Ambiental. Gênero, Sexualidade e Etnia. Londrina: 2017.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. 17a ed. Rio de Janeiro, Graal, 2006.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. ed. 14. Petrópolis: Vozes, 2002

MUNANGA, K. **Superando o racismo nas escolas**. BRASIL, MEC/SECAD. Brasília, 2001.  
NDIAYE, R. A. **La Place de la Femme dans les Ritesau Senegal Traditions Orales Dakar Abidjan Lome Les Nouvelles**. Editions Africaines; 1986.

OLIVEIRA, E. D. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia frodescendente. Imprint. Fortaleza:2009.

OLIVEIRA, E.; SOUZA, M.; PAULA M. **A questão do Gênero no Candomblé**. 2012. ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro. Petrópolis: Vozes.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2001.

PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: Proj. História 15. São Paulo: EDUC, 1997.

PRATES, J. C. **Serviço Social e pesquisa**: O método marxiano de investigação e o enfoque misto. XX Seminário Latino Americano de Escuela de Trabajo social. <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/VZ733F30vyYV048tULD0.pdf>



SILVA, V. G. **As esquinas sagradas**: o Candomblé e o uso religioso da cidade. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lílian de Lucca. Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Editora USP; Fapesp, 1996.



## FEMINILIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ICSEZ: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Barbara Idalina Coelho de Souza, Sarah Thays Nascimento Andrade

### RESUMO

Este artigo analisa a feminilização do curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/UFAM), localizado em Parintins, à luz de suas raízes históricas e implicações na formação profissional. A presença majoritária de mulheres no curso é abordada como expressão de construções socioculturais e territoriais que reproduzem a associação entre o trabalho social e atributos tradicionalmente femininos. A metodologia é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental do TCC de Souza (2024). Os dados revelam uma predominância de estudantes mulheres, jovens, de baixa renda, muitas delas mães e oriundas de contextos periféricos. A ausência de um debate sistemático de gênero no currículo compromete a formação crítica. Conclui-se que a feminilização é um fenômeno multifacetado que exige políticas institucionais e pedagógicas comprometidas com a superação das desigualdades de gênero.

**Palavras-chave:** Feminilização; Gênero; Formação profissional.

### ABSTRACT

This article analyzes the feminization of the Social Work program at the Institute of Social Sciences, Education and Animal Science of the Federal University of Amazonas (ICSEZ/UFAM), located in Parintins, considering its historical roots and implications for professional training. The predominance of women in the program is examined as a reflection of socio-cultural and territorial structures that reinforce the traditional association between social work and feminine attributes. The methodology is qualitative, based on literature review and document analysis from Souza's (2024) undergraduate thesis. The data shows that most students are young, low-income women, many of whom are mothers from peripheral or riverine communities. The lack of a systematic gender approach in the curriculum weakens critical professional development. The study concludes that feminization is a multifaceted phenomenon that demands institutional and pedagogical policies aimed at overcoming gender inequalities.

**Keywords:** Feminization; Gender; Professional training.

### INTRODUÇÃO

A predominância de mulheres no serviço social é uma característica de sua trajetória histórica e contemporânea. Conhecida como "feminilização dos serviços sociais", essa característica não se limita a uma mudança demográfica, mas reflete construções sociais profundamente arraigadas de gênero que vinculam cuidado, solidariedade e empatia aos papéis tradicionais atribuídos às mulheres. Uma análise crítica dessa configuração revela como influências históricas, culturais e religiosas moldaram a profissão e fortaleceram a integração das mulheres na esfera política da sociedade.

Quando observada em regiões periféricas e interioranas, como o caso do município de Parintins, no interior do Amazonas, essa realidade no Brasil assume contornos ainda



mais intrincados. Nesse contexto amazônico, caracterizado pela desigualdade estrutural, barreiras ao ensino superior e a sobrecarga das mulheres em múltiplas funções sociais, a predominância de mulheres no programa de Serviço Social da UFAM (Universidade Federal do Amazonas) é um fenômeno significativo a ser refletido. A investigação dessa realidade permite compreender como a feminilização se manifesta não apenas como continuidade histórica, mas como expressão de fatores socioculturais e territoriais específicos.

Este artigo tem como objetivo analisar a feminização do curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da UFAM (ICSEZ/UFAM) a partir de seus fatores históricos e das implicações que essa configuração tem para o desenvolvimento profissional dos estudantes. Busca-se, assim, examinar criticamente as relações de gênero no âmbito da profissão, relacionando-as às condições materiais e simbólicas que permeiam a vida acadêmica dos diferentes sujeitos.

A metodologia empregada baseia-se na abordagem qualitativa e se apoia na revisão bibliográfica e na análise de dados documentais extraídos do Trabalho de Conclusão de Curso de Souza (2024). O TCC incluiu o levantamento de dados estruturados sobre o perfil dos discentes ingressantes e egressos do curso de Serviço Social do ICSEZ-UFAM, a partir dos dados registrados na coordenação do curso. Por fim, este artigo está estruturado em dois tópicos: o primeiro realiza uma retomada histórica da constituição da profissão e da associação entre o Serviço Social e os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, discutindo o processo de feminilização a partir das determinações sociais e culturais; o segundo analisa o curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM como expressão contemporânea dessa feminilização, com base em dados documentais e na reflexão sobre as implicações dessa realidade para a formação profissional na região amazônica.

## **FEMINILIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: uma construção histórica**

A análise da feminilização do Serviço Social no Brasil exige uma retomada crítica do percurso histórico da constituição da profissão e das forças sociais que determinaram sua conformação inicial. O Serviço Social brasileiro emerge na década de 1930 em meio ao processo de consolidação do Estado burguês, como resposta às expressões da questão social que se intensificavam com a industrialização, o êxodo rural e a urbanização.

A gênese da profissão está estreitamente associada à influência da doutrina social da Igreja Católica e ao movimento da Ação Católica, que buscava reconfigurar as relações entre Igreja, Estado e sociedade civil frente à ameaça do socialismo e do avanço dos



movimentos operários (Iamamoto; Carvalho, 2005).

Nesse contexto, as primeiras escolas de Serviço Social, fundadas por ordens religiosas e localizadas em centros urbanos do Sudeste, tinham como objetivo formar profissionais capazes de atuar na promoção da caridade cristã e da moralização da pobreza. A função social do assistente social era, portanto, a de disciplinar e normatizar os comportamentos das famílias pobres, sobretudo no que se referia à moral, à sexualidade e à obediência à autoridade. A ação social era concebida como extensão da missão cristã, desprovida de análise crítica das determinações estruturais da desigualdade (Netto, 1996).

Esse modelo fundacional criou condições para a associação entre a prática profissional e as funções culturalmente atribuídas às mulheres, como o cuidado, a assistência e a empatia. Como destaca Barroco (2012), a profissão foi sendo naturalizada como espaço de atuação feminina por corresponder aos valores tradicionalmente cultivados para o papel da mulher na sociedade patriarcal. A mulher assistente social era vista como uma espécie de extensão da figura materna, cujo trabalho não apenas se restringia ao atendimento, mas à "educação" dos pobres segundo os preceitos da moral dominante.

Iamamoto (2009) reforça que a inserção das mulheres no Serviço Social não se deu de forma emancipatória, mas foi funcional à manutenção da ordem burguesa e patriarcal. Essa presença feminina foi, por muito tempo, marcada por um caráter vocacional e caritativo, subordinado às estruturas religiosas e aos ditames morais. A profissão tornou-se uma via de inserção formal das mulheres no mercado de trabalho, mas em um campo ainda considerado "extensão das tarefas do lar".

Essa configuração também se relaciona à divisão sexual do trabalho, que historicamente reservou às mulheres funções de cuidado e reprodução social. Conforme Hirata e Kergoat (2007), a naturalização dessas atribuições reforça a segmentação de gênero no mundo do trabalho, onde atividades como o magistério, enfermagem e o Serviço Social são consideradas de menor prestígio e menor remuneração. O Serviço Social, por sua vez, consolidou-se como uma profissão socialmente aceita para as mulheres, em parte porque reproduzia funções compatíveis com a imagem social da mulher dócil, sensível e dedicada ao outro.

A profissionalização feminina no Serviço Social também deve ser analisada à luz dos mecanismos de exclusão de gênero em outras áreas do saber e do trabalho. Em um cenário de restrições sociais e educacionais impostas às mulheres ao longo do século XX, a profissão surgiu como uma alternativa possível de reconhecimento e status social, especialmente entre mulheres brancas, urbanas e de classe média, que ingressavam nas



primeiras escolas confessionais.

Contudo, é importante destacar que a feminilização do Serviço Social não se restringe à sua origem. Mesmo após o processo de reconceituação, iniciado nos anos 1960 e consolidado nas décadas seguintes com a construção do projeto ético-político da profissão, a presença feminina permanece expressiva. O movimento de reconceituação, influenciado pelo marxismo e pela crítica social, buscou romper com a herança conservadora e religiosa da profissão, a partir de uma prática fundamentada na defesa dos direitos humanos e na crítica às desigualdades sociais. Autores como Netto (1996) e Iamamoto (2009) foram fundamentais nesse processo de ruptura teórico-metodológica.

Ainda assim, como argumenta Barroco (2012), a permanência da feminilização da profissão após o redirecionamento crítico aponta para a necessidade de problematizar as determinações sociais que naturalizam o trabalho das mulheres nos espaços do cuidado e da proteção social. A profissão passou a ser politicamente orientada pela perspectiva da emancipação humana, mas continuou a atrair majoritariamente mulheres, o que exige uma análise sobre gênero, classe, raça e território.

Dessa forma, a feminilização do Serviço Social deve ser entendida como uma construção social e histórica que, embora tenha possibilitado o acesso das mulheres à formação e ao trabalho profissional, também reproduz desigualdades estruturais e simbólicas. É necessário que a profissão avance na crítica aos determinismos de gênero, superando as concepções naturalizantes e fortalecendo uma formação que politize o trabalho das mulheres no campo das políticas sociais.

## **O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO ICSEZ/UFAM: retrato da feminilização e implicações da feminilização na formação profissional**

O curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/UFAM), localizado no município de Parintins, representa um importante espaço de formação profissional na região amazônica. Implantado em 2006, o curso tem por objetivo formar assistentes sociais com perfil crítico, comprometidos com os princípios do projeto ético-político da profissão e com as demandas sociais presentes na realidade amazônica (Souza, 2024).

A análise documental realizada por Souza (2024) revela que a composição do corpo docente é marcadamente feminina, o que acompanha a tendência histórica de feminilização da profissão. Embora não tenha sido realizada pesquisa de campo com



entrevistas, a autora utiliza dados institucionais e revisão bibliográfica para caracterizar o perfil predominante das estudantes. Tais dados revelam que cerca de 91,6% do corpo discente matriculado entre 2020 e 2022 era composto por mulheres, sendo a maioria jovens, oriundas de escolas públicas, muitas delas mães e moradoras de bairros periféricos ou comunidades ribeirinhas.

Essa configuração permite observar que a escolha pelo curso está associada, em muitos casos, à busca por uma profissão comprometida com a transformação social, mas também permeada por representações tradicionais de gênero, como o desejo de "ajudar o outro" e "cuidar de quem precisa". Souza (2024) ressalta que essas concepções, presentes em depoimentos registrados em fontes secundárias e na literatura sobre o tema, revelam a permanência de uma visão vocacional da profissão, que pode limitar o entendimento crítico sobre sua função social.

No que se refere à abordagem da temática de gênero na formação, a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPC) do curso evidencia lacunas significativas. Apesar de o curso estar estruturado segundo os princípios do projeto ético-político do Serviço Social, a discussão sobre gênero não aparece como eixo transversal no currículo. Tal ausência é contraditória frente ao perfil das estudantes e às demandas sociais que elas futuramente enfrentarão em sua atuação profissional (Souza, 2024).

Além disso, a autora evidencia lacunas concretas no PPC, como a inexistência de uma disciplina obrigatória voltada exclusivamente às relações sociais de gênero, e a ausência de referências teóricas e bibliográficas feministas e antirracistas nos conteúdos programáticos obrigatórios. Não há previsão de eixos formativos que articulem gênero, raça e classe como dimensões indissociáveis da questão social, nem de diretrizes para a transversalização desses marcadores em disciplinas fundamentais como Ética, Política Social, Questão Social e Fundamentos do Serviço Social. Isso evidencia uma dissonância entre o perfil do corpo discente e os conteúdos ofertados, apontando para a necessidade de atualização do PPC com base nos princípios do ensino emancipador e das diretrizes curriculares da ABEPSS.

A análise de relatórios institucionais internos e dos planos de ensino mostra que o tema de gênero aparece de forma pontual e opcional, sem articulação com os demais componentes curriculares. Por exemplo, disciplinas como "Tópicos Especiais" ou "Seminários Temáticos" podem eventualmente abordar a questão de gênero, mas não são obrigatórias nem estruturantes. Isso limita a formação crítica das estudantes frente às múltiplas expressões das desigualdades sociais.



Quadro 1 – Caracterização do Curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM e Perfil Discente Predominante

<b>Elemento Analisado</b>	<b>Características Observadas</b>
Composição do corpo discente (2020–2022)	91,6% mulheres
Origem escolar	73% oriundas de escolas públicas
Raça/cor	65% autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas
Local de residência	Bairros periféricos, comunidades ribeirinhas ou zona rural
Abordagem curricular de gênero	Ausência de tratamento sistemático no currículo
Iniciativas complementares	Projetos e eventos pontuais (extensão, seminários), sem regularidade curricular
Concepções sobre a profissão	Enfatizam o cuidado, a ajuda ao próximo e o compromisso social

Fonte: Elaborado com base em Souza (2024).

Esse panorama revela que a feminilização do curso no ICSEZ/UFAM reflete não apenas a continuidade histórica da presença feminina no Serviço Social, mas também uma realidade complexa atravessada por múltiplos marcadores sociais. Compreender essas dimensões é fundamental para repensar o currículo, fortalecer a permanência estudantil e fomentar uma formação crítica e comprometida com a emancipação das mulheres amazônidas.

A predominância de mulheres no curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM, conforme discutido, não se apresenta como uma realidade neutra ou meramente estatística. Ao contrário, ela está imbricada em um contexto histórico, político e pedagógico que influencia diretamente os processos de formação profissional. Tal configuração demanda problematizações críticas sobre as condições objetivas e subjetivas que atravessam a trajetória acadêmica das estudantes e os sentidos atribuídos à profissão.

Como aponta Souza (2024), a construção de uma identidade profissional ainda permeada por representações vocacionais do trabalho social é uma das principais implicações da feminilização no curso. A associação entre o Serviço Social e o "cuidado ao outro" aparece reiteradamente nos documentos institucionais e em discursos analisados pela autora, refletindo a herança histórica da profissão e sua vinculação com funções tradicionalmente atribuídas ao feminino. Essa visão reforça a naturalização das atividades de cuidado como atributos essencialmente femininos, invisibilizando o caráter técnico, científico e político da atuação do assistente social.



A ausência de um debate sistemático sobre gênero no currículo do curso contribui para a reprodução dessa lógica. Souza (2024) evidencia que, embora a temática apareça pontualmente em componentes curriculares optativos ou em projetos de extensão, ela não é tratada como eixo estruturante da formação. Essa lacuna formativa compromete a construção de uma análise crítica das relações sociais de gênero, dificultando a compreensão do lugar das mulheres na sociedade e na própria profissão. Como consequência, a formação das discentes tende a reforçar uma postura adaptativa às estruturas existentes, em vez de estimular o enfrentamento das desigualdades de gênero.

Outro aspecto é a ausência de políticas de permanência que levem em conta as especificidades de gênero e classe das alunas. Como relatado no TCC, muitas estudantes são mães solo, chefes de família, negras, indígenas ou ribeirinhas. A ausência de creches universitárias, bolsas de auxílio permanência insuficientes e carga horária excessiva sem flexibilidade impactam diretamente a continuidade e qualidade da trajetória acadêmica dessas mulheres. Essas barreiras institucionais revelam como a feminilização da formação está articulada à reprodução de desigualdades estruturais (Souza, 2024).

A desvalorização simbólica das profissões feminilizadas, como também apontado por Barroco (2012), repercute no imaginário das estudantes, especialmente daquelas oriundas de contextos populares, que por vezes internalizam a ideia de que sua escolha profissional está vinculada a uma espécie de destino naturalizado. Essa concepção enfraquece a dimensão política da profissão e dificulta a afirmação de seu projeto ético-político em uma perspectiva crítica e emancipatória.

Além disso, a jornada múltipla vivida pelas estudantes afeta não apenas a participação em atividades extracurriculares, mas também sua autoestima acadêmica, seu engajamento político e sua capacidade de acompanhar integralmente as exigências curriculares. A falta de apoio institucional adequado contribui para o esvaziamento da experiência universitária e para a formação fragmentada.

Nesse cenário, é possível afirmar que a feminilização do curso não é apenas uma expressão estatística, mas um fenômeno com implicações profundas na estrutura pedagógica, nas representações simbólicas e nas possibilidades de emancipação das estudantes.

Para que a formação profissional esteja em sintonia com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social, é imprescindível que o debate sobre gênero seja incorporado de forma transversal ao currículo. Isso implica revisar os projetos pedagógicos, garantir políticas de apoio permanência, ampliar espaços de debate crítico e promover uma



formação que fortaleça a autonomia e a participação das estudantes nos processos decisórios da universidade.

Assim, a análise das implicações da feminilização na formação profissional requer não apenas o reconhecimento da presença majoritária de mulheres no curso, mas a problematização das condições que produzem e reproduzem essa realidade. Trata-se de assumir que uma formação verdadeiramente crítica e comprometida com a emancipação humana passa pela superação dos estereótipos de gênero e pela valorização das múltiplas experiências das mulheres amazônidas no espaço universitário. A crítica à naturalização do feminino na profissão é, portanto, condição para a construção de uma práxis transformadora, orientada pelos valores da liberdade, justiça social e equidade.

## CONCLUSÃO

A análise da feminilização do curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM evidencia que essa realidade ultrapassa os dados estatísticos e expressa processos históricos e sociais complexos que influenciam diretamente a formação profissional. A presença majoritária de mulheres no curso, especialmente mulheres negras, periféricas e oriundas de escolas públicas, aponta para a articulação entre gênero, classe, raça e território na constituição do perfil discente.

Retomando os aportes de autoras como Iamamoto, Barroco e Netto, é possível compreender que a vinculação histórica entre a profissão e os papéis tradicionalmente femininos, como o cuidado e a moralização da pobreza, ainda repercute na forma como o Serviço Social é percebido e vivenciado por suas estudantes. Essa visão vocacional, que muitas vezes fundamenta a escolha pelo curso, precisa ser tensionada por uma formação que valorize o conhecimento técnico, científico e político da profissão.

A análise do Projeto Político-Pedagógico do curso revela lacunas significativas, sobretudo na abordagem sistemática e crítica das relações de gênero. A ausência de disciplinas obrigatórias sobre o tema, a carência de referenciais feministas, antirracistas nas bibliografias e a falta de integração entre os marcadores sociais nos componentes curriculares revelam a necessidade de uma reformulação curricular. Além disso, as políticas institucionais de permanência ainda são insuficientes para garantir equidade no acesso e na permanência de estudantes com trajetórias marcadas por múltiplas desigualdades.

Diante desse cenário, este artigo propõe as seguintes sugestões: Inserção de disciplinas obrigatórias que abordem criticamente gênero, raça e classe, inclusão de autoras



feministas, negras, indígenas e latino-americanas na bibliografia básica e complementar. Pois, avançar na qualidade da formação em Serviço Social, especialmente em cursos localizados em territórios marcados por desigualdades históricas como a Amazônia, requer o enfrentamento das contradições presentes na própria estrutura universitária, e na valorização do saber das mulheres amazônidas ao reconhecer seus desafios na formação, alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social, comprometido com a emancipação humana, a justiça social e a equidade.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes sociais no Brasil: perfil socioeconômico e inserção no mercado de trabalho**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2043>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 1996.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de Almeida. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 7-23, 1996.

SOUZA, Bárbara Idalina Coelho de. **Relações de gênero no Serviço Social: a predominância de mulheres no curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020–2024**. Manaus: UFAM, 2020. Disponível em: <https://ufam.edu.br/pdi>. Acesso em: 10 abr. 2025.



## POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: RESISTÊNCIA, INVISIBILIDADE E IDENTIDADE NEGRA EM PARINTINS

José Diego da Silva Reis, Gracy Kelly Monteiro Dutra

### RESUMO

Este artigo parte das discussões promovidas pelo Projeto de Extensão Cultural “Educação Patrimonial e Formação Cultural em Parintins: uma perspectiva afro-indígena e antirracista”. A retórica deste artigo, de recorte bibliográfico, tem o objetivo de refletir sobre a invisibilidade, resistência e identidade étnico-racial dos negros em Parintins, destacando a importância da valorização da memória afrodescendente e da cultura afro-brasileira na região e nas possibilidades de uma educação antirracista, onde as diversas áreas do conhecimento, como a Pedagogia e o Serviço Social podem contribuir na luta contra a invisibilidade do povo negro. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental, com aportes teóricos em Nascimento (1980), Munanga (1999, 2015), Iamamoto (2008), Demo (2009), Gomes (2017), Ribeiro (2017), entre outros. O texto traz os elementos teóricos sobre contexto histórico da escravidão africana, práticas culturais e religiosas de matriz africana, bem como os desafios enfrentados pela população negra local frente ao racismo estrutural e simbólico. Ao fim, evidencia-se a necessidade de uma frente educativa entre Serviço Social e Pedagogia que garantam a valorização e o reconhecimento da população negra na Amazônia, articulando-se com movimentos sociais contemporâneos.

**Palavras-chave:** Educação. Identidade negra. Resistência. Parintins.

### ABSTRACT

This article is based on discussions promoted by the Cultural Extension Project “Heritage Education and Cultural Formation in Parintins: an Afro-indigenous and anti-racist perspective”. The rhetoric of this article, based on bibliographical references, aims to reflect on the invisibility, resistance and ethnic-racial identity of black people in Parintins, highlighting the importance of valuing Afro-descendant memory and Afro-Brazilian culture in the region and the possibilities of an anti-racist education, where the various areas of knowledge, such as Pedagogy and Social Service, can contribute to the fight against the invisibility of black people. The methodology is based on a bibliographic review and documentary analysis, with theoretical contributions from Nascimento (1980), Munanga (1999, 2015), Iamamoto (2008), Demo (2009), Gomes (2017), Ribeiro (2017), among others. The text presents theoretical elements on the historical context of African slavery, cultural and religious practices of African origin, as well as the challenges faced by the local black population in the face of structural and symbolic racism. Finally, it highlights the need for an educational front between Social Service and Pedagogy that guarantees the appreciation and recognition of the black population in the Amazon, articulating with contemporary social movements.

Keywords: Education. Black identity. Resistance. Parintins.

### INTRODUÇÃO

Em meio às inúmeras manifestações culturais que compõem a identidade amazônica, a presença negra em Parintins permanece, muitas vezes, invisibilizada. Ainda que sua influência esteja viva nas práticas cotidianas, nas tradições orais, nas expressões artísticas e nos laços comunitários, o reconhecimento dessa herança tem sido historicamente negligenciado. A educação como elemento fundamental da existência



humana, através do processo escolar, não aborda profundamente e/ou negligencia temas da cultura africana, fomentando, severamente, um padrão de conhecimento que coloca a cultura não – branca num patamar de exotismo e/ou diabólica.

O Projeto de Extensão Cultura “Educação Patrimonial e Formação Cultural em Parintins: uma perspectiva afro-indígena e antirracista”, tem o objetivo, dentro de um caráter decolonial, da promoção entre a comunidade acadêmica, das escolas básicas e do povo em geral, de uma educação patrimonial e formação cultural no município de Parintins, numa concepção antirracista sobre questão de raça e racismo e, principalmente, do papel da educação para dirimir a realidade racista existente. A discussão aqui proposta tem como alvo a valorização da cultura afro-brasileira em Parintins, resgatando memórias ao dar voz a sujeitos esquecidos e promovendo uma educação antirracista enraizada na realidade local, com possibilidades da articulação entre o Serviço Social e a Pedagogia. Ao trazer à tona a cultura afro-brasileira inserida em Parintins, reconhecemos as pessoas negras que aqui viveram e criaram histórias, marcando, positivamente, a história local e como a escola pode retomar essas memórias, ao discuti-las, interdisciplinarmente, no âmbito escolar.

A população negra no Brasil enfrenta, historicamente, processos de exclusão e apagamento cultural. Esse fenômeno, como afirma Munanga (1999), está ligado a uma construção ideológica que nega as raízes africanas da sociedade brasileira, promovendo o mito da democracia racial. Na região amazônica, e especificamente em Parintins, essa invisibilização é ainda mais acentuada, pois a história oficial frequentemente apaga a contribuição dos negros na formação social, econômica e cultural da cidade, assim, como do povo brasileiro por completo. É salutar destacar que a branquitude impregnada na estrutura sociocultural brasileira impede o aprofundamento, em todos os espaços sociais, da valorização cultural afro, da negação dela na construção do povo brasileiro. O racismo naturalizado contra o não-branco se faz presente, seja pelos comentários considerados normais ou em práticas efetivas racistas e de exclusão de grupos raciais, conforme comentário de Bento (2022, p. 28):

O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como a base principal para distinguir status e valor. As noções de bárbaros, pagãos, selvagens e primitivos evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão da Europa [...]. Assim, foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude.

Esse processo ideológico acometido pelas invasões europeias buscou aniquilar a subjetividade e a estética dos povos invadidos e escravizados. Na região amazônica, tal



realidade não foi diferente. Nascimento (1980) discute que o processo de "genocídio do negro brasileiro" não se limitou ao período escravocrata, mas perpetuou-se através de mecanismos de marginalização social e cultural. Em Parintins, essa dinâmica se manifesta na ausência de registros históricos detalhados sobre as comunidades negras pós-abolição e na predominância de narrativas que privilegiam outras etnias em detrimento da contribuição afrodescendente.

Este artigo propõe-se a resgatar e valorizar a presença negra em Parintins, investigando sua história, práticas culturais e resistências frente ao racismo e, a importância do processo educativo, através da escola, e da articulação entre Serviço Social e Pedagogia na luta antirracista. Através dessa abordagem, busca-se contribuir para a desconstrução do imaginário hegemônico e para o fortalecimento da identidade afrodescendente no contexto amazônico.

## A PRESENÇA NEGRA EM PARINTINS

A presença de negros em Parintins remonta ao período da colonização, quando africanos escravizados foram trazidos para trabalhar em atividades econômicas como o extrativismo, agricultura e serviços domésticos. Ribeiro (2017, p. 30) destaca que "o negro foi peça central na estrutura produtiva da Amazônia colonial, ainda que sua história tenha sido apagada dos registros oficiais". Essa afirmação encontra eco nos trabalhos de Vergolino-Henry (1990), que demonstram como a mão-de-obra negra foi essencial nos seringais amazônicos durante o ciclo da borracha, todavia, oficialmente, tal presença foi apagada e/ou descartada da história, como um objeto em desuso que é limado de pertencimento como ser de existência e de histórias.

Após a abolição da escravatura em 1888, os negros continuaram enfrentando a exclusão social e econômica. Em Parintins, muitos ocuparam áreas periféricas, constituindo comunidades com forte identidade cultural. Contudo, a historiografia local raramente menciona essas populações, colaborando para sua marginalização e esquecimento. Acevedo Marin (2003) analisa que o processo de "invisibilização" do negro na Amazônia está diretamente ligado à construção de uma identidade regional que privilegia o elemento indígena e caboclo, relegando as contribuições africanas a um plano secundário, como se este povo não tenha contribuído para a história e cultura amazônica.

A ausência de monumentos, nomes de ruas ou eventos que celebrem figuras negras é um reflexo da continuidade desse apagamento. Silva (2017) é categórico ao afirmar que



"a exclusão simbólica do negro também se dá pela negação de sua memória nos espaços públicos". Essa constatação é corroborada por Hall (2003), quando discute como as identidades culturais são construídas através de processos de representação e exclusão. Ao negro relega-se o esquecimento de sua história, das suas práticas culturais e religiosas. A subjetividade negra foi quase apagada, se não fosse a resistência de pessoas que mantiveram-se firmes na sua condição humana e na crença de possibilidades de mudanças.

## PRÁTICAS CULTURAIS, RESISTÊNCIA E RELIGIOSIDADE

Apesar da exclusão, os negros de Parintins mantêm vivas tradições culturais e religiosas que expressam sua resistência. A umbanda, o candomblé, os batuques, os tambores e as festas populares são formas de manter os vínculos com a ancestralidade africana. O ori (cabeça) mantém-se firme na importância de sua ancestralidade.

Parintins teve figuras negras fundamentais na construção de sua identidade cultural. Um dos nomes mais emblemáticos é o de **Lindolfo Monteverde** e sua família (Figura 01), reconhecido como o fundador do *Boi Garantido*. Sua história está intrinsecamente ligada à tradição do boi-bumbá, que embora muitas vezes associada a elementos indígenas, também carrega fortes marcas afro-brasileiras.

Figura 01: Lindolfo Monteverde e família



Fonte: Site CNA7.114



Outra situação importante à destacar é que a origem do *Boi Caprichoso*, ligada à *Praça 14 de Janeiro* — conhecida por sua forte presença negra em Manaus. Essa raiz é percebida em Parintins, a partir da figura 2, representada pelo brincante Zeca Xibelão, vestido como tuxaua, e sua família, ao redor do boi Caprichoso.

Figura 02: Tuxaua Zeca Xibelão e família



Fonte: #Partiuparintins

Outra pessoa negra relevante para a história cultural de Parintins é Sila Marçal, pioneira dos cordões de Pastorinhas de Parintins. Uma mulher negra, de origem pobre e sábia. Seu nome dá identificação a uma rua do bairro Itaúna 1, um dos mais populosos da cidade e ao anfiteatro Sila Marçal, que fica nos arredores do Bumbódromo da cidade (Figura. 3).

Figura 03: Anfiteatro Sila Marçal



Fonte: Portal Fique por dentro



A religiosidade de matriz africana também encontrou solo fértil em Parintins por meio de figuras como os curandeiros **José Rolim** e **Martinha Prata**, que atuaram como guardiões de saberes ancestrais, utilizando ervas, rezas e práticas espirituais tradicionais para cuidar da comunidade. Outro personagem marcante foi o *Baba Orixá* **Daniel Adelino de Souza Brito**, que fundou o terreiro **Cosme Damião**, um dos primeiros espaços estruturados para a prática do candomblé no município. Seu trabalho foi essencial para o fortalecimento da identidade religiosa afrodescendente na região (Gomes, 2017). Atualmente, esse legado é mantido por líderes como **Mãe Bena** (Figura 04), uma das principais referências da religiosidade afro em Parintins.

Figura 04: Mãe Bena



Fonte: Sátira.com

Mãe Bena continua a tradição do culto aos orixás, promovendo não apenas práticas espirituais, mas também ações culturais e sociais que reafirmam a importância da herança negra na cidade, como o Movimento Afro Parintintin. Este movimento já está no calendário de eventos do município, mostrando a importância da reafirmação da cultura negra em Parintins. Como destaca Gomes (2017, p. 56), “as práticas culturais de matriz africana são



saberes ancestrais que resistem à colonização e à hegemonia branca”. Em Parintins, os terreiros de umbanda e casas de candomblé continuam funcionando como espaços de acolhimento, espiritualidade e resistência. Na figura 05, o Movimento Afro Parintintin mostra a sua força para a população parintinense.

Figura 05: Movimento Afro Parintintin



Fonte: Afro Parintintin

Além da religiosidade, a musicalidade negra se manifesta nas rodas de capoeira, nas danças e nos cantos que sobrevivem à margem da cultura dominante. Essas manifestações, muitas vezes discriminadas, são fundamentais para a construção de uma identidade coletiva e para a afirmação do pertencimento étnico-racial.

## INVISIBILIDADE, LUTA POR DIREITOS E VALORIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Durante o IV Encontro dos Povos de Terreiro de Parintins, realizado de 18 a 24 de novembro de 2024, mães e pais de santo da Umbanda e do Candomblé assinaram uma carta aberta endereçada ao prefeito eleito de Parintins, Mateus Assayag. O documento, que reivindica maior reconhecimento e políticas públicas para as comunidades de terreiro, foi também assinado pelo próprio prefeito, que se comprometeu a atender às demandas a partir de 2025. O secretário de cultura do município do governo Assayag, Ray Santos, destacou o compromisso da gestão com as raízes culturais afro-amazônicas. O evento, cujo tema foi “Território Negro é Ancestral: entre encruzilhadas de saberes, movimentos e mudanças na Amazônia”, incluiu rodas de conversa, oficinas, exposições, aulas abertas, e



apresentações culturais, promovendo debates antirracistas e valorizando saberes e práticas afroreligiosas.

A invisibilidade da população negra em Parintins não se dá apenas no campo simbólico, mas também nas políticas públicas. A ausência de ações específicas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira e a baixa representatividade de negros em espaços de poder são indicadores de um racismo estrutural e institucional: o racismo estrutural opera através de mecanismos institucionais que reproduzem desigualdades históricas (Almeida, 2018), em outras palavras, Gonzalez (1988, p. 78) diz que "a ausência de políticas voltadas à população negra reforça a exclusão histórica e dificulta os processos de emancipação". Em Parintins, há poucas iniciativas de valorização da cultura negra nas escolas, situação que contraria os dispositivos da Lei 10.639/2003, como analisa Gomes (2012), ao afirmar que a implementação dessa lei enfrenta resistências em todo o país, especialmente em regiões onde o racismo é mais naturalizado.

É importante frisar que, nas últimas décadas, surgiram lideranças negras e coletivos culturais que têm pautado a luta antirracista na cidade. Esses movimentos podem ser compreendidos através do conceito de "ativismo negro" desenvolvido por Caldwell (2007), que destaca como as comunidades afrodescendentes criam estratégias próprias de resistência e afirmação identitária. É imprescindível destacar que, a educação, tem um papel fundamental para isso, no entanto, é necessário que se faça valer os instrumentos legais para que a história e a cultura afro – brasileira seja efetividade na educação básica, assim como, a possibilidade de articulação entre o Serviço Social e a Pedagogia.

## LEI 10.639/2003 E A LUTA ANTIRRACISTA EM PARINTINS

A Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, representa um marco na luta por reconhecimento da população negra. Em Parintins, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos. Para Gomes (2017, p. 112), "a aplicação da lei esbarra na falta de formação docente específica e na resistência de setores conservadores da educação". A Pedagogia como a alma mater da universidade, nas palavras de Demo (2009), deve reconstruir o conhecimento, no sentido de cuidar da aprendizagem, transportada aqui para uma aprendizagem antirracista, que de mãos dadas com o Serviço Social voltado à Educação, faz com que a profissão de assistente social mergulhe na implementação de políticas públicas, naquilo que Lamamoto (2008, p. 20) diz sobre a capacidade, no presente, deste profissional de "decifrar a realidade



e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas do cotidiano”. A demanda emergente e urgente está aí, clara e agonizante. A relação “Pedagogia e Serviço Social” possibilita uma mudança real no racismo estrutural implantado no seio da sociedade brasileira. A educação brasileira é um retrato da fragilidade histórica quando tratamos da história do povo negro, como exemplo, o estudo realizado por Santos (2019) em escolas públicas de Parintins revelou que:

- 68% dos professores não receberam capacitação para trabalhar o conteúdo.
- Apenas 23% das escolas possuem material didático adequado.
- As atividades concentram-se no mês de novembro, sem continuidade anual.

O racismo estrutural é a expressão concreta, mas naturalizada da forma como o não – branco é classificado na sociedade. Se o Serviço Social precisa “alargar os horizontes, olhar para mais longe” (Iamamoto, 2008, p. 21), a educação é o instrumento de alcance real das demandas da questão social, especialmente sobre o racismo, assim como a Pedagogia é o curso estratégico, por excelência, onde “o direito a aprender confunde-se com o direito à vida e realça o desafio de construção da autonomia do ser humano” (Demo, 2009). O direito à vida da pessoa negra, da história de sua ancestralidade, das formas culturais de sua sobrevivência ao longo de séculos, esses são os elementos da luta antirracista e as articulação entre os objetivos do Serviço Social na Educação e da Pedagogia. Ressaltamos que a lei n. 10.639/2003 só vai ser efetivada quando “deixar de ser tratada como tema transversal e passar a ser eixo estruturante do currículo” (Munanga, 2015, p. 45). Todas as áreas de conhecimentos devem envolverem-se nesta luta, que é árdua e cotidiana. Em nossos argumentos, trazemos a necessidade do envolvimento do Serviço Social e da Pedagogia.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-PARINTINENSE**

A preservação do patrimônio cultural afrodescendente em Parintins demanda ações específicas e continuadas. Guimarães (2018) dita que o patrimônio negro na Amazônia possui características singulares que exigem políticas adaptadas ao contexto local. Dentre as necessidades identificadas em Parintins existem:

### **Inventário Cultural:**

- Mapeamento dos terreiros, grupos culturais e espaços de memória.
- Registro das técnicas artesanais de matriz africana.



- Documentação da oralidade e tradições musicais.

#### Proteção Legal:

- Tombamento do Terreiro Cosmo Damião como patrimônio imaterial.
- Criação do "Circuito Afro-Parintinense" com roteiros culturais.
- Estímulo a editais específicos para manutenção de grupos culturais negros.

Num estudo de Araújo (2020), cidades como Salvador e Recife que implementaram políticas similares obtiveram:

- 40% de aumento na visibilidade das manifestações culturais negras
- 25% de crescimento no turismo étnico-cultural
- Fortalecimento da autoestima comunitária

São dados que mostram um avanço social, todavia, é preciso que haja um comprometimento de todos os setores da sociedade parintinense. Outro ponto importante a destacar é sobre a representação negra nos espaços de decisão. A sub-representação da população negra nos espaços de poder em Parintins reflete o racismo estrutural brasileiro.

Dados do IBGE (2022) mostram que:

- Apenas 12% dos cargos eletivos são ocupados por negros.
- Não há secretários negros na gestão municipal atual.
- Os conselhos municipais têm apenas 18% de participação negra.

Tal realidade é exposta por Almeida (2019, p. 78) quando este diz que "a democracia racial brasileira é uma falácia que se desvela quando analisamos a composição dos espaços de poder". Para superar essa realidade, especialistas sugerem:

1. **Ações afirmativas** no serviço público municipal (cotas em concursos).
2. **Fundo de apoio** a candidaturas negras.
3. **Formação política** para lideranças comunitárias.
4. **Observatório racial** para monitorar indicadores.

O racismo estrutural será rompido quando os espaços forem equitativamente divididos entre todas as classes, raça e gênero. É uma luta que deve ser abraçada desde a infância, por isso, a educação é a estratégia ideal no enfrentamento às demandas de raça e racismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre a presença e resistência da população negra em Parintins, apontando os processos de invisibilização e a importância de reconhecer as



contribuições afrodescendentes na construção da cidade, assim como as possibilidades da articulação entre o Serviço Social e a Pedagogia. A partir de uma análise crítica, observamos que, apesar da exclusão simbólica e material, os negros resistem por meio da cultura, da religiosidade e da luta política por reconhecimento, porém, é preciso fazer mais.

É fundamental que o poder público, as instituições educacionais e profissões, como assistente social e pedagogos, assumam a responsabilidade de promover a valorização da cultura afro-brasileira, a implementação efetiva da Lei 10.639/2003 e a construção de políticas que garantam os direitos da população negra, somente assim será possível construir uma Parintins mais justa, plural e comprometida com a diversidade. É necessário e urgente que a luta antirracista seja de todos, pois, as consequências, serão sentidas em todas as esferas humanas, seja a nível local seja a nível global.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**. Belém: UFPA, 2003.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

ARAÚJO, M. P. **Políticas culturais e identidade negra na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2020.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

CALDWELL, K. L. **Negras in Brazil: re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2007.

DEMO, Pedro. **Professor do Futuro e Reconstrução do Conhecimento**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GOMES, N. L. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

GOMES, N. L. **Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GUIMARÃES, A. **Patrimônio afro-brasileiro: teorias e práticas**. São Paulo: Annablume, 2018.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.



IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

**MOVIMENTO AFRO PARINTINTIN**. Carta aberta ao prefeito eleito de Parintins, Mateus Assayag. Publicado em 23 nov. 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1B8jvr9hk1>. Acesso em: 6 maio 2025.

MUNANGA, K. **Educação para diversidade étnico-racial**. São Paulo: Cortez, 2015.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANTOS, E. **Implementação da Lei 10.639/2003 em Parintins**. Parintins: UEA, 2019.

SILVA, N. **Negros na Amazônia: identidade e resistência**. Manaus: Edua, 2017.

VERGOLINO-HENRY, A. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: CEJUP, 1990.



## DESAFIOS ÉTICOS E INSTITUCIONAIS DA ESCUTA QUALIFICADA NO CRAS SANTA RITA EM PARINTINS/AM

Juciana Coelho Gomes, Sarah Thays Nascimento Andrade

### RESUMO

Este artigo analisa os desafios e as estratégias para a efetivação da escuta qualificada no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Santa Rita, em Parintins/AM. A escuta qualificada é compreendida como prática central na atuação do assistente social, articulando acolhimento, vínculo e defesa de direitos no contexto da proteção social básica. A pesquisa de base qualitativa, deriva do Trabalho de Conclusão de Curso, utilizou análise documental, revisão bibliográfica e entrevistas com profissionais do CRAS. Os resultados evidenciam limites estruturais, como ausência de salas apropriadas e sobrecarga de trabalho, bem como estratégias profissionais para garantir a escuta, mesmo em contextos adversos. Defende-se a necessidade de estruturação institucional e atuação profissional para consolidar a escuta como prática ética e política.

**Palavras-chave:** Escuta qualificada; Serviço Social; Trabalho Profissional;

### ABSTRACT

This article analyzes the challenges and strategies for implementing qualified listening at the Social Assistance Reference Center (CRAS) Santa Rita, in Parintins, Brazil. Qualified listening is understood as a central practice in the work of social workers, combining welcoming, trust-building, and rights defense within the context of basic social protection. The study, based on qualitative research derived from an undergraduate thesis, used document analysis, literature review, and interviews with CRAS professionals. The results reveal structural limitations such as lack of adequate rooms and work overload, as well as professional strategies to ensure listening even in adverse conditions. The paper defends the need for institutional structuring and professional appreciation to consolidate listening as an ethical and political practice.

**Keywords:** Qualified listening; Social Work; Professional Practice.

### INTRODUÇÃO

A escuta qualificada é uma das ferramentas mais importantes no exercício profissional do assistente social, sobretudo na política pública de assistência social. Esta constitui um instrumento que possibilita o acolhimento humanizado, o reconhecimento das demandas complexas que atravessam a vida das famílias e a mediação com os serviços da rede de proteção social (CFESS, 2011; Iamamoto, 2008).

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a escuta qualificada é parte constitutiva do atendimento no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), espaço destinado à proteção social básica, onde se desenvolvem ações preventivas de fortalecimento de vínculos e de orientação às famílias em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2004).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e as orientações técnicas para os



CRAS reconhecem o acolhimento e a escuta como elementos fundamentais do trabalho social com famílias, considerando que é por meio da escuta que se constroem vínculos de confiança e estratégias de intervenção articuladas às reais necessidades dos usuários (Brasil, 2012).

Contudo, em contextos de precarização das políticas públicas, como no município de Parintins/AM, a efetivação dessa prática encontra inúmeras barreiras. A ausência de estrutura física adequada, a escassez de profissionais, a lógica gerencial centrada em metas quantitativas e a frágil articulação com a rede intersetorial tornam a escuta uma prática sobrecarregada (Gomes, 2024). Além da precarização institucional, soma-se o desafio de garantir que a escuta seja realizada com base nos princípios éticos, com confidencialidade, não revitimização e centralidade no sujeito, conforme previsto no Código de Ética do Assistente Social e nas normativas do SUAS (CFESS, 2011).

Este artigo resulta do Trabalho de Conclusão de Curso de Gomes (2024), tem como objetivo analisar a escuta qualificada como prática estratégica na defesa de direitos no CRAS Santa Rita, refletindo sobre seus fundamentos ético-políticos, os desafios institucionais para sua realização e as possibilidades de fortalecimento dessa ação na política de assistência social. A partir da observação direta no estágio supervisionado e da análise bibliográfica, busca-se compreender de que maneira a escuta pode ser potencializada como instrumento de cidadania e afirmação da dignidade humana.

A relevância do estudo está em destacar uma prática frequentemente naturalizada ou invisibilizada, mas que ocupa lugar central na intervenção do Serviço Social. Em tempos de retrocessos e intensificação das desigualdades sociais, reafirmar o direito à escuta é também reafirmar o direito à palavra, ao acolhimento e à participação dos sujeitos na construção de suas trajetórias e da política pública que os atende.

Dito isto, este trabalho está estruturado em duas seções: na primeira seção, discute-se a escuta qualificada no Serviço Social, seus fundamentos éticos, políticos e técnicos, com base na literatura especializada; e a segunda seção analisa os desafios e as estratégias adotadas pelas profissionais do CRAS Santa Rita para efetivar essa prática em meio à precarização institucional.

## A ESCUTA QUALIFICADA NO SERVIÇO SOCIAL: fundamentos éticos e políticos

A escuta qualificada configura-se como uma prática que transcende o simples ato de ouvir. Para o assistente social é compreendida como parte do exercício ético, técnico e



político do profissional, demandando postura ativa, sensibilidade, e sobretudo, compromisso com os princípios do projeto ético-político da profissão. No contexto da política de assistência social, especialmente em espaços como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a escuta é uma ferramenta fundamental de aproximação com os usuários, sendo considerada ponto de partida para a intervenção profissional comprometida com a dignidade humana e a defesa de direitos (CFESS, 2011; lamamoto, 2009).

Conforme apontado por Gomes (2024), a escuta qualificada está intimamente relacionada à mediação entre as demandas dos usuários e os direitos assegurados pelo ordenamento jurídico e pelas políticas públicas. No entanto, seu exercício exige condições objetivas de trabalho: espaço físico adequado, tempo para o atendimento, protocolos claros e autonomia profissional, e quando essas condições não são asseguradas, há sérios riscos de comprometer o sigilo profissional, a profundidade do atendimento e a própria ética da intervenção.

O Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 2011) afirma que o profissional deve atuar com base no respeito à liberdade e à dignidade do ser humano, o que pressupõe escutar de forma responsável e qualificada as experiências, os sofrimentos e as necessidades apresentadas. A escuta é um ato de reconhecimento do usuário como sujeito de direitos, capaz de narrar sua história e ser ouvido em sua integralidade, e não se reduz a um instrumento técnico, mas é parte essencial do compromisso do serviço social com a emancipação humana.

Do ponto de vista técnico-operativo, a escuta qualificada também requer o domínio de conhecimentos teóricos e metodológicos que permitam ao assistente social captar os sentidos subjetivos e objetivos das falas dos usuários. Como destaca Guerra (2008), não há técnica neutra no serviço social, toda prática é mediada por valores, concepções e finalidades, no qual, a escuta deve ser orientada pela totalidade da vida social e articulada à compreensão crítica da questão social em suas múltiplas expressões.

A pesquisa de Gomes (2024) evidencia, a distinção entre escuta qualificada e escuta especializada: a primeira é de competência direta do CRAS, realizada em atendimentos que exigem escuta ativa, sensível e ética, mas sem necessariamente configurar situação de violação de direitos com potencial judicialização; em consideração a escuta especializada, é definida pela Lei nº 13.431/2017, refere-se ao depoimento de crianças ou adolescentes vítimas de violência, sob condições específicas e em espaços apropriados da rede de proteção, como o CREAS (Brasil, 2017; CFESS, 2018).

lamamoto (2009) reforça que diante da fragmentação dos usuários pelas políticas



públicas e das exigências do sistema capitalista, cabe ao assistente social construir práticas intersetoriais pautadas na totalidade e no respeito à singularidade dos sujeitos. Nesse sentido, a escuta deve ser compreendida não como uma técnica isolada, mas como mediação entre sujeito e Estado, entre necessidade e direito, entre demanda e resposta institucional.

A escuta qualificada, portanto, deve ser institucionalizada como prática regular, dotada de instrumentalidade crítica e com base em protocolos que respeitem os limites e possibilidades do fazer profissional, com garantia que ela seja realizada em condições adequadas, com sigilo, escuta ativa e responsabilização institucional. A precarização do atendimento, a ausência de estrutura e a sobrecarga de demandas comprometem não apenas a escuta, mas o próprio sentido do assistente social como profissão comprometida com a transformação social.

## **DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A ESCUTA QUALIFICADA NO CRAS SANTA RITA EM PARINTINS/AM**

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Santa Rita, localizado na Rua Raul Góes, nº 103, bairro de Nazaré, no município de Parintins/AM, é um importante equipamento público de proteção social básica. Sua atuação abrange um total de 18 bairros e comunidades urbanas e rurais do município, e suas ações são pautadas na oferta de serviços socioassistenciais que visam prevenir situações de risco social por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A instituição possui uma equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, pedagoga, orientadores sociais, facilitadores de oficinas, técnicos administrativos e apoio operacional. No entanto, enfrenta desafios estruturais significativos, como a ausência de uma sala própria para atendimentos que exijam sigilo e privacidade, o que impacta diretamente a realização da escuta qualificada.

A precariedade das condições institucionais é evidenciada também pela limitação de recursos materiais e logísticos. As assistentes sociais relatam dificuldades na realização de visitas domiciliares devido à indisponibilidade de transporte ou falta de combustível, o que compromete a efetivação do acompanhamento familiar e territorial.

Para apresentar de forma didática o cenário institucional, propõe-se o seguinte quadro:



**Quadro 1 – Estrutura e abrangência do CRAS Santa Rita**

Aspectos analisados	Informações observadas
Localização	Rua Raul Góes, nº 103, bairro de Nazaré, Parintins/AM
Abrangência	18 bairros e comunidades
Famílias atendidas	Aprox. 23.000 famílias cadastradas
Equipe técnica	04 assistentes sociais, 01 pedagoga, 01 coordenadora, demais profissionais
Estrutura física	Antiga escola adaptada; ausência de sala exclusiva para escuta sigilosa
Serviços ofertados	PAIF, SCFV, Programa Criança Feliz, CadÚnico, atendimento e encaminhamentos
Desafios relatados	Falta de estrutura, sobrecarga de demandas, ausência de transporte, clientelismo político

Fonte: Elaborado com base em Gomes (2024).

Além da análise documental, a autora realizou entrevistas semiestruturadas com as quatro assistentes sociais atuantes no equipamento. Os dados revelam que todas se autodeclararam pardas e têm entre 32 e 36 anos, refletindo também a presença feminina e racializada na linha de frente do SUAS em Parintins.

Esses dados reforçam que a atuação profissional está atravessada por múltiplos marcadores sociais, o que torna ainda mais relevante a garantia de condições dignas de trabalho e a escuta ética, crítica e comprometida com os direitos humanos. Contudo, a constante rotatividade das equipes, as interferências político-partidárias e a ausência de concursos públicos para recomposição técnica enfraquecem o vínculo entre profissionais e usuários e comprometem a continuidade das ações socioassistenciais.

A autora destaca que a escuta qualificada, nesses moldes, deixa de ser uma técnica a serviço da emancipação social e passa a ser um instrumento fragilizado pela lógica emergencial e improvisada. Ainda assim, as profissionais entrevistadas demonstraram empenho em cumprir com os princípios éticos do serviço social, revelando estratégias de resistência cotidiana frente à precarização estrutural do trabalho.

Conforme constatado no TCC de Gomes (2024), a escuta é frequentemente realizada em ambientes compartilhados, sem isolamento acústico ou privacidade, contrariando os preceitos do Código de Ética do Assistente Social. As entrevistas realizadas com as assistentes sociais evidenciam a sobrecarga de demandas e a insuficiência de recursos humanos e materiais como entraves centrais.

A ausência de salas exclusivas para escuta especializada, a precariedade de mobiliário e equipamentos, e a rotatividade de profissionais dificultam o acompanhamento contínuo e comprometido das famílias. A seguir, apresenta-se um quadro com a



sistematização dos principais desafios identificados:

**Quadro 2 – Desafios para a efetivação da escuta qualificada no CRAS Santa Rita**

Dimensão	Descrição
Estrutura física	Ausência de salas adequadas para escuta sigilosa
Recursos materiais	Insuficiência de mobiliário, equipamentos e tecnologia
Recursos humanos	Equipe reduzida, ausência de profissionais especializados (psicólogos etc.)
Formação continuada	Carência de capacitações periódicas sobre escuta e direitos humanos
Condições institucionais	Alta demanda, pouca autonomia técnica e interferências político-partidárias
Procedimentos técnicos	Falta de protocolos claros para escuta qualificada

Fonte: Elaborado com base em Gomes (2024).

Além dos obstáculos estruturais, destaca-se a tensão entre o que é preconizado nas normativas e o que se realiza na prática, em que muitas vezes, a escuta é feita de maneira improvisada, sem as condições éticas mínimas para garantir sigilo e proteção. Isso fragiliza o vínculo com os usuários e pode inclusive revitimizá-los em situações de violência. Segundo a assistente social entrevistada:

O técnico que se preze, que tenha conhecimento teórico-metodológico e operacional, tem que saber como abordar e fazer a escuta... mas como fazer isso se a gente não tem sala? Não tem tempo? Não tem silêncio? (A.S.04).

Em contextos de múltiplas vulnerabilidades, como no interior amazônico, a escuta qualificada exige não apenas formação técnica, mas sensibilidade para lidar com narrativas atravessadas por sofrimento, violência e negligência. Contudo, quando o atendimento ocorre em ambientes não protegidos, como salas compartilhadas ou sem divisórias, a violação do sigilo torna-se um risco constante.

Outro fator crítico é a falta de instrumentos padronizados para registro e sistematização das informações colhidas. Embora o PAIF e os prontuários orientem o trabalho, cada profissional adota práticas próprias, sem integração intersetorial efetiva, e esse cenário dificulta o planejamento de ações articuladas e impede a consolidação de um atendimento integral.

Neste sentido, fortalecer a escuta qualificada no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) exige a construção de estratégias que não apenas respondam aos limites institucionais enfrentados pelas equipes, mas que também consolidem práticas



éticas e críticas na defesa de direitos. O CRAS Santa Rita enfrenta desafios estruturais e operacionais significativos, no entanto, as assistentes sociais desenvolvem estratégias de resistência e mediação para garantir o acolhimento, e o acompanhamento às famílias usuárias, mesmo em um cenário adverso (Gomes, 2024).

Entre as principais estratégias adotadas pelas profissionais, destacam-se:

- a) **Organização do atendimento por prioridades:** as assistentes sociais realizam um “pente fino” entre as demandas recebidas, identificando aquelas que requerem escuta simples e aquelas que demandam escuta qualificada ou até especializada. Essa triagem permite o uso mais criterioso do tempo e a proteção do sigilo, dentro das limitações existentes.
- b) **Uso do instrumental do PAIF e do Prontuário SUAS:** os instrumentos são utilizados como base para o registro das escutas, permitindo a sistematização das informações e a elaboração de relatórios e planos de acompanhamento. Segundo as entrevistadas, esse registro contribui para a visibilidade das demandas e a organização do trabalho técnico-operativo.
- c) **Parcerias intersetoriais:** há esforço contínuo para articular ações com o Conselho Tutelar, Defensoria Pública, CREAS, escolas e unidades de saúde. Essa rede fortalece o encaminhamento dos casos e amplia as possibilidades de resposta à violação de direitos.
- d) **Atenção ao acolhimento:** apesar das limitações de espaço físico, as assistentes sociais adotam posturas cuidadosas para garantir que o usuário seja escutado. Isso é feito por meio da escuta ativa, atenção aos sinais não verbais e acolhimento contínuo ao longo do atendimento.

Por fim, a análise evidencia que as estratégias utilizadas pelas profissionais não substituem a necessidade de investimentos estruturais, mas demonstram a potência da ação profissional comprometida com os princípios ético-políticos. Para que essas estratégias se consolidem como práticas permanentes e eficazes, é necessário que o poder público assegure a criação de salas privativas para atendimento sigiloso, capacitação continuada referente aos instrumentos do SUAS, e a ampliação da equipe técnica com psicólogos, educadores e profissionais da saúde.

## CONCLUSÃO

A escuta qualificada, enquanto instrumento técnico-operativo e expressão do



compromisso ético-político do Serviço Social, mostrou-se central para a prática profissional desenvolvida nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Ao longo deste artigo, buscou-se discutir sua importância como prática de acolhimento e mediação de direitos, e evidenciar os desafios vividos pelas profissionais no CRAS Santa Rita, situado no município de Parintins/AM.

A partir da análise documental, bibliográfica e das entrevistas com assistentes sociais atuantes no equipamento, foi possível identificar que embora a escuta qualificada esteja prevista como eixo estruturante do atendimento à população usuária da proteção social básica, sua efetivação encontra sérias barreiras no cotidiano institucional. As principais dificuldades se referem à ausência de salas apropriadas para atendimentos sigilosos, à sobrecarga de trabalho, à escassez de profissionais no quadro técnico, à descontinuidade de ações formativas, e à frágil articulação intersetorial com os demais serviços da rede pública.

Apesar do cenário adverso, as profissionais demonstraram criatividade, sensibilidade e compromisso para preservar a qualidade da escuta, mesmo quando realizada sob condições precárias. Estratégias como a triagem de atendimentos, o uso do PAIF e do Prontuário SUAS, o acolhimento ético e humanizado e a construção de vínculos com a rede de proteção são formas de resistência que asseguram algum grau de efetividade no acolhimento às famílias, no entanto, essas estratégias ainda que potentes, são insuficientes para garantir o atendimento integral e digno que a política de assistência social exige.

O estudo revelou que a escuta qualificada é uma prática que envolve postura política, reconhecimento do sujeito como detentor de direitos e afirmação da função crítica do assistente social. Reafirma-se que ela precisa ser compreendida como um direito do usuário e um dever institucional, o que exige vontade política, planejamento, recursos e a valorização do trabalho profissional.

Diante do que foi analisado, apontam-se três dimensões fundamentais para o fortalecimento da escuta qualificada no CRAS: 1- Institucionalização e estruturação ao garantir salas adequadas, com sigilo e conforto para os atendimentos individuais, e no estabelecimento de protocolos padronizados com fluxos de atendimento que valorizem a escuta como etapa formativa e não burocrática; 2- Assegurar a formação continuada em temas como escuta, direitos humanos, violência, infância e família, reconhecer a escuta qualificada nos instrumentos de planejamento e avaliação do SUAS, além de estimular espaços coletivos de escuta entre os profissionais para elaboração de estratégias conjuntas;



3- Fortalecimento da rede de proteção, desenvolvendo ações intersetoriais com foco no atendimento integral às famílias, inclusive na monitoração e avaliação de forma compartilhada os impactos da escuta nos planos de acompanhamento.

Portanto, reintera-se que a escuta qualificada deve ser defendida como um campo de disputa política dentro da política pública de assistência social, e sua negação ou precarização representa não apenas o enfraquecimento da ação profissional, mas sobretudo a negação do direito das famílias à palavra, à proteção e à reparação das violências cotidianas. Em territórios marcados por desigualdades históricas como Parintins/AM, a escuta ética e sensível é, muitas vezes, o primeiro passo para que os sujeitos possam se reconhecer como cidadãos. E nesse sentido, o serviço social, ao insistir na escuta como estratégia de luta, contribui para consolidar o CRAS como um espaço público de defesa e afirmação de direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. **Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jun. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS.** Brasília, DF: MDS, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília, DF: CFESS, 2011.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Nota técnica sobre escuta especializada e atribuições profissionais no SUAS.** Brasília, DF: CFESS, 2018.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social.** Brasília, DF: CFESS, 2009.

GOMES, Juciana Coelho. **O trabalho do assistente social no CRAS Santa Rita: o desafio da escuta qualificada no atendimento à população em Parintins-AM.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas,



Parintins, 2024.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**: formação e exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. Documentos fundamentais do Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



## O TRABALHO DAS MULHERES NA UNIVERSIDADE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA

Monique Araujo Teixeira, Valmiene Florindo Farias Sousa

### RESUMO

O artigo objetiva apresentar uma revisão bibliográfica sobre a trajetória histórica das universidades brasileiras, as reformas administrativas, precarização do trabalho, as políticas neoliberais e como elas impactam as condições laborais dos docentes e TAES nas instituições de ensino superior. O estudo faz parte da pesquisa de PIBIC em andamento intitulada: “O trabalho das mulheres na universidade: Uma análise das condições de trabalho e saúde das técnicas-administrativas em educação do ICSEZ-UFAM”. Abordaremos aspectos relacionados ao trabalho das mulheres na universidade situando a formação desse espaço ao longo da história e suas contradições.

**Palavras-chave:** universidade; precarização; neoliberalismo.

### ABSTRACT

The article aims to present a bibliographic review on the historical trajectory of Brazilian universities, administrative reforms, job insecurity, neoliberal policies and how they impact the working conditions of teachers and TAES in higher education institutions. The study is part of the ongoing PIBIC research entitled: “Women's work at the university: An analysis of the working and health conditions of administrative technicians in education at ICSEZ-UFAM”. We will address aspects related to women's work at the university, situating the formation of this space throughout history and its contradictions.

**Keywords:** university; precariousness; neoliberalism.

### INTRODUÇÃO

O Primeiro Encontro de Mulheres do SINASEFE surgiu como resposta à demanda de combater a opressão de gênero presente tanto na luta sindical quanto no ambiente de trabalho das mulheres nas instituições federais de educação. As servidoras TAES (Técnicas Administrativas em Educação) enfrentam desafios semelhantes no cotidiano de suas atividades. Segundo dados do Instituto Semesp (2023), as mulheres representam 55,6% dos funcionários técnico-administrativos nas universidades no Brasil. Além disso, entre docentes e administrativos, o número de mulheres no ensino superior superou o de homens nos últimos dez anos, passando de 49,8% em 2011 para 51,2% em 2021.

A análise do trabalho das mulheres nas universidades, apesar do aumento de sua presença no meio acadêmico, revela a persistência de desigualdades e desafios institucionais. Destacar os aspectos históricos, políticos e econômicos da formação e transformação desse espaço revela-se fundamental dada a sua complexidade, pois são justamente nesses processos que se moldam tanto as dificuldades quantas as possibilidades de superação desses desafios.



O artigo está estruturado em quatro partes principais, que se complementam para analisar criticamente a trajetória e os desafios enfrentados pelas universidades brasileiras, especialmente no que se refere às condições de trabalho e saúde de seus profissionais. Inicialmente, o texto apresenta o contexto histórico da formação do ensino superior no Brasil, destacando a influência jesuítica, o papel da Universidade de Coimbra, a criação tardia das universidades brasileiras e sua vinculação às elites e ao Estado. Em seguida, é discutido o impacto das reformas neoliberais, com ênfase nas transformações ocorridas a partir da década de 1990, que afetaram profundamente a autonomia e a função social das universidades. Na terceira seção, analisa-se a relação entre o neoliberalismo e a universidade pública brasileira, enfatizando a precarização do trabalho docente e técnico-administrativo e os efeitos das políticas gerencialistas. Por fim, o artigo aborda a reforma do Estado brasileiro e o serviço público, contextualizando as mudanças administrativas dos anos 1990 e suas consequências para os serviços não exclusivos, como a educação, em especial o ensino superior. Essa organização permite compreender como a história e as políticas públicas moldaram a universidade brasileira contemporânea, comprometendo seu papel democrático e transformador.

## UNIVERSIDADE BRASILEIRA

As universidades brasileiras, com um papel histórico crescente, enfrentam desafios relacionados às condições de trabalho e saúde de seus profissionais. O texto destaca a função crítica e democrática das universidades, conforme defendido por Chaui e Ribeiro, e como sua criação tardia no Brasil, subordinada às elites e à coroa portuguesa, refletiu resistência à autonomia educacional. Com a implementação de reformas neoliberais nas décadas de 1990 e 2000, as universidades sofreram cortes orçamentários, mercantilização e privatização, prejudicando a autonomia e as condições de trabalho. Borges (2022) aponta que 13 dos 15 fatores analisados nas condições de trabalho estão diretamente ligados à saúde mental dos servidores, destacando a urgência de melhorias. As universidades públicas, essenciais para a democratização do ensino, se adaptaram às demandas do mercado, enquanto as privadas expandiram com um ensino frequentemente precário. O estudo examina como a trajetória histórica desse espaço, marcado por autoritarismo e reformas neoliberais, afeta suas condições de trabalho e compromete sua função social, defendendo a necessidade de restaurar sua função democrática e transformadora.



## Contexto histórico

Segundo Mendonça (2000) entre 1530 e 1822 período conhecido como Brasil colônia, o ensino brasileiro era tarefa dos jesuítas, ou seja, eram iniciativas educacionais dominadas por ordens religiosas, que uniam ensino e cristianização, o que impactou significativamente as relações educacionais da época. A influência dos jesuítas no ensino refletiu diretamente na dinâmica de colônias católicas, como o Brasil. Segundo Barreto e Filgueiras (2007), a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola no século XVI, teve grande importância no ensino superior nos países católicos, incluindo Portugal e Brasil. Na Universidade de Coimbra, os jesuítas passaram a controlar o Colégio das Artes, que funcionava como um centro preparatório para a universidade.

Barreto e Filgueiras (2007) explicam que os colégios jesuítas no Brasil passaram a oferecer cursos de arte e filosofia, com o Colégio da Bahia se aproximando de uma universidade, concedendo graus de bacharel, licenciado e mestre em artes. No entanto, os cursos criados pela corte eram limitados e focados na manutenção da realeza, com pouca ênfase no campo jurídico, o que levou muitos brasileiros ricos a estudarem na Universidade de Coimbra, em Portugal. Entre 1577 e 1800, 2122 brasileiros frequentaram essa universidade, que, embora localizada em Portugal, era reconhecida pela metrópole e atendia aos interesses nacionalistas portugueses. Teixeira (1989) destaca que a Universidade de Coimbra, a principal instituição do império português, desempenhou um papel unificador significativo. Durante o período próximo à reforma pombalina (1764-1768), a universidade contava com mais de 20 mil estudantes de diversas partes do império, distribuídos entre os cursos de teologia, medicina, leis e cânones. A universidade foi reformada com o objetivo de incorporar as novas ciências naturais e transformar o Estado eclesiástico em um Estado secular e regalista, influenciado pelo iluminismo da época.

O ensino superior no Brasil foi inicialmente subordinado aos jesuítas e à coroa portuguesa até a reforma pombalina de 1772. Em 1808, conforme Filho (2016), o Príncipe Regente D. João autorizou a criação de um colégio médico-cirúrgico em Salvador e, no mesmo ano, outro no Rio de Janeiro. Durante o Império, as tentativas de criação de universidades refletiam interesses contraditórios, buscando ao mesmo tempo autonomia educacional e o fortalecimento da dominação das classes dominantes. Em 1832, um marco importante ocorreu com a implantação de algumas faculdades no Brasil, como destaca Filho (2016), o Brasil implantou as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, seguindo o modelo francês. No Segundo Império, a abertura das faculdades de Direito em



São Paulo e Recife, juntamente com escolas de minas e politécnicas, consolidou o modelo de educação superior no Brasil, que não possuía universidades, sendo caracterizado por cursos de graduação com acesso restrito e currículo fechado.

Durante o Império (1822–1889), os investimentos em educação foram limitados, com sucessivas rejeições à criação de universidades. O ensino superior seguiu moldes coloniais, voltado à elite, com cursos isolados, especialmente de direito. A primeira universidade no Brasil foi criada em 1920, no Rio de Janeiro, mas gerou debates. Inspirada no modelo francês, segundo Darcy Ribeiro (1969), a universidade não incorporou totalmente os objetivos do modelo, mantendo um caráter "antiuniversitário", com foco em escolas autárquicas, profissionalismo e a erradicação da teologia, ao invés de promover uma verdadeira unificação cultural e desenvolvimento educacional.

Entre as décadas de 1950 e 1960, as universidades, especialmente as federais, passaram por uma expansão significativa, com o número de instituições dobrando de 10 para 20. Esse crescimento refletiu a crescente necessidade de profissionalização diante das mudanças tecnológicas e da modernização do Brasil. A expansão da rede federal de Ensino Superior foi impulsionada principalmente pela "federalização" de instituições estaduais e privadas. Durante esse período, a sociedade brasileira começou a perceber as dificuldades enfrentadas pelas universidades, levando à elaboração de propostas para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que buscavam confrontar a escola pública com a privada (Saviani, 2004 apud Miranda; Souza; Souza, 2019).

Diante das transformações sociais e da crescente demanda por modernização, o ensino superior brasileiro passou por reformas. Inicialmente, o setor militar impulsionou esse processo ao investir em pesquisas. No final da década de 1950, foi criada a Universidade de Brasília (UnB), com uma proposta inovadora e contrária ao modelo tradicional baseado em faculdades isoladas. Segundo Oliven (2002 apud Miranda; Souza; Souza, 2019), a UnB foi a primeira universidade brasileira planejada como instituição integrada e voltada à pesquisa, inspirada no modelo norte-americano, substituindo cátedras por departamentos. A criação da UnB e a Reforma Universitária contaram com forte atuação do movimento estudantil, que defendia a democratização do ensino, maior autonomia universitária, participação proporcional de alunos e professores na gestão, dedicação exclusiva dos docentes, ampliação do acesso público e flexibilização curricular.

Com o golpe militar de 1964, segundo Souza; Miranda; e Souza (2019), o controle estatal sobre o ensino superior se intensificou, resultando em forte repressão nas universidades, incluindo ocupações militares, prisões de estudantes e professores, e o exílio



de figuras como Anísio Teixeira. Em cerca de uma década, o modelo universitário anterior foi desmantelado. Apesar disso, a comunidade acadêmica, liderada pela UNE, fortaleceu-se e passou a exigir reformas alinhadas à realidade brasileira, como maior autonomia e democratização do ensino. Essas reivindicações levaram à promulgação da Lei nº 5.540/68, que instituiu a divisão entre ensino, pesquisa e extensão, além do regime integral, influenciando também o setor privado. No entanto, em meio ao regime autoritário, as medidas que garantiam autonomia universitária foram vetadas pelo presidente, e o Decreto-Lei nº 464/69 moldou a reforma aos interesses do governo. Na prática, houve uma expansão desordenada do ensino superior, com a proliferação de instituições privadas isoladas, contrariando os princípios da reforma original.

De acordo com Souza; Miranda; e Souza (2019), a reforma universitária nos anos 1970 modernizou o ensino superior, com a criação de novas instituições, muitas privadas, para atender à crescente demanda. Nos anos 1980, com a redemocratização, as universidades passaram a se dividir entre ensino e pesquisa. A Constituição de 1988 consolidou princípios essenciais da educação, como acesso igualitário, liberdade acadêmica, e gratuidade do ensino público. No entanto, apesar dos avanços, a reforma universitária é vista como insuficiente devido ao modelo social e às condições históricas da universidade brasileira. Florestan Fernandes (2020) argumenta que a universidade necessitaria de uma reconstrução profunda, já que reformas são eficazes apenas em sociedades com estruturas democráticas consolidadas, o que não é o caso do Brasil.

## Neoliberalismo

Conforme Figueiras (2006), o Brasil foi o último país da América Latina a adotar o neoliberalismo, devido à resistência da classe trabalhadora nos anos 1980 e à dificuldade em alinhar os interesses do capital. A criação do Partido dos Trabalhadores intensificou o temor das elites, levando à consolidação do projeto neoliberal no governo FHC. Esse processo redefiniu as relações de classe, fortaleceu os grandes grupos econômicos transnacionais e evidenciou a fragilidade do Estado, subordinando a economia brasileira aos fluxos internacionais de capital.

Apesar de não atender aos interesses das classes subalternas, o projeto portava de um discurso promissor conquistando apoio não somente daqueles a quem mais interessava sua implantação. Esta passou por momentos distintos e por pelo menos três governos, se efetivando em quatro dimensões estruturais: “1) a relação capital/trabalho; 2) a relação entre



as distintas frações do capital; 3) a inserção internacional (econômico-financeira) do país e 4) a estrutura e o funcionamento do Estado.” (FILGUEIRAS, 2006, p. 187). O projeto se caracterizou pela mínima intervenção estatal na economia, favorecendo o setor privado, promovendo privatizações, abertura comercial e flexibilização de direitos trabalhistas. Nesse cenário, a classe trabalhadora enfrentou os impactos negativos da desresponsabilização do Estado, tanto no âmbito profissional quanto social. O autor ainda destaca que a classe trabalhadora se tornou mais fragilizada e heterogênea, resultando em uma menor identidade entre seus segmentos e uma redução na capacidade de negociação. Isso ocorreu devido à desestruturação do mercado de trabalho e ao processo de desregulamentação das relações trabalhistas, o que levou ao aumento do desemprego e ao aprofundamento da precarização do trabalho e das formas de contratação.

### Universidade brasileira e neoliberalismo

Após o fim da ditadura militar, o Brasil enfrentou a necessidade de recuperação econômica e modernização industrial. Durante os governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, as políticas neoliberais foram implementadas, estabilizando a economia, mas também transformando o Estado em regulador e impactando profundamente as universidades. No campo educacional, o neoliberalismo priorizou a lógica do lucro, tratando a educação como um produto de mercado, afastando-a de seu papel social e político. O discurso neoliberal, conforme mencionado por Marrach (1996), é fundamentado na "tese da ameaça" de Albert Hirschman, que argumenta que o Estado do Bem-Estar Social impede a livre iniciativa e a produção de bens para o mercado na nova ordem mundial.

O ensino superior no Brasil foi profundamente impactado pelas reformas neoliberais, marcadas por políticas voltadas ao mercado e pela crescente dependência de instituições privadas. A expansão massiva dessas instituições reflete o esforço de transformar a educação em mercadoria e em meio de formação de mão de obra. Embora ampliem o acesso, essas instituições geralmente oferecem uma educação de menor qualidade, guiada pelas demandas do mercado. Já as universidades públicas, mesmo protegidas pela autonomia prevista no artigo 207 da Constituição de 1988, enfrentam dificuldades para exercê-la plenamente, devido à constante interferência de modelos estatais que limitam sua independência.

Segundo Marrach (1996), a cultura escolar passou a se alinhar ao ethos empresarial, moldando uma elite mais técnica e administradora, voltada à lógica da



sociedade tecnológica e mercantil. Com as políticas neoliberais modificando profundamente as universidades públicas brasileiras, aproximando-as de modelos corporativos e mercantilizados. A educação passou a ser tratada como instrumento de desenvolvimento econômico, priorizando áreas técnicas como ciência e tecnologia e marginalizando as humanidades. Isso gerou conflitos entre a autonomia acadêmica e os interesses do mercado

Para Chauí (2001), as reformas neoliberais resultaram em cortes drásticos no financiamento público da educação, fragilizando as universidades e favorecendo sua privatização. Essa lógica mercadológica compromete a autonomia universitária, impõe modelos gerenciais e desvia a instituição de seu papel crítico e emancipador. O neoliberalismo busca controlar a universidade, tanto para neutralizar críticas quanto para transformar a educação em instrumento de dominação e reforço das desigualdades sociais.

### **Universidade Pública brasileira como espaço de trabalho**

Com o avanço do neoliberalismo, as universidades privadas se expandiram com propostas de ensino mais curtas e flexíveis, enquanto as públicas, gratuitas e sustentadas por impostos, passaram a sofrer os impactos das reformas neoliberais. Essas mudanças afetaram profundamente sua estrutura, alterando formas de contratação e enfraquecendo o modelo público tradicional. Segundo Leda (2015), nos governos Collor e FHC, a redução de concursos públicos para docentes nas universidades federais foi uma das consequências da reforma administrativa, o que levou muitos professores a se aposentarem antecipadamente e a buscarem capacitação *stricto sensu*, muitas vezes por meio de licenças.

As universidades, diante da falta de professores, passaram a contratar substitutos conforme a Lei nº 8.745/1993, o que gerou vínculos precários e menos direitos (LEDA, 2015). Entre os TAES, embora a contratação seja similar à dos docentes, os salários são menores e as jornadas mais exaustivas, agravadas por espaços inadequados de trabalho (BARROS, 2016). Como observa Marilena Chauí (2001), a universidade reproduz heranças coloniais que hierarquizam relações sociais e favorecem opressões por cargo, gênero ou outros marcadores. As políticas neoliberais, ao mercantilizar a educação, precarizam não só o ensino, mas também o trabalho, promovendo sobrecarga, terceirização e instabilidade. Almeida (2018) aponta que as mudanças na performance do trabalho nas universidades públicas foram orientadas pela teoria do capital humano, resultando em um processo de precarização, evidenciado pelas disputas entre pares por editais de financiamento e pela participação em projetos que oferecem bolsas como forma de complementação salarial.



Sendo assim, o fazer profissional na instituição supracitada, pode por vezes se mostrar desafiador. Para aqueles que ocupam posições sociais que historicamente são inferiorizadas, dado o contexto de formação da sociedade brasileira, o desafio pode se revelar ainda maior, somado às precárias condições de trabalho, devido às políticas neoliberais.

## REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E SERVIÇO PÚBLICO

Segundo Ferreira (1996), a reforma do Estado marcou a transição para uma “burocracia fechada”, centrada na legalidade, impessoalidade e transparência, enquanto buscava maior participação cidadã na formulação de políticas. Essa mudança surgiu como resposta à crise de governabilidade na América Latina e no Brasil, onde a legitimidade dos governantes era frequentemente questionada, dificultando reformas estruturais e o engajamento da sociedade.

O Brasil passou por duas reformas administrativas, uma em 1930 e outra em 1990. A primeira, de 1930, introduziu um modelo burocrático, com três diretrizes principais: definição de critérios profissionais para ingresso no serviço público, desenvolvimento de carreiras e regras de promoção baseadas no mérito. Na mesma época, foi criado o Departamento de Administração do Serviço Público, com o objetivo de implementar essas diretrizes, supervisionar e formar os administradores públicos (Martins, 1995 apud Ferreira, 1996).

Nos anos 1990, a reforma administrativa incluiu uma reavaliação mais ampla do papel do Estado, impulsionada por crises e pela necessidade de modernização. Segundo Ferreira (1996), essa reformulação considerou também a contribuição da sociedade para o progresso nacional. De acordo com Carvalho e Souza (1999), essa revisão ocorreu em etapas, sendo a primeira geração de reformas voltada à abertura de mercados, desregulamentação e privatização, liderada principalmente pelo governo federal e, em países federativos, também pelos estados.

O segundo estágio da reforma do Estado centrou-se no fortalecimento das capacidades administrativa e institucional. A capacidade administrativa visava melhorar o desempenho dos órgãos públicos para alcançar resultados e satisfazer os cidadãos. Já a capacidade institucional buscava criar incentivos que estimulassem a cooperação e garantissem a formulação e implementação efetiva de decisões governamentais (Carvalho; Souza, 1999).



## Reforma administrativa de 1990

Ferreira (1996) explica que a reforma administrativa dos anos 1990, durante o governo FHC, buscou implantar um modelo gerencial na administração pública, com foco em eficiência, qualidade no atendimento e superação das falhas do modelo anterior. Promovida pelo MARE, essa reforma foi bem recebida, pois foi associada à superação da crise fiscal, à estabilidade do Plano Real e à promessa de tornar o serviço público mais eficiente e democrático (Carvalho; Souza, 1999).

Ferreira (1996) destaca que a reforma do Estado adotou princípios como a focalização no cidadão, controle por resultados, flexibilidade administrativa, controle social e valorização do servidor. Esses princípios aproximam a gestão pública da lógica empresarial, embora com diferenças na aplicação e nos resultados. Ainda segundo o autor a proposta reformista divide o Estado em quatro setores: (1) núcleo estratégico, responsável por legislar e formular políticas; (2) atividades exclusivas, como segurança e fiscalização, que exigem o uso do poder estatal; (3) serviços não-exclusivos, como saúde e educação, de alta relevância social; e (4) produção de bens e serviços para o mercado, geralmente operada por estatais com tendência à privatização.

Ainda que a reforma vise uma universalização de serviços e aumento na sua eficácia, Przewooski (1998 apud Carvalho; Souza, 1999) argumenta que se tratando de um modelo importado de países com realidades diferentes, não importa quão bom seja, dificilmente dá certo em países altamente desiguais, como é no caso do Brasil, mostrando-se insuficiente para superar desigualdade política em face da desigualdade econômica e social.

Logo, dentre os setores destacados cabe analisar com atenção o de Serviços não exclusivos, que por sua vez são aqueles que, embora sejam muito importantes para a sociedade, nesta reforma não precisam ser executados exclusivamente pelo estado e nem envolvem o uso de seu poder coercitivo. Esses serviços têm grande valor público, mas não podem ser pagos diretamente pelas pessoas que os utilizam, mesmo sendo prestados pelo Estado podem ser prestados por outros setores também. Ao passo em que o país adotava políticas neoliberais.

## Serviços Públicos



O serviço público desempenha um papel fundamental no poder público, sendo responsável pela implementação dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, como saúde, educação, agricultura, cidadania, assistência social, ciência, tecnologia, comunicação, cultura, esporte, economia e gestão pública. No entanto, com as reformas do Estado, alguns desses setores foram impactados por privatizações e terceirizações, com o objetivo de reduzir a responsabilidade do Estado, seguindo modelos neoliberais observados em outros países.

Servidores públicos assumem seus cargos por meio de concursos, sendo regidos pelo regime estatutário ou, após reformas, também pela CLT. Segundo Leher (2003), essas mudanças foram parte de um processo de descentralização dos serviços sociais e de busca por "autonomia" de instituições como universidades e hospitais. Nesse contexto, o Ministério da Educação propôs a PEC nº 370-A/96, que visava conceder ampla autonomia às universidades federais, permitindo que se tornassem "públicas não-estatais" e alcançassem autossuficiência em até dez anos, conforme documento elaborado pelo MEC e o Ministério da Reforma do Estado.

Ribeiro e Mancebo (2013), explicam que com a lógica neoliberal de gerenciamento e a divisão de esferas de trabalho entre público e privado, divergem do interesse público comprometendo com a imparcialidade e ética, e impactando os trabalhadores que passam a serem percebidos como gerenciáveis e quantificáveis. Sob esta ótica, em análise feita por Souza e Moulin (2014) o servidor público ocupa uma posição contraditória, associando sua posição à realização pessoal alcançada, em contrapartida, ocupando um espaço permeado por incertezas e precariedade.

Em um contexto de mercantilização das universidades públicas, Silva e Melo (2018 apud Junior e Saltorato, 2021) destacam a piora nas relações de trabalho, com sobrecarga de tarefas, salários defasados, falta de novas contratações de técnicos-administrativos e acúmulo de funções. Além disso, há aumento do individualismo e da competitividade entre docentes, impulsionados por avaliações baseadas em critérios mercadológicos, especialmente na pós-graduação.

### **Servidores técnicos-administrativos em educação: funções, competências e desafios nas universidades.**

Segundo Junior e Saltorato (2021), a Lei nº 11.091/2005 regulamenta a carreira dos servidores técnico-administrativos em educação, organizando-a em cinco níveis. Os três



primeiros, com exigência de menor escolaridade, foram amplamente terceirizados. No nível D estão cargos técnicos e administrativos de nível médio, e no nível E, os de nível superior, como psicólogo e bibliotecário. As funções desses profissionais incluem: suporte administrativo (RH, finanças, TI), suporte acadêmico (secretaria, laboratórios, bibliotecas), atividades especializadas (profissões regulamentadas), gestão (liderança e coordenação), e representação/fiscalização (participação em comissões e fiscalização de contratos).

A remuneração média dos técnicos-administrativos é de R\$ 4.667, e para a qualidade do trabalho são consideradas essenciais competências técnicas e comportamentais. Segundo Junior; Dalmau; e Souza (2022), há deficiências pontuais entre profissionais, como em atendimento ao público, elaboração de documentos, gestão de processos e uso de sistemas. Também se observam lacunas em comportamentos como iniciativa, comprometimento, estabilidade emocional e percepção do serviço como essencial.

De acordo com Junior e Saltorato (2021), os profissionais das universidades enfrentam uma rotina marcada pelo acúmulo de tarefas devido à redução do quadro de funcionários, o que impacta tanto a qualidade do trabalho quanto a saúde desses indivíduos. Eles se sentem muitas vezes invisíveis dentro do ambiente universitário, onde a atenção está voltada principalmente para os docentes, criando um espaço de relações conflituosas, competitividade e pressão. Além disso, enfrentam desafios como condições de trabalho inadequadas, sobrecarga, burocracia, gestão autoritária, comunicação unilateral e falta de reconhecimento. Apesar do desejo de deixar esses cargos, muitos temem a falta de oportunidades em outros mercados de trabalho e a insegurança salarial.

## CONCLUSÃO

A pesquisa em andamento já evidencia como a trajetória histórica das universidades brasileiras, desde sua formação colonial até as reformas neoliberais das últimas décadas, moldou um cenário de precarização das condições de trabalho e saúde de seus profissionais. A universidade pública, que deveria ser um espaço de democratização do conhecimento e transformação social, tem sido sistematicamente fragilizada por políticas de desfinanciamento, mercantilização e flexibilização das relações trabalhistas, em consonância com os interesses do projeto neoliberal.

A análise demonstrou que as reformas administrativas dos anos 1990, sobretudo no governo FHC, reconfiguraram o papel do Estado na educação, transferindo responsabilidades para o setor privado e impondo uma lógica gerencialista às instituições



públicas. Essa transformação impactou diretamente servidores docentes e técnico-administrativos, que enfrentam sobrecarga de trabalho, terceirização, desvalorização salarial e deterioração de suas condições laborais, fatores que, como apontado por Borges (2022), estão intrinsecamente ligados ao adoecimento mental desses profissionais.

O próximo passo da pesquisa envolve a realização das entrevistas e a análise detalhada dos dados coletados, buscando aprofundar a compreensão das contradições e possibilidades de transformação no cotidiano das técnicas-administrativas em educação do ICSEZ-UFAM.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Augusto Gomes. **A carreira dos técnicos-administrativos em educação: movimento de resistência à política do MEC e um constante recomeço.** Tese, programa de pós graduação em educação. Universidade federal do Amazonas. Manaus. P. 197. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). Campinas – SP: Autores Associados, 2022. Epub.

BARRETO, Arnaldo Lyrio. FILGUEIROS, Carlos. **Origens da universidade brasileira.** Quim. Nova, Vol. 30, No. 7, 1780-1790, 2007. Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

BARROS, M.E.B; COIMBRA, B.C. **Relações de trabalho em uma universidade pública:** atividade de servidores técnicos administrativos. p.89-101, 2016.

BORGES, L.O , MOTTA, G.M.V, GARCIA-PRIMO G.M. BARROS, S.C. HELENO, C.T. **Working Conditions and Mental Health in a Brazilian University.** Int J Environ Res Public Health. 2023 Jan 14;20(2):1536. doi: 10.3390/ijerph20021536. PMID: 36674290; PMCID: PMC9859588.

BRASIL. [Constituição 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 9 dez. 2024.

CARVALHO, I.M.M; SOUZA, C. **Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades.** Revista Lua Nova, nº 48, 1999.

CHAUI, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COSTA, C.F; GOULART, S. O capitalismo acadêmico e as reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. **Cad. EBAPE.** BR, v. 16, nº 3, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2018. p. 396 - 409.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?.** São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2020. 400p.



FERREIRA, Caio Márcio Marini. **Revista do Serviço público**. Ano 47, Volume 120, número 3. Set- dez, 1996.

FILHO, Naomar Almeida. **A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. Vikings**. Revista Lusófona de Educação, 32, 2016, p.11-30.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006. ISBN: 987-1183-56-9 2010.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

JUNIOR, G.T; SALTORATO, P. Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em uma instituição federal de ensino: uma abordagem sobre carreira, tarefas e relações interpessoais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 19, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2021, p.811-823.

JUNIOR, O.F; DALMAU, M.P; SOUZA, D.S. O mapeamento das competências dos técnicos administrativos em educação da FACH/UFMS e a necessidade de treinamento. **Revista Videre**, Dourados-MS V.14, n. 30 | Mai.- Ago. 2022. p.400-419.

LEDA, Denise Bessa. A precarização do trabalho na universidade pública e suas repercussões na subjetividade do professor substituto. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/Dezembro de 2015, p. 342-360.

LEHER, Roberto. **Reforma do Estado: o privado contra o público**. Revista Trabalho, Educação e Saúde. 2003, p. 203-228.

MARRACH, Sonia Alem. **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo, editora Cortez, 1996, p. 42-56.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. **A universidade no Brasil**. Revista Brasileira de educação. Ed. 14°. 2000.

SOUZA, S.A.D; MOULIN, M.G.B. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2014, vol. 17, n. 1, p.49-65.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. **Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acessado dia 15/01/2025.

RIBEIRO, D. A universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, C.V.S; MANCEBO, D. O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. **Revista: Psicologia: Ciência e Profissão**, 2013, 33 (1), p.192-207.

XI SEMANA ACADÊMICA DO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO ICSEZ/UFAM

IV ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS  
DO BAIXO AMAZONAS

Dias 14, 15 e 16 de maio de 2025  
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - UFAM  
Parintins - Amazonas



SERVIÇO SOCIAL NA LUTA  
POR JUSTIÇA AMBIENTAL  
PARA A DIVERSIDADE DE  
POVOS NA AMAZÔNIA

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.





## IMPACTOS DA SUSPENSÃO DE RECURSOS INTERNACIONAIS NA GESTÃO DE PROJETOS HUMANITÁRIOS VOLTADOS A MIGRAÇÃO FORÇADA: ESTUDO DE CASO DAS AÇÕES DA ADRA AMAZONAS JUNTO AS FAMÍLIAS MIGRANTES

Elias do Carmo Pucu, Thales Rosário Garcia da Silva, Wilson Valeta da Cunha Junior

### RESUMO

A crescente demanda por respostas humanitárias diante dos fluxos migratórios forçados tem mobilizado a atuação conjunta entre governos, organizações internacionais e sociedade civil. No Brasil, especialmente na cidade de Manaus, esse contexto se intensificou com a chegada de milhares de venezuelanos em busca de proteção. Este artigo analisa os impactos da suspensão do financiamento internacional da USAID nos projetos humanitários voltados à migração forçada, com foco nas ações da ADRA Amazonas junto às famílias migrantes venezuelanas. A coleta de dados se deu a partir do relatório da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA Amazonas. A pesquisa conclui que o fortalecimento de políticas públicas inclusivas e sustentáveis é urgente, especialmente em contextos de crise humanitária, para assegurar dignidade, proteção e integração às populações em deslocamento forçado.

**Palavras-chave:** migrantes; cooperação internacional; assistência humanitária.

### ABSTRACT

The growing demand for humanitarian responses to forced migration flows has mobilized joint action between governments, international organizations, and civil society. In Brazil, especially in the city of Manaus, this context has intensified with the arrival of thousands of Venezuelans seeking protection. This article analyzes the impacts of the suspension of international funding from USAID on humanitarian projects aimed at forced migration, focusing on the actions of ADRA Amazonas with Venezuelan migrant families. Data collection was based on the report of the Adventist Development and Relief Agency – ADRA Amazonas. The research concludes that strengthening inclusive and sustainable public policies is urgent, especially in contexts of humanitarian crisis, to ensure dignity, protection, and integration for forcibly displaced populations.

**Keywords:** migrants; international cooperation; humanitarian assistance.

### INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios forçados configuram-se como um dos principais desafios contemporâneos no campo dos direitos humanos e da assistência humanitária internacional. A crise político-econômica da Venezuela impulsionou um movimento migratório expressivo rumo ao Brasil, intensificando-se sobretudo na região Norte, com destaque para o estado do Amazonas. Diante dessa conjuntura, instituições públicas e organizações da sociedade civil passaram a desempenhar papel central na recepção, proteção e integração dos migrantes e refugiados, em especial na capital Manaus, considerada um dos principais polos de interiorização e acolhimento no país.

Neste contexto, a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA Amazonas consolidou-se como parceira implementadora de projetos humanitários



com o financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USaid). Entre os principais projetos executados, destaca-se o Projeto Providência, voltado à assistência alimentar, apoio à regularização migratória e acesso a saúde. Contudo, a suspensão dos repasses internacionais no final de 2024 gerou impactos significativos na continuidade das ações, afetando diretamente famílias migrantes em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo analisar os impactos decorrentes da interrupção do financiamento da USAID na gestão de projetos humanitários realizados pela ADRA Amazonas. A investigação tem por objetivos específicos caracterizar o perfil das famílias migrantes atendidas pelos projetos humanitários por meio da ADRA Amazonas, bem como pontuar os impactos provocados pela interrupção do financiamento internacional. Assim, espera-se com a pesquisa contribuir para o fortalecimento de políticas públicas inclusivas em contextos de crise humanitária, para assegurar dignidade, proteção e integração às populações em deslocamento forçado.

## RECORTES SOBRE A USAID ENQUANTO SOCIOFINANCIADOR DOS PROJETOS HUMANITÁRIOS

Durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos lançavam um plano para a reconstrução de países europeus devastados por tais conflitos. A proposta encontrou resistência no Congresso, sendo aprovada somente após seu idealizador, George Marshall, general do exército americano e naquele momento Secretário de Estado, argumentar que, sem essa ajuda, essas nações poderiam ser cooptadas pela União Soviética. O Plano Marshall (1947), então implementado, previa que um grupo de países beneficiários administraria sua execução, originando a Organização para a Cooperação Econômica Europeia, que mais tarde se tornaria a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Nos anos 1960, com a recuperação econômica europeia, os EUA reconheceram a necessidade de uma nova estratégia para conter a influência soviética, especialmente em países pouco industrializados na América Latina e na África. Nesse contexto foi criada a USaid (Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), com forte respaldo norte-americano.

Uma vez consolidada, a USaid passou a pressionar outros países da OCDE a estabelecerem suas próprias agências de cooperação internacional, que replicavam o



modelo norte-americano ao financiar projetos em países em desenvolvimento – chamados como “Terceiro Mundo” – com o objetivo de reduzir a influência soviética e evitar mudanças sistêmicas nessas nações. O papel estratégico da USaid como uma agência de contenção ideológica no contexto da Guerra Fria foi fundamental também para a consolidação daquilo que hoje se denomina mundo ocidentalizado.

Nos últimos anos, a agência passou por transformações significativas, alinhando-se às agendas de desenvolvimento da ONU, comprometendo-se com princípios de diversidade e equidade, justiça climática e saúde global, reformulando sua imagem institucional. Entretanto, seus objetivos estratégicos permaneceram, sobretudo no campo da segurança internacional, incluindo o combate ao tráfico de drogas e prevenção da proliferação de armas químicas e nucleares. Outra mudança relevante foi a ampliação do financiamento direto a organizações locais nos países destinatários, um avanço em relação ao modelo tradicional de cooperação bilateral entre governos.

Assim, a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional – USAID, é a instituição governamental estadunidense, que estava vinculada ao Departamento de Estado, e operava internacionalmente em 160 países, possuindo um corpo de funcionários que englobava cerca de 10 mil colaboradores. Como captadora de recursos financeiros (98% era advindos de recursos públicos aprovados anualmente pelo Congresso), a USaid atuava a partir de uma rede capilarizada nos Estados Unidos e fora do país por meio de projetos próprios, com funcionários da agência alocados no exterior, chamados de “gestores de parceria” e com “parceiros de implementações”, ou seja, instituições privadas e organizações não governamentais estadunidenses e estrangeiras.

Entre 2001 e 2021, a USAID desembolsou quase US\$ 20 bilhões apenas na América Latina, trabalhando com mais de 680 “parceiros implementadores” – 60% deles sediados nos EUA. Durante esse mesmo período, a instituição atuou, sobretudo, nos setores de governança, saúde, assistência humanitária e agricultura, abarcando 70% do total de projetos desenvolvidos na América Latina.

## A ADRA AMAZONAS COMO PARCEIRO IMPLEMENTADOR DOS PROJETOS HUMANITÁRIOS

Em 1916, por ocasião da I Guerra Mundial, a Igreja Adventista do Sétimo Dia<sup>15</sup> – IASD, organizou-se em uma entidade voltada à prestação de serviços filantrópicos. Em

<sup>15</sup> Recortes histórico presente em <https://encyclopedia.adventist.org/article?id=AIFF&lang=pt>



novembro de 1956, foi estabelecido o *Seventh-day Adventist Welfare Service* – SAWS (em tradução livre *Assistência Social Adventista*). Neste período, com o caráter humanitário, os serviços tinham o propósito de arrecadar mantimentos, roupas e remédios para os flagelados de guerras, desastres naturais e outras catástrofes.

Pontua-se que de 1940 a 1962, a então chamada SAWS, já se encontrava instalada e ofertando apoio, doações e serviços de caráter emergencial e humanitários a vinte e nove países, nessa perspectiva, desde meados dos anos 1970, a Instituição iniciou seus novos projetos, expandindo sua missão humanitária para programas voltados para o desenvolvimento a longo prazo. Em 1976, a Organização recebeu sua atual nomenclatura, *Adventist Development and Relief Agency* – ADRA (Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais). Atualmente, é considerada umas das principais organizações não-governamentais no mundo, recebendo Status Consultivo pela ONU em 1997, o que tem possibilitado um reconhecimento ativo na comunidade internacional

Desde 1983, a ADRA começou a prestar serviços em solo brasileiro, contudo, com o seu contínuo crescimento e desenvolvimento no campo humanitário e social, a ADRA ganhou certificação como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) através do processo MJ nº 08071.010317/2013-55, inscrita sob CNPJ: 17.206.150/0001-59, e desde 12 de setembro de 2012 obteve sua personalidade no Estado do Amazonas.

Por meio da Lei Complementar nº 128 de 21 de novembro de 2013, ganhou certificação como Utilidade Pública Estadual. Outro registro público de suma importância ocorreu por meio do Projeto de Lei nº 427 de 26 de setembro de 2016, deliberado pela Câmara Municipal de Manaus – CMM, que torna o trabalho desenvolvido pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA no Amazonas um serviço de utilidade pública, passando contribuir e aperfeiçoar no desenvolvimento das suas atividades assistenciais.

A partir de 2018, a ADRA Brasil começou também a prestar assistência aos refugiados venezuelanos, pois devido ao Brasil estar próximo geograficamente da Venezuela tornou-se “porta de entrada” para tais pessoas, tanto que entre janeiro de 2017 e agosto de 2020, o Estado brasileiro acolheu 609.049 venezuelanos<sup>16</sup>.

Em seus 13 anos de existência, a ADRA Amazonas busca desenvolver e promover ações e serviços que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários atendidos pela Instituição, além de atender emergências, atua com projetos de caráter contínuos de desenvolvimento humano abrangendo nove grandes áreas: água saneamento

<sup>16</sup> Dados conforme Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) presente no Relatório Situacional Brasil: Tráfico de Pessoas em Fluxos Migratórios Mistos em Especial de Venezuelanos.



e higiene, respostas e gestão de emergências, promoção da ação judicial, saúde comunitária, garantia de direitos e igualdades entre sexos, crianças em situação de vulnerabilidade, geração de emprego e renda e valorização da mulher.

Embora de natureza privada e de caráter religioso, a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA, no Amazonas mantém uma íntima relação com o Poder Público, uma vez que ela integra a Política Pública de Assistência Social e está vinculada ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Ponderamos que a USaid repassou mais de US\$ 20,6 milhões (cerca de R\$ 118 mi) para projetos no Brasil no ano fiscal de 2024, a maior parte dos recursos foi aplicada em programas ambientais e no apoio a populações vulneráveis. Os dados preliminares são da ForeignAssistance.gov, plataforma oficial do governo norte-americano, e contemplam o período de 1º de outubro de 2023 a 30 de setembro de 2024. A última atualização é de 19 dezembro de 2024, cerca de um mês antes de o recém-empossado presidente dos EUA, Donald Trump (Republicanos), anunciar os cortes e a suspensão das atividades da USaid.

Entre as organizações internacionais com filiais no Brasil, a ADRA é a que recebeu maior valor: mais de US\$ 2,2 milhões, que de acordo com a ForeignAssistance.gov, a ADRA recebeu repasses no ano fiscal de 2024 para dois projetos de assistência humanitária no Brasil, em específico Manaus e Boa Vista: o primeiro projeto obteve US\$ 1,9 milhão para “levar apoio nutricional a populações afetadas por conflitos e crises” chamado de “Alimentum”. O segundo projeto, com custo de US\$ 304,5 mil, forneceu assistência alimentar a imigrantes com insegurança alimentar denominado “Providencia”.

## CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS FAMÍLIAS MIGRANTES ATENDIDAS PELAS AÇÕES HUMANITÁRIAS POR MEIO DA ADRA AMAZONAS

Conforme dados da Operação Acolhida<sup>17</sup> de 2023, mais de 125 mil migrantes e refugiados, da Venezuela, já foram interiorizados pelo Brasil por meio desta Operação, tais famílias e indivíduos vivem, atualmente, em mais de mil municípios de todas as regiões do país. Desde 2018, ou seja, em cinco anos, os municípios que mais receberam pessoas refugiadas e migrantes foram Curitiba/PR, São Paulo/SP, Chapecó/SC, Dourados/MS e Manaus/AM.

Sabe-se que a documentação civil é de extrema importância para qualquer indivíduo independentemente de sua nacionalidade, pois comprova que a pessoa “existe”

<sup>17</sup> Conforme relatório elaborado pelo OBMIGRA, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI) de janeiro de 2017 a setembro de 2023.



perante a sociedade e que lhe outorga reconhecimento legal e social garantindo o pleno direito à cidadania. Entretanto para a autora Waldman (2018, p. 43) vários podem ser os fatores que impedem de o migrante não ser documentado no país em que se encontra e, por isso, não ter seus direitos respeitados.

Ele pode entrar clandestinamente, sem se apresentar a nenhuma autoridade de controle do país. Pode entrar portando documentos que se fizeram necessários para a sua entrada e depois permanecer por tempo superior ao permitido no documento ou, ainda, pode descumprir algum dever imposto pelo visto que autorizou o seu ingresso.

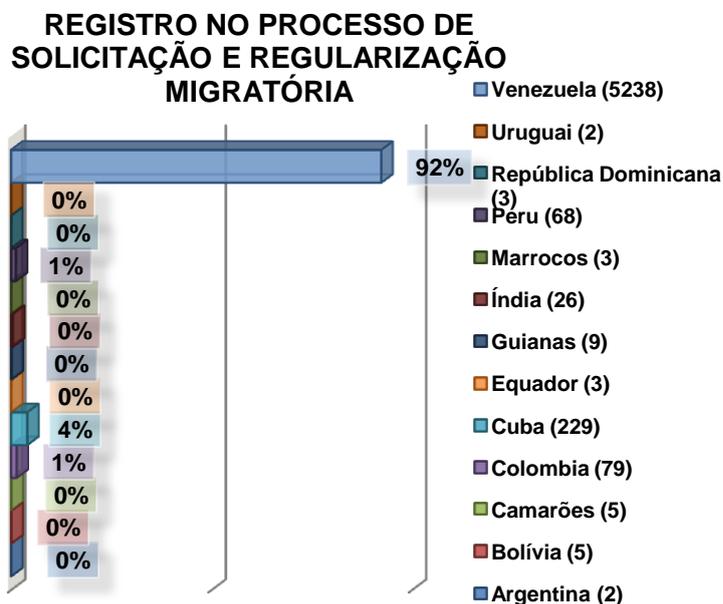
Waldman defende o uso do termo "migrante em situação irregular" como uma alternativa mais precisa e respeitosa, que reconhece a dignidade e os direitos humanos desses indivíduos. Ela enfatiza que a ausência de documentação não deve ser vista como uma infração penal, mas sim como uma condição administrativa, e que os migrantes nessa situação devem ter seus direitos fundamentais garantidos, incluindo acesso à saúde, educação e trabalho digno.

Seguindo as orientações das legislações internacionais e nacionais vigentes no Brasil, nota-se que a proteção a refugiados e migrantes possuem muitos ângulos, que incluem a proteção contra a devolução aos perigos dos quais eles já fugiram; o acesso aos procedimentos de asilo justos e eficiente; e medidas que garantam que seus direitos humanos básicos sejam respeitados e que lhes seja permitido viver em condições dignas e seguras que os ajudem a encontrar uma solução a longo prazo.

O Brasil possui uma legislação moderna e considerada referência mundial em proteção e amparo às pessoas migrantes, respaldadas principalmente pela Lei de Migração nº 13.445/2017 e a Lei de Refúgio nº 9.474/1997. Essas leis, além de esclarecerem os direitos e deveres de pessoas migrantes, têm intenção de desburocratizar a emissão de documentos, de modo a viabilizar a regularização migratória e facilitar o acesso dessas pessoas aos seus direitos e aos serviços públicos essenciais.

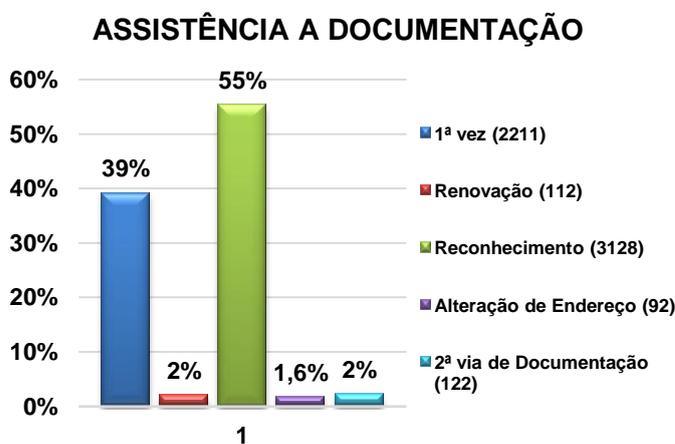


Gráfico 1 – Mediação no processo de solicitação e regularização migratória



Fonte: Elaboração própria dos autores, 2025.

Gráfico 2 – Assistência a Documentação



Fonte: Elaboração própria dos autores, 2025.

Dessa forma, conforme o Gráfico 1 acima, a parceria entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Polícia Civil e a equipe de Pré-documentação<sup>18</sup> da ADRA Amazonas viabilizou a oferta de serviços de apoio e mediação no

<sup>18</sup> A equipe encontra-se locado no Posto de Pronto Atendimento ao Cidadão da Compensa – PAC Compensa, situado na Avenida Brasil, nº 1.325 bairro compensa I.



processo de solicitação e regularização migratória, em articulação com o Sistema do Comitê Nacional para os Refugiados (SISCONARE).

Neste mesmo gráfico, ressaltamos o atendimento as várias nacionalidades que encontram-se em Manaus como Estado humanitário acolhedor aos mesmos, sendo conforme o gráfico II, referente a documentação (gráfico 2), a grande maioria dos atendimentos foram destinados ao reconhecimento enquanto pessoa migrante, compreendido como ato formal e jurídico pelo qual o Estado reconhece a condição de uma pessoa migrante ou refugiada, validando seus direitos dentro do país de acolhida. É um passo essencial para que a pessoa possa viver com dignidade, segurança e acesso as políticas públicas básicas.

Pela legislação brasileira, pessoas migrantes com situação documental regular têm acesso aos mesmos direitos civis, sociais e econômicos básicos que brasileiros, inclusive à emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social, abertura de conta bancária e registro como Microempreendedor Individual (MEI). Assim, estão aptas a se tornarem atores ativos no mercado de trabalho nacional.

Em 2024, a parceria entre ADRA Amazonas e USaid (Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA), ocorreu por meio do Projeto denominado Providência (Assistência Alimentar Continuada aos Migrantes Venezuelanos no Brasil), que visou contribuir para redução da insegurança alimentar de tais famílias no período de doze meses, beneficiando aproximadamente 5.900 pessoas por meio da distribuição de vouchers (cartões) de alimentação, orientação sobre hábitos alimentares saudáveis e acessos a direitos sociais brasileiros.

Diversos autores e pesquisadores destacam a importância da segurança alimentar em projetos humanitários voltados para migrantes e refugiados. Essa ênfase se deve ao reconhecimento de que o acesso adequado à alimentação é fundamental para a saúde, dignidade e integração social dessas populações.

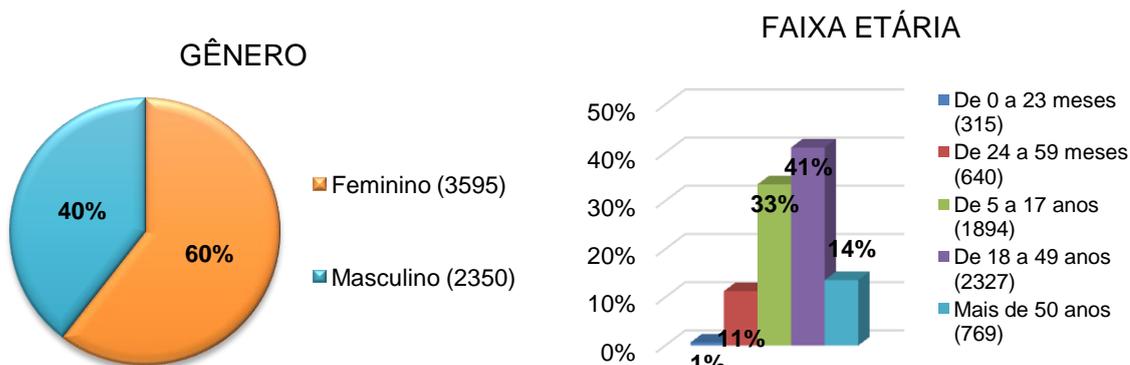
No contexto brasileiro, autoras como **Caroline Filla e Yasmin Elero** (2018), abordam a segurança alimentar de migrantes e refugiados como um desafio bioético. Elas destacam que a alimentação adequada é um direito humano fundamental e que sua garantia é essencial para a promoção da saúde e da dignidade dessas populações. As autoras também ressaltam a importância de políticas públicas que assegurem o acesso à alimentação de forma equitativa e respeitosa às diversidades culturais.

Por meio dessas ações, o projeto conseguiu atender 5.945 indivíduos, totalizando 2.200 famílias venezuelanas beneficiadas, prevalecendo o gênero feminino (Gráfico 3)



dentro da composição dos núcleos familiares, onde a faixa etária (Gráfico 4) são de 18 a 49 anos.

Gráficos 3 e 4 – Gêneroe Faixa Etária



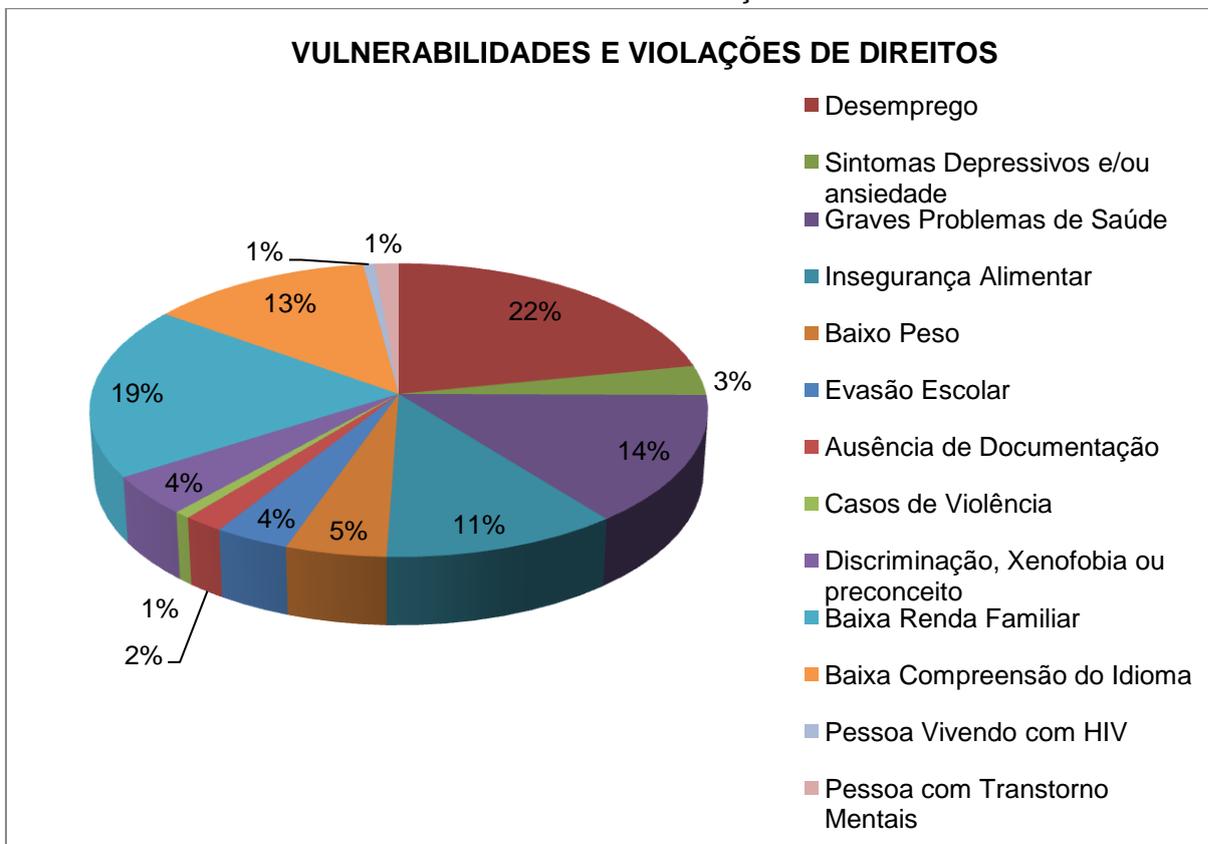
Fonte: Elaboração própria dos autores, 2025

A condição de vulnerabilidade vivenciada por pessoas migrantes está diretamente relacionada à negação ou limitação do acesso a direitos fundamentais, especialmente quando esses indivíduos se encontram em situação documental irregular, recém-chegadas, desempregadas e com a baixa compreensão do idioma local. Conforme José Ricardo Ayres (2003), a vulnerabilidade pode ser entendida em três dimensões — individual, social e programática —, sendo fortemente influenciada pelas políticas públicas e pelo contexto social em que o migrante está inserido. A ausência de documentação, como destaca Tatiana Chang Waldman (2022), não apenas impede o acesso formal a serviços como saúde, educação e trabalho digno, mas também contribui para sua invisibilidade institucional e social.

Das vulnerabilidades e violações de direitos (gráfico 5) identificadas, o desemprego se destaca (22%), seguido da baixa renda familiar (19%) pois em sua grande maioria já utilizou todo o recurso financeiro decorrente do deslocamento forçado, e por fim a discriminação, xenofobia ou preconceito (14%).



Gráfico 5 – Vulnerabilidades e Violações de Direitos



Fonte: Elaboração própria dos autores, 2025.

Sobre a tangente saúde, pesquisas do **Instituto de Saúde Coletiva da USP** e da **Fiocruz** mostram evidências sobre as dificuldades enfrentadas por migrantes no acesso ao SUS, principalmente venezuelanos em Roraima e Amazonas, e mesmo apesar da Constituição garantir acesso universal e gratuito ao Sistema Único de Saúde, muitos migrantes não sabem que **têm esse direito mesmo sem documentação completa**. A falta de informação faz com que eles se autoexcluam do sistema, pois dependendo do País oriundo, a pessoa migrante “acha” que para ter acesso a saúde deverá pagar por atendimento.

Alguns serviços exigem CPF, comprovante de residência ou número do Cartão SUS — documentos que muitos migrantes ainda não conseguiram obter. Mesmo que a lei 8080 de 1990 informe que a saúde deve ser garantida a todos, na prática, **essas exigências viram uma barreira**.

Além disso, compreender as especificidades em saúde da população migrante é fundamental porque essas pessoas **vivenciam realidades distintas da população local**,

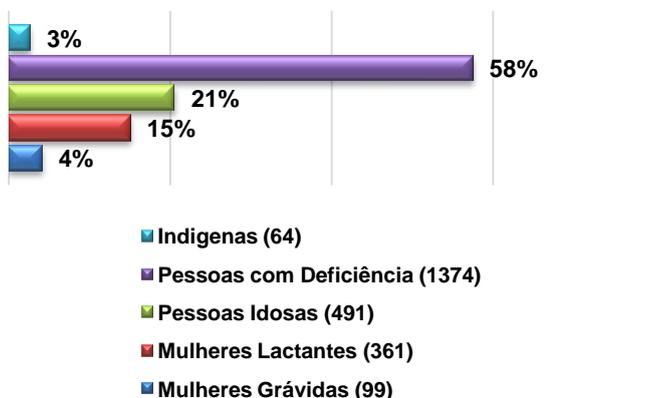


atravessadas por vulnerabilidades que afetam diretamente sua saúde física, mental e social. Quando ignoramos essas particularidades, corremos o risco de oferecer um atendimento que **não responde adequadamente às suas necessidades**, o que perpetua exclusões e desigualdades.

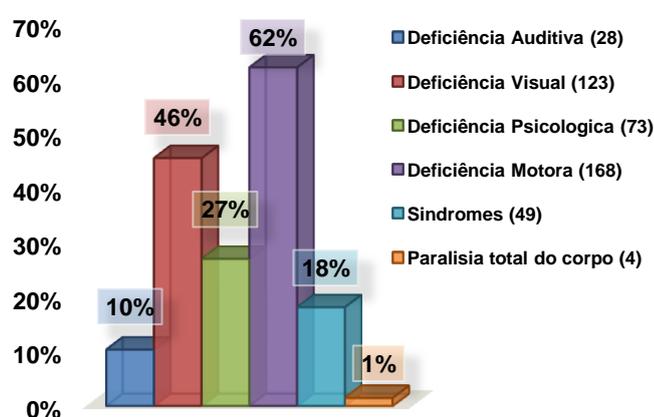
Gráfico 6 – Especificidades

Gráfico 7 – Deficiência Encontradas

### ESPECIFICIDADES



### DEFICIÊNCIAS ENCONTRADAS



Fonte: Elaboração própria dos autores, 2025

Pontuamos que intermédio das ações, 58% dos beneficiários são pessoas com deficiência (Gráfico 6) e foram encaminhadas, inseridas, acompanhadas ou encontram-se realizando os atendimentos em saúde. Desse grupo (Gráfico 7), a deficiência motora é a que mais ganha destaque no grupo de pessoas venezuelanas atendidas pelo projeto em 2024, com 62%.

## OS IMPACTOS PROVOCADOS PELA INTERRUPTÃO DO FINANCIAMENTO INTERNACIONAL DA USAID NOS PROJETOS HUMANITÁRIOS EM ESPECIFICO NO AMAZONAS.

A cooperação internacional desempenha um papel estratégico na proteção de pessoas em situação de mobilidade forçada, especialmente quando os Estados nacionais não conseguem, sozinhos, garantir os direitos básicos dessa população. De acordo com Waldman (2022), a atuação de organizações internacionais e agências de cooperação é essencial para complementar as políticas públicas nacionais, sobretudo nas áreas de saúde, assistência humanitária e regularização migratória.



A autora ressalta que a ausência ou interrupção desses apoios amplia a vulnerabilidade e aprofunda desigualdades sociais já existentes. Nesse mesmo sentido, Liliana Lyra Jubilut (2020) destaca que a proteção de migrantes e refugiados deve ser entendida como um dever compartilhado, e que a solidariedade internacional não é apenas um princípio ético, mas um instrumento jurídico e político necessário para a efetivação dos direitos humanos.

Conforme dados institucionais da ADRA Brasil bem como os relatórios da USaid sobre assistência humanitária na América Latina, a interrupção do financiamento internacional ocasiona fatores como:

**1. Interrupção da assistência alimentar:** Projetos como o Projeto Providência, desenvolvido pela ADRA em parceria com a USAID, foram suspensos, cortando a distribuição de vouchers alimentares para milhares de migrantes em situação de vulnerabilidade. Como impacto direto, há o aumento da insegurança alimentar, força famílias a escolher entre comida e outras necessidades básicas, e pode agravar casos de desnutrição, especialmente entre crianças.

**2. Redução no acesso a serviços de saúde e documentação:** O financiamento da USaid também apoiava ações de pré-documentação, mediação com órgãos públicos e acesso a serviços de saúde, como vacinas e atendimentos básicos. Como impacto as pessoas migrantes indocumentadas ficam sem meios para regularizar sua situação e sem acesso a direitos como SUS, educação formal e carteira de trabalho.

**3. Colapso de estruturas de apoio locais:** Organizações da Sociedade Civil como a ADRA Amazonas e instituições locais que atuavam diretamente com migrantes enfrentaram cortes de pessoal, paralisação de atividades e sobrecarga de demandas sem recursos. O impacto mais notório é voltado às comunidades migrantes que ficam ainda mais invisibilizadas e com poucas opções de suporte.

**4. Fragilização de políticas públicas migratórias:** O financiamento internacional muitas vezes suplementa lacunas do Estado brasileiro. Quando ele desaparece, políticas públicas voltadas a migrantes, que já são limitadas, ficam ainda mais frágeis. O impacto direto referente a essas fragilizações possibilita que a migração deixa de ser prioridade política, e a ausência de investimento externo agrava a negligência governamental.

Assim, a interrupção de financiamentos como os da USaid afeta diretamente a implementação de ações concretas, como fornecimento de alimentos, acesso à documentação e serviços de saúde, tornando ainda mais urgente o fortalecimento de



políticas públicas sustentáveis e comprometidas com a dignidade humana.

## CONCLUSÃO

A análise dos impactos provocados pela suspensão do financiamento internacional da USAID revela o quanto a cooperação internacional é indispensável para a proteção e garantia de direitos das populações migrantes em situação de vulnerabilidade. No caso específico da ADRA Amazonas, a interrupção de recursos compromete significativamente ações fundamentais como a assistência alimentar, a regularização migratória e o acesso à saúde, afetando diretamente milhares de famílias venezuelanas acolhidas no Brasil.

Fica evidente que, diante da insuficiência estrutural das políticas públicas nacionais, o suporte de organismos internacionais não apenas supre lacunas, mas fortalece a dignidade e a cidadania dessas pessoas. A partir desse estudo, ressalta-se a urgência de políticas públicas sustentáveis, interseccionais e sensíveis às realidades migratórias, além da necessidade de fortalecer os laços de solidariedade global, especialmente em contextos de crise humanitária. Que a migração seja vista não como uma ameaça, mas como uma oportunidade para reafirmar os valores de justiça, acolhimento e direitos humanos.

## REFERÊNCIAS.

ADRA BRASIL. Relatório institucional: **Projeto Providência e Alimentum**. Manaus, 2024.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. **Vulnerabilidade e direitos humanos: subsídios para a atuação em saúde e assistência social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2003.

BHABHA, Jacqueline. **Child migration and human rights in a global age**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. **Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jul. 1997.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2017.

FILLA, Caroline; ELERO, Yasmin. **Segurança alimentar de refugiados e migrantes: um desafio bioético**. Revista Bioética, Brasília, v. 26, n. 3, p. 429-438, 2018. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/1773](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/1773). Acesso em: 20



abr. 2025.

FOREIGNASSISTANCE.GOV. USAID Funding to Brazil – Fiscal Year 2024. Disponível em: <https://foreignassistance.gov>. Acesso em: 20 abr. 2025.

JUBILUT, Liliana Lyra. **Refugiados no Brasil: proteção e desafios jurídicos**. São Paulo: Saraiva, 2020.

WALDMAN, Tatiana Chang. **Nem clandestinos, nem ilegais: construindo contornos para uma definição da condição migratória não documentada no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

FIOCRUZ; USP – Instituto de Saúde Coletiva. **Relatórios técnicos sobre barreiras no acesso à saúde por migrantes e refugiados no Brasil**. 2018-2023.



## MULHERES, TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO: BREVES DESTAQUES CONCEITUAIS

Evellin Tainá Costa Oliveira, Valmiene Florindo Farias Souza

### RESUMO

Este artigo realiza uma revisão bibliográfica da primeira etapa do estudo de pesquisa (PIBIC), cujo foco é analisar as condições de trabalho das mulheres terceirizadas. O objetivo central é compreender as implicações da terceirização no cotidiano laboral dessas mulheres, destacando as transformações no ambiente universitário, as influências do neoliberalismo, a precarização das condições de trabalho nesse contexto, além das especificidades e desigualdades enfrentadas por elas.

**Palavras-chave:** Universidade; Terceirização; Mulheres.

### ABSTRACT

This article conducts a bibliographic review of the first stage of the research study (PIBIC), which focuses on analyzing the working conditions of outsourced women. The main objective is to understand the implications of outsourcing on the daily work of these women, highlighting the transformations in the university environment, the influences of neoliberalism, the precariousness of working conditions in this context, in addition to the specificities and inequalities faced by them.

**Keywords:** University; Outsourcing; Women.

### INTRODUÇÃO

A terceirização ocorre quando uma empresa ou instituição pública contrata outra empresa para intermediar serviços, deixando de estabelecer relação direta com os trabalhadores. Essa prática precariza o trabalho, pois os terceirizados recebem salários menores, trabalham mais horas, estão mais expostos a acidentes e ao assédio moral e sexual, além de não se verem representados pelos sindicatos, ficando mais fragilizados quanto às suas reivindicações trabalhistas. Para as mulheres, especialmente, a terceirização traz fragilidades adicionais, como cansaço, sobrecarga, má remuneração, ausência de direitos, invisibilidade da maternidade, doenças ocupacionais e adoecimento mental e físico.

O mercado informal e terceirizado é o principal espaço onde essas questões se manifestam, particularmente para mulheres negras, pardas e indígenas, cujas experiências no trabalho são marcadas por preconceitos e desigualdades. Apesar da maior presença de mulheres no ambiente acadêmico, suas condições de trabalho são excludentes e hierarquizadas. Esse artigo faz parte do relatório de PIBIC 2024-2025 que trata sobre MULHERES, TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO: uma análise a partir dos relatos de mulheres trabalhadoras no ICSEZ-UFAM, sendo dividido em três itens: Universidade; Trabalho e Mulheres Terceirizadas.



Este artigo está dividido em quatro partes com dois subtópicos de aprofundamento. No que tange a universidade brasileira como uma instituição que reflete as contradições e tensões presentes na sociedade, incluindo desigualdade social, conflito entre teoria e prática, e a mercantilização do conhecimento. Na sessão seguinte discute-se o ensino superior no Brasil que se desenvolveu tardiamente, com influência forte da cultura europeia e uma trajetória marcada por elitismo, resistência às mudanças e controle estatal.

A segunda parte pontua-se a influência do Processo de Bolonha na universidade brasileira que mostra uma tendência de mercantilização, impulsionada por organismos internacionais, levando à privatização, expansão do ensino a distância e redução da formação crítica. Na terceira parte entra em discussão a terceirização que consiste em contratar empresas externas para realizar serviços, o que aumenta a precarização do trabalho, com salários menores, mais horas, maior risco de acidentes e menos direitos trabalhistas. No Brasil, essa prática amplia a exploração, afetando especialmente grupos vulneráveis como mulheres, negros e imigrantes, que enfrentam salários baixos, possuem menos benefícios e condições de trabalho piores.

Por fim a última parte intensifica a exploração das mulheres, que historicamente ocupam funções subalternas e mal remuneradas, como serviços de limpeza e cuidados. No Brasil, essa realidade se mantém agravada pela legislação que facilita a terceirização, levando muitas mulheres a empregos precários, com salários baixos e jornadas exaustivas. Essa situação reforça desigualdades de gênero e de classe, dificultando o acesso a condições dignas. É importante ressaltar a promoção de políticas públicas que garantam direitos, educação e igualdade de oportunidades para que as mulheres possam conquistar posições melhores e serem valorizadas no mercado de trabalho.

## A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Segundo Marilena Chauí (2001), a universidade é uma instituição que reflete e reproduz as tensões e contradições presentes na sociedade em que está inserida, como desigualdade social, conflito entre teoria e prática, autonomia e controle, diversidade e exclusão, além da mercantilização do conhecimento. Embora lute por um ensino gratuito e de qualidade, nem todos têm acesso a ela devido às barreiras financeiras, sociais e culturais.

Chauí (2001) define a universidade como uma instituição social que expressa uma sociedade determinada, não sendo uma realidade separada, mas uma manifestação de sua



dinâmica. Ela funciona como um espaço democrático para debate, reflexão crítica e troca de ideias, cumprindo três funções principais: ensino, pesquisa e extensão.

O ensino forma profissionais e cidadãos, a pesquisa contribui com novos saberes e soluções para problemas sociais, econômicos e ambientais, e a extensão conecta a universidade à sociedade por meio de programas e projetos. Chauí (2001) observa que muitas universidades no Brasil operam sob uma lógica neoliberal, priorizando a ação econômica em detrimento de valores como inclusão e formação crítica, promovendo desregulamentação, redução da intervenção estatal, práticas autoritárias e censura.

Apesar de atuarem como espaços de resistência e democracia, também manifestam características autoritárias e mercadológicas, transformando a universidade em uma "empresa" e desvalorizando o papel da formação humanística. Essa tendência pode comprometer a capacidade da universidade de formar cidadãos democráticos e socialmente conscientes, sendo necessário constantemente reavaliar e promover práticas que favoreçam a inclusão, diversidade e democratização do conhecimento.

## **INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR: breves destaques sobre as características do Brasil colônia até a contemporaneidade.**

De acordo com vários autores, a universidade foi uma instituição tardia no Brasil, se comparada a outros países da América Latina. A autora Mendonça (2000) discute em seu texto o processo de constituição do ensino superior durante épocas diferentes, refletindo as mudanças sociais, políticas e econômicas ao longo dos séculos. Desde o período colonial até os dias atuais, cada década trouxe desafios e transformações. Durante o domínio de Portugal, o foco era a exploração de recursos naturais e o controle do comércio, sem interesse em desenvolver instituições de ensino superior, que eram consideradas ameaças pelos colonizadores. Assim, o Brasil foi um dos últimos na América Latina a fundar universidades, exceto seminários voltados para formação religiosa.

Os estudantes que desejavam ensino superior formal precisavam viajar para Portugal, evidenciando a dependência cultural e educacional portuguesa, como Mendonça (2000) adverte com a citação de Teixeira (1999).

Não havia, pois, na Colônia estudos superiores universitários, a não ser para o clero regular ou secular [...] para os que não se destinavam ao sacerdócio, mas a outras carreiras, abria-se, nesse ponto de bifurcação, o único, longo e penoso caminho que levava às universidades ultramarinas, à de Coimbra [...] e à de Montpellier [...]. (AZEVEDO, 1971, p. 532 *apud* MENDONÇA, 2000, p.132).



Após a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, houve medidas para criar instituições ligadas às atividades militares, como a Academia Real da Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810), além de cursos de cirurgia e medicina, voltados às demandas da corte. Também surgiram escolas de ciências, artes e ofícios, com caráter laico e voltado às elites, como a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816) e o Museu Nacional (1818). O ensino superior daquele período era elitista, voltado a profissões prestigiadas, ignorava a realidade social do Brasil e valorizava a cultura europeia, deixando o Brasil em segundo plano, que Anísio Teixeira afirmava ser uma alienação:

[...] tínhamos duas alienações no ensino superior. A primeira grande alienação é que o ensino, voltado para o passado, nos levava ao desdém pelo presente. A segunda alienação é que toda a cultura transmitida era cultura europeia. E nisso tudo o Brasil era esquecido. (Teixeira, 1998, p. 93-94 *apud* Coelho e Vasconcelos, 2009, p. 2).

Ao final do período colonial, em 1822, havia apenas sete cursos superiores, influenciados pela Universidade de Coimbra. A primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, foi criada em 1920, resultado de uma união de escolas existentes, sem mudanças profundas nas práticas ou currículos. Mendonça (2000) destaca o debate sobre a formação de uma nova elite capaz de lidar com as complexidades do Brasil moderno, incluindo a formação de professores que se tornou prioridade para construir uma nova identidade nacional. Na década de 1930, com a criação de universidades como a Universidade do Brasil (1937), houve expansão e tentativa de unificação do ensino superior, mas também resistência e críticas às reformas (Fernandes, 2020). Movimentos estudantis defendiam uma universidade mais democrática, voltada à pesquisa e ao desenvolvimento social, culminando na fundação da USP (1934) e da UDF (1935).

Na década de 1940, o Estado passou a centralizar o controle das universidades, com a criação da Universidade do Brasil, que priorizava a formação de professores e restringia a autonomia, enfraquecendo a produção de pesquisa. Nos anos 1950, o crescimento populacional e a ascensão das classes médias impulsionaram uma expansão quantitativa das instituições, que passaram de cinco para 37 universidades até 1964, refletindo a necessidade de formação de profissionais para a industrialização (Cunha, 1983 *apud* Mendonça, 2000). A década de 1960 foi marcada por tentativas de reformas, incluindo a criação da Universidade de Brasília (1961), com um projeto inovador de formação cidadã, e debates estudantis por uma universidade mais socialmente comprometida. Essas



discussões foram interrompidas pelo golpe militar de 1964, que reprimiu o movimento estudantil e controlou o sistema universitário através de reformas que limitaram a autonomia e centralizaram o poder estatal (Lei nº 5.540/68).

Durante a redemocratização na década de 1980, houve retomada do debate por maior autonomia e por uma função social mais ampla das universidades, com entidades de docentes reivindicando maior liberdade institucional. Nos anos 1990, reformas buscaram flexibilizar o sistema, mas também enfrentaram cortes de verba e controle centralizado, mantendo a luta por qualidade e democratização. Atualmente, o ensino superior no Brasil enfrenta novos desafios, como a massificação do acesso, a necessidade de adaptação às demandas do mercado de trabalho e a busca por uma educação de qualidade. A criação do ENEM (1998) e o Sistema de Seleção Unificado (2010) ampliaram o acesso às universidades, permitindo que candidatos de diversas regiões do Brasil se inscrevam em cursos de graduação sem a necessidade de se deslocar para realizar vestibulares, mas a permanência e a qualidade ainda são questões centrais. A democratização efetiva exige não apenas ampliar vagas, mas garantir condições para a permanência, conclusão e inserção qualificada no mercado de trabalho, num processo contínuo de luta por uma educação superior mais justa e inclusiva.

## **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA SOB A ÓTICA POLÍTICA NEOLIBERAL: a influência do processo de bolonha nas mudanças da universidade brasileira.**

O Processo de Bolonha, iniciado com a Declaração da Sorbonne em 1998 e formalizado em 1999 na cidade de Bolonha por 29 ministros da Educação, marcou um momento importante na história do ensino superior europeu, com o objetivo de criar sistemas mais homogêneos e compatíveis, facilitando a mobilidade de estudantes e profissionais através de um sistema de créditos reconhecidos em toda a União Europeia, e a organização dos cursos em três ciclos: graduação, mestrado e doutorado.

Com o tempo, esse processo refletiu uma tendência de mercantilização da educação superior, impulsionada por organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI, que priorizaram eficiência, competitividade e adaptação ao mercado de trabalho, em detrimento da formação crítica e do aprofundamento do conhecimento. No Brasil, a adesão ao Fórum de Bolonha em 2009 acelerou essas tendências, levando a reformas que favoreceram a privatização do ensino, expansão das instituições privadas e crescimento do ensino a distância, com qualidade muitas vezes questionável, ameaçando a formação de



profissionais críticos e a luta por uma educação transformadora.

A ausência de uma norma legal consolidada resultou em um sistema fragmentado, onde a lógica de mercado prevaleceu nas reformas dos anos 1990, reforçada por autores como Hayek, que defendem a liberdade do mercado e o mínimo controle estatal, e críticos como Netto e Braz (2012), que alertam para a concentração de poder e desigualdades geradas pelo neoliberalismo. Durante o governo de Lula, houve tentativas de ampliar o acesso e promover uma reforma estrutural, como a proposta da "Universidade Nova" e o programa REUNI, embora com limitações e dependência de financiamento público condicionados a metas. A herança do modelo de Humboldt, de ensino e pesquisa integrados, permanece como referência para uma universidade que possa inovar e contribuir para a sociedade brasileira, enfrentando o desafio de construir uma educação superior que reflita o contexto nacional, promovendo formação de cidadãos críticos e engajados.

As políticas neoliberais, especialmente sob o governo de FHC, impactaram profundamente a educação superior no Brasil, incentivando a privatização, a diminuição do investimento público e a mercantilização do ensino, resultando na expansão de universidades privadas voltadas à formação técnica e à empregabilidade, muitas vezes à custa de uma formação crítica e reflexiva. A terceirização de serviços nas universidades aprofundou a precarização do trabalho e afetou a qualidade do ensino, além de modificar as perspectivas profissionais dos jovens, que passaram a valorizar cursos que garantam rápida inserção no mercado.

Programas de financiamento estudantil, como FIES e PROUNI, embora ampliem o acesso, reforçam a lógica de mercado, vinculando a formação à busca por lucro das instituições privadas e levando muitos estudantes ao endividamento sem garantias de retorno financeiro. Essa lógica de priorizar o mercado e reduzir recursos fragiliza as instituições públicas e limita as possibilidades de uma educação integral, crítica e inclusiva, dificultando a superação das desigualdades sociais e o desenvolvimento de uma formação que valorize a cidadania e a inovação, essenciais para o Brasil contemporâneo.

### **Formação política de professores e estudantes resistentes às práticas neoliberais**

A educação superior, essencial para construir uma sociedade democrática e igualitária, enfrenta desafios no contexto da mercantilização e do neoliberalismo. Universidades, que deveriam ser espaços de diálogo crítico, tornam-se arenas dominadas por interesses corporativos, onde o conhecimento é tratado como mercadoria. É vital investir



na formação política de professores e estudantes das universidades públicas, capacitando-os a confrontar narrativas que buscam silenciar a crítica e a divergência.

A mercantilização reduz o ensino a competências técnicas, negligenciando dimensões éticas e sociais, além de reprimir manifestações estudantis e coagir a liberdade de expressão, controlando a formação de cidadãos críticos. Para reverter isso, é necessário resgatar princípios de uma educação que promova responsabilidade social, justiça e igualdade, defendendo uma universidade pública que forme profissionais e cidadãos conscientes. Diante da precarização do trabalho docente e das dificuldades estruturais, professores e estudantes devem unir forças para pensar a universidade como espaço de resistência e transformação social. Essas categorias têm entidades que representam seus interesses, atuando na luta por melhores condições, qualidade do ensino e defesa da educação pública e gratuita.

A UNE, criada em 1937, foi fundamental para organizar o movimento estudantil no Brasil, promovendo debates e articulando os estudantes, especialmente contra a repressão da ditadura militar, com destaque para a passeata dos 100 mil em 1968. O Sindicato dos Docentes (ANDES-SN), fundado em 1981, buscou integrar a atividade acadêmica às lutas sociais, promovendo reflexão crítica sobre temas como terra, classe, etnia, gênero, além de educação, ciência, tecnologia e sindicalismo. Seus compromissos incluem lutar por educação pública de qualidade, valorização do trabalho docente, autonomia universitária, acesso universal e gratuito, espaço para produção de conhecimento, unidade da classe trabalhadora, liberdade sindical e contra reformas neoliberais e mercantilização da educação. A luta pela valorização da educação pública e formação política é essencial para que as universidades não se tornem apenas fábricas de mão de obra, mas centros de conhecimento crítico e socialmente comprometido. Como conquista, surgiram as políticas de cotas que promovem inclusão de grupos minoritários, mudando dinâmicas nas salas de aula e enriquecendo o aprendizado. Fernandes (2020) destaca que a universidade deve conectar jovens às realidades sociais, não isolá-los, promovendo participação social responsável. Apesar da resistência de alguns, criar ambientes diversos é fundamental para uma sociedade mais justa. Assim, as universidades públicas são espaços de aprendizado e luta por justiça social, onde o conhecimento é moldado por questões sociais, diversificando o corpo discente e estimulando a troca de saberes e novas perspectivas.

## TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO



Nessa segunda parte retornaremos a discussão sobre terceirização, situada na primeira parte do texto. Para melhor entendimento, a autora Monica Xavier (2023) traz um conceito bem claro de ser compreendido:

A terceirização ocorre quando uma empresa ou instituição pública, que precisa de determinado serviço, deixa de estabelecer relação direta com os trabalhadores, através de contrato ou concurso, e contrata outra empresa para intermediar essa relação. A terceirização constitui-se numa forma de precarização do trabalho, pois o trabalhador terceirizado recebe salários em média 25% a 50% menores, trabalha cerca de 3 horas a mais por semana, está mais exposto a acidentes de trabalho e ao assédio moral e sexual do que o trabalhador concursado ou contratado diretamente pela empresa ou instituição pública tomadora do serviço. Em relação à empresa terceirizada, o trabalhador está mais suscetível à rotatividade de mão de obra e ao não cumprimento da legislação trabalhista. Além disso, no que concerne à organização da classe trabalhadora, o terceirizado não se vê representado pelos sindicatos, ficando mais fragilizado quanto às suas reivindicações trabalhistas (ANTUNES, 2005; BRAGA, 2017; DIEESE, 2017; DRUCK; SENA; PINTO; ARAÚJO, 2018; MAIOR, 2006; MAIOR; VIEIRA, 2017 apud Medeiros, 2023, p. 135).

A terceirização foi um tema que ganhou destaque nas últimas décadas, especialmente no contexto brasileiro, onde suas implicações nas condições de trabalho têm gerado amplos debates. A ideia central por trás da terceirização é que as empresas contratem outras para realizar determinadas funções, visando principalmente à redução de custos. No entanto, essa prática tem trazido à tona preocupações sérias sobre a precarização do trabalho.

Na realidade brasileira, a terceirização é inseparável da ampliação da exploração do trabalho, da precarização das condições de vida das classes trabalhadoras. E, certamente, ela não teria a abrangência que tem hoje se não fosse a sua capacidade de reduzir custos – e, portanto, de servir como poderoso instrumento para a recomposição das taxas de lucro – e de transferir para outras empresas (as contratadas) o “problema trabalhista”, a necessidade de administração da força de trabalho e de negociação com ela e seus sindicatos (MARCELO; CAVALCANTE, 2012, p. 338 apud Silva, 2017, pág. 2).

Quando uma empresa opta por terceirizar, muitas vezes o que se observa é a transferência de responsabilidades e riscos para essas empresas contratadas, o que pode resultar em uma relação de trabalho menos favorável para os funcionários. A nova empresa, geralmente, não possui o mesmo compromisso com a qualidade de vida e os direitos dos trabalhadores que a empresa original, levando a condições de trabalho que podem ser mais duras e menos protegidas. Isso é especialmente preocupante considerando que muitos



trabalhadores terceirizados recebem salários mais baixos e têm acesso limitado a benefícios, como assistência médica e férias.

Além disso, a terceirização não se limita apenas ao setor privado; ela também se infiltra nos serviços públicos. Nesse contexto, a lógica capitalista pode substituir a busca pelo bem-estar social, fazendo com que a eficiência econômica se sobreponha às necessidades da população. O que deveria ser um serviço voltado para o cidadão se transforma em um produto a ser gerenciado como qualquer outro bem de mercado.

Essa precarização do trabalho decorrente da terceirização é um fenômeno que não pode ser ignorado. Ela reflete uma mudança na forma como as empresas lidam com a força de trabalho e como os direitos trabalhistas são percebidos. Para muitos, essa prática é vista como uma forma de desresponsabilização por parte das empresas, que, ao terceirizar, se esquivam das obrigações trabalhistas, transferindo-as para outras entidades que, muitas vezes, não têm a mesma capacidade de garantir direitos aos seus empregados.

Segundo os dados da Rais/MTB (2014), a maioria das causas de afastamento dos terceirizados possuem um percentual de 9,6% entre os motivos declarados, incluindo acidentes típicos de trabalho, acidentes de trajeto, afastamentos por doenças relacionadas e não relacionadas ao trabalho, licença-maternidade, serviço militar obrigatório e licença sem vencimento/sem remuneração (Rais/MTB, 2014, p. 22). Ainda, de modo geral, as condições de trabalho e a remuneração dos terceirizados são inferiores, sendo 24,7% menor que a dos funcionários contratados. As mulheres, por exemplo, ganham apenas 80% do salário dos homens, o que significa rendimentos ainda menores.

Sampaio e Guerra (2020) citam Antunes (2009), ao discutirem que entre os terceirizados existem trabalhadores que ainda estão em maiores desvantagens, como as mulheres, os negros e os imigrantes. (Medeiros, 2023, p. 137).

Além das dificuldades já enfrentadas por todos, esses grupos enfrentam barreiras adicionais, incluindo discriminação, menos oportunidades de emprego, salários mais baixos e condições de trabalho mais precárias. É fundamental que a sociedade debata e reflita sobre os impactos da terceirização nas condições de trabalho, buscando um equilíbrio que promova eficiência econômica, dignidade e direitos dos trabalhadores. A construção de um ambiente de trabalho justo e seguro deve ser prioridade, tanto no setor privado quanto no público, garantindo condições dignas e respeitadas a todos.



## MULHERES TERCEIRIZADAS NO AMBIENTE DE TRABALHO

A terceirização, tem se mostrado uma estratégia comum entre as empresas para reduzir custos e aumentar a eficiência. Mas, essa prática gera consequências profundas, especialmente no que diz respeito ao trabalho das mulheres. Para entender o impacto da terceirização sobre elas, é preciso considerar o contexto histórico e social em que estão inseridas desde o século XIX, com a Revolução Industrial as mulheres começaram a ocupar espaços no mercado de trabalho, muitas vezes em funções consideradas subalternas e mal remuneradas.

Em relação às mulheres, a categoria da reprodução social (ARRUZ-ZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019; BHATTACHARYA, 2019; FEDERICI, 2017) ajuda a compreender que estas são ainda mais subalternizadas e exploradas devido à divisão sexual do trabalho, que lhes impõem duplas ou triplas jornadas (uma vez que conciliam o trabalho assalariado e o doméstico que é invisibilizado), além de se concentrarem majoritariamente em trabalhos ligados à limpeza e cuidados, que são subvalorizados, subqualificados e sub-remunerados (Medeiros, 2023, p. 137).

No Brasil, essa realidade se perpetuou, com a maioria das mulheres se inserindo em áreas que exigem pouca qualificação, como o trabalho doméstico e serviços de limpeza. Essas atividades, historicamente associadas ao papel da mulher como cuidadora, refletem uma divisão de gênero que ainda persiste. Quando falamos sobre o mercado de trabalho e as desigualdades que ainda persistem, é importante notar que as mulheres, especialmente as mulheres negras, estão em uma posição bastante vulnerável. Historicamente, o patriarcado estabeleceu normas que relegam as mulheres a papéis considerados inferiores, muitas vezes resultando em empregos menos valorizados e com salários mais baixos. Essa realidade se agrava quando olhamos para a terceirização, que se tornou mais comum com a aprovação da Lei 4.330 (Brasil Debate). Essa legislação, ao facilitar a prática da terceirização, acaba por afetar principalmente as mulheres, que já estão em maior número nesse tipo de trabalho.

Hoje, a terceirização se tornou um mecanismo que acentua a precarização das condições de trabalho. Muitas mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade econômica, são atraídas para empregos terceirizados pela necessidade de garantir uma renda. No entanto, essas posições frequentemente oferecem salários baixos, falta de benefícios e jornadas exaustivas o que na sua grande maioria prejudica a saúde tanto física como mental dessas mulheres. A autora Silva (2017, p. 5) cita a pesquisa



realizada por Ouriques e Garbin (2006) que ilustra essa realidade, mostrando que a maioria das mulheres que ingressam no setor de serviços o faz por falta de oportunidades em outras áreas, ou muitas vezes devido à baixa escolaridade.

A relação entre terceirização e o trabalho feminino não é apenas uma questão econômica, mas também social e cultural. A forma como as mulheres são vistas e tratadas no ambiente de trabalho está intrinsecamente ligada a padrões de gênero que historicamente relegam suas funções a papéis de menor valor. No entanto, a precarização do trabalho feminino não é um fenômeno isolado, mas parte de um sistema mais amplo que perpetua a desigualdade. É essencial que haja uma conscientização sobre a importância de políticas públicas que possibilitam a igualdade de gênero no mercado de trabalho. Incentivar a educação e a qualificação das mulheres, além de garantir direitos trabalhistas e condições dignas, é fundamental para que elas possam ocupar posições mais equitativas e valorizadas. A luta por um trabalho digno e igualitário deve ser uma prioridade, não apenas para as mulheres, mas para toda a sociedade, pois um mercado de trabalho mais justo beneficia a todos.

## CONCLUSÃO

A análise dessa pesquisa referente à universidade brasileira sob a perspectiva das políticas neoliberais revela um cenário multifacetado. A universidade enquanto instituição social tem passado por diversas transformações no Brasil, refletindo as tensões e contradições da sociedade em que está inserida.

Esta pesquisa bibliográfica destaca a Universidade de Brasília (UnB) como um exemplo das lutas e conquistas no campo educacional, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, com foco em um ensino mais acessível e voltado à mudança social. No entanto, a inserção da lógica neoliberal nas políticas educacionais impõe desafios, como a mercantilização da educação superior, impulsionada por uma ideologia que prioriza eficiência e competitividade, transformando as universidades em empresas e desvalorizando a formação crítica e humanística.

Práticas de terceirização e precarização das condições de trabalho refletem esse modelo, afetando docentes e discentes e comprometendo a qualidade do ensino. A partir dessas reflexões, percebe-se que a terceirização, embora vista como estratégia de redução de custos e aumento da eficiência, tem impactado negativamente as condições de trabalho, especialmente para as mulheres, que ocupam posições vulneráveis e têm seus direitos



frequentemente desrespeitados.

A pesquisa destaca que a maioria das mulheres terceirizadas ocupa funções subalternas e mal remuneradas, resultado da divisão sexual do trabalho que perpetua a desigualdade de gênero. A sobrecarga de jornadas, a falta de benefícios e a insegurança no emprego representam um cenário alarmante, prejudicando a saúde física e mental dessas trabalhadoras e mantendo a exclusão social e econômica. Por fim, reforça-se a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, valorizem o trabalho e garantam condições dignas para todos os trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria Paula. **Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias.** 1ª Edição. Ediouro Publicações. Fundação Roberto Marinho. 2007.

BARRETO, Arnaldo L.; Filgueiras, Carlos A. L. **ORIGENS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.** *Quim. Nova*, Vol. 30, No. 7, 1780-1790, Rio de Janeiro, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional.** *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015

Cadernos ANDES – n. 2 (1981) Florianópolis: Andes, 1981.

CAMPOS. A. G. **Terceirização do trabalho no Brasil:** novas e distintas perspectivas para o debate / organizador: André Gambier Campos. – Brasília : Ipea, 2018. 217 p. : gráfs. color.

COELHO, Sintia S; VASCONCELOS, Maria C. C. **A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: O DESAFIO TARDIO NA AMÉRICA LATINA.** 2009, p. 13. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/37012>. Acesso em: 08 dez. 2024.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira:** reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2020. 400p.

FRANCISCO, João F. N. AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NA PERSPECTIVA DOS PLANOS DE GOVERNO BRASILEIRO (1994-2018). **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)** - UESB-Itapetinga. ISSN: 2763-5716 – Ano 2021, vol. 2, n. 3, set. – dez. de 2021.

FURNO, Juliane. O PL DA **TERCEIRIZAÇÃO E O TRABALHO DAS MULHERES.** BANCÁRIOS DE ALAGOAS. Disponível em: <https://bancariosal.org.br/noticia/28504/o-pl-da-terceirizacao-e-o-trabalho-das-mulheres>. Acesso em: 20 Jan. 2025.

GIROUX, Henry & Figueiredo, Gustavo. Formação política de professores e estudantes como



estratégia de resistência ao autoritarismo neoliberal na educação. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/formacao-politica-de-professores-e-estudantes-como-estrategia-de-resistencia-ao-autoritarismo-neoliberal-na-educacao/>. Acesso em: 08, dez 2024.

HAYEK, Friedrich August Von. O caminho da servidão. Trad. Anna Maria Capovilla et al. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

LIMA, L. C. et al. Azevedo, M. L. Neves de; Catani, A. M. O PROCESSO DE BOLONHA, A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A **UNIVERSIDADE NOVA**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

LIMA, M. J. de O; GUIMARAES, O. M; BOVO, L. R. T. A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES, p. 15, 2018.

MENDONCA, Ana Waleska P. C. **A universidade no Brasil**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2000, n.14, pp.131-150. ISSN 1413-2478.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 181-247. (Biblioteca básica de serviço social;v.1).

SANTOS, P. S. dos; Dias, L. C.; Vian, C. E. de F. EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DA EXPANSÃO DO ACESSO ÀS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XXV - N. 54 - Jan./Dez. 2023 – Salvador-BA – p. 232 – 257**.

TELES, L. H. S.; SILVA, P. T. V. da. **Mulher e Terceirização**: estudo de caso das mulheres trabalhadoras do serviço da limpeza da UFPB. Movimento Revolucionário de Trabalhadores – MRT. 2017 – p. 8.